

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

↓
RM**ATA N.º 6/2017**

Aos dezassete dias do mês de março do ano dois mil e dezassete, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Cesaltina Porfírio Pereira de Oliveira, em substituição de Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Eduardo Manuel Silva Santos Baptista, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Esteve ausente o Vereador Elísio Costa Santos Summavielle, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Processo Disciplinar n.º 9.1.3/2016/1; **1.3.** Construção da Unidade de Saúde Mafra – Norte – Ratificação de despacho; **1.4.** Apreciação do relatório de contas do Matadouro Regional de Mafra – mandato ao representante do Município na AG – Ratificação de despacho; **1.5.** Apreciação do relatório de contas da AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – mandato ao representante do Município na AG – Ratificação de despacho; **1.6.** Apreciação do relatório de contas da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. – mandato ao representante do Município na AG; **1.7.** Apreciação do relatório de contas da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia A2S – mandato ao representante do Município na AG; **1.8.** Apreciação do relatório de contas da Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. – mandato ao representante do Município na AG; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Associação SOS Voz Amiga – Apoio

financeiro; **2.2.** FEAC – Fundo Europeu de Apoio aos Carenciados – 2014 – 2020 – Protocolo de Parceria; **2.3.** Plano Estratégico para a criação e desenvolvimento do *Cluster* do Turismo *Outdoor* do Concelho de Mafra; **2.4.** Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Indicação dos representantes do Município de Mafra – ratificação de despacho; **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexo I, II e III). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente começou por dar nota dos eventos realizados no Concelho de Mafra: no dia 3 de março, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Música Jazz de Mafra, com a atuação de Zé Soares Trio "Nine ways"; no dia 4 de março: - no Estádio do Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural de Igreja Nova, o 7.º Encontro Mafra Foot; - em Casais de São Lourenço, a abertura do Parque Intergeracional de Casais de São Lourenço; - no Palácio Nacional de Mafra e no Refeitório dos Frades, a representação teatral "Memorial do Convento", seguida de jantar com Sopa de Pedra, no âmbito das comemorações dos 300 anos do Real Edifício de Mafra; no dia 5 de março, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, a missa solene presidida por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, com os Bispos auxiliares e o clero da Diocese de Lisboa; no dia 8 de março, na Ribeira d'Ilhas, o evento internacional "Red Bull Rivals"; no dia 9 de março, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, o *workshop* de Agricultura Biológica promovido pela Agrobio; no dia 11 de março, a abertura do Centro

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

de Noite de Vila Franca do Rosário; no dia 12 de março; - na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, a exposição dos Andores da Procissão do Senhor dos Passos, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra; - na Casa da Música Francisco Alves Gato, a atuação da Associação Cultural Nossa Senhora do Livramento, no âmbito do Ciclo de Música "Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra"; no dia 14 de março, no Salão Nobre dos Paços do Município, a assinatura do protocolo de colaboração com o Município de Mafra, a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e com a Associação de Futebol de Lisboa (AFL); nos dias 15 a 19 de março, na FIL Lisboa, a participação do Município de Mafra na Bolsa de Turismo de Lisboa. -----

--- Seguidamente, informou sobre os próximos eventos: no dia 18 de março: - pelas 14h00, na Galilé do Palácio Nacional de Mafra, a conferência "As Cerimónias da Quaresma em Mafra", no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra; - pelas 16.00 horas, a abertura do Parque Intergeracional da Tourinha; de 24 a 26 de março, em Ribeira d'Ilhas, a 1.ª etapa da prova Allianz Ericeira Pro integrada na Liga Meo Surf; no dia 25 de março: - pelas 16h00, em Ribeira d'Ilhas, a inauguração da escultura "O Guardião da Reserva Mundial de Surf da Ericeira"; - pelas 21h00, no Palácio Nacional de Mafra, uma visita noturna à Biblioteca, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra; no dia 26 de março: - pelas 08h00, em frente ao Palácio Nacional de Mafra, o Trail dos Palácios; - pelas 15h30, a missa e procissão de Penitência da Ordem Terceira de S. Francisco; - pelas 17h00, na Galilé do Palácio Nacional de Mafra, a inauguração da exposição documental "Memorial do Convento"; no dia 28 de março, pelas 12h00, no Ericeira Camping e Quicksilver Boardriders, a conferência de imprensa Sumol Summer Fest; no dia 30 de março, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, o ciclo de conferências sociALMAfra, com os temas "Humanidade", por Afonso Pimentel, e "Alzheimer e Demências", por Fernando Correia; de 31 de março a 9 de abril, o Festival Internacional do Ouriço-do-mar; hoje abre, na Casa de Cultura D. Pedro V, a exposição relativa ao Museu Beatriz Costa. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENCO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço, no uso da palavra, saudou a presença do

Município na Bolsa de Turismo de Lisboa, assim como a produção do filme promocional apresentado. Questionou sobre o que se passou na reunião que se realizou entre a Junta de Freguesia da Ericeira e os pescadores da Ericeira. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente informou que se realizou uma reunião entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, onde o Diretor dos Recursos Marítimos se inteirou dos problemas relativos ao Porto de Pesca da Ericeira, nomeadamente as pedras junto da rampa, o assoreamento do porto e a degradação da cabeça do molhe. Mais informou que o referido Diretor foi sensibilizado para a necessidade de conclusão do projeto global, que incluía a construção do molhe sul, tendo o mesmo se comprometido a estudar as possíveis soluções, considerando que umas são de mais fácil execução. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista destacou as comemorações do Dia Internacional da Mulher, sugerindo que se homenageasse as mulheres, nos termos do documento que passou a ler e que se anexa à presente ata, fazendo parte integrante dela (anexo IV). Seguidamente, dedicou um poema da autoria de José Carlos Ary dos Santos a todas as mulheres, passando a lê-lo, nos termos do documento que procedeu à sua leitura e que se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo V). -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente colocou à votação o documento em homenagem às mulheres, intitulado por "Dia Internacional da Mulher" e identificado como anexo IV, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos registou, com agrado, a inauguração do Centro de Noite de Vila Franca do Rosário, que recebeu uma participação municipal, mas verificou que os Vereadores da Oposição não foram convidados para essa inauguração. Ainda que o Presidente da Câmara argumente que não é a autarquia que emite os convites, mas sim a própria instituição, disse ter constatado que os serviços municipais prestaram apoio. -----

--- Solicitou que o Presidente da Câmara Municipal elabore um plano das suas atividades, enquanto Presidente, até às próximas eleições autárquicas, de modo a que estas não se confundam com as ações que desenvolverá enquanto candidato, se assim o for. -----

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

--- Manifestando o seu acordo quanto à inauguração de um monumento ao surfista, recordou que, já anteriormente, o Partido Socialista, em Assembleia Municipal, questionou quando se iria fazer um monumento ao pescador, considerando que se estão a esquecer as raízes da Ericeira. -----

--- Por último, solicitou que, na próxima reunião de Câmara, pudesse ser disponibilizado, para consulta dos Vereadores do Partido Socialista, o processo relativo aos armazéns de pedra localizados à saída de Alcaíça, quando se vai para o apeadeiro, com informação sobre a localização desses armazéns, com base no Plano Diretor Municipal. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- Relativamente ao Centro de Noite, o Presidente explicou que, sempre que as instituições o solicitem e se verifique disponibilidade, é prestado apoio municipal à realização das cerimónias, pelo que esta não foi exceção. -----

--- Esclareceu que estará em exercício de funções até ao último dia deste mandato, pelo que não se demitirá de as exercer, em cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento aprovado pela Assembleia Municipal. Declarou que, se for candidato, esse anúncio será feito em devido tempo e que saberá sempre distinguir a função de Presidente de Câmara das ações de candidato. -----

--- Quanto ao monumento ao pescador, disse já ter partilhado da oportunidade desta homenagem e, assim, aguarda que o Governo termine as necessárias obras no porto de pesca da Ericeira, porque considera ser aí o local próprio. -----

--- Por fim, disse que, relativamente ao processo solicitado, dará indicação aos serviços para que o mesmo seja facultado. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista mencionou que tem vindo a receber muitas informações da parte do Presidente, mas que há questões que foram esquecidas. Acrescentou que o acompanhamento dos processos, por parte dos Vereadores da Oposição, é fundamental para que se possa reunir informações sobre a atividade municipal e gerar consensos. Nesta conformidade, enunciou, nos termos do documento em anexo (anexo VI), que se dá por integralmente reproduzido, fazendo parte

integrante desta ata, as questões que pretendia que lhe fossem respondidas e que pudessem ser acompanhadas, nomeadamente sobre a descentralização de competências, e acrescentando que, em relação à Linha do Oeste, foi solicitada mais informação. Mais solicitou que, aquando da distribuição de documentos para a reunião de Câmara que tenham maior dimensão ou careçam de uma análise mais profunda, estes possam ser fornecidos com mais do que as 72 horas de antecedência. -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente pronunciou-se sobre as questões colocadas, dizendo que, no que diz respeito à Lei-Quadro de Descentralização de Competências, o assunto está a ser analisado na Assembleia da República. Manifestou a sua preocupação relativamente à transferência de competências para as autarquias, na área marítima, nomeadamente face à atual situação de degradação do porto de pesca da Ericeira. Mais informou que, no âmbito da educação, será disponibilizada pelo Ministério da Educação uma verba de € 340.000,00, destinada à ampliação da Escola Básica de Mafra, com mais cinco salas de aula, na sequência da cooperação técnica e financeira entre o Ministério da Educação e o Município, aguardando que seja celebrado, brevemente, o acordo de colaboração e depois possa ser lançado o respetivo concurso. Lembrou que a requalificação que tem vindo a ser operada ao nível do parque escolar do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, e embora não constitua competência municipal, a mesma decorre da celebração de acordos de colaboração entre o Município e o Ministério, pelo que tem noção do impacto financeiro municipal daí decorrente. No que se refere a outras competências passíveis de ser transferidas para as autarquias, disse ser da maior relevância conhecer qual o pacote financeiro associado. -----

--- No que diz respeito à colocação de médicos de família, e ainda que mais uma vez tal seja competência da Administração Central, lembrou o empenho desenvolvido pela Câmara Municipal, nomeadamente ao disponibilizar um programa de incentivos para atrair e fixar estes profissionais. Informou que, no último ano, se registou a vinda de três novos médicos de família para o Concelho, quando seriam necessários quinze. Acrescentou que o Município também se disponibilizou para colaborar com o Ministério da Saúde ao nível dos equipamentos de saúde e mais informou que está em fase adiantada de construção a Unidade de Saúde Mafra Leste e que, conforme despacho que está presente nesta reunião para ratificação, está adjudicada a construção da Unidade de Saúde Mafra Norte. -----

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

--- No que se reporta à empresa Mafreduca, disse que é uma empresa maioritariamente detida por privados, sendo que a empresa municipal Giatul detém 49% do seu capital social. Informou que o Município de Mafra e outros municípios que têm modelo semelhante estão a envidar esforços para encontrar uma solução comum, a médio prazo, junto do Secretário de Estado da Administração Local. No que se refere ao Município de Mafra, os compromissos têm sido honrados e a empresa tem prosseguido os objetivos pelos quais foi criada. -----

--- Quanto à Tapada Nacional de Mafra, manifestou a sua preocupação quanto à atual situação de funcionamento, preocupação esta que transmitiu ao Ministro da Agricultura, a fim de que tomasse as diligências necessárias à resolução do problema, o qual tem atravessado os vários Governos. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista salientou que as informações que genericamente solicitou são temas que, na sua opinião, são suficientemente importantes para o Município e que merecem o conhecimento de todos os Vereadores. -----

--- Em relação à empresa Mafreduca, solicitou que lhe fossem entregues os relatórios desde o ano de 2013, uma vez que não estava presente no início do mandato, assim como lhe fosse disponibilizada informação sobre os órgãos sociais desta empresa. -----

--- No que se reporta à Tapada Nacional de Mafra, e sendo esta dirigida por uma cooperativa onde a Câmara Municipal tem representantes nos órgãos sociais, questionou se as decisões não podem ser influenciadas por estes representantes municipais. Acrescentou que a Tapada Nacional de Mafra assume-se como um eixo fundamental no desenvolvimento ambiental e turístico do Concelho de Mafra. -----

--- **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

--- Quando eram dez horas e trinta minutos, interrompeu-se a reunião para se proceder ao atendimento do público interessado em intervir, não se registando qualquer interessado, retomou-se a reunião para dar seguimento ao período antes da ordem do dia. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- Quanto à Tapada Nacional de Mafra, partilhou das preocupações apontadas pelo Vereador Eduardo Baptista, referindo novamente que os argumentos já foram apresentados junto do Ministro da Agricultura, mas que, embora creia na sua intenção de resolução do problema, o tempo vai passando. Declarou que a Tapada está em gestão corrente, não existindo um projeto estruturante, e que se verifica a necessidade de investir na manutenção e recuperação das infraestruturas e dos equipamentos. Aditou que a Tapada carece de uma alteração profunda ao modelo de organização, maximizando a proximidade ao Palácio e aos atores locais e regionais. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- Pronunciando-se sobre o que foi dito a respeito da Tapada Nacional de Mafra, declarou que apenas se está a ouvir um dos lados, pelo que não se pode tirar conclusões, caso contrário está a fazer-se "politiquice". Aditou que não lhe parece plausível que as infraestruturas e os equipamentos tenham ficado degradados em apenas um ano, além do que crê que existam fortes bloqueios políticos dentro da própria Tapada, os quais desconhece, e que estão a condicionar o seu funcionamento. Disse que, na sua opinião, se a tutela não estivesse preocupada com o problema, então não receberia o Presidente da Câmara Municipal. Por último, sugeriu que se trabalhe para a resolução do problema, em prol de uma Tapada melhor. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente retorquiu, sublinhando que, a bem do superior interesse público, nunca fez intervenções públicas, ou deu qualquer entrevista sobre esta matéria, e que só respondeu a questões formuladas quer na Assembleia Municipal, quer na reunião de Câmara. Mais disse que, nas suas intervenções nestes órgãos autárquicos, sempre disse ter apelado, tanto junto deste Governo, como dos anteriores, à intervenção na Tapada, implementando um novo modelo de gestão, e esclareceu que nunca disse que, no que diz respeito aos problemas de degradação dos equipamentos e das infraestruturas, estes eram da responsabilidade da atual diretora. Declarou, ainda, que acredita que o Ministro da Agricultura e o Secretário de Estado estão sensíveis quanto a esta matéria, mas que não pôde deixar de manifestar a sua preocupação face ao avanço do tempo e à falta de ação, para além das questões estruturais. Desconhecendo que haja bloqueios, a Câmara Municipal tem estado sempre do lado da solução. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço fez referência ao projeto de requalificação anteriormente apresentado para a Tapada, o qual, embora tivesse algumas questões

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

✂
PM

sensíveis, poderia contribuir para a sustentabilidade económica da Tapada. Quanto à degradação do comboio e dos caminhos, disse que isso não aconteceu num ano. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista salientou a importância destas intervenções para os eleitos da Câmara. Solicitou, ainda, que se mantivessem informados sobre a Tapada Nacional de Mafra, a fim de que possam acompanhar o assunto, não havendo motivos para fazer deste assunto uma arma de arremesso político. No entanto, acrescentou que, se disso houver necessidade, também têm o direito de o fazer, na medida em que estão aqui como políticos e, como tal, têm ideias próprias. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço teceu algumas considerações sobre os sapadores florestais, nomeadamente o facto de terem passado para a alçada da Guarda Nacional Republicana, afirmando que os sapadores que estavam afetos unicamente à Tapada parte deles foram retirados, não estando lá agora os efetivos que são necessários. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente clarificou que a Vereadora estava equivocada quanto à responsabilidade da Guarda Nacional Republicana relativamente aos sapadores, depreendendo que esta se deveria referir à vigilância que, na época de incêndios florestais, é efetuada a partir do posto de vigia do Alto do Sonível. Esclareceu que a Tapada Nacional de Mafra esteve sem sapadores desde setembro até agora, porque os anteriores foram embora, aditando que esta equipa é da responsabilidade da Tapada e que deve ser constituída por cinco profissionais, que asseguram a segurança do espaço. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos declarou que é necessário o empenho de todos para o bem da Tapada, considerando-a muito importante para o Concelho. Salientou que será importante saber a razão que levou a que os sapadores se quisessem ir embora. Em complemento, aditou que o problema é que a diretora sofre uma guerra surda contra ela, existindo erros estruturais que não são de ontem. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- Por último, o Presidente referiu que espera e acredita que o Ministro apresentará orientações a bem do futuro da Tapada Nacional de Mafra. -----

--- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- A Câmara Municipal tomou, ainda, conhecimento do ofício da Assembleia Municipal relativamente às minutas das deliberações tomadas em sessão realizada no dia 23 de fevereiro de 2017 (anexo VII). -----

--- **II – ORDEM DO DIA:** -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- **1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS:** -----

--- **1.1. ATA:** -----

--- Presente a ata n.º 4/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 17 de fevereiro de 2017. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 4/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 17 de fevereiro de 2017. A Vereadora Cesaltina Porfírio Pereira de Oliveira não votou porque não esteve presente na aludida reunião de Câmara. -----

--- **1.2. PROCESSO DISCIPLINAR 9.1.3/2016/1:** -----

--- Presente Relatório Final, referente ao Processo Disciplinar 9.1.3/2016/1, subscrito pela respetiva Instrutora, em 2017/03/06. -----

--- A pedido do Presidente da Câmara Municipal, a instrutora do processo, Dra. Bernardete Calhaço, efetuou uma súmula dos factos e das infrações constantes no processo, assim como da proposta de pena a aplicar, tendo prestado os esclarecimentos solicitados. -----

--- Após análise do Relatório Final do Processo Disciplinar 9.1.3/2016/1 e por escrutínio secreto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 7 (sete) votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (uma) abstenção, atentos os fundamentos de facto e de direito plasmados no mencionado Relatório, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, aplicar à trabalhadora n.º 1205, da Câmara Municipal de Mafra, Maria João Baetas Gamito, Assistente Operacional, a pena disciplinar de suspensão, de 30 (trinta) dias seguidos, por violação, através das condutas descritas, dos deveres

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

gerais de prossecução do interesse público, de isenção, de lealdade e de correção, nos termos do n.º 1, das alíneas a), b), e), g) e h) do n.º 2 e dos n.ºs 3, 4, 7, 9 e 10, todos do artigo 73.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), suspensa na sua execução por dois anos, contados a partir da data da notificação à identificada trabalhadora da respetiva decisão, ao abrigo do disposto no artigo 192.º da LGTFP. ----

--- 1.3. CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE MAFRA - NORTE - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, a informação Interno/2017/3627, elaborada em 7 de março de 2017, na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 7 de março do corrente ano e, ainda, o despacho de adjudicação exarado pelo Presidente da Câmara Municipal, na mesma data, devidamente instruída com os documentos a que a mesma se refere (anexo VIII). -----

--- O Presidente aditou que é objetivo que a construção desta unidade de saúde esteja concluída em dezembro de 2018. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista referiu que começa a ser recorrente o pedido de ratificação de despachos, quando tal procedimento deve ser o mais excecional possível. Declarou que vai votar a favor porque considera importante não obstaculizar a construção desta unidade de saúde. -----

--- O Presidente argumentou que tal só tem acontecido no caso da construção de infraestruturas urgentes e de inequívoco interesse público. Saliou, todavia, que a excecionalidade não obstaculiza qualquer tipo de discussão que se queira ter sobre a matéria. -----

--- O Vereador Sérgio Santos declarou que os Vereadores do Partido Socialista partilham da mesma preocupação do Vereador Eduardo Baptista. Acrescentou que, não obstante não ter quaisquer dúvidas sobre o procedimento que foi efetuado, se verifica que é mais uma vez a empresa AECI a ganhar, quando existe tanta oferta na área da construção civil. -----

--- O Presidente respondeu que o despacho é proferido na sequência da informação dos serviços, que procedem à análise técnica das propostas. Aditou que, neste caso, das quatro empresas que concorreram, três delas já foram vencedoras de outras empreitadas no Município. Acrescentou que quando empresas do Concelho apresentam condições para ganhar concursos públicos tal é um sinal positivo para a economia local. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, face ao teor do despacho em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado a 7 de março de 2017, pelo qual se adjudica a execução da "Construção da Unidade de Saúde Mafra-Norte", à empresa AECI, Arquitetura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, S.A. (NIPC 506 294 390), pelo valor de € 2.287.997,65 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e sete euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, conforme proposta plasmada em sede do Relatório Final do júri do procedimento, datado de 7 de março de 2017. -----

--- 1.4. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DO MATADOURO REGIONAL DE MAFRA - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, a informação da Vereadora Aldevina Rodrigues, devidamente instruída com o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2016 e convocatória para a Assembleia Geral do Matadouro Regional de Mafra, SA, na qual se encontra ínsito despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado a 1 de março de 2017, determinando que *"Tendo presente os documentos anexos e face à impossibilidade de o assunto ser presente a reunião de Câmara antes da data de realização da Assembleia Geral, determino, nos termos do estabelecido no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que os assuntos a discussão sejam votados favoravelmente, devendo o presente despacho ser submetido, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, a reunião de Câmara, tendo em vista a ratificação"* (anexo IX). -----

--- Em complemento, o Presidente explicou que foi necessário proferir despacho dado que a Assembleia Geral aconteceu antes da reunião, pelo que agora se solicita a ratificação do mesmo, onde determinou que a Vereadora Aldevina Rodrigues,

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

representante do Município no Matadouro Regional de Mafra, SA, deveria votar favoravelmente os assuntos a discussão. Mais referiu que o Matadouro Regional de Mafra, SA, apresenta, no exercício de 2016, resultados positivos de € 111.888,37, verificando-se alguma depreciação do valor por quilograma da carcaça e do valor global do mercado, o que fez com que existisse um pequeno ajuste em baixa face ao ano anterior. Por fim, declarou que o Matadouro é uma unidade que assume relevância para o desenvolvimento económico do Concelho. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço disse que, pelo que leu, se verificou uma depreciação do valor dos couros e peles e dos subprodutos, enquanto que o restante está em alta em todo o país, pelo que se admirou como é que o Matadouro Regional de Mafra está a vender em baixa. Discordou, ainda, do fiscal único RSM & Associados - SROC, Lda., relativamente ao que consta no ponto 6, quando menciona que o Município de Mafra, como acionista maioritário com 93,3% do capital do Matadouro Regional de Mafra, deveria ter procedido à alienação da respetiva participação financeira, para cumprimento das disposições previstas na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, quando, na sua opinião, esta empresa é um bem para o Município, pelo que votará sempre contra a sua alienação. -----

--- O Presidente informou que o ROC não dispensa de fazer essa menção, em função da legislação em vigor. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista declarou que, em relação aos pontos referentes aos relatórios, se iria abster como resultado do pouco tempo que lhe foi dado para proceder à sua análise. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente, as abstenções dos Vereadores do PS e da CDU, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 1 de março de 2017, no qual determinou que, atendendo à data da realização da Assembleia Geral do Matadouro Regional de Mafra, SA, a representante do Município naquela empresa, deveria votar favoravelmente os assuntos a discussão. Os

Vereadores Antonieta Lourenço do PS e Eduardo Baptista da CDU apresentaram as seguintes declarações de voto verbais: -----

--- Da Vereadora Antonieta Lourenço: *"Abstive-me porque já foi feita a Assembleia. Faço o pedido de que este ponto venha antecipadamente para que seja votado."*-----

--- Do Vereador Eduardo Baptista: *"Abstive-me pelo pouco tempo que me foi disponibilizado para analisar estes relatórios."*-----

--- 1.5. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, a informação do Vereador Hugo Moreira Luís, devidamente instruída com o Relatório de Contas do exercício de 2016, da AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos, na qual se encontra ínsito despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado a 14 de março de 2017, determinando que *"Tendo presente os documentos anexos e face à impossibilidade de o assunto ser presente a reunião de Câmara antes da data de realização da Assembleia Geral, determino, nos termos do estabelecido no artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que se vote favoravelmente o relatório e contas 2016, devendo o presente despacho ser submetido, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, a reunião de Câmara, tendo em vista a ratificação."* (anexo X). -----

--- O Presidente aditou que a Assembleia Geral desta associação ocorreu no passado dia 14 de março do ano em curso, solicitando que se ratifique o seu despacho, que mandou favoravelmente o Vereador Hugo Moreira Luís, representante deste Município, para votar o Relatório de Contas da AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos, intermunicipal que detém a TratoLixo - Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, S.A e que apresenta resultados líquidos de € 48.000,00. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente, as abstenções dos Vereadores do PS e da CDU, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 14 de março de 2017, no qual determinou que, atendendo à data da realização da Assembleia Geral da AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos, o representante do Município naquela associação deveria votar favoravelmente o Relatório de Contas do exercício de 2016. Os Vereadores Antonieta Lourenço do PS e Eduardo Baptista da CDU apresentaram as seguintes declarações de voto verbais: -----

--- Da Vereadora Antonieta Lourenço: *"Abstive-me porque já foi feita a Assembleia. Faça o pedido de que este ponto venha antecipadamente para que seja votado."*-----

--- Do Vereador Eduardo Baptista: *"Abstive-me pelo pouco tempo que me foi disponibilizado para analisar estes relatórios."*-----

--- **1.6. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, EM, SA - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG:** -----

--- Presente, em anexo, a informação da Vereadora Aldevina Rodrigues, devidamente instruída com o Relatório e Contas do exercício de 2016 e convocatória para a Assembleia Geral Ordinária da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA. (anexo XI). -----

--- O Presidente informou, em complemento, que a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, teve um resultado positivo de € 7.837,00, pretendendo-se que a Vereadora Aldevina Rodrigues vote favoravelmente o Relatório de Contas desta empresa, assim como os pontos da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Ordinária a realizar no próximo dia 29 de março do ano em curso, nomeadamente a abertura de uma sucursal em Cabo Verde. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista chamou a atenção para o facto de o Presidente ter vindo a referir apenas os resultados financeiros das empresas. No entanto, na sua opinião, considera também importante apreciar os resultados da sua atividade do ponto de vista qualitativo. -----

--- A Câmara Municipal apreciou o Relatório e Contas do exercício de 2016 da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA. e deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente, as abstenções dos Vereadores do PS e da CDU, de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, dar instruções à

representante do Município na Assembleia Geral da aludida empresa, para que vote favoravelmente os assuntos a discussão. Os Vereadores Antonieta Lourenço do PS e Eduardo Baptista da CDU apresentaram as seguintes declarações de voto verbais: -----

--- Da Vereadora Antonieta Lourenço: *"Abstive-me pelo pouco tempo que me foi disponibilizado para analisar estes relatórios."*-----

--- Do Vereador Eduardo Baptista: *"Abstive-me pelo pouco tempo que me foi disponibilizado para analisar estes relatórios."*-----

--- 1.7. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA A2S - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG: -----

--- Presente, em anexo, a informação do Vereador Hugo Moreira Luís, devidamente instruída com o Relatório de Atividades e Contas de 2016 e convocatória para a Assembleia Geral Ordinária da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia A2S (anexo XII). -----

--- O Presidente acrescentou que a A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, composta pelos Municípios de Mafra, Sintra e Loures, tem como fim a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da região saloia e das suas populações, com vista à redução de assimetrias sociais e locais, em especial das zonas rurais e costeiras, apresentando no exercício de 2016 resultados líquidos de € 56.193,10. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista pronunciou-se, dizendo que, ainda que não tenha tido tempo de analisar em profundidade todo o Relatório, no entanto verifica a ausência de um conjunto de assinaturas no documento, quando já foi aprovado pela Direção, em reunião do dia 23 de fevereiro de 2017, questionando como era possível tal situação. -

--- O Presidente referiu que o documento ainda irá ser sujeito a votação na Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 23 de março. -----

--- A Câmara Municipal apreciou o Relatório de Atividades e Contas de 2016 da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S e deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente, as abstenções dos Vereadores do PS e da CDU, dar instruções ao representante do Município na Assembleia Geral da aludida empresa, para que vote favoravelmente os assuntos a discussão. Os Vereadores Antonieta Lourenço do PS e Eduardo Baptista da CDU apresentaram as seguintes declarações de voto verbais: -----

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

--- Da Vereadora Antonieta Lourenço: *"Abstive-me pelo pouco tempo que me foi disponibilizado para analisar estes relatórios."*-----

--- Do Vereador Eduardo Baptista: *"Abstive-me pelo pouco tempo que me foi disponibilizado para analisar estes relatórios."*-----

--- 1.8. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, EM, SA - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG: -----

--- Presente, em anexo, a informação do Vereador Hugo Moreira Luís, devidamente instruída com o Relatório e Contas de 2016 e convocatória para a Assembleia Geral Ordinária da Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias EM, SA. (anexo XIII).-----

--- O Presidente, em complemento, referiu que o resultado líquido apresentado pela empresa Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA, foi de € 23.434,00, realizando-se a Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 24 de março corrente.-----

--- O Vereador Eduardo Baptista questionou qual era a percentagem do Município na composição social desta empresa.-----

--- O Presidente respondeu que o capital social da empresa é totalmente detido pelo Município de Mafra.-----

--- A Câmara Municipal apreciou o Relatório e Contas de 2016 da Giatul - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias EM, SA e deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente, as abstenções dos Vereadores do PS e da CDU, de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, dar instruções ao representante do Município na Assembleia Geral da aludida empresa, para que vote favoravelmente os assuntos a discussão. Os Vereadores Antonieta Lourenço do PS e Eduardo Baptista da CDU apresentaram as declarações de voto verbais:-----

--- Da Vereadora Antonieta Lourenço: *"Abstive-me pelo pouco tempo que me foi disponibilizado para analisar estes relatórios."*-----

--- Do Vereador Eduardo Baptista: "Abstive-me pelo pouco tempo que me foi disponibilizado para analisar estes relatórios."-----

--- **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO:** -----

--- **2.1. ASSOCIAÇÃO SOS VOZ AMIGA - APOIO FINANCEIRO:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/3883, elaborada em 10 de março de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 10 e 13 de março de 2017, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado a 14 de março do corrente, devidamente instruído com a informação de cabimento n.º 969 de 2017 (anexo XIV). -----

--- No uso da palavra, a Vereadora Aldevina Rodrigues aditou que a Associação SOS Voz Amiga é uma Instituição Particular de Solidariedade Social reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública e parceira do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio. Tem por objetivo prestar apoio emocional a pessoas que residam no território nacional e que se encontrem em situação de vulnerabilidade emocional e psicológica, causada por fatores como a ansiedade, a depressão e tenham também ideação suicida. O atendimento é efetuado por via telefone por voluntários. Esta instituição dirige à Câmara Municipal um pedido de apoio para o seu funcionamento no valor de € 1.000,00 (mil euros). Reconhecendo a importância da associação, propõe-se a atribuição de uma verba no valor de € 1.000,00 (mil euros) a esta entidade. -----

--- O Presidente acrescentou que indagara se existiam municípios do Concelho que utilizassem esta rede, tendo recebido resposta positiva. Pelo serviço que esta associação presta a nível nacional, com reflexo a nível local, entende que é merecedora do apoio. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista comentou que nem sempre é fácil fazer telefonemas para esta associação, tentou por duas vezes e não conseguiu que o atendessem. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço salientou que estes serviços têm de ser muito bem acompanhados por quem está do outro lado do telefone, devendo existir grande apoio de retaguarda para ouvir e fazer o devido encaminhamento, atendendo a que a solidão, ansiedade, depressão ou suicídio não escolhe idades. Considerou que o valor de € 1.000,00 poderá ser um valor reduzido para que possam ter técnicos de atendimento, mas se todos os Municípios comparticipassem faria a diferença. Estando

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

X
PM

plenamente de acordo com este apoio, sugeriu que se fizesse um levantamento para verificar se existem deficiências neste atendimento. -----

--- A Vereadora Cesaltina Oliveira disse já conhecer esta instituição de nome, concordando com o apoio, até um valor mais elevado, mas entende que deveria ser extensível para todas as outras instituições que estão no terreno e que, de alguma forma, ajudam as pessoas. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir um apoio financeiro no valor de € 1.000,00 (mil euros), à Associação SOS Voz Amiga, para despesas de gestão e manutenção. -----

--- **2.2. FEAC - FUNDO EUROPEU DE APOIO A CARENCIADOS - PROTOCOLO DE PARCERIA:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/4114, elaborada em 13 de março de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 13 e 14 de março de 2017, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, datado de 14 de março corrente (anexo XV). -----

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues acrescentou que o FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenциados 2014-2020 surge para substituir o PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenциados, concretizando-se no Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenциadas – POAPMC. Aditou que foi realizada uma avaliação pelo Instituto de Segurança Social em relação ao número de pessoas a serem apoiadas em termos do território nacional, sendo que no Concelho de Maфра foram identificadas 455 pessoas que necessitam de apoio. Informou, ainda, que a tipologia dos alimentos é diferente da anterior, uma vez que as pessoas eram apoiadas com produtos secos e, este ano, irão receber produtos secos, frescos e congelados, substituindo-se as cantinas sociais. Para que este projeto tenha lugar, informou que é necessária a

criação de um polo de receção destes alimentos, assim como de armazenamento de frescos e congelados, sendo que as quantidades são em número considerável. Mais informou que a Câmara Municipal promoveu reuniões com as instituições locais que já tinham participado no PCAAC, onde foram avaliadas as condições para se avançar com o atual programa, atendendo a que o mesmo implica uma alocação de uma verba considerável para a sua concretização. Explicou que o programa tem uma comparticipação comunitária de 85% e 15% de fundo nacional, sendo este valor referente a uma percentagem sobre o valor total dos alimentos que virão para o território, cabendo à Câmara Municipal aproximadamente uma verba de € 15.000,00, de acordo com o estudo efetuado, na sua qualidade proposta de polo coordenador. Mais informou que, não obstante todo o empenho que vai ter de ter lugar por parte da Câmara Municipal na criação das condições físicas, mas também na alocação de recursos humanos para que seja possível a operacionalização do programa, se considera, a bem das pessoas mais desprotegidas do Concelho de Mafra, que se deve avançar com este projeto a nível local. Seguidamente, procedeu, de forma resumida, à explicação de toda esta logística, aditando que existem nove instituições parceiras que pretendem aderir ao programa, as quais constituem as entidades mediadoras que farão chegar os produtos alimentares às famílias. Assim, propõe-se a efetivação do Protocolo de Parceria no âmbito da apresentação de candidatura ao FEAC - Fundo Europeu de Apoio a Carentes. -----

---- O Presidente argumentou que as Câmaras Municipais estão com muita dificuldade em avançar com este programa, uma vez que, neste novo modelo, a Segurança Social se demite de alguma responsabilidade, passando-a para o polo recetor. No entanto, não obstante estas dificuldades, declarou que o Município de Mafra assume esta responsabilidade, a bem dos munícipes carenciados. Informou que, neste momento, já dispõe de um armazém para produtos secos na Ericeira, mas os dois novos tipos de alimentos – os frescos e os congelados – são mais difíceis de acondicionar e de distribuir, obrigando à alocação de recursos humanos afetos a este serviço e também de transportes adequados para levar os alimentos até às entidades mediadoras, que são os pontos de distribuição. Por sua vez, as IPSS, enquanto entidades mediadoras, têm de ter alguma capacidade de armazenagem e rapidez de distribuição, dada a tipologia dos produtos, o que tem contribuído para que haja dificuldade em encontrar parceiros. Acrescentou que também os próprios destinatários têm de ter capacidade de armazenamento e refrigeração destes produtos, o que nem sempre acontece em

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)



famílias carenciadas. Por último, declarou que, na prática, este projeto é extremamente difícil de se concretizar. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço questionou onde se localiza o armazém na Ericeira. Atendendo a que os recetores finais, as famílias, têm de confeccionar as refeições e sabendo que as IPSS levam refeições já confeccionadas a casa, por incapacidade de algumas pessoas, perguntou se, nestes casos, terão as pessoas de se deslocar aos Centros de Dia e de Noite para comer, reconhecendo que nem todas as instituições possuem capacidade logística e apoios económicos para tal. -----

--- O Presidente informou sobre quais as instituições que se disponibilizaram para a adesão a este projeto. Quanto ao armazém da Ericeira, esclareceu que se localiza junto à Escola Básica e Piscinas Municipais da Ericeira e que há cerca de três anos os bens do FEAC são ali acondicionados e posteriormente distribuídos para as IPSS. -----

--- O Vereador Sérgio Santos declarou que, por mais que se possa dizer que é difícil, o difícil é que as pessoas carenciadas não possam comer frescos e congelados. Na sua opinião, é obrigação dos agentes políticos criar as soluções para que este apoio possa chegar às pessoas. Questionou, ainda, se as IPSS tinham sido todas convidadas para aderir ao projeto. Por último, atendendo à necessidade das IPSS adquirirem os equipamentos necessários para a conservação e distribuição destes produtos, sugeriu a criação de um programa de incentivos por parte da Câmara Municipal. -----

--- O Presidente respondeu que todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social foram convidadas. Discordou da opinião do Vereador Sérgio Santos quando afirma que a Câmara tem de criar condições, porque esta é uma competência da Administração Central, nomeadamente da Segurança Social. Não obstante, declarou que o Município de Mafra sempre se disponibilizou para colaborar e que vai fazê-lo neste acaso, embora até seja, em termos práticos, penalizado por o fazer. Explicou que existe uma diferença de comparticipação no caso de ser uma IPSS ou um Município a ser o polo recetor: a IPSS receberia 100% e o Município apenas 85% do apoio que está preconizado no fundo comunitário, quando o que se verifica é que o poder local está a substituir-se ao governo central e a despender do orçamento municipal para cumprir uma missão que não é sua. No entanto, reforçou que, na

defesa dos interesses dos munícipes, a Câmara Municipal vai ser parte da solução, sendo que a ideia inicial é aproveitar e rentabilizar as infraestruturas de frio que estas entidades mediadoras já detêm a funcionar nas suas instalações. Por último, manifestou o seu desacordo quanto à decisão deste Governo em acabar com as cantinas sociais, as quais constituíam uma forma de dar alimentos quentes a famílias, por incapacidade ou, porque não tinham condições em casa, não poderiam confecioná-las. -----

--- O Vereador Sérgio Santos defendeu que, ao invés de frequentar uma cantina social, é preferível dar os alimentos para que as famílias possam confecioná-las em sua casa, de acordo com o lema de que é melhor "ensinar a pescar". -----

--- Interveio o Vereador Eduardo Baptista, referindo que os Municípios estão a assumir muitas responsabilidades que não são suas, defendendo que, quando as assumem, têm de ter contrapartidas financeiras para tal. Sem querer diminuir a importância destes apoios, salientou que não se deve enveredar por caridades que não resolvem o problema de fundo, devendo-se contribuir para a resolução efetiva do problema. -----

--- A Vereadora Cesaltina Oliveira pronunciou-se sobre a matéria, dizendo que, se por um lado, concorda que se dê carne e peixe às famílias, por outro, reconhece que existem muitas pessoas que não têm capacidade ou condições para as confecionar e acondicionar nas suas casas, pelo que lamentou que se acabe com as cantinas sociais. Relatou que embora existam pessoas que preferiam ter um cabaz de alimentos com carne e peixe e confecionar as suas próprias refeições, outras existem que não têm sequer condições, devendo estas situações ser bem analisadas para dar a opção a cada uma dessas pessoas. -----

--- O Presidente, concluindo, reiterou que constitui motivo de preocupação as condições existentes nas habitações destas famílias para o acondicionamento e a confeção dos alimentos. Na sua opinião, o modelo misto seria o ideal, possibilitando que, em determinados casos, as IPSS pudessem confecionar os alimentos e distribuí-los dessa forma. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e da alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, subscrever o Protocolo de Parceria no âmbito da apresentação de candidatura ao FEAC - Fundo Europeu de Apoio a Carenciados. -----

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

--- 2.3. PLANO ESTRATÉGICO PARA A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CLUSTER DO TURISMO OUTDOOR DO CONCELHO DE MAFRA: -----

--- Presente, em anexo, a proposta do Presidente da Câmara Municipal de Mafra, elaborada em 14 de março de 2017, devidamente instruída com o Plano estratégico para a criação e desenvolvimento do *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra (anexo XVI).-----

--- O Presidente começou por exibir o vídeo promocional do Concelho, apresentado na Bolsa de Turismo de Lisboa, tendo, de seguida, feito a apresentação do Plano Estratégico para a Criação e Desenvolvimento do *Cluster* do Turismo *Outdoor*, com visionamento em *powerpoint* (anexo XVII). -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço manifestou satisfação pela forma concisa como a apresentação foi efetuada, parecendo-lhe bem formulada. Disse temer pelo incremento das dormidas, nomeadamente na zona litoral, desejando que este crescimento aconteça, em alternativa, no interior. Declarou que não entendia a razão pela qual a Escola Secundária José Saramago de Mafra não se encontrava mencionada como potencial membro do *cluster*, assim como desconhece sobre a existência de mais interessados para além das associações identificadas na área da proteção da natureza.

--- O Vereador Sérgio Santos realçou que é sempre positivo tudo o que possa contribuir para uma atividade turística regular e sustentável no Concelho de Mafra. Relativamente ao vídeo, lamentou que tivessem tido conhecimento do mesmo através da comunicação social, quando este devia ter sido apresentado em primeiro lugar nesta Câmara Municipal. Referiu, ainda, que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista ficam muito felizes por Mafra estar sempre na vanguarda, mas não é só Mafra e Ericeira, pois vem-se assistindo a uma concentração da atividade nestas duas localidades. Quanto ao plano hoje apresentado, lamentou que este tenha sido elaborado unilateralmente, sem ouvir os outros eleitos. -----

--- O Presidente discordou, dizendo que não é comparável um vídeo promocional que, em escassos minutos, tem de passar a imagem dos principais ativos turísticos do Concelho de Mafra, com as várias ações que, de forma sustentada, se estão a fazer por todo o território. Acresce que este vídeo não pode ser analisado de uma forma isolada,

fazendo parte de um vasto leque de materiais promocionais, tais como o *site*, *app*, guia turístico, mapas, folhetos ou *flyers*, entre outros. Concluiu, dizendo que este Plano Estratégico é um bom exemplo de transversalidade e de valorização de todos os ativos do Concelho de Mafra em matéria de turismo *outdoor*. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista enfatizou a importância da participação, afirmando que esta tem os seus custos, mas que a não participação também os tem. Na sua opinião, se os Vereadores fossem chamados a participar na elaboração dos documentos, provavelmente seriam gerados consensos. Acrescentou que, ao nível da redação, poderiam ser empregues palavras em português e não em inglês. -----

--- O Presidente acrescentou que este documento, elaborado pelos serviços municipais, tem subjacente uma estratégia para o Concelho apresentada pelo Executivo, tendo os Vereadores toda a possibilidade de dar contributos, desafiando para que os mesmos sejam enviados, por escrito, até ao final da próxima semana. ----

--- Atenta a proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e das alíneas f) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea h), do n.º 1 do artigo 25.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal o Plano estratégico para a criação e desenvolvimento do *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra, com o qual concorda. -----

--- 2.4. ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS - INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE MAFRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, o Despacho n.º 10/2017 - PCM do Presidente da Câmara Municipal, datado de 14 de março de 2017 (anexo XVIII). -----

--- O Presidente explicou que, mediante a solicitação de indicação dos representantes do Município de Mafra nos órgãos da Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres (RH TL), indicou a Vereadora Célia Batalha Fernandes como Secretário da Direção e como Vogal do Conselho Fiscal a Arqueóloga Marta Alexandra Vasconcelos Tomaz Miranda, que tem prestado acompanhado técnico no desenvolvimento deste projeto. -----

ATA DA REUNIÃO DE 17.03.2017 (PÚBLICA)

--- A Vereadora Antonieta Lourenço declarou que se iria abster. Solicitou que lhe fossem apresentados os relatórios sobre a atividade realizada no âmbito da Rota Histórica das Linhas de Torres, assim como informação sobre os projetos futuros. -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes informou que, tendo sido constituída formalmente a Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, com a celebração da escritura, vão agora tomar posse os corpos sociais da Associação, sendo que o respetivo plano de atividades será posteriormente apresentado e trazido a esta reunião de Câmara. -----

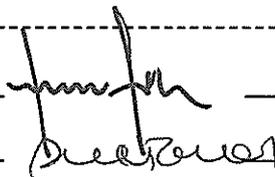
--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, da CDU e do Senhor Presidente, e as abstenções dos Vereadores do PS, face aos fundamentos plasmados no Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, ratificar o mencionado Despacho. -----

--- **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram treze horas, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----



Diretora

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA**

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 23 de fevereiro a 8 de março 2017.

Mafra, 9 de março de 2017.

O Presidente da Câmara,

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	328/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/01/09	2017/03/06	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ANA SOFIA SILVESTRE MIGUEL	LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO E MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO RUA DO CASAL DA ÁGUA BRANCA, N.º 329 - ARRIFANA
OP	89/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/02/03	2017/03/02	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CARLA SOFIA VICENTE RODRIGUES	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E GARAGEM JUNQUEIROS
OP	319/2009	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/02/15	2017/02/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CARLOS CARVALHO-SOCIEDADE DE TRANSPORTES UNIPessoal, LDA	ALTERAÇÃO DE ARMAZÉM ESTRADA NACIONAL 8, N.º 10-VALE DA GUARDA
OP	48/2015	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/02/27	2017/03/06	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CASA DO POVO DO GRADIL	AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE ESCOLA PARA CENTRO DE DIA/NOITE RUA DA ESCOLA, N.º 2 - VILA FRANCA DO ROSARIO
OP	242/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/02/20	2017/02/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	DIOGO DE MATOS GONÇALVES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA CHAFARIZ DA FIGUEIRA - PÓVOA DE CIMA
OP	204/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/02/06	2017/03/02	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	EDGAR MANUEL CARVALHO DUARTE	LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES E ADAPTAÇÃO DE GARAGEM A HABITAÇÃO RUA MOINHO DO CUÇO N.º 4 - PAZ
OP	333/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/12/29	2017/02/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ELVIRA MANUELA PEREIRA BISPO TARRÉ	LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO E ANEXO COM PROPRIEDADE HORIZONTAL RUA DA FONTE DO CABO, N.ºS 10 E 10A E RUA DO CALDEIRA N.º 5 - ERICEIRA
OP	157/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/12/20	2017/03/01	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	GONÇALO HENRIQUES DOS SANTOS	LEGALIZAÇÃO DE PISCINA E JACUZZI RUA DO ALTO, N.º 50 - CASAIS DO ROMEIRÃO
OP	151/1993	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	2017/02/17	2017/02/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JOÃO PEDRO DA LUZ DO CARMO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR BAIRRO ALTO DAS PRETAS-N.º 41-ERICEIRA
OP	340/1995	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/02/13	2017/03/01	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	LUIS FILIPE PEDROSO	CONSTRUÇÃO DE MORADIA COM GARAGEM RUA DAS OFICINAS DE SÃO JOSÉ, N.º 5-MILHARADO
OP	283/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/02/10	2017/03/03	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA DE LURDES DA COSTA ROQUE CALVET	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ANEXO RUA DO CLUBE, N.º 5-CARAPINHEIRA
OP	87/1984	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/02/16	2017/02/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA TERESA CAETANO DA LUZ	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DO REGUEIRINHO, N.º 10-CARAPINHEIRA
OP	241/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/02/16	2017/03/03	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PEDRO AMARAL GOUVEIA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO PARA GARAGEM E ARRUMOS SOBREIRO



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Licenciamentos Diversos

Tomei conhecimento.
À Reunião
O Presidente da Câmara,

10/03/17

INFORMAÇÃO

Ao abrigo dos despachos n.ºs 49/2013-PCM de 21/10/2013 e 79/2013-PCM de 02/12/2013, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 3 e 10 de março de 2017, ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença de recinto improvisado	1
Licença especial de ruído	4
Licença para passeio desportivo	2
Licença para prova desportiva	1

Mafra, 10 de março de 2017

O Vereador,

(Hugo Moreira Luís)

RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA

SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS

27/02/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE MONTE BOM	ISENTO	DEFERIDO
03/03/2017	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTTIVO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO MILHARADO	ISENTO	DEFERIDO
03/03/2017	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTTIVO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO MILHARADO	ISENTO	DEFERIDO
03/03/2017	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA	SOCIEDADE RECREATIVA DESPORTIVA CHELEIRENSE	ISENTO	DEFERIDO
03/03/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SOCIEDADE RECREATIVA DESPORTIVA CHELEIRENSE	ISENTO	DEFERIDO
03/03/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	WORK DOG - ASSOCIAÇÃO PARA TREINO E RECOLHA DE CANÍDEOS	ISENTO	DEFERIDO
03/03/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	WORK DOG - ASSOCIAÇÃO PARA TREINO E RECOLHA DE CANÍDEOS	ISENTO	DEFERIDO
10/03/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	PAULO AMÉRICO FERNANDES	139,33 €	DEFERIDO

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo com a proposta apresentada. Ao O. M. S. Facultino para tomada de conhecimento.

2017/03/15

O Vereador,

(Hugo Luís)

Concordo com a proposta apresentada.

2017/03/15

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com a informação. Submeto à consideração superior.

2017/03/15

A Chefe de Divisão,

(Dulce Lourenço)

DESPACHO**APROVADA**

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal, na sua reunião realizada em 18/10/2013

15/03/2017

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/4176**ASSUNTO:** 3.ª Modificação aos Documentos Previsionais

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são dois instrumentos de gestão previsionais, pelo que, dada a sua natureza, a lei prevê, nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a realização das modificações consideradas necessárias para que, durante a sua execução, tais instrumentos se coadunem com a realidade do Município.

anexo III



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Os documentos previsionais continuam a observar o princípio do equilíbrio orçamental que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Verifica-se a necessidade de reforçar as dotações de rubricas que se revelam insuficientes. Pelo exposto, proponho, salvo melhor opinião, o projeto da 3.ª Modificação aos Documentos Previsionais do corrente ano.

A Alteração ao Orçamento da Despesa apresenta reforços e diminuições no valor de 282.835,00 € (duzentos e oitenta e dois mil e oitocentos e trinta e cinco euros), conforme quadro infra:

Designação	PAM/PPI	Reforços	Diminuições
Despesas com o Pessoal		30 000,00	0,00
Aquisição de Bens e Serviços		74 500,00	52 800,00
Outros		4 500,00	
Outros Bens		10 000,00	18 000,00
Conservação de Bens			15 000,00
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		15 000,00	
Candidatura Conjunta - Convento, Palácio e Tapada Nacional de Mafra	PAM	20 000,00	
Outros Trabalhos Especializados		25 000,00	
Outros Serviços			19 800,00
Transferências Correntes		3 300,00	0,00
Instituições sem Fins Lucrativos		3 300,00	



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

Designação	PAM/PPI	Reforços	Diminuições
Outras Despesas Correntes		0,00	55 000,00
IVA Pago			40 000,00
Atividades de Ocupação de Tempos Livres	PAM		15 000,00
Aquisição de Bens de Capital		159 720,00	175 035,00
Terrenos	PPI	7 720,00	0,00
Habitacões Sociais	PPI	0,00	9 500,00
Edifícios Municipais	PPI	46 500,00	0,00
Edifícios Escolares	PPI	90 000,00	0,00
Construções Diversas-Instalações Desportivas	PPI	0,00	9 000,00
Ampliação do Estacionamento na Vila de Mafra	PPI	0,00	109 000,00
Equipamento	PPI	0,00	15 315,00
Construção e Infraestruturas	PPI	0,00	23 220,00
Diversos Parques de Jogo e Recreio	PPI	0,00	9 000,00
Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	PPI	15 500,00	0,00
Outras Despesas de Capital		15 315,00	0,00
Indemnizações	PPI	15 315,00	
Total		282 835,00	282 835,00

Mafra, 15 de março de 2017

Submeto à consideração superior,

A Técnica Superior

Marta Lemos

(Marta Lemos)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 3		ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 2 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/03/15	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			O B S	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
01		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA					
0102		CÂMARA MUNICIPAL					
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020102	Combustíveis e Lubrificantes					
	02010299	Outros	466.250,00	4.500,00		470.750,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020220	Outros Trabalhos Especializados	432.035,00	20.000,00		452.035,00	
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
	040701	Transferências Correntes	671.210,00	3.300,00		674.510,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070101	Terrenos	10,00	7.720,00		7.730,00	
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
	1102	DIVERSAS					
	110202	Indemnizações	565.000,00	15.315,00		580.315,00	
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS					
0202		DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO					
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060203	Outras					
	06020302	IVA Pago	250.905,00		40.000,00	210.905,00	
03		DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNIC. E AMBIENTE					
0301		DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO					
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020121	Outros Bens	80.000,00	10.000,00		90.000,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070103	EDIFÍCIOS					
	07010301	Instalações de Serviços	60.000,00	46.500,00		106.500,00	
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
	07010499	Outros	1.670.000,00		109.000,00	1.561.000,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	135.000,00		15.315,00	119.685,00	
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
	07030304	Iluminação Pública	100.000,00		23.220,00	76.780,00	
	07030399	Outros	1.410.000,00	15.500,00		1.425.500,00	
0303		DIVISÃO DE AMBIENTE, ESPAÇOS URBANOS E RURAIS					
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020121	Outros Bens	40.000,00		18.000,00	22.000,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020225	Outros Serviços	7.177.760,00		19.800,00	7.157.960,00	
04		DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO					
0401		DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	200.000,00	30.000,00		230.000,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020220	Outros Trabalhos Especializados	186.785,00	25.000,00		211.785,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
	07010406	Instalações Desportivas e Recreativas	10.000,00		9.000,00	1.000,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 2	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NUMERO: 3 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2017				DATA DE APROVAÇÃO 2017/03/15	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA				O B S	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
0402	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
	07030306	Instalações Desportivas e Recreativas	10.000,00		9.000,00	1.000,00	
0403	07	DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL					
	0701	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	070102	INVESTIMENTOS					
	07010203	HABITAÇÕES					
	07010203	Reparação e Beneficiação	10.000,00		9.500,00	500,00	
05	06	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE					
	0602	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060203	Outras					
	06020305	Outras					
	0602030502	Atividades de Tempos Livres	64.600,00		15.000,00	49.600,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
05	0701	INVESTIMENTOS					
	070103	EDIFÍCIOS					
	07010305	Escolas	2.556.380,00	90.000,00		2.646.380,00	
05	02	DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL					
	0202	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	020203	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	29.460,00		15.000,00	14.460,00	
05	020214	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	10.000,00	15.000,00		25.000,00	
TOTAL ...			16.135.395,00	282.835,00	282.835,00	16.135.395,00	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES					107.800,00	107.800,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...					175.035,00	175.035,00	

APROVADA

Em 2017/03/15

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO													PÁGINA : 1			
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 3		DO ANO CONTABILÍSTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/03/15												
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. / ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR		MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUINTE				DOTAÇÃO SEQUINTE			
						ANO EN CURSO / FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	2018	2019	2020	SEQUINTE	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
1.		Funções gerais																
1.1.		Serviços gerais da administração pública																
1.1.1.		Administração geral																
1.1.1.	01	2014																
1.1.1.	0101	2014 I 1	DUCMA	0301 07010301	4.482.816,55	60.000,00	60.000,00	46.500,00							106.500,00		106.500,00	
1.1.1.	02	2014																
1.1.1.	0201	2014 I 3	CH	0102 070101	1.490.513,53	10,00	10,00	7.720,00							7.730,00		7.730,00	
2.		Funções sociais																
2.1.		Educação																
2.1.1.		Ensino não superior																
2.1.1.	01	2014																
2.1.1.	0101	2014 I 14	DUCMA	0403 07010305	1.090.888,58	2.556.380,00	2.556.380,00	90.000,00							2.646.380,00		2.646.380,00	
2.4.		Habituação e serviços coletivos																
2.4.1.		Habituação																
2.4.1.	01	2014																
2.4.1.	0101	2014 I 21	DUCMA	0402 07010203	68.265,06	220.000,00	220.000,00	9.500,00							500,00		220.000,00	220.000,00
2.4.1.	0101	2014 I 21																
2.4.2.		Ordenamento do território																
2.4.2.	01	2014																
2.4.2.	0101	2014 I 22	DUCMA	0301 07030399	1.542.541,34	130.000,00	650.000,00	780.000,00	15.500,00						145.500,00	650.000,00	795.500,00	
2.4.2.	05	2014 A 61																
2.4.2.	05	2014 A 61																
2.4.2.	05	2014 A 61																
2.4.2.	05	2014 A 61																
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e conservação da nature																
2.4.6.	03	2014 A 28																
2.4.6.	03	2014 A 28																
2.4.6.	03	2014 A 28																
2.4.6.	03	2014 A 28																
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos																
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer																
2.5.2.	01	2014																
2.5.2.	0102	2014 I 50	DUCMA	0401 07010406	209.984,15	10.000,00	10.000,00	9.000,00							1.000,00		1.000,00	
2.5.2.	0103	2014 I 51	DUCMA	0401 07030306		10.000,00	10.000,00	9.000,00							1.000,00		1.000,00	
2.5.2.	01	2016 A 3	DS	0403 0602030502	43.139,97	64.600,00	64.600,00	15.000,00							49.600,00		49.600,00	
3.		Funções económicas																
3.2.		Indústria e energia																
3.2.1.		Iluminação pública																

021

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO													PÁGINA : 2			
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 3 DO ANO CONTABILÍSTICO 2017											DATA DE APROVAÇÃO 2017/03/15					
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUINTE				DOTAÇÃO SEQUINTE		
						ANO EM CURSO / FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2018	2019	2020	SEGUINTE	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
				TRANSPORTE	9.223.524,32	3.162.990,00	870.000,00	4.032.990,00	192.670,00	42.500,00					3.313.160,00	870.000,00	4.183.160,00	
3.2.1.	01	2014		Iluminação em Diversas Localidades														
3.2.1.	0101	2014 I 57	DUOMA	0301 07030304	283.740,17			100.000,00		23.220,00					76.780,00		76.780,00	
3.2.1.	0102	2014 I 58	DUOMA	0301 07011099	306.822,24			90.000,00		15.315,00					74.685,00		74.685,00	
3.3.				Transportes e comunicações														
3.3.1.				Transportes rodoviários														
3.3.1.	01	2014		Construção, Reparação e Beneficiação														
3.3.1.	0102	2014 I 60	DUOMA	0301 07010499	660.497,25			950.000,00		109.000,00					841.000,00		841.000,00	
4.				Outras funções														
4.3.				Diversas não especificadas														
4.3.	01	2017		Diversas não especificadas														
4.3.	0101	2017 I 1	CM	0102 110202				565.000,00		15.315,00					580.315,00		580.315,00	
TOTAL ...					10.474.583,98	4.867.990,00	870.000,00	5.737.990,00	207.985,00	190.035,00					4.885.940,00	870.000,00	5.755.940,00	

APROVADA

Em 2017/03/15

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,

na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 3 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2017
 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 2
 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 2

DATA DE APROVAÇÃO 2017/03/15

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEGUINTE							
					ANO EM CURSO		ANOS SEQUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEQUINTE			ANO EM CURSO			ANOS SEQUINTE					
					TOTAL	DEFINIDA		NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEQUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEQUINTE
1.		Funções gerais			60.010,00	60.010,00		10215000,00	54.220,00						114.230,00	114.230,00		8.215.000,00	2000000,00		
1.1.		Serviços gerais da administração pública			60.010,00	60.010,00		10215000,00	54.220,00						114.230,00	114.230,00		8.215.000,00	2000000,00		
1.1.1.		Administração geral			60.010,00	60.010,00		10215000,00	54.220,00						114.230,00	114.230,00		8.215.000,00	2000000,00		
1.1.1.01	2014	Construção, reparação e Beneficiação			60.000,00	60.000,00		10215000,00	46.500,00						106.500,00	106.500,00		8.215.000,00	2000000,00		
1.1.1.0101	2014 I 1	Edifícios Municipais	DUOMA	0301 07010301	60.000,00	60.000,00		10215000,00	46.500,00						106.500,00	106.500,00		8.215.000,00	2000000,00		
1.1.1.0102	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento			10,00	10,00			7.720,00						7.730,00	7.730,00					
1.1.1.0201	2014 I 3	Terrenos	CH	0102 070101	10,00	10,00			7.720,00						7.730,00	7.730,00					
2.		Funções sociais			3.972.990,00	3.102.990,00	870.000,00	5.975.560,00	95.950,00						4.068.940,00	3.198.940,00	870.000,00	5.120.950,00	854.610,00		
2.1.		Educação			2.556.380,00	2.556.380,00		2.500.000,00	90.000,00						2.646.380,00	2.646.380,00		2.500.000,00			
2.1.1.		Ensino não superior			2.556.380,00	2.556.380,00		2.500.000,00	90.000,00						2.646.380,00	2.646.380,00		2.500.000,00			
2.1.1.01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação			2.556.380,00	2.556.380,00		2.500.000,00	90.000,00						2.646.380,00	2.646.380,00		2.500.000,00			
2.1.1.0101	2014 I 14	Edifícios Escolares	DUOMA	0403 07010305	2.556.380,00	2.556.380,00		2.500.000,00	90.000,00						2.646.380,00	2.646.380,00		2.500.000,00			
2.4.		Habituação e serviços coletivos			1.332.010,00	462.010,00	870.000,00	3.475.560,00	38.950,00						1.370.960,00	500.960,00	870.000,00	2.620.950,00	854.610,00		
2.4.1.		Habituação			230.010,00	10.010,00	220.000,00	850.000,00	-9.500,00						220.510,00	510,00	220.000,00	850.000,00			
2.4.1.01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação			230.010,00	10.010,00	220.000,00	850.000,00	-9.500,00						220.510,00	510,00	220.000,00	850.000,00			
2.4.1.0101	2014 I 21	Habituações Sociais	DUOMA		230.010,00		220.000,00	850.000,00						220.510,00		220.000,00	850.000,00				
2.4.1.0101	2014 I 21					10.000,00			-9.500,00						500,00						
2.4.1.0101	2014 I 21					10,00									10,00						
2.4.2.		Ordenamento do território			802.000,00	152.000,00	650.000,00	700.000,00	35.500,00						837.500,00	187.500,00	650.000,00	700.000,00			
2.4.2.01	2014	Construção e Requalificação			780.000,00	130.000,00	650.000,00	700.000,00	15.500,00						795.500,00	145.500,00	650.000,00	700.000,00			
2.4.2.0101	2014 I 22	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	DUOMA	0301 07030399	780.000,00	130.000,00	650.000,00	700.000,00	15.500,00						795.500,00	145.500,00	650.000,00	700.000,00			
2.4.2.05	2014 A 61	Candidatura Conjunta - Convento, Palácio e Tapada Nacional de Mafra			22.000,00	22.000,00			20.000,00						42.000,00	42.000,00					
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e conservação da nature			300.000,00	300.000,00		1.925.560,00	12.950,00						312.950,00	312.950,00		1.070.950,00	854.610,00		
2.4.6.03	2014 A 28	Intervenção em Rios/Ribeiras			300.000,00	300.000,00		1.925.560,00	12.950,00						312.950,00	312.950,00		1.070.950,00	854.610,00		
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos			84.600,00	84.600,00			-33.000,00						51.600,00	51.600,00					
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			84.600,00	84.600,00			-33.000,00						51.600,00	51.600,00					
2.5.2.01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação			20.000,00	20.000,00			-18.000,00						2.000,00	2.000,00					
2.5.2.0102	2014 I 50	Construções Diversas-Instalações Desportivas	DUOMA	0401 07010406	10.000,00	10.000,00			-9.000,00						1.000,00	1.000,00					
2.5.2.0103	2014 I 51	Diversos Parques de Jogo e Recreio	DUOMA	0401 07030306	10.000,00	10.000,00			-9.000,00						1.000,00	1.000,00					
2.5.2.01	2016 A 3	Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On	DS	0403 0602030502	64.600,00	64.600,00			-15.000,00						49.600,00	49.600,00					

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																	PÁGINA : 2		
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 3 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2017 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 2 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 2 DATA DE APROVAÇÃO 2017/03/15																			
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEGUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE				ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE
				TRANSPORTE	4.033.000,00	3.163.000,00	870.000,00	16190560,00	150.170,00						4.183.170,00	3.313.170,00	870.000,00	13335950,00	2854610,00		
3.		Funções económicas			1.140.000,00	1.140.000,00		950.000,00	-147.535,00						992.465,00	992.465,00		450.000,00	500.000,00		
3.2.		Indústria e energia			190.000,00	190.000,00		950.000,00	-38.535,00						151.465,00	151.465,00		450.000,00	500.000,00		
3.2.1.		Illuminação pública			190.000,00	190.000,00		950.000,00	-38.535,00						151.465,00	151.465,00		450.000,00	500.000,00		
3.2.1.1.	01	2014			190.000,00	190.000,00		950.000,00	-38.535,00						151.465,00	151.465,00		450.000,00	500.000,00		
3.2.1.1.1.		Localidades			190.000,00	190.000,00		950.000,00	-38.535,00						151.465,00	151.465,00		450.000,00	500.000,00		
3.2.1.1.1.1.	0101	2014 I 57	DUOMA	0301 07030304	100.000,00	100.000,00		450.000,00	-23.220,00						76.780,00	76.780,00		200.000,00	250.000,00		
3.2.1.1.1.1.1.	0102	2014 I 58	DUOMA	0301 07011099	90.000,00	90.000,00		500.000,00	-15.315,00						74.685,00	74.685,00		250.000,00	250.000,00		
3.3.		Transportes e comunicações			950.000,00	950.000,00			-109.000,00						841.000,00	841.000,00					
3.3.1.		Transportes rodoviários			950.000,00	950.000,00			-109.000,00						841.000,00	841.000,00					
3.3.1.1.	01	2014			950.000,00	950.000,00			-109.000,00						841.000,00	841.000,00					
3.3.1.1.1.	0102	2014 I 60	DUOMA	0301 07010499	950.000,00	950.000,00			-109.000,00						841.000,00	841.000,00					
4.		Outras funções			565.000,00	565.000,00			15.315,00						580.315,00	580.315,00					
4.3.		Diversas não especificadas			565.000,00	565.000,00			15.315,00						580.315,00	580.315,00					
4.3.1.	01	2017			565.000,00	565.000,00			15.315,00						580.315,00	580.315,00					
4.3.1.1.	0101	2017 I 1	CM	0102 110202	565.000,00	565.000,00			15.315,00						580.315,00	580.315,00					
TOTAL ...					5.738.000,00	4.868.000,00	870.000,00	17140560,00	17.950,00						5.755.950,00	4.885.950,00	870.000,00	13785950,00	3354610,00		

APROVADA

Em 2017/03/15

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal



(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS											Página : 1		
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 3		ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS		NÚMERO 2 DO ANO CONTABILÍSTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/03/15							
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES
									TOTAL	DEFINIDO	NAO DEFINIDO				
TRANSPORTE															
1.		Funções gerais													
1.1.		Serviços gerais da administração pública													
1.1.1.		Administração geral													
1.1.1.1.	01	2014													
1.1.1.1.	0101	2014 1	0301	07010301	2014/01/01	2019/12/31	0	4.482.816,55	60.000,00	60.000,00		10.215.000,00	46.500,00	106.500,00	
1.1.1.1.	02	2014													
1.1.1.1.	0201	2014 3	0102	070101	2014/01/01	2017/12/31	0	1.490.513,53	10,00	10,00		7.720,00		7.730,00	
2.		Funções sociais													
2.1.		Educação													
2.1.1.		Ensino não superior													
2.1.1.1.	01	2014													
2.1.1.1.	0101	2014 14	0403	07010305	2014/01/01	2018/12/31	3	1.090.888,58	2.556.380,00	2.556.380,00		2.500.000,00	90.000,00	2.646.380,00	
2.4.		Habituação e serviços coletivos													
2.4.1.		Habituação													
2.4.1.1.	01	2014													
2.4.1.1.	0101	2014 21	0402	07010203	2014/01/01	2018/12/31	0	68.265,06	230.000,00	10.000,00	220.000,00	850.000,00	9.500,00	500,00	
2.4.2.		Ordenamento do território													
2.4.2.1.	01	2014													
2.4.2.1.	0101	2014 22	0301	07030399	2014/01/01	2018/12/31	3	1.542.541,34	780.000,00	130.000,00	650.000,00	700.000,00	15.500,00	145.500,00	
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos													
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer													
2.5.2.1.	01	2014													
2.5.2.1.	0102	2014 50	0401	07010406	2014/01/01	2017/12/31	0	209.984,15	10.000,00	10.000,00			9.000,00	1.000,00	
2.5.2.2.	0103	2014 51	0401	07030306	2014/01/01	2017/12/31	0		10.000,00	10.000,00			9.000,00	1.000,00	
3.		Funções económicas													
3.2.		Indústria e energia													
3.2.1.		Iluminação pública													
3.2.1.1.	01	2014													
3.2.1.1.	0101	2014 57	0301	07030304	2014/01/01	2019/12/31	0	283.740,17	100.000,00	100.000,00		450.000,00	23.220,00	76.780,00	
3.2.1.1.	0102	2014 58	0301	07011099	2014/01/01	2019/12/31	0	306.822,24	90.000,00	90.000,00		500.000,00	15.315,00	74.685,00	
3.3.		Transportes e comunicações													

20

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS											Página : 2		
MUNICIPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NUMERO : 3 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS			NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO 2017			DATA DE APROVAÇÃO 2017/03/15							
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
									TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
TRANSPORTE								3.836.390,00	2.966.390,00	870.000,00	15.215.000,00	159.720,00	66.035,00	3.060.075,00	
3.3.1.		Transportes rodoviários													
3.3.1.	01	2014													
3.3.1.	0102	2014 60	0301	07010499	2014/01/01	2017/12/31	3	660.497,25	950.000,00	950.000,00			109.000,00	841.000,00	
4.		Outras funções													
4.3.		Diversas não especificadas													
4.3.	01	2017													
4.3.	0101	2017 1	0102	110202	2017/02/14	2017/12/31			565.000,00	565.000,00		15.315,00		580.315,00	
TOTAL ...								10.136.068,87	5.351.390,00	4.481.390,00	870.000,00	15.215.000,00	175.035,00	175.035,00	4.481.390,00

APROVADA

Em 2017/03/15

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal



(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS										Página : 1	
MUNICIPIO DE MAFRA		Modificação Número: 3 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES		NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/03/15							
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC.	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INICIO	FIM			ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
								TOTAL	DEFINIDO				
2. 2.4. 2.4.2. 2.4.2.	05 2014 61	Funções sociais Habitação e serviços coletivos Ordenamento do território Candidatura Conjunta - Convento, Palácio e Tapada Nacional de Mafra	0102 020220	2014/01/01	2017/12/31			22.000,00	22.000,00		20.000,00		42.000,00
2.4.6. 2.4.6.	03 2014 28	Proteção do meio ambiente e conservação da nature Intervenção em Rios/Ribeiras	0303 020225	2014/01/01	2019/12/31		295.375,14	300.000,00	300.000,00	1.925.560,00	12.950,00		312.950,00
2.5. 2.5.2. 2.5.2.	01 2016 3	Serviços culturais, recreativos e religiosos Desporto, recreio e lazer Atividades de ocupação dos Tempos Livres e Geração On	0403 0602030502	2016/01/02	2017/12/31	0	43.139,97	64.600,00	64.600,00			15.000,00	49.600,00
TOTAL ...							295.375,14	386.600,00	386.600,00	1.925.560,00	32.950,00	15.000,00	404.550,00

APROVADA

Em 2017/03/15

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

 (Helder António Guerra de Sousa Silva)

Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher, como tem sido habitual, este ano foi assinalado por inúmeras manifestações que chamaram a atenção para as desigualdades de géneros e vulnerabilidades da mulher na sociedade.

Apesar dos direitos alcançados com o 25 de Abril de 1974, constatamos que muito caminho há a percorrer para que se atinja a igualdade de géneros:

- nos últimos anos, as mulheres têm sido as principais vítimas da perda de direitos;
- o Fórum Económico Mundial concluiu, em 2016, que a desigualdade económica entre homens e mulheres recuou para valores de 2008;
- segundo esse mesmo Fórum, de 144 países analisados relativamente a igualdade entre géneros, Portugal fica em 31º no ranking para igualdade económica, 46º na participação e oportunidades, em 63º na educação, 76º na saúde e 36º no poder político;

O aprofundamento das desigualdades a que se vem assistindo, do aumento da pobreza e da exclusão social, de todas as formas de violência, incluindo a violência doméstica, da prostituição e do tráfico de pessoas, dos problemas das pessoas imigrantes, refugiadas ou com deficiência, que têm atingido, de forma mais dramática as mulheres, coloca-nos a todos a responsabilidade de lutar contra preconceitos e discriminações e todas as situações de desigualdade que atingem a dignidade da pessoa humana.

Se, nos nossos dias, perante a lei, não existe qualquer diferença entre um homem e uma mulher, a prática demonstra que ainda persistem muitos preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade.

Por tudo isto, a Câmara Municipal de Mafra manifesta a sua solidariedade para com as lutas das mulheres, traduzidas nas grandes manifestações realizadas a propósito do Dia Internacional da Mulher e afirma o seu propósito de contribuir para que se apaguem as desigualdades ainda verificadas.

Câmara Municipal de Mafra, 17 de março de 2017

MULHER

A mulher não é só casa
mulher-loiça, mulher-cama
ela é também mulher-asa,
mulher-força, mulher-chama

E é preciso dizer
dessa antiga condição
a mulher soube trazer
a cabeça e o coração

Trouxe a fábrica ao seu lar
e ordenado à cozinha
e impôs a trabalhar
a razão que sempre tinha

Trabalho não só de parto
mas também de construção
para um filho crescer farto
para um filho crescer são

A posse vai-se acabar
no tempo da liberdade
o que importa é saber estar
juntos em pé de igualdade

Desde que as coisas se tornem
naquilo que a gente quer
é igual dizer meu homem
ou dizer minha mulher

ARY DOS SANTOS

Proposta de lei-quadro de descentralização de competências, para as autarquias locais

A CDU sempre defendeu a descentralização e a assunção de novas competências para as autarquias locais, desde que essas novas competências sejam acompanhadas dos meios, sobretudo financeiros, para a sua execução.

As autarquias podem, se tiverem os meios e condições de exercício, dar uma contribuição significativa para resolver problemas do Estado, servir melhor as populações, valorizar o património e territórios, atenuar assimetrias, promover a coesão social na sua esfera de influência.

Contudo, a tendência verificada no passado, tem sido uma centralização muitas vezes disfarçada de descentralização, por via dos recursos que se sonegam ou por imposições legais que condicionam as autarquias. Por vezes, como temos visto, descentralizar é apenas passar responsabilidades do que é mais incómodo.

Não tem sido claro o caminho das descentralizações avulso.

Princípios fundamentais como os da autonomia, da justa repartição de recursos públicos ou mesmo da livre organização de serviços, têm gerado no passado processos de conflito.

Por isso pergunto:

- Qual a avaliação feita e previsão dos impactos e das consequências, tal proposta de lei virá trazer para o Município de Mafra;

Médicos de Família

No início de 2016 segundo os dados do Diagnóstico Social do Concelho de Mafra, quase 30 mil utentes do sistema de saúde não tinham Médico de Família. Pergunto:

- Qual a situação atual, que medidas a Câmara tem adotado para pressionar as autoridades de saúde a resolver o problema e que informações dispõe relativas às medidas tomadas.

MafraEduca

São conhecidos genericamente os problemas, nomeadamente financeiros da empresa MafraEduca. Sobre esta empresa, ao contrário do que acontece com as outras que nos enviaram os relatórios e contas, nada mais sabemos. Por isso peço os Relatórios e Contas da MafraEduca dos anos de 2013 a 2015 e o de 2016 logo que esteja disponível.

Peço ainda que me seja dada informação da eventual dissolução da empresa e suas consequências para o Município que, creio estar tecnicamente falida, ao que suponho com mais de 17 milhões de euros negativos de capitais próprios.



PELA DEFESA DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

Em outubro de 2016 abordei os problemas que se estavam a agudizar na gestão da Tapada Nacional de Mafra. Nessa ocasião o senhor Presidente, que mostrou partilhar das mesmas preocupações, deu algumas informações muito genéricas dos seus contactos com as entidades responsáveis e tutelares da Tapada.

Pedi na ocasião que nos fosse dada uma informação mais detalhada das ações desenvolvidas pela Câmara e pelos seus representantes nos corpos sociais e na direção da Cooperativa que gere a Tapada.

O respeito que nos merece a Tapada Nacional de Mafra, vasto recinto, de terras agrícolas e florestais, que hoje é uma importante reserva genética possuindo e ostentando uma riquíssima diversidade biogenética e variedade de espécies, fruto da considerável quantidade de trabalho da natureza e humano que tem sido ali concentrado, tem uma enormíssima importância que ultrapassa as fronteiras do país, para o Concelho de Mafra, para as suas populações, para o desenvolvimento estratégico do Município, para a natureza e, por isso, exige que todos nós o dever de defender esse bem patrimonial e a sua atividade como um bem coletivo que é.

Infelizmente esse imenso e rico património não parece estar a ser mantido e defendido da melhor forma. A Tapada Nacional de Mafra, está em risco de não salvaguardar esse património e de não oferecer a harmonia, o usufruto, o bem-estar, a transmissão e partilha de conhecimentos que poderia proporcionar.

A Tapada Nacional de Mafra sempre foi um valor cultural do concelho de Mafra e do nosso país sendo, valor esse que deve ser potenciado como afirmam os vários estudos e projetos de desenvolvimento sustentável do Concelho de Mafra. A manutenção da presente situação, dos problemas não resolvidos, pode ser ruína e de difícil reparação.

Ainda que a responsabilidade direta não seja da Câmara, não podemos permitir - sob pena de sermos coniventes - a destruição da mais valia que a Tapada Nacional de Mafra representa para o concelho, para as suas populações e para o país.

Por isso, mais uma vez peço que nos seja dada toda a informação que contribua para que esta Câmara possa unir-se em torno da defesa deste imprescindível bem comum.

Câmara Municipal de Mafra, 17 de março de 2017

O Vereador da CDU



Eduardo Baptista



PNMAFRA

TRICENTENÁRIO

1717-2017

029

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município
2644-001 Mafra



Data
27-02-2017

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
AM_Saida/2017/4

Assunto: **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA - SESSÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017 - MINUTAS DE DELIBERAÇÃO**

Para os devidos efeitos, junto se enviam fotocópias das minutas das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada no dia 23 de fevereiro corrente, sobre os seguintes assuntos:

- Protocolo de Alteração do Anexo I do contrato tipo de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio;
- Projeto de Alteração ao Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação vigente, e na Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto;
- Aprovação da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Mafra (EMAAC);
- Alteração da Sinalização de Trânsito em vários arruamentos do Concelho de Mafra, entre Março e Dezembro de 2016;



Assembleia Municipal

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

anexo VII



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

- Designação de Juízes Sociais para a área de família e menores – Biénio 2017/2018;
- Assunção de Compromissos Plurianuais;
- 2.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017 – 1.ª Revisão;
- Empréstimo a curto prazo até ao valor de € 2.500.000,00 – Ano de 2017.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Bizarro)



Assembleia Municipal

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 23/02/2017

____.º REUNIÃO DE ___/___/___

2. – ASSUNTO: **PROTOCOLO DE ALTERAÇÃO DO ANEXO I DO CONTRATO TIPO DE CONCESSÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO, APROVADO PELA PORTARIA N.º 454/2001, DE 5 DE MAIO.** -----

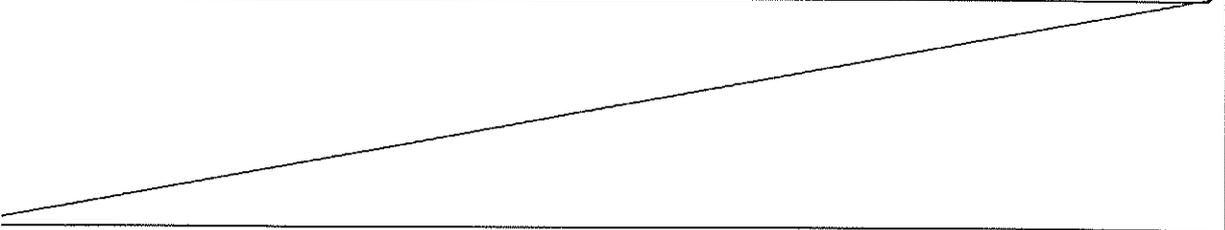
ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 2.º, do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º, e da alínea p) do n.º 1 do seu artigo 25.º, todos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a celebração do Protocolo de Alteração do Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, e que faz parte integrante daquele contrato de concessão, entre o Município de Mafra e a EDP Distribuição - Energia, S.A, conforme documento em anexo. -----



Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: Do... PSD (2), PSD (2), PE (1),... CDS (1); PS (7).....

Votos Contra:

Abstenções:

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 23/02/2017

____.ª REUNIÃO DE ___/___/___

3. - ASSUNTO: PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 264/2002, DE 25 DE NOVEMBRO, NO DECRETO-LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO, NA SUA REDAÇÃO VIGENTE, E NA LEI N.º 105/2015, DE 25 DE AGOSTO. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2016/14517, datada de 3 de janeiro de 2017, aprovar a alteração ao Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação vigente, e na Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto, o qual foi publicitado na página da Internet da Câmara Municipal, em 19 de junho de 2015. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria: -----

Votos a Favor: DS (12); PSD (22); CDM (3); BE (1); SDS (1); IS (2).....

Votos Contra: _____

Abstenções: _____

ASSINATURAS:

**MUNICÍPIO DE MAFRA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****MINUTA**

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 23/02/2017

____.ª REUNIÃO DE ___/___/___

4. – ASSUNTO: APROVAÇÃO DA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE MAFRA (EMAAC). -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Mafra (EMAAC). -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria: -----

Votos a Favor: DO... P.P.A.P.S.D. (22), C.O.V. (3), C.D.S. (1), P.S. (9)

Votos Contra: -----

Abstenções: -----

ASSINATURAS:

**MUNICÍPIO DE MAFRA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****MINUTA**

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 23/02/2017

____.ª REUNIÃO DE ___/___/___

5. - ASSUNTO: **ALTERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO EM VÁRIOS ARRUAMENTOS DO CONCELHO DE MAFRA, ENTRE MARÇO E DEZEMBRO DE 2016.** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos conjugados da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 3 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, aprovar as alterações de sinalização vertical e horizontal efetuadas durante o ano de 2016, de acordo com as plantas identificadas com os n.ºs 1 a 53, em anexo. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: Do... PSD (22); CDU (3); CDS (1); PS (5).....

Votos Contra: _____

Abstenções: _____

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 23/02/2017

____.ª REUNIÃO DE ___/___/___

6. – ASSUNTO: **DESIGNAÇÃO DE JUÍZES SOCIAIS PARA A ÁREA DE FAMÍLIA E MENORES – BIÉNIO 2017/2018.** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2017/2489, de 13 de fevereiro de 2017, deliberou, por escrutínio secreto, para efeitos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, aprovar a lista de Juízes Sociais para a área de família e menores para o biénio 2017/2018. -----

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. -----Votos a Favor:²⁷.....Votos Contra:⁵.....Abstenções:⁴.....

ASSINATURAS:

**MUNICÍPIO DE MAFRA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****MINUTA**

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 23/02/2017

____.ª REUNIÃO DE ___/___/___

7. – ASSUNTO: **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, com o n.º 15 do art.º 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), deliberou autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do Mapa em anexo à informação interno/2017/2551, elaborada na Divisão de Gestão Financeira e Património. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: ...P.P.D.(3); P.S.D.(3); C.D.S.(1).....

Votos Contra:

Abstenções: ...P.E.(1); C.D.U.(3); P.S.(9).....

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 23/02/2017

____.ª REUNIÃO DE ___/___/___

8. – ASSUNTO: **2.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017 – 1.ª REVISÃO.** -----

ENTIDADE: _____

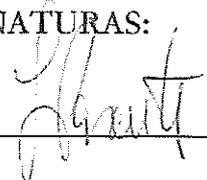
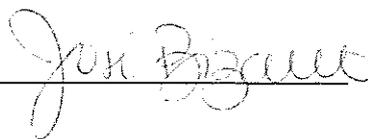
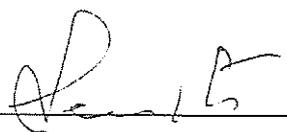
DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e da 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, apresentando o Orçamento da Receita "inscrições/reforços" no valor de € 1.263.780,00 (um milhão duzentos e sessenta e três mil setecentos e oitenta euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 195.165,00 (cento e noventa e cinco mil cento e sessenta e cinco euros), o Orçamento da Despesa "inscrições/reforços" no valor de € 1.571.510,00 (um milhão quinhentos e setenta e um mil quinhentos e dez euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 502.895,00 (quinhentos e dois mil oitocentos e noventa e cinco euros); o Plano Plurianual de Investimentos "inscrições/reforços" no valor de € 1.530.000,00 (um milhão quinhentos e trinta mil euros); o Plano de Atividades Municipais "inscrições/reforços" no valor de € 55.560,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos e

ASSINATURAS:


_____
_____



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 23/02/2017

____.ª REUNIÃO DE ___/___/___

8. – ASSUNTO: **2.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017 – 1.ª REVISÃO.** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

DELIBERAÇÃO (CONTINUAÇÃO): sessenta euros) e "diminuições/anulações"
no valor de € 558.455,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e
cinquenta e cinco euros). -----

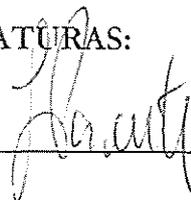
Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: ... P.D., P.S.D. (22)

Votos Contra: ... BE (1), CDU (3)

Abstencões: ... CDS (1), PS (9)

ASSINATURAS:









MUNICÍPIO DE MAFRA

037

ASSEMBLEIA MUNICIPAL MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 23/02/2017

____.ª REUNIÃO DE ___/___/___

9. - ASSUNTO: EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO VALOR DE
€ 2.500.000,00 - ANO DE 2017. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a contratação, pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra em representação do Município, para o ano 2017, de um ou mais empréstimos de curto prazo até ao montante de € 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros), nas condições propostas pelo Banco Santander Totta, S.A., por de acordo com o "MAPA RESUMO - Propostas Entidades Bancárias" que instrui a Informação Interno/2017/2494, ser a instituição de crédito que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa.-

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: PPD(1); PSD(22); PS(1); CDU(3); CDS(1)

Votos Contra: _____

Abstenções: PS(0); PE(1)

ASSINATURAS:

Almeida

José Bizau

15

13
038**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração superior.

2017/03/07

O Vereador,

(Hugo Luís)

Concordo com o proposto. À consideração superior.

7/3/2017

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com a informação dos serviços.

07/03/2017

A Chefe de Divisão

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Concordo, determino, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa no início, desenvolvimento e conclusão dos trabalhos previstos em sede da cronologia da execução da empreitada em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a adjudicação da empreitada referente à execução da **"Construção da Unidade de Saúde Mafra-Norte"**, à empresa AECI, Arquitetura, Construção E Empreendimentos Imobiliários, S.A. (NIPC 506 294 390), pelo valor de **€ 2.287.997,65 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e sete euros e sessenta e cinco cêntimos)**, acrescido do valor do I.V.A., à taxa legal em vigor, conforme proposta plasmada em sede do Relatório Final do júri do procedimento, datado de 7 de março de 2017.

À reunião de Câmara para ratificação.

07/03/17

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/3627**ASSUNTO:** "Construção da Unidade de Saúde Mafra-Norte" - Despacho de Adjudicação

Na sequência de Despacho do Sr. Presidente, datado de 21 de outubro de 2016, nos termos do n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, cujo teor mereceu a ratificação do Órgão Executivo, conforme Deliberação de Câmara de 28 de outubro procedeu-se à



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

abertura de procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para a formação de contrato de empreitada para a execução da "**Construção da Unidade de Saúde Mafra-Norte**", cuja publicitação de anúncio em sede de Diário da República Eletrónico ocorreu a 21 de outubro de 2016.

Conduzidos os devidos trâmites procedimentais, rececionadas as propostas, procedeu o júri do procedimento, designado na sequência do referido despacho e respetiva ratificação, à elaboração do Relatório Preliminar, em cumprimento do disposto no artigo 146.º do CCP, tendo, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 123.º do CCP, aplicável por via da remissão efetuada pelo artigo 147.º, procedido à audiência escrita dos concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem, assim o querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Terminado o período de audiência prévia procedeu o júri do procedimento em apreço, à elaboração do Relatório Final (em anexo à presente informação), nos termos do art.º 148.º do CCP.

Pelo que, atento os números 3 e 4 do art.º 148.º do CCP, que determinam que cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório final do júri, nomeadamente para efeitos de adjudicação, submete-se o mesmo, bem como os demais documentos que constituem o processo de concurso, sendo que o teor do dito relatório remete para a adjudicação da empreitada em apreço à empresa **AECI, Arquitetura, Construção E Empreendimentos Imobiliários, S.A. (NIPC 506 294 390), pelo valor de € 2.287.997,65 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e sete euros e sessenta e cinco cêntimos)**, acrescido do valor do I.V.A., à taxa legal em vigor.

7 de março de 2017.

O Técnico Superior

(Vasco Mota)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0301	DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO				
Classificação Económica	07010399	EDIFÍCIOS Outros				
Classificação Funcional	2.2.1. 0102	Serviços individuais de saúde Centro Saúde Mafra - Mafra Norte				
N.º Rubrica do Plano	2015 I 9					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	3.119.060,00				
2	Reforços / Anulações	74.500,00				
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	3.193.560,00				
5	Encargos Assumidos (a)					
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	3.193.560,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	1.160.000,00	1.265.277,51			
8 = 6 - 7	Saldo Residual	2.033.560,00				

Data: 2017/03/07 Numero de lançamento no diário do orçamento: 3261

Proposta de Cabimento n.º 2017/878
EMPREITADA DA UNIDADE DE SAUDE MAFRA NORTE

DULCE MARIA DUARTE
LOURENÇO
2017.03.07 16:32:13 Z

Notificação de Adjudicação - Procedimento CPE 4/2016 DAGF/DGFP/ACPA.

Nº do procedimento:	CPE 4/2016 DAGF/DGFP/ACPA
Designação:	Construção da Unidade de Saúde Mafra Norte.
Data de criação:	07/03/2017 18:33:05
Enviado por:	Câmara Municipal de Mafra - Vogal
Destinatário(s):	MRG - CONSTRUCTION, S.A.; Famaconcret, Lda; AECI, Arquitectura Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA; NORCEP CONSTRUÇÕES, S.A.
Tipo de Notificação:	Notificar Decisão de Adjudicação
Assunto:	Notificação de Adjudicação - Procedimento CPE 4/2016 DAGF/DGFP/ACPA.
Anexos:	Relatório Final_CPE_4_2016_Unidade de Saúde Mafra Norte.pdf

Notificam-se todos os concorrentes da tomada de decisão sobre a adjudicação, iniciando-se a contagem do prazo para entrega dos documentos de habilitação. O(s) adjudicatário(s) deve(m) a partir de agora apresentar os documentos de habilitação e fazer prova da prestação da caução se esta for devida. A informação pode ser consultada em www.saphety.com/saphetygov, mediante introdução de login e password.

Em cumprimento do estipulado no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, e por despacho do Sr. Presidente Helder Sousa Silva, datado de 7 de março do corrente ano, exarado na sequência do Relatório Final do Júri do Procedimento datado de 7 de março, informa-se V. Ex.ª que a execução da empreitada em apreço, Construção da Unidade de Saúde Mafra-Norte, foi adjudicada à empresa AECI, Arquitectura, Construção E Empreendimentos Imobiliários, S.A. (NIPC 506 294 390), pelo valor de 2.287.997,65 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e sete euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A., à taxa legal em vigor

Nos termos conjugados dos artigos 77.º e 81.º do Código dos Contratos Públicos, deverá o adjudicatário, no prazo máximo de 10 dias, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Programa de Procedimento;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
- d) Alvará de construção ou títulos de registo do concorrente (ou cópia do mesmo) emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (INCI, I. P.), contendo as autorizações referidas no n.º 17.2 ou, se for o caso, em substituição, o documento referido na alínea a) n.º 5 do artigo 81.º do CCP;
- e) Apresentação da Declaração da respetiva Associação Profissional do Diretor de Obra mencionado na proposta;
- f) Plano de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho;

- Ainda, conforme referido em sede de programa de procedimento, deverá o adjudicatário proceder à prestação da caução de 5% do valor da adjudicação, a que corresponde o montante de 114.399,88 (cento e catorze mil trezentos e noventa e nove euros e oitenta e oito cêntimos).

Solicita-se ainda o envio de cópias dos documentos de identificação (BI ou CC e NIF) da(s) pessoa(s) que procederão à outorga do contrato.

Com os melhores cumprimentos.

Estado Notificação - 07/03/2017 18:40:10

Destinatário	Estado Notificação na Plataforma	Endereço Email	Estado Email
--------------	----------------------------------	----------------	--------------

Notificação de Adjudicação - Procedimento CPE 4/2016 DAGF/DGFP/ACPA.

MRG - CONSTRUCTION, S.A.	Não Lida	mariamartins@mrg.pt	Mensagem enviada 07/03/2017 18:35:32
Famaconcret, Lda	Não Lida	orcamentos@famaconcret.pt	Mensagem enviada 07/03/2017 18:35:32
AECI, Arquitectura Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA	Não Lida	obras@aeci.pt	Mensagem enviada 07/03/2017 18:35:32
Tiago Ribeiro	Não Lida	comercial@norcep.pt	Mensagem enviada 07/03/2017 18:35:32



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO FINAL

CONCURSO PÚBLICO PARA:

“Construção da Unidade de Saúde Mafra-Norte”

Ao 6º (sexto) dia do mês de março do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Reuniões do Piso 0, desta Câmara Municipal, pelas dez horas, reuniu o Júri, nomeado por despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 21 (vinte e um) de outubro de dois mil e dezasseis, constituído pelo Presidente, António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras e Manutenção, pelo 1.º Vogal, Vasco Mota e pela 2.ª Vogal Suplente, Carolina Ganito, em substituição da 2.ª Vogal Efetiva, Ana Domingos, todos Técnicos Superiores, para, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, (adiante abreviadamente designado por CCP), proceder à elaboração do presente Relatório Final. -----

1 - PRONÚNCIA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA -----

O Júri procedeu, na sequência da elaboração do Relatório Preliminar datado de 3 (três) de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do CCP, aplicável por via da remissão efetuada pelo artigo 147.º do mesmo diploma legal, à audiência prévia escrita dos concorrentes.-----

Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados sobre o projeto de ordenação das propostas apresentadas, tendo beneficiado do prazo de cinco dias úteis para, querendo, se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. -----

No decurso daquele prazo foi apresentada, em 10 (dez) de fevereiro do ano em curso, na plataforma de contratação pública eletrónica, utilizada por esta Câmara Municipal, *Saphety-Gov*, pronúncia por parte da concorrente Famaconcret, Lda., conforme *infra* se transcreve:-----

“A FAMAONCRET, Lda, concorrente 2 (Dois) interessado no concurso à margem identificado, tendo sido notificado em 03/02/2017 do Relatório Preliminar do Júri, vem exercer o seu direito de audiência prévia, o que faz nos termos e com os seguintes fundamentos:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

I - Da proposta do concorrente n.º 2 - Famaconcret, Lda-----

-Confrontado o teor do relatório preliminar ora notificado, verifica-se que a proposta apresentada pela Famaconcret, Lda foi objeto de uma avaliação incorreta, no nosso entender.-----

1 - O Exmo. Júri quanto ao subfactor plano de trabalhos avaliou a Famaconcret com 77,50, com o fundamento que "Faz uma discriminação no plano de trabalhos das várias tarefas ao longo da empreitada, com estruturação e indicação de caminho crítico. Apresenta datas de início e fim de cada tarefa, a atividades precedente e sucessora, não apresentando folgas e rendimento. Indica que o muro de gabião e os muros de betão armado na envolvente do aterro, serão executados após execução do aterro geral para cumprimento de cotas do projeto, quando o muro é necessário para correta execução de aterro. Indica também que a laje de piso térreo será executada antes dos drenos e das caixas de esgotos, o que não é compatível com a execução da presente empreitada";-----

- Ora, não pode a sociedade signatária conformar-se com tal decisão, já que o fundamento expendido relativamente à não apresentação de folgas e rendimento não tem razão de ser, uma vez que em local algum do programa de concurso faz referência à colocação dos mesmos no plano de trabalhos, logo não pode ser tido como fator de avaliação. Visto isto o plano de trabalhos apresenta apenas duas pequenas falhas e com pouca interferência da empreitada, logo nunca poderá ser avaliado fora do intervalo do muito bom, logo deveria ter sido avaliado com pelo menos 90,00 pontos;-----

2- - Quanto ao subfactor plano de mão-de-obra o Exmo. Júri avaliou a Famaconcret com 75,00, com o fundamento que "Apresenta um plano de mão-de-obra que contempla a presença de profissionais nas diversas fases da obra com a sua afetação aos diversos trabalhos que compõem a empreitada, sendo que por veze de forma incompleta ou incompatível, nomeadamente: não tem mão-de-obra de escavação e rega e compactação no artigo dos hidrocarbonetos, apresentando apenas picheleiros e ajudantes; apresenta trolhas e pedreiros para executar calçadas, sendo que desta forma não é possível garantir uma correta execução dos trabalhos; para a aplicação de



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

betuminoso apresenta apenas manobreadores e condutores (falta o pessoal de apoio) e não apresenta topógrafos para implantação da estrutura e execução dos arruamentos. Apesar de no plano semanal de mão-de-obra, ser indicada a presença do encarregado e do diretor de obra, não é possível aferir se ambos estarão presentes a tempo inteiro, uma vez que tal facto não é indicado na memória descritiva. É de salientar que há empresas que não colocam nem o encarregado nem o diretor de obra a tempo inteiro, o que não permite uma boa coordenação, um bom planeamento e um controle de qualidade dos trabalhos em curso”;-----

- Ora, não pode a sociedade signatária conformar-se com tal decisão, já que o fundamento expandido:-----

Relativamente não ter mão mão-de-obra de escavação, rega e compactação no artigo dos hidrocarbonetos, não tem razão de ser uma vez que são trabalhos de muito pequena dimensão que podem ser executados na perfeição pelos picheleiros e ajudantes;-----

- Quanto ao fundamento que para a aplicação de betuminoso apresenta apenas manobreadores e condutores, falta o pessoal de apoio. Ora se analisarmos o plano de mão de obra podemos ver que existe uma tarefa que percorre todo o prazo de execução da empreitada onde existe pessoal para apoio a este e a outros trabalhos, logo este argumento também não pode ser tido como válido;-----

- Quanto ao fundamento que não é possível aferir se o Diretor de Obra e o Encarregado estão presentes na obra a tempo inteiro, este também não corresponde à verdade, uma vez que se olharmos para o plano de mão-de-obra, podemos ver que existe uma tarefa que percorre o tempo todo da empreitada onde consta 1 Diretor de Obra e 1 Encarregado. Sendo assim podemos perfeitamente ver que o Diretor de Obra e o Encarregado estarão afetos à empreitada na totalidade do seu tempo de execução.----

- Visto isto o plano de mão-de-obra apresenta apenas uma pequena falha e com pouca interferência da empreitada, logo nunca poderá ser avaliado fora do intervalo do muito bom, logo deveria ter sido avaliado com pelo menos 90,00 pontos;-----

3 - Quanto ao subfactor plano de equipamentos o Exmo. Júri avaliou a Famaconcret com 80,00, com o fundamento que “apresenta um plano de equipamentos e relaciona



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

o tipo de equipamentos com os trabalhos da empreitada indicando também o tempo que irão estar em obra. Contudo á lacunas tais como: não tem equipamento de escavação, rega e compactação de valas, caixas de visita e sumidores e não tem equipamento de compactação e rega para o piso térreo.”-----

- Ora, não pode a sociedade signatária conformar-se com tal decisão, já que o fundamento expandido visto que estes trabalhos podem ser executados pelos equipamentos ligeiros de cada tipo de mão-de-obra.-----

- Visto isto o plano de equipamentos apresenta apenas uma pequena falha e com pouca interferência da empreitada, logo nunca poderá ser avaliado fora do intervalo do muito bom, logo deveria ter sido avaliado com pelo menos 90,00 pontos;-----

4 - Quanto ao subfactor memória descritiva o Exmo. Júri avaliou a Famaconcret com 70,00, com o fundamento que " apresenta uma memória descritiva e justificativa, onde faz uma descrição muito tipificada do modo de execução de alguns trabalhos, mas nem sempre com a devida adaptação à obra em concreto. Também não faz grande abordagem aos materiais a utilizar e aos equipamentos a instalar no edifício. No entanto faz alguma referência a meios humanos e mecânicos a utilizar na obra, mas sempre de uma forma muito tipificada. Ao nível dos aterros informa que estes serão executados logo após a consolidação do terreno, sem primeiro assegurar a execução dos muros de gabiões e de betão armado.-----

Nesta memória descritiva e justificativa informa que será garantido o acesso condigno e em segurança de peões e viaturas, na zona a intervencionar e envolvente e que procederá à reparação dos pavimentos existentes que, eventualmente, venham a ser danificados no decorrer da empreitada, conforme pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª da CE. Indica os testes e ensaios a realizar e refere que será entregue uma compilação técnica com telas finais, catálogos e manuais técnicos dos equipamentos. Todavia, são verificados algumas incongruências e até incumprimento em relação ao definido no concurso, nomeadamente ao referir que os metais ferrosos para pintar serão limpos, lavados e depois ser-lhes-á aplicado um primário anti-corrosivo, quando alguns têm de ser previamente decapados e metalizados. Apesar de indicar encarregado e diretor de



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

obra, não indica se têm ou não dedicação presente empreitada. É de salientar que, por vezes, há empresas que colocam encarregados a acompanhar várias obras, o que não é compatível com um bom acompanhamento dos trabalhos e implicitamente de um bom controlo de qualidade. Há ainda a salientar que na memória descritiva e justificativa, no esquema funcional para a empreitada, é indicado que o encarregado apenas se interliga com subempreiteiros e um apontador, não sendo indicado qualquer outro pessoal produtivo próprio da empresa, podendo, eventualmente, não dar cumprimento ao n.º 2 do artigo 383.º do Código dos Contratos Públicos, onde é mencionado que o empreiteiro não pode subcontratar mais de 75% dos trabalhos. Contudo, na proposta não é feita mais qualquer abordagem ao assunto. Em relação às especialidades de AVAC, instalações elétricas, telecomunicações e gás muito pouco foi referido na memória descritiva e justificativa.-----

Ora, não pode a sociedade signatária conformar-se com tal decisão já que os fundamentos expendidos não estão totalmente de acordo com a realidade, uma vez que faz uma descrição do modo de execução das tarefas, e indica também como os meios humanos e equipamentos com que se propõe a executa-los, o mesmo acontece com os trabalhos relativos às especialidades de AVAC, instalações elétricas, telecomunicações e gás. Quanto ao Encarregado e ao Diretor técnico, tal como já foi mencionado, no plano de mão-de-obra pode aferir-se perfeitamente que estarão os dois presentes durante a totalidade da execução da empreitada. Pensamos também que a preocupação demonstrada quanto à subcontratação de mais de 75% dos trabalhos não tem razão de ser, uma vez que essa questão não terá que ser justificada na memória descritiva, uma vez que é uma questão legal, e terá que ser cumprida.-----

- Visto isto a memória descritiva apresenta apenas pequenas falhas e sem importância no que diz respeito à execução da empreitada, logo nunca poderá ser avaliado fora do intervalo do muito bom, logo deveria ter sido avaliado com pelo menos 90,00 pontos;

II. Da proposta do concorrente n.º 3 – AECI, Arquitetura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, S.A.-----

- Confrontado o teor do relatório preliminar ora notificado, verifica-se que a proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

apresentada pela concorrente nº 3 não foi objeto no nosso entender de uma avaliação correta relativamente a vários fatores;-----

A mesma deveria ter sido classificada quanto ao plano de trabalhos, mão de obras e equipamentos com a avaliação de na melhor das hipóteses, no intervalo do insuficiente, devido aos argumentos a seguir apresentados:-----

- O plano de trabalhos está dividido em 24 páginas, o que torna quase impossível seguir as linhas dos antecessores e sucessores, que é dos elementos mais importantes no plano de trabalhos;-----

- Não se entende como a tarefa na linha 96, menciona testes de estanquicidade durante 72h e a mesma tem duração de 0 dias;-----

- Não menciona o custo dos trabalhos, sendo assim não é possível fazer uma relação entre o plano de trabalhos, o plano de pagamentos e cronograma financeiro;-----

- A tarefa na linha nº 10 não tem tarefas sucessoras e tem uma margem livre de 395 dias, esta tarefa são escavações para lintéis de fundação que tem que ser executados antes da quase totalidade dos trabalhos da empreitada;-----

- A tarefa na linha nº 14 não tem tarefas sucessoras e tem uma margem livre de 393 dias, esta tarefa são lintéis de fundação que tem que ser executados antes da quase totalidade dos trabalhos da empreitada;-----

- As tarefas nas linhas nº 39 e 40 não tem tarefas sucessoras e tem uma margem livre de 314 e 342 dias, estas tarefas são lajes de tetos, não se vê como é possível executar quase a totalidade dos trabalhos da empreitada, sem estes estarem executados;-----

- As tarefas nas linhas nº 28, 29, 30, 31 não tem tarefas sucessoras e tem uma margem livre entre 317 e 390 dias, estas tarefas são paredes de caixas de elevadores tem que ser executados antes dos trabalhos de instalação do ascensor;-----

- A tarefa na linha nº 191 não tem tarefas sucessoras e tem uma margem livre de 241 dias, quando a execução da tarefa 192 é necessário a tarefa 191 estar executada;-----

- As tarefas de execução das redes de águas não tem tarefas sucessoras e tem margem livre até ao final da empreitada, como podem este tipo de tarefas não ter tarefas sucessoras, quando é necessário as mesmas estarem executadas para que se possam



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

fechar roços e executar todos os revestimentos existentes na empreitada;-----

- O mesmo acontece com as condutas na rede de climatização, e as redes de tubagem na parte elétrica, que também não tem tarefas sucessoras e tem margem livre até ao final da empreitada, não se percebe como podem estas tarefas ser executadas no final da empreitada e executar todas as outras, tais como revestimentos, pinturas, entre outras, antes das mesmas serem executadas. Sendo assim no fator de avaliação do plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos, uma vez que os três estão relacionados a concorrente nº3, nunca poderia ser classificada com o valor de 90,00, poderia no máximo ser classificada com 40,00 valores.-----

III. Da conclusão-----

Em conclusão, e pelo exposto, a FAMAONCRET, Lda, requer a V. Ex. as se dignem:--

- a) Suspender imediatamente o presente concurso até ponderação da questão que supra se evoca e, em consequência: Rever a avaliação da proposta da Famaconcret, Lda e da AECI, Arquitetura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA;-----
- b) Adjudicar a empreitada à empresa **FAMAONCRET, Lda**, concorrente nº 2 (dois)."

2 - ANÁLISE DA PRONÚNCIA APRESENTADA PELA CONCORRENTE FAMAONCRET, LDA. -----

2.1- MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DO MODO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA -----

No relatório preliminar era referido "apresenta uma memória descritiva e justificativa, onde faz uma descrição muito tipificada do modo de execução de alguns trabalhos, mas sem a devida adaptação à obra em concreto. Também não faz grande abordagem, em concreto, quanto aos materiais a utilizar e aos equipamentos a instalar no edifício. No entanto faz alguma referência aos meios humanos e aos meios mecânicos a utilizar na obra, mas sempre de uma forma muito tipificada. Ao nível dos aterros informa que estes serão executados logo após a consolidação do terreno, sem primeiro assegurar a execução dos muros de gabiões e de betão armado. Nesta memória descritiva e justificativa informa que será garantido o acesso condigno e em segurança de peões e viaturas, na zona a intervencionar e envolvente e que procederá à reparação dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

pavimentos existentes que, eventualmente, venham a ser danificados no decorrer da empreitada, conforme pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do CE. Indica os testes e ensaios a realizar e refere que será entregue uma compilação técnica com telas finais, catálogos e manuais técnicos dos equipamentos. Todavia, são verificadas algumas incongruências e até incumprimento do definido no concurso, nomeadamente ao referir que os metais ferrosos para pintar serão limpos, lavados e depois ser-lhes-á aplicado um primário anticorrosivo, quando alguns têm de ser previamente decapados e metalizados. ----- Não define se o encarregado e o diretor de obra estarão dedicados em exclusivo à presente obra. É de salientar que, por vezes, há empresas colocam encarregados a acompanhar várias obras, o que não é compatível com um bom acompanhamento dos trabalhos e implicitamente de um bom controlo de qualidade. ----- Há ainda a salientar que na memória descritiva e justificativa, no esquema funcional para a empreitada, é indicado que o encarregado apenas se interliga com subempreiteiros e um apontador, não sendo indicado qualquer outro pessoal produtivo próprio da empresa, podendo, eventualmente, estar a infringir o n.º 2 do artigo 383.º do Código dos Contratos Públicos, onde é mencionado que o empreiteiro não pode subcontratar mais de 75% dos trabalhos. ----- Em relação às especialidades de AVAC, instalações elétricas, telecomunicações e gás muito pouco foi referido na memória descritiva e justificativa". A Famaconcret vem dizer que a sua memória descritiva e justificativa apresenta apenas pequenas falhas e que deve ter uma melhor classificação. Reanalizada a proposta, o júri reafirma, por unanimidade, tudo quanto foi mencionado no relatório preliminar e esclarece o seguinte: quanto à questão do tempo de afetação do encarregado ao diretor de obra, a esta obra em concreto, o júri reafirma que na memória descritiva e em toda a proposta não está mencionado, em lado algum, que estes trabalhadores terão uma afetação em exclusividade à obra. Estes trabalhadores, na proposta apresentada, foram indicados no planeamento semanal, mas sem indicação de que estarão afetos de forma exclusiva e integral a esta obra. Sendo de salientar que, para a boa execução da obra, garantia da qualidade dos trabalhos e cumprimento do prazo de execução da obra, justifica-se



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

a afetação de forma exclusiva e permanente do encarregado e do diretor da obra à empreitada em causa, e, em consequência, a sua presença permanente na mesma.---

Face ao exposto, verifica-se que a memória descritiva e justificativa além de muito tipificada e no caso das especialidades muito sintetizada, apresenta algumas incongruências e até algum incumprimento do definido no concurso, que colocam em causa não só a boa execução dos trabalhos, como a própria estabilidade dos aterros. Por outro lado, esta memória descritiva e justificativa está associada a um plano de trabalhos, de equipamentos e de mão-de-obra, os quais apresentam alguns erros graves, conforme mencionado nos respetivos planos. Há ainda a mencionar que apesar de fazer alguma referência a meios humanos e equipamentos a utilizar na obra, sempre de uma forma muito tipificada, por vezes não estão em consonância com os respetivos planos. Assim, e considerando os critérios de adjudicação das propostas plasmados no ponto 12 do Programa do Procedimento, em particular a alínea b) do ponto 12.3, a qual dispõe que *"no que concerne à qualidade técnica da propostas e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa delas de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia: Apreciação e pontuação qualitativa segundo uma escala predeterminada de: Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom; Transformação da classificação qualitativa numa indexação quantitativa, através da seguinte correspondência numérica: Mau...[0-20[Pontos; Insuficiente...[20-40[Pontos; Suficiente.... [40-60[Pontos; Bom....[60-80[Pontos e Muito Bom...[80-100] Pontos"*, o júri considera, por unanimidade, que a classificação qualitativa de *"bom"*, correspondente, em termos quantitativos, a 70 pontos, atribuída à concorrente, se revela adequada e proporcional, face à memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada apresentada.-----

2.2- PLANO DE TRABALHOS -----

No relatório preliminar era referido *"faz uma discriminação no plano de trabalhos das várias tarefas ao longo da empreitada, com estruturação e indicação do caminho crítico. Apresenta datas de início e fim de cada tarefa, a atividades precedente e sucessora, não apresentando folgas e rendimento"*. A Famaconcret vem dizer que o plano de



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

trabalhos apresenta apenas pequenas falhas e que deve ter uma melhor classificação. A Famaconcret na sua reclamação refere também que o júri faz uma referência ao facto do seu plano de trabalhos não apresentar folgas e rendimento, sendo que estas questões não faziam parte dos critérios de apreciação das propostas. Quanto a esta última questão o júri informa que foi efetuada uma caracterização genérica do plano de trabalhos, sem que o júri tivesse feito exigências específicas e também sem entrar ainda no detalhe do planeamento apresentado. O mesmo já não se aplica quando se desce à análise em concreto do planeamento apresentado para os vários trabalhos, onde há soluções que não são exequíveis, caso da execução da laje do piso térreo antes da execução dos drenos e das caixas de esgotos. E há outros trabalhos que a serem exequíveis, colocam em causa uma correta execução dos trabalhos como é o caso do muro de gabião e dos muros de betão armado, na envolvente do aterro, os quais estão previstos pela Famaconcret após a execução do aterro geral para cumprimento de cotas de projeto. Caso os trabalhos correspondentes aos muros, sejam executados desta forma, coloca em causa não só as regras de boa execução, mas, acima de tudo coloca em causa a estabilidade futura do aterro. Quando um concorrente pretende que se classifique de pequenas falhas, com pouca interferência da empreitada, quando tem soluções apresentadas, que são incompatíveis e que colocam em causa a qualidade e a segurança futura dos aterros, é preocupante quanto às regras de qualidade que pretende aplicar na empreitada. Contudo, no relatório preliminar fez-se referências às questões mais relevantes, sem se fazer uma descrição pormenorizada de todos os erros e incompatibilidades. Porém, há que referir que o plano de trabalhos da Famaconcret, tal como nos seus planos de mão-de-obra e de equipamentos, apenas contempla 319 tarefas, quando o mapa de trabalhos tem 599, ou seja, 53% da totalidade do mapa de trabalhos, o que significa que está bastante incompleto. Acresce ainda que não apresenta a numeração correspondente aos artigos do mapa de trabalhos, dificultando a análise conjunta com o mapa de trabalhos e além disso não indica, nem as quantidades, nem as unidades de medição dos respetivos trabalhos a executar. É de salientar ainda que indica que os desvios de trânsito têm a duração de 1 dia e são no



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

início da empreitada e não explica como é possível fazer as pavimentações no exterior e as marcações rodoviárias, sem efetuar outros desvios de trânsito. Acresce ainda que os ensaios de betão estão indicados no final da execução do betão armado, o que além de não ser correto, não permite o controlo de qualidade do betão em tempo oportuno e acaba por colocar em causa a existência destes ensaios. É ainda considerado que os maciços dos mastros estão considerados após a execução da pedra calcária, o que não corresponde a um faseamento adequado a um perfeito encadeamento das tarefas, obrigando a desfazer trabalhos já executados. Considerando assim os critérios de adjudicação das propostas plasmados no ponto 12 do Programa do Procedimento, em particular a alínea b) do ponto 12.3, a qual dispõe que *"no que concerne à qualidade técnica da propostas e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa delas de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia: Apreciação e pontuação qualitativa segundo uma escala predeterminada de: Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom; Transformação da classificação qualitativa numa indexação quantitativa, através da seguinte correspondência numérica: Mau...[0-20[Pontos; Insuficiente...[20-40[Pontos; Suficiente... [40-60[Pontos; Bom...[60-80[Pontos e Muito Bom...[80-100] Pontos"*, e uma vez que estamos perante um plano de trabalhos que em alguns casos não é exequível e, por isso, tem de ser obrigatoriamente alterado, em outros casos coloca em causa a qualidade dos trabalhos e não contempla todos os trabalhos do mapa de trabalhos, o júri considera, por unanimidade, que o plano de trabalhos não pode ser classificado de "muito bom", e, em consequência, a classificação qualitativa de "bom", correspondente, em termos quantitativos, a 77,5 pontos, e que lhe foi atribuída, revela-se adequada e proporcional.-----

2.3-PLANO DE MÃO-DE-OBRA-----

No relatório preliminar era referido *"apresenta um plano de mão-de-obra que contempla a presença de profissionais nas diversas fases da obra com a sua afetação aos diversos trabalhos que compõem a empreitada, sendo que por vezes de forma incompleta ou incompatível, nomeadamente: não tem mão-de-obra de escavação e rega e*



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

compactação no artigo dos hidrocarbonetos, apresentando apenas picheleiros e ajudantes; apresenta trolhas e pedreiros para executar calçadas, sendo que desta forma não é possível garantir uma correta execução dos trabalhos; para a aplicação de betuminoso apresenta apenas manobreadores e condutores (falta o pessoal de apoio) e não apresenta topógrafos para implantação da estrutura e execução dos arruamentos".

A Famaconcret vem solicitar uma pontuação superior. Contudo, o júri, por unanimidade, mantém o mencionado no relatório preliminar e estranha que o concorrente argumente que os trabalhos podem ser executados por operários não qualificados para executar os respetivos trabalhos, nomeadamente executar calçadas sem calceteiros, aplicação de azulejos e mosaicos por pedreiros e serventes, sem recorrer a ladrilhadores, efetuar trabalho de estuque com pedreiros e serventes, sem recorrer a estucadores, colocando em causa a qualidade dos trabalhos. Note-se que nos critérios de adjudicação era sempre dado ênfase à qualidade dos trabalhos. Para além destas falhas há outras, tais como, o plano de trabalhos apenas apresenta um plano para 319 trabalhos dos 599 do mapa de trabalhos; para os trabalhos com as identificações nº 132 e 133 indica carpinteiros quando os trabalhos são em inox; para o trabalho com a identificação nº 12 apresenta carpinteiro de tosco e armador de ferro sem justificação e falta pessoal especializado nas canalizações. No respeito ao número de condutores e manobreadores, em especial na fase do movimento de terras, estes revelam-se insuficientes e em alguns trabalhos onde estes são necessários, não constam no plano de mão-de-obra. Quanto à questão do tempo de afetação do encarregado ao diretor de obra a esta obra em concreto, o júri, por unanimidade, reafirma o que já foi atrás mencionado. Aproveitando-se nesta oportunidade para exemplificar, através do mapa abaixo, que o plano de trabalhos apresentado padece de algumas lacunas:-----

Plano de Mão-de-Obra

ID	Observações
4	Quantidade insuficiente de condutores/manobreadores para os meios para transporte a vazadouro.
5 e 6	Quantidade insuficiente de condutores/manobreadores para os meios para transporte a vazadouro e falta pessoal de topografia.
9	Quantidade insuficiente de condutores/manobreadores para os meios para transporte a vazadouro e falta pessoal de topografia.

Proc. n.º CPE 4/2016
DAGF/DGFP/ACPA



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

10	Quantidade insuficiente de condutores/manobreadores para os meios para transporte a vazadouro e falta pessoal de topografia.
12	Carpinteiro de toSCO e armador de ferro sem justificação
41	Faltam condutores/manobreadores para os meios de abertura de caixa, compactação, colocação de brita e tout-venant e acabamento a talocha mecânica que não estão previstos na proposta
49 a 51	Para o assentamento de cerâmicos, apresenta pedreiros e serventes quando o trabalho deverá ser executado por ladrilhadores
56	Para a aplicação de estuque, apresenta pedreiros e serventes quando o trabalho deverá ser executado por estucadores
58	Para o assentamento de cerâmicos, apresenta pedreiros e serventes quando o trabalho deverá ser executado por ladrilhadores
65	Para o assentamento de cerâmicos, apresenta pedreiros e serventes quando o trabalho deverá ser executado por ladrilhadores
120	Falta pessoal especializado na eletricidade
131 a 136	Falta pessoal especializado na canalização
132 e 133	Apresenta carpinteiros quando se trata de trabalhos em inox.
143	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
148	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
152	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, transporte de areia e tout-venant, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
153 a 155	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
158	Faltam condutores/manobreadores para os meios de abertura e fecho de vala, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
160 e 161	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
163	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
164	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação, carga, transporte e descarga a vazadouro que não estão previstos na proposta
166	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, transporte de areia e tout-venant, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
167	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
173	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
179	Faltam condutores/manobreadores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
262	Faltam condutores/manobreadores para os meios de transporte e compactação do tout-venant que não estão previstos na proposta
326 a 329	Faltam condutores/manobreadores para os meios de elevação que não estão previstos na proposta
333	Faltam condutores/manobreadores para os meios de elevação e transporte das colunas que não estão previstos na proposta

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF: 261 810 143 • FAX: 261 810 144
E-MAIL: aprovisionamento@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

335	Faltam condutores/manobradores para os meios de transporte e compactação do tout-venant que não estão previstos na proposta
339	Faltam condutores/manobradores para os meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro que não estão previstos na proposta
342	Falta pessoal especializado em topografia
344	Falta pessoal especializado em topografia e em calcetamento
345	Falta pessoal especializado em topografia e em calcetamento
346 e 347	Falta pessoal especializado em topografia e condutores/manobradores para os meios de meios para cumprimento das cotas de projeto, compactação e rega que não estão previstos na proposta
366	Faltam condutores/manobradores para os meios de escavação, carga, transporte e descarga a vazadouro, compactação, elevação e rega que não estão previstos na proposta
369	Faltam condutores/manobradores para os meios de escavação, rega e compactação que não estão previstos na proposta
370	Faltam condutores/manobradores para os meios mecânicos de demolição, carga, transporte e descarga a vazadouro que não estão previstos na proposta
371	Faltam agentes de autoridade (se necessário)
379	Falta pessoal para montagem e desmontagem do estaleiro, nomeadamente nas especialidades.

Assim, e considerando os critérios de adjudicação das propostas plasmados no ponto 12 do Programa do Procedimento, em particular a alínea b) do ponto 12.3, a qual dispõe que *"no que concerne à qualidade técnica da propostas e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa delas de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia: Apreciação e pontuação qualitativa segundo uma escala predeterminada de: Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom; Transformação da classificação qualitativa numa indexação quantitativa, através da seguinte correspondência numérica: Mau...[0-20[Pontos; Insuficiente...[20-40[Pontos; Suficiente... [40-60[Pontos; Bom...[60-80[Pontos e Muito Bom...[80-100] Pontos"*, o júri considera, por unanimidade, e perante este plano de mão-de-obra apresentado, que a classificação qualitativa de "bom", correspondente, em termos quantitativos, a 75 pontos, atribuída à concorrente, revela-se adequada e proporcional.-----

2.4- PLANO DE EQUIPAMENTOS-----

No relatório preliminar era referido *"apresenta um plano de equipamentos e relaciona o tipo de equipamentos com os trabalhos da empreitada indicando também o tempo que irão estar em obra. Contudo, há lacunas tais como: não tem equipamento de*



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

escavação, rega e compactação em valas, caixas de visita e sumidouros e não tem equipamento de compactação e rega para o piso térreo". Um concorrente ao não ter equipamento para escavação, rega e compactação de valas e outros trabalhos da rede de esgotos, acha pouco relevante e que pode executar o trabalho com outros equipamentos ligeiros existentes em obra, sem se saber quais, coloca em causa a forma como pretende efetuar estes trabalhos. Também achar que não ter equipamento de compactação e rega para o piso térreo, pode ser colmatado com equipamento ligeiro existente em obra é ainda mais estranho. Para além do mencionado de forma mais sintetizada no relatório preliminar, há ainda a salientar a falta de betoneira para executar argamassas, quando na memória descritiva informa que estas serão executadas em obra e ainda a insuficiências de meios de transporte nos movimentos de terras. Também conforme já atrás mencionado, apenas apresenta um plano para 314 trabalhos dos 599 do mapa de trabalhos. Aproveitando-se nesta oportunidade para exemplificar, através do mapa abaixo, que o plano de equipamentos apresentado padece de algumas lacunas:-----

Plano de Equipamentos

ID	Observações
4	Faltam meios para transporte a vazadouro
5	Faltam meios para cumprimento das cotas de projeto, transporte a vazadouro, entivações, escoramentos e saneamento de águas
6	Faltam meios para cumprimento das cotas de projeto e transporte das terras de empréstimo
9	Faltam meios para transporte a vazadouro
10	Faltam meios para transporte a vazadouro
41	Faltam meios de compactação e a talocha mecânica
43 a 45	Faltam meios de fabrico das argamassas de assentamento
47 e 48	Faltam meios de fabrico e transporte do enchimento de pavimento
49 a 51	Faltam meios de corte dos mosaicos
56	Faltam meios de projeção mecânica do estuque
57 e 59	Faltam meios de fabrico das argamassas
58	Faltam meios de corte dos ladrilhos
65	Faltam meios de corte dos ladrilhos
120	Faltam equipamento para trabalhos de eletricidade
131 a 136	Faltam equipamentos de picheleiro
132 e 133	Apresenta equipamento de carpinteiro quando se trata de trabalhos em inox.
143	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro
148	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

152	Faltam meios de escavação, entivações, transporte de areia e tout-venant, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro
153 a 155	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação, transporte a vazadouro e betoneira para produção de argamassa
158	Faltam meios de abertura de caixa, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro
160	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação, transporte a vazadouro
161	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação, transporte a vazadouro e betoneira para produção de argamassa
163	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro
164	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação, carga, transporte e descarga a vazadouro e betoneira para produção de argamassa
166	Faltam meios de escavação, entivações, transporte de areia e tout-venant, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro
167	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação, transporte a vazadouro e betoneira para produção de argamassa
173	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro
179	Faltam meios de escavação, aterro, rega, compactação e transporte a vazadouro
260	Faltam meios de armação de ferro e de cofragens
262	Faltam meios de transporte e compactação do tout-venant
326 a 329	Faltam meios de elevação
333	Faltam meios de elevação e transporte das colunas
335	Faltam meios de transporte e compactação do tout-venant
339	Faltam meios de escavação, aterro, rega e compactação
342	Faltam meios para cumprimento das cotas de projeto, transporte a vazadouro e fresagem
344	Faltam placas vibratórias, meios de transporte de areão adequado (apresenta carro de mão), rega e limpeza
345	Faltam placas vibratórias, meios de transporte de areia grossa adequado (apresenta carro de mão), rega, limpeza
346 e 347	Faltam meios para cumprimento das cotas de projeto, compactação e rega
355	Faltam meios mecânicos de pintura do pavimento
366	Faltam meios de escavação adequados, carga, transporte e descarga a vazadouro, compactação, elevação e rega
369	Faltam meios de escavação, rega e compactação
370	Faltam meios mecânicos de demolição, carga, transporte e descarga a vazadouro
371	Faltam meios de sinalização
379	Faltam equipamentos para montagem e desmontagem do estaleiro

Face ao exposto, e considerando os critérios de adjudicação das propostas plasmados no ponto 12 do Programa do Procedimento, em particular a alínea b) do ponto 12.3, a qual dispõe que *"no que concerne à qualidade técnica da propostas e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa delas de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia: Apreciação e pontuação qualitativa segundo uma escala predeterminada de: Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom; Transformação da classificação qualitativa*



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

numa indexação quantitativa, através da seguinte correspondência numérica: Mau...[0-20[Pontos; Insuficiente...[20-40[Pontos; Suficiente... [40-60[Pontos; Bom...[60-80[Pontos e Muito Bom...[80-100] Pontos", o júri concluiu, por unanimidade, que deverá manter-se a classificação qualitativa de "muito bom", correspondente, em termos quantitativos, a 80 pontos, atribuída à concorrente, por a mesma se revelar adequada e proporcional, considerando o plano de equipamentos apresentado.-----

2.5 - Reclamação da pontuação da Concorrente AECI – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, S.A.:-----

2.5.1 – O plano de trabalhos do concorrente AECI, está completo e devidamente associado ao mapa de trabalhos, permitindo uma leitura integral do mesmo, razão pela qual tem várias folhas. Note-se que o da Famaconcret é efetivamente mais pequeno, pois não está completo e além disso não associa os trabalhos ao mapa de trabalhos, dificultando uma leitura integral dos planos de trabalhos, de equipamento e de mão-de-obra. -----

2.5.2 – A linha 96 no plano de trabalhos da AECI está a funcionar como marco, sendo, ao nível da gestão de projetos, designado por "milestone" e por definição não é uma atividade e não possui duração. Note-se que esta linha não estão associadas a nenhum artigo do mapa de trabalhos, funcionando como uma chamada de atenção para a necessidade de execução de testes relacionados com aquele trabalho. Tal como referido não tinha que indicar tempos, contudo indica (72 horas) e depois tem um erro na indicação do início e do fim, mas sem consequências para a execução da empreitada. Note-se que a Famaconcret nem sequer apresenta estes marcos, com ou sem tempos e datas. -----

2.5.3 – Contrariamente à Famaconcret, a AECI apresenta um plano de trabalhos completo, onde todos os trabalhos estão devidamente quantificados, pelo não se entende a reclamação da Famaconcret. -----

2.5.4 – A proposta da AECI apresenta os custos dos trabalhos e o respetivo plano de pagamentos, conforme solicitado no concurso, não existindo qualquer reparo a fazer. -



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2.5.5 – Quanto às questões colocadas pela Famaconcret no que respeita às tarefas sucessórias, abaixo indicadas, da AECI, verifica-se que o planeamento apresentado está coerente e corretamente apresentado, cumprindo todos os encadeamentos necessários para a correta execução dos trabalhos, conforme o mapa a seguir apresentado:-----

Linha da tarefa	Designação	Data de conclusão	Tarefa "dependente"	Data de início
10	Escavação de lintéis de fundação	26-01-2017	Lintéis de fundação	27-01-2017
14	Lintéis de fundação	28-01-2017	Muro M1	31-01-2017
28, 29, 30 e 31	Paredes de caixa de elevador	14-04-2017	Colocação do ascensor	22-11-2017
39	Laje maciça do teto do piso 0	20-03-2017	Laje fungiforme do piso 1	29-03-2017
40	Laje maciça do teto do piso 1	17-04-2017	Laje fungiforme do piso 2	17-04-2017
191	Execução dos maciços dos mastros	29-06-2017	Aplicação dos mastros	19-12-2017

Portanto, no que respeita aos elementos solicitados no concurso e que são objeto de avaliação, com base nos critérios e subcritérios definidos no concurso, está tudo corretamente apresentado, sem erros no planeamento. O que Famaconcret está a mencionar é que na ferramenta de trabalho que permitiu chegar ao planeamento final da obra, a AECI, para os trabalhos acima indicados, não tem as folgas / margens corretamente apresentadas, apesar do planeamento estar correto. É de salientar que o está a ser avaliado é o planeamento realmente apresentado para executar a obra e não as ferramentas de trabalho para a obtenção desse planeamento e tal como a Famaconcret mencionou, e bem, na sua reclamação não podemos introduzir novos fatores de avaliação. Note-se que a Famaconcret nem sequer apresenta as referidas folgas / margens em todo o seu plano de trabalhos. Por outro lado, quando se apresenta um planeamento, temos que partir do princípio que é para cumprir e o que Famaconcret também está a admitir é o cenário hipotético da AECI não o cumprir, daí a Famaconcret fazer referência às tais folgas indicadas na ferramenta de trabalho que permitiu a obtenção do planeamento final. Note-se que o planeamento final apresentado até podia ser todo efetuado manualmente, sendo que o que era avaliado era o plano realmente apresentado para executar a obra.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Mesmo que se pretendesse admitir, o que apenas se faz à cautela e para efeitos meramente exemplificativos, que, por um motivo qualquer, possa existir um ajustamento num planeamento o mesmo terá de ser reanalisado num todo, ponderando as razões que levaram a tal deslizamento, de forma a, se possível, recuperar o atraso, não podendo tal correção consistir apenas uma operação com base nas premissas estáticas que levaram à obtenção do planeamento inicial, conforme a Famaconcret pretende fazer crer. Daí a necessidade de haver um acompanhamento permanente, quer do encarregado, quer do diretor de obra. Assim, e considerando o planeamento apresentado para a empreitada por parte da concorrente AECI, nomeadamente ao nível da coerência e qualidade dos trabalhos, o júri atribuiu, por unanimidade, àquela a classificação qualitativa de "muito bom", correspondente, em termos quantitativos, a 90 pontos, mantendo agora essa pontuação. Também ao nível dos planos dos planos de mão-de-obra e de equipamentos, da AECI, por estarem completos e coerentes, não havendo nada mais a acrescentar em relação ao mencionado no relatório preliminar, o júri, por unanimidade, decidiu manter as pontuações. -----

3- PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO -----

Assim, **o júri deliberou, por unanimidade, manter as classificações finais das propostas atribuídas em sede de relatório preliminar**, conforme tabela que *infra* se transcreve, dando-se, quanto ao demais, o relatório preliminar por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, uma vez que não merece acolhimento a pronuncia apresentada pela concorrente Famaconcret, Lda.:-----

ANÁLISE MULTI - CRITÉRIO						
CRITÉRIOS DE APRECIÇÃO CONCORRENTES	PREÇO TOTAL DA PROPOSTA		QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA		PONTUAÇÃO O FINAL	CLASSIF.
	Fator de Ponderação: 50%		Fator de Ponderação: 50%			
	Pontuação	Pontuação Ponderada	Pontuação	Pontuação Ponderada		
NORCEP - CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS, LDA.	100,00	50,00	76,81	38,41	88,41	2º
Famaconcret, Lda.	100,00	50,00	73,26	36,63	86,63	3º



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

AECI, Arquitectura, Construção E Empreendimentos Imobiliários, S.A.	94,12	47,06	91,13	45,57	92,63	1º
MRG - CONSTRUCTION, S.A.	91,48	45,74	64,19	32,10	77,84	4º

O Júri deliberou ainda, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 148.º, do CCP, manter a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação, constante do referido Relatório Preliminar e propor a adjudicação da empreitada supra mencionada, relativa à "Construção da Unidade de Saúde Mafra-Norte", à concorrente posicionada em primeiro lugar, ou seja, à sociedade comercial, AECI, Arquitectura, Construção E Empreendimentos Imobiliários, S.A., NIPC 506 294 390, no valor de € 2.287.997,65 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e sete euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A., à taxa legal em vigor.-----

O Presidente do Júri

07/03/2017

X

António Sousa Fernandes
Chefe de Divisão
Assinado por: ANTÓNIO SOUSA FERNANDES

1.º Vogal Efetivo

07/03/2017

X

Vasco Mota
Técnico Superior
Assinado por: VASCO BRUNO MOTA

2.ª Vogal Suplente

07/03/2017

X

Carolina Ganito
Técnica Superior
Assinado por: CAROLINA ISABEL FERREIRA GANITO

Proc. n.º CPE 4/2016
DAGF/DGFP/ACPA



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO PRELIMINAR

CONCURSO PÚBLICO PARA:

“Construção da Unidade de Saúde Mafra-Norte”

Ao 3º (terceiro) dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Reuniões do Piso 0, desta Câmara Municipal, pelas catorze horas, reuniu o Júri, despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 21 (vinte e um) de outubro de dois mil e dezasseis, constituído pelo Presidente, António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras e Manutenção, pelo 1.º Vogal, Vasco Mota e pela 2.ª Vogal Suplente, Carolina Ganito, Técnica Superior, em substituição da 2.ª Vogal Efetiva, Ana Domingos, ambos Técnicos Superiores, para, em cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, doravante designado abreviadamente por CCP, proceder à elaboração do relatório preliminar, na sequência da análise e avaliação das propostas apresentadas.-----

1 - PROPOSTAS APRESENTADAS-----

1.1-Foram apresentadas propostas, dentro do prazo estipulado no Programa de Procedimento, na plataforma de contratação pública eletrónica, utilizada por esta Câmara Municipal, *Saphety-Gov*, pelas seguintes empresas concorrentes, de acordo com a ordem de submissão na mencionada plataforma:-----

-NORCEP - CONSTRUÇÕES, S.A., NIPC 502300264, no valor de **€ 2.153.511,24** (dois milhões, cento e cinquenta e três mil, quinhentos e onze euros e vinte e quatro cêntimos);-----

-FAMAONCRET, LDA., NIPC 506429008, no valor de **€ 2.153.511,23** (dois milhões, cento e cinquenta e três mil, quinhentos e onze euros e vinte e três cêntimos);-----

-AECI, ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SA, NIPC 506294390, no valor de **€ 2.287.997,65** (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e sete euros e sessenta e cinco cêntimos);-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF: 261 810 143 • FAX: 261 810 144
E-MAIL: aprovisionamento@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo ACPA-12/1





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

-MRG - CONSTRUCTION, S.A., NIPC 503156035, no valor de **€ 2.354.058,48** (dois milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cinquenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos).-----

1.2. Foram submetidas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, as seguintes exposições/ declarações: -----

- a)** A sociedade **SIMPLÍCIO & JORDÃO - CONSTRUÇÕES, LDA.**, NIPC 506477819, submeteu uma declaração, dando conta que "*(...)declara que o preço base não se enquadra no valor orçamentado*"; -----
- b)** A sociedade **ILHAUGUSTO - CONSTRUÇÕES, LDA.**, NIPC 504373064, apresentou uma declaração, dando conta que "*(...) declara que em virtude da seriedade com que se encaram todos os projectos em que se envolve, não será possível fornecer preços para o concurso mencionado em epígrafe*".-----
- c)** A sociedade **Joca Ingenieria Y Construcciones, S.A.**, NIPC A06009404, apresentou uma exposição, referindo que "*(...)no âmbito do concurso acima identificado, vêm pela presente informar V. Excias que o valor Global que resultou do estudo efetuado dos elementos disponibilizadoo concurso, excede o valor base previsto para o procedimento concursal, logo motivando uma ulterior exclusão da proposta técnico económica em sede de concurso. Assim, e por não ser possível atingir um valor inferior ao valor base do concurso, informamos que a empresa não apresentará a sua proposta*"; -----
- d)** A sociedade **FERREIRA - Construção, S.A.**, NIPC 501633561, submeteu uma declaração, atestando que "*(...)não apresenta proposta e respetivos documentos previstos no programa de concurso pelo facto do preço por nós alcançado ser superior ao preço base do presente procedimento, inviabilizando dessa forma qualquer possibilidade de análise da proposta conforme definido na alínea d) do número 2 do Artigo 70º do DL 18/2008 de 29 de Janeiro*"; -----
- e)** A sociedade **TECNORÉM, Engenharia e Construção, S.A.**, NIPC 502519533, submeteu uma declaração, atestando que "*(...)não apresenta proposta, e respectivos documentos exigidos no programa de procedimento, pelo motivo do valor desta ser superior ao Valor Base. A conjugação dos diversos custos*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

apurados, para, esta empreitada, resultaram num valor que não se enquadra nos parâmetros indicados no programa de procedimento, nomeadamente no valor base, inviabilizando a análise desta de acordo com o art. 70, Alínea d) do DL 18/2008 de 29 de Janeiro"; -----

- f) A sociedade **Construtora Udra, Lda.**, NIPC 502185155, submeteu uma declaração, atestando que "(...)verificámos da impossibilidade de nos enquadrarmos no preço base definido.Assim, informamos V. Ex.as que, nestas circunstâncias, não iremos apresentar proposta para o presente procedimento";
- g) A sociedade **Domingos da Silva Teixeira, S.A.**, NIPC 501489126, submeteu uma declaração, atestando que "(...) o valor global, decorrente do estudo que efetuou aos elementos disponibilizados no concurso, excede o valor base previsto na empreitada "Construção da Unidade de Saúde - Mafra Norte". -----

1.3. Além disso, foram, ainda, submetidas duas declarações, após decurso do prazo fixado para a apresentação de propostas, por parte da sociedade **Constragraço – Construções Civis, Lda.**, NIPC 506 636 208, na qual declarou "(...) na sequência do estudo para a elaboração da proposta referente ao procedimento "Construção da Unidade de Saúde – Mafra Norte" verificámos a impossibilidade de terminar a elaboração da proposta no prazo de resposta. Assim, informamos V/ Exas que, nestas circunstâncias, não iremos apresentar proposta para o presente procedimento." e por parte da sociedade **PREDIOBRA – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES CIVIS, LDA.**, NIPC 500684995, na qual declarou "(...) que não vamos apresentar a n/ proposta, em virtude de o valor apurado, ultrapassar o valor base indicado no programa de concurso".-----

1.4. A sociedade **CONSTRUÇÕES CORTE RECTO, LDA.**, NIPC 507391160, apesar de constar no separador "propostas e negociação - propostas apresentadas", da plataforma de contratação pública eletrónica *Saphety-Gov*, não apresentou qualquer proposta ou declaração, nem tão pouco preencheu o formulário principal.-----

2 – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO-----

2.1- Para efeitos de avaliação das propostas apresentadas pelas concorrentes, foi aplicado o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, definido



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 21 (vinte e um) de outubro de dois mil e dezasseis e ratificado por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 28 (vinte e oito) de outubro do ano de dois mil e dezasseis, e constante do ponto 12 do Programa de Procedimento, que, em seguida, se transcreve:

12.1. A adjudicação é efetuada segundo o critério da *proposta economicamente mais vantajosa*, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.-----

12.2. Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:-----

a) Preço global da proposta (50%);-----

b) Qualidade técnica da proposta (50%), dividida pelos seguintes subfactores:----

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme Caderno de Encargos (45%);-----

b.2) Plano de Trabalhos (20%);-----

b.3) Plano de Mão-de-Obra (17,5%);-----

b.4) Plano de Equipamento (17,5%).-----

12.3. Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos fatores de apreciação indicados no 12.2 serão aplicados os seguintes métodos:-----

a) No que concerne ao preço global das propostas, as respetivas pontuações serão obtidas com base na equação da inversamente proporcional, ou seja:-----

$x_i y_i = k$ sendo $K = 0,875 \times \text{preço base} \times 100$;-----

x - valor da proposta de cada concorrente;-----

y - pontuação de cada concorrente.-----

b) No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia:-----

- *Apreciação e pontuação qualitativa segundo uma escala predeterminada de: Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom;*-----

- *Transformação da classificação qualitativa numa indexação quantitativa, através da*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

seguinte correspondência numérica:-----
Mau.....[0-20]Pontos-----
Insuficiente.....[20-40]Pontos-----
Suficiente.....[40-60]Pontos-----
Bom.....[60-80]Pontos-----
Muito Bom.....[80-100]Pontos-----
Sendo de referir o seguinte no que respeita a cada um dos subfactores:-----
b.1) Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada e coerente, como cada concorrente se propõe a executar a obra;-----
b.2) Será fundamentalmente analisada a pormenorização, a duração e a coerência na execução das várias tarefas, tendo em consideração o prazo para a execução da obra;-
b.3) Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, a quantidade e qualidade da mão de obra, tendo em atenção o tipo de trabalhos a executar, o prazo de execução e a sua coerência com o planeamento;-----
b.4) Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, o tipo e a quantidade de equipamentos e a sua coerência, tendo em atenção os trabalhos a executar e o respetivo planeamento.-----
12.4. Em caso de igualdade de pontuação, terá preferência a proposta de mais baixo preço".-----

3 - ANÁLISE DAS PROPOSTAS -----

3.1-PREÇO GLOBAL DAS PROPOSTAS -----

Da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, constante do ponto 12 do Programa de Procedimento e transcrito no ponto 2.1 do presente relatório, o júri procedeu à avaliação das propostas em função do fator Preço Global da Proposta (50%), tendo-se obtido as pontuações, conforme mapa abaixo apresentado: -----

Preço base do concurso: 2.461.155,69€ -----

0,875 x Preço base = 2.153.511,23€ -----

CONCORRENTES	VALOR DA PROPOSTA	PONTUAÇÃO OBTIDA
--------------	-------------------	------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

NORCEP - CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS, LDA.	2 153 511,24 €	100,00
Famaconcret, Lda.	2 153 511,23 €	100,00
AECI, Arquitectura, Construção E Empreendimentos Imobiliários, SA	2 287 997,65 €	94,12
MRG - CONSTRUCTION, S.A.	2 354 058,48 €	91,48

3.2-QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA-----

Em função da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, constante do ponto 12 do Programa de Procedimento e transcrito no ponto 3.1, *supra*, o júri procedeu, de seguida, à avaliação da qualidade técnica das propostas (50%), em função dos subfactores que densificam este fator, a saber: -----

- Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme Caderno de Encargos (45%);-----
- Plano de Trabalhos (20%);-----
- Plano de Mão-de-Obra (17,5%);-----
- Plano de Equipamento (17,5%).-----

3.3- MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DO MODO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA -----

A empresa **NORCEP - CONSTRUÇÕES, S.A.**, apresenta uma memória descritiva e justificativa, longa onde faz a descrição do modo de execução de grande parte dos trabalhos, fazendo referência aos meios humanos e os equipamentos. Contudo, existem várias incompatibilidades e incoerências entre a sua memória descritiva e justificativa, o plano de trabalhos e o plano de equipamentos, sendo que em vários casos as soluções propostas além de incompatíveis correspondem a uma má execução, ou mesmo de impossível realização. Estas matérias serão melhor desenvolvidas, numa análise conjunta com o plano de trabalhos e de equipamentos. Na memória descritiva e justificativa informa que será garantido o acesso condigno e em segurança de peões e



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

viaturas, na zona a intervencionar e envolvente, implementando um Plano de Sinalização Temporária e que procederá à reparação dos pavimentos existentes que, eventualmente, venham a ser danificados no decorrer da empreitada, conforme pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do CE. Garante a realização de formação aos utilizadores dos equipamentos a instalar e a entrega de telas finais. Descreve quais os ensaios a realizar e refere que no final da empreitada apresentará uma pasta que conterá um documento do representante das tintas, onde certifica a boa execução das pinturas, bem como toda a informação referente aos ensaios realizados. Contudo, estranhamente os ensaios de betão no plano de trabalhos aparecem após a execução dos betões. A empresa informa que possui um Sistema de Gestão de Qualidade, onde consta uma *checklist*, referente ao controlo do modo de execução dos trabalhos e possui um Sistema de Gestão Ambiental, onde são preconizadas medidas que visam minimizar o impacto da execução dos trabalhos, sobre o meio ambiente.-----

Apresenta catálogos de materiais, sendo que das 270 páginas, 236 são uma cópia integral do catálogo de 2016 da empresa Pavigrés, sem especificar os materiais em concreto que vai utilizar nos pavimentos.-----

Também apresenta planta com a implantação do estaleiro, mas em que parte deste ficará localizado na zona de aterro e muro de gabião a executar, ou seja, esta implantação não é exequível, dado que o concorrente menciona que vai montar o estaleiro no início da obra.-----

Apesar de apresentar uma memória descritiva muito longa e com muitas folhas de catálogos, com as características já atrás mencionadas, não aborda alguns trabalhos importantes, nomeadamente a certificação dos vãos exteriores e dos respetivos vidros, que são de grande importância para as questões térmicas do edifício e que correspondem a custo significativo da empreitada.-----

Na sua memória descritiva e justificativa refere que irá efetuar o enchimento das valas com o material de escavação, quando está definido no concurso que será com *tout-venant* a fornecer pelo concorrente, incumprindo as regras do concurso, dado que, desta forma, além do trabalho não ter a mesma garantia de compactação, a fim de evitar



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

assentamentos, reduz as terras a remover e evita a aquisição do *tout-venant* para as valas.-----

Face às incongruências, incompatibilidades e violação do solicitado no concurso esta memória descritiva não poderá ter a classificação de Muito Bom. Com todas os aspetos negativos atrás mencionados, a classificação de suficiente seria provavelmente a mais adequada, Porém, ponderando algumas descrições pormenorizadas de alguns trabalhos, considera-se aceitável uma classificação média, ao nível do Bom.-----

A empresa **FAMACONCRET, LDA.**, apresenta uma memória descritiva e justificativa, onde faz uma descrição muito tipificada do modo de execução de alguns trabalhos, mas nem sempre com a devida adaptação à obra em concreto. Também não faz grande abordagem aos materiais a utilizar e aos equipamentos a instalar no edifício. No entanto faz alguma referência a meios humanos e mecânicos a utilizar na obra, mas sempre de uma forma muito tipificada. Ao nível dos aterros informa que estes serão executados logo após a consolidação do terreno, sem primeiro assegurar a execução dos muros de gabiões e de betão armado.-----

Nesta memória descritiva e justificativa informa que será garantido o acesso condigno e em segurança de peões e viaturas, na zona a intervencionar e envolvente e que procederá à reparação dos pavimentos existentes que, eventualmente, venham a ser danificados no decorrer da empreitada, conforme pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do CE. Indica os testes e ensaios a realizar e refere que será entregue uma compilação técnica com telas finais, catálogos e manuais técnicos dos equipamentos. Todavia, são verificados algumas incongruências e até incumprimento em relação ao definido no concurso, nomeadamente ao referir que os metais ferrosos para pintar serão limpos, lavados e depois ser-lhes-á aplicado um primário anti-corrosivo, quando alguns têm de ser previamente decapados e metalizados. -----

Apesar de indicar encarregado e diretor de obra, não indica se têm ou não dedicação exclusiva à presente empreitada. É de salientar que, por vezes, há empresas que colocam encarregados a acompanhar várias obras, o que não é compatível com um bom acompanhamento dos trabalhos e implicitamente de um bom controlo de qualidade. --



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Há ainda a salientar que na memória descritiva e justificativa, no esquema funcional para a empreitada, é indicado que o encarregado apenas se interliga com subempreiteiros e um apontador, não sendo indicado qualquer outro pessoal produtivo próprio da empresa, podendo, eventualmente, não dar cumprimento ao n.º 2 do artigo 383.º do Código dos Contratos Públicos, onde é mencionado que o empreiteiro não pode subcontratar mais de 75% dos trabalhos. Contudo, na proposta não é feita mais qualquer abordagem ao assunto. -----

Em relação às especialidades de AVAC, instalações elétricas, telecomunicações e gás muito pouco foi referido na memória descritiva e justificativa.-----

A ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.,

apresenta uma memória descritiva e justificativa, com bastante pormenorização e devidamente adaptada à obra, onde faz uma descrição do modo de execução dos trabalhos, salientando as diversas tarefas que compõem a empreitada e indica os respetivos meios humanos e equipamentos. Contudo, ao nível dos trabalhos referentes à rede de gás o desenvolvimento não é tão profundo, quanto é para os restantes trabalhos. Nesta memória descritiva e justificativa informa que será garantido o acesso condigno e seguro dos peões e das viaturas, na zona a intervencionar e na envolvente e que procederá à reparação dos pavimentos existentes que, eventualmente, venham a ser danificados, conforme pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do CE. De forma a minimizar os danos nos arruamentos e o incómodo dos residentes, dado tratar-se de ruas apertadas, não irá utilizar camiões de grande porte. Apresenta uma planta com as diversas fases da execução dos arranjos exteriores e um plano de sinalização de trânsito temporária e menciona que está disponível para fazer adaptações à forma de faseamento dos trabalhos, se o Dono da Obra o solicitar, sem acréscimo de custo para o Dono da Obra. Para a execução dos trabalhos recorrerá ao apoio de semáforos e da GNR, sempre que necessário. Na execução das valas, para além da aplicação *de tout-venant* no seu enchimento, propõe melhorar a camada de assentamento das tubagens, substituindo a terra cirandada por areia, deixando à fiscalização a possibilidade de escolher a solução a adotar. Para garantir o prazo e a qualidade dos trabalhos menciona que irá trabalhar com pessoal próprio, com subempreiteiros e com fornecedores com



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

quem trabalha há muito tempo, com os quais tem um grande espírito de equipa e que estão sempre disponíveis para cumprir os prazos, sem esquecer a qualidade. Informa também que irá trabalhar apenas com materiais e equipamentos certificados e homologados e que todos os materiais e equipamentos a utilizar serão sempre os preconizados no concurso, ou, se apresentar alguma alternativas, serão sempre de qualidade igual ou superior ao considerado no concurso, cumprindo integralmente o previsto no artigo 13º do Caderno de Encargos.-----

Refere que haverá um controle de qualidade dos materiais e equipamentos a aplicar na obra e caso algum não cumpra será rejeitado.-----

Informa também que irá trabalhar fundamentalmente com equipamentos próprios e que só trabalhará com equipamentos certificados, de forma a garantir segurança dos trabalhadores, qualidade na execução dos trabalhos, melhor ambiente e garantia de prazos, dado minimizar avarias. Em termos de equipamentos dispõe de um gerador para que o arranque dos trabalhos, de forma que o seu início não fique condicionado pelo fornecimento de energia elétrica, por parte da EDP. No que respeita ao planeamento, tendo como objetivo cumprir o prazo, para além do já mencionado, pelo facto de ter o estaleiro muito próximo do local da obra e trabalhar com pessoal da zona, permite-lhe a todo o momento mobilizar pessoal e, se necessário, executar trabalho extraordinário.-----

Ainda no que respeita à qualidade dos trabalhos menciona a forma como garantir uma perfeita verticalidade e esquadria das paredes e nivelamento dos pavimentos. -----

Indica os testes e ensaios a efetuar, nomeadamente, impermeabilizações, estanquididades, betões, compactações e pinturas e que no final da empreitada entregará um dossier técnico composto por telas finais, ensaios realizados e certificações, sem esquecer os vãos exteriores e os respetivos vidros. Garante também a formação do pessoal, que após a obra, irão utilizar os equipamentos instalados. No âmbito da garantia da obra, pelo facto de se tratar de uma unidade de saúde, garante que responderá a todas as solicitações imediatamente, após ser contactado. Apresenta também catálogos de diversos materiais a utilizar.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

A empresa **MRG - CONSTRUCTION, S.A.**, apresenta uma memória descritiva e justificativa, com alguma adaptação à obra, mas muito genérica. Menciona diversas das tarefas que compõem a empreitada e faz referência aos respetivos meios humanos e os equipamentos. Indica a mão-de-obra e os equipamentos afetos à empreitada. Indica que serão realizados ensaios e que serão entregues Telas Finais. Não garante que será garantido o acesso condigno e em segurança de peões e viaturas, na zona a intervencionar e envolvente e que procederá à reparação dos pavimentos existentes que, eventualmente, venham a ser danificados, conforme pontos 5 e 6 da cláusula 6.ª do CE e que, no decorrer da empreitada-----

3.4- PLANO DE TRABALHOS -----

A empresa **NORCEP - CONSTRUÇÕES, S.A.**, faz uma discriminação no plano de trabalhos de várias tarefas ao longo da empreitada, com estruturação e indicação do caminho crítico. Apresenta rendimentos, folgas e atividades precedentes. Porém, apesar de na memória descritiva referir que os trabalhos relativos ao pavimento térreo, serão executados após as ligações de tubagens e caixas enterradas das diversas especialidades, mas no plano de trabalhos contempla executar a laje do pavimento do estacionamento coberto antes de executar os drenos e os coletores pluviais, o que não é possível. Considera executar os muros de gabião e de batão armado depois de proceder ao aterro geral, para cumprimento das cotas de projeto, quando estes muros são necessários para garantir as cotas de projeto, violando assim as regras de boa execução. Apesar de na memória descritiva referir que executará primeiro os lancis, depois a calçada e por último o pavimento em betuminoso, verifica-se que no plano de trabalhos, primeiro procederá à execução das calçadas e só depois os lancis. Esta solução além de estranha, coloca em causa qualquer boa execução dos trabalhos.----

Face ao exposto, este plano de trabalhos com estas incompatibilidades, não poderá ser classificado de Muito Bom e apenas terá a classificação de Bom, ponderando todos os outros atributos do plano de trabalhos. -----

A empresa **FAMAONCRET, LDA.**, faz uma discriminação no plano de trabalhos das várias tarefas ao longo da empreitada, com estruturação e indicação do caminho crítico. Apresenta datas de início e fim de cada tarefa, a atividades precedente e sucessora,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

não apresentando folgas e rendimento. Indica que o muro de gabião e os muros de betão armado, na envolvente do aterro, serão executados após a execução do aterro geral para cumprimento de cotas de projeto, quando o muro é necessário para a correta execução do aterro. Indica também que a laje do piso térreo será executada antes da execução dos drenos e das caixas de esgotos, o que não é compatível com a execução da presente empreitada.-----

A empresa **AECI, ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.**, faz uma discriminação no plano de trabalhos das várias tarefas ao longo da empreitada, com estruturação e indicação do caminho crítico, de forma coerente com a execução da empreitada. Apresenta a duração, data de início e fim, folga, o rendimento e a atividade precedente.-----

A empresa **MRG - CONSTRUCTION, S.A.**, faz uma discriminação no plano de trabalhos das várias tarefas ao longo da empreitada, com estruturação e indicação do caminho crítico. Apresenta a duração de cada tarefa, as atividades precedentes e rendimento, não apresentando folgas. Indica que a laje do piso térreo será executada antes das caixas de esgotos e execução de drenos.-----

3.5-PLANO DE MÃO-DE-OBRA-----

A empresa **NORCEP - CONSTRUÇÕES, S.A.**, apresenta um plano de mão-de-obra que contempla a presença de profissionais nas diversas fases da obra com a sua afetação aos diversos trabalhos que compõem a empreitada, sendo que por vezes de forma incompatível. Sendo de salientar o seguinte: nos artigos 1.2; 1.3; 2,1; 2.2 os recursos são insuficientes para o volume de trabalhos a executar; não apresenta topógrafo nos trabalhos de pavimentações; faltam manobreadores nos trabalhos correspondentes aos trabalhos dos artigos 10.1; 15.6; 16.4; 18.8; 19.5; 25.2.1; 27.2; 27.3; são considerados manobreadores para trabalhos onde não fazem falta, nomeadamente 17.5; 17.6; 17.8; 19.11e não apresenta mão-de-obra para montagem de caixilharias exteriores e estores.-----

A empresa **FAMAONCRET, LDA** apresenta um plano de mão-de-obra que contempla a presença de profissionais nas diversas fases da obra com a sua afetação aos diversos trabalhos que compõem a empreitada, sendo que por vezes de forma incompleta ou



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

incompatível, nomeadamente: não tem mão-de-obra de escavação e rega e compactação no artigo dos hidrocarbonetos, apresentando apenas picheiros e ajudantes; apresenta trolhas e pedreiros para executar calçadas, sendo que desta forma não é possível garantir uma correta execução dos trabalhos; para a aplicação de betuminoso apresenta apenas manobreadores e condutores (falta o pessoal de apoio) e não apresenta topógrafos para implantação da estrutura e execução dos arruamentos. Apesar de no plano semanal de mão-de-obra, ser indicada a presença do encarregado e do diretor de obra, não é possível aferir se ambos estarão presentes a tempo inteiro, uma vez que tal facto não é indicado na memória descritiva. É de salientar que há empresas que não colocam nem o encarregado nem o diretor de obra a tempo inteiro, o que não permite uma boa coordenação, um bom planeamento e um controle de qualidade dos trabalhos em curso.-----

A empresa **AECI, ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.**, apresenta um plano de mão-de-obra coerente onde contempla a presença de profissionais nas diversas fases da obra com a sua afetação aos diversos trabalhos que compõem a empreitada, de forma coerente.-----

A empresa **MRG - CONSTRUCTION, S.A.**, apresenta um plano de mão-de-obra que contempla a presença de profissionais nas diversas fases da obra com a sua afetação aos diversos trabalhos que compõem a empreitada.-----

3.6- PLANO DE EQUIPAMENTOS-----

A empresa **NORCEP - CONSTRUÇÕES, S.A.**, apresenta um plano de equipamentos com os trabalhos a executar e relaciona o tipo de equipamentos com os trabalhos da empreitada, indicando também o tempo que irão estar em obra. Contudo, apesar de na memória descritiva fazer referência à utilização de uma motoniveladora para espalhamento do material granular e à utilização de cilindro de pneus para a compactação das misturas betuminosas, aquando da execução do pavimento em betão betuminoso, tais equipamentos não consta do mapa de equipamentos. Também na memória descritiva refere que irá utilizar o maço de madeira e cilindro para compactação das valas, tais equipamentos não consta do mapa de equipamentos.-----

A empresa **FAMACONCRET, LDA.**, apresenta um plano de equipamentos e relaciona o



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

tipo de equipamentos com os trabalhos da empreitada indicando também o tempo que irão estar em obra. Contudo, há lacunas tais como: não tem equipamento de escavação, rega e compactação em valas, caixas de visita e sumidouros e não tem equipamento de compactação e rega para o piso térreo-----

A empresa **AECI, ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SA**, apresenta um plano de equipamentos coerente com os trabalhos a executar e relaciona o tipo de equipamentos com os trabalhos da empreitada indicando também o tempo que irão estar em obra. Contudo, não indicou meios de elevação para colocar as chapas de cobertura. -----

A empresa **MRG - CONSTRUCTION, S.A.**, apresenta um plano de equipamentos coerente com os trabalhos a executar e relaciona o tipo de equipamentos com os trabalhos da empreitada indicando também o tempo que irão estar em obra. No entanto verifica-se que faltam equipamento para algumas tarefas, nomeadamente para na execução de paredes em alvenaria e revestimento de pavimentos. -----

Assim, efetuada a análise do fator Qualidade Técnica da Proposta, nos moldes *supra* mencionados, sintetiza-se em seguida no quadro *infra*, as pontuações obtidas:-----

CONCORRENTES	MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA	PLANO DE TRABALHOS	PLANO DE MÃO-DE-OBRA	PLANO DE EQUIPAMENTO
NORCEP - CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS, LDA.	75,00	77,50	77,50	80,00
Famaconcret, Lda.	70,00	77,50	75,00	80,00
AECI, Arquitectura, Construção E Empreendimentos Imobiliários, S.A.	92,50	90,00	90,00	90,00
MRG - CONSTRUCTION, S.A.	50,00	75,00	75,00	77,50

3.7- CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

No quadro seguinte, sintetiza-se a análise efetuada às propostas, em função da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa e fatores e subfactores que o densificam, constante do ponto 12 do Programa de Procedimento e transcrito no ponto 2.1 do presente relatório, onde, para cada um dos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, se indica a pontuação simples e ponderada de cada proposta, bem como a sua pontuação e classificação final:

ANÁLISE MULTI - CRITÉRIO						
CRITÉRIOS DE APRECIÇÃO CONCORRENTES	PREÇO TOTAL DA PROPOSTA		QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA		PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIF.
	Fator de Ponderação: 50%		Fator de Ponderação: 50%			
	Pontuação	Pontuação Ponderada	Pontuação	Pontuação Ponderada		
NORCEP - CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS, LDA.	100,00	50,00	76,81	38,41	88,41	2º
Famaconcret, Lda.	100,00	50,00	73,26	36,63	86,63	3º
AECI, Arquitectura, Construção E Empreendimentos Imobiliários, S.A.	94,12	47,06	91,13	45,57	92,63	1º
MRG - CONSTRUCTION, S.A.	91,48	45,74	64,19	32,10	77,84	4º

4 – PROPOSTA DE ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS-----

Por último, **o Júri**, em função da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa e dos fatores e subfactores que o densificam, constante do ponto 12 do Programa de Procedimento e transcrito no ponto 2.1 do presente relatório, **deliberou, por unanimidade, propor a ordenação das propostas, para efeitos de adjudicação, de acordo com o descrito no quadro *infra*:**



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

1.º Classificado	AECI, Arquitectura, Construção E Empreendimentos Imobiliários, S.A.
2.º Classificado	NORCEP - CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS, LDA.
3.º Classificado	Famaconcret, Lda.
4.º Classificado	MRG - CONSTRUCTION, S.A.

5 – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Tendo em consideração o disposto no n.º 1 do artigo 123.º do CCP, aplicável por via da remissão efetuada pelo artigo 147.º do mesmo diploma legal, o Júri procederá, de seguida, à audiência escrita dos concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem, querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

O Presidente do Júri

03/02/2017

X

António Sousa Fernandes
Chefe de Divisão
Assinado por: ANTÓNIO SOUSA FERNANDES

1.º Vogal

03/02/2017

X

Vasco Mota
Técnico Superior
Assinado por: VASCO BRUNO MOTA

2.ª Vogal

03/02/2017

X

Carolina Ganito
Técnica Superior
Assinado por: CAROLINA ISABEL FERREIRA GANITO



1.4.

059

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**DESPACHO:**

Tendo presente os documentos anexos e face à impossibilidade de o assunto ser presente a reunião de Câmara antes da data de realização da Assembleia Geral, determino, nos termos do estabelecido no artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que os assuntos a discussão sejam votados favoravelmente, devendo o presente despacho ser submetido, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, a reunião de Câmara, tendo em vista a ratificação.

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

01/03/2017

ASSUNTO: ASSEMBLEIA GERAL DO MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, SA

Exmo Senhor Presidente,

Enquanto representante do Município na Assembleia Geral do Matadouro Regional de Mafra, fui convocada para a reunião daquele órgão a realizar no próximo dia 1 de março, a qual obedecerá à ordem de trabalhos melhor especificada em anexo.

Face ao exposto e tendo em vista o exercício da função acionista, solicito que me sejam dadas instruções quanto ao sentido de voto a formular na aludida reunião.

Junto, para apreciação, o Relatório de Gestão enviado em anexo à convocatória.

A Representante do Município na Assembleia Geral,

(Aldevina Rodrigues)

ANEXO IX



Exmo. Senhor,
Dr.^a Aldevina Maria Machado Rodrigues
Representante da CMM, no Matadouro
Regional de Mafra, S.A.
Praça do Município
2644 001 Mafra

ASSEMBLEIA GERAL DO MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.

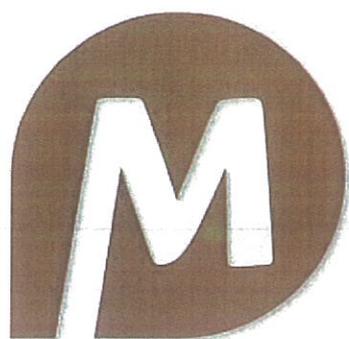
Eu, Adélia Maria Mendes Gomes Rodrigues Antunes, na qualidade de Presidente da mesa da Assembleia Geral do Matadouro Regional de Mafra, S.A. convoco todos os Accionistas para uma Assembleia Geral a realizar no próximo dia 01 de Março de 2017, pelas 11:30 Horas, no Matadouro Regional de Mafra, S.A., com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto Um – Apreciação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2016 e sobre o Parecer do Fiscal Único;
- Ponto Dois – Deliberação sobre a proposta de aplicação e de distribuição de resultados;
- Ponto Três – Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- Ponto Quatro – Outros assuntos de interesse geral.

Mafra, 14 de Fevereiro de 2017

A Presidente da Assembleia Geral

(Adélia Maria Mendes Gomes Rodrigues Antunes)



**MATADOURO
REGIONAL
de MAFRA**

**Relatório de Gestão
2016**

Mafra, 09 de Fevereiro de 2017



**MATADOURO
REGIONAL**
de **MAFRA**

Relatório de Gestão 2016

Objecto:

- Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate.

Conselho de Administração:

Presidente	Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
Vogal	Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
Vogal	Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

Sociedade Anónima matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra, sob o nº 02684
Capital Social: 750.000,00 Euros – Contribuinte: PT – 505004232 – CAE Principal: 10110

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

De acordo com o que determina a lei e o disposto no contrato social da Sociedade, submete-se à apreciação de V. Exas. o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações de Capitais Próprios e Anexos referentes ao Exercício de 2016.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à actividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspectos:

I – INTRODUÇÃO

O *Matadouro Regional de Mafra, S.A.*, prestes a atingir os treze anos de actividade, conseguiu alcançar novamente um nível de resultados positivo superando de novo os objetivos financeiros delineados para este exercício. Este resultado, proporciona uma melhoria dos indicadores económicos e financeiros da empresa, contrariando o actual momento económico nacional, especialmente neste sector.

Esta situação, apenas foi possível devido à conjugação de vários fatores que continuamos a destacar desde a abertura da unidade, que passa por um esforço na captação de novos clientes e na reafirmação de alguns dos pontos fortes reconhecidos pelo mercado na nossa unidade, nomeadamente, a qualidade do serviço, o posicionamento geográfico, a qualidade dos seus recursos, a capacidade de inovação e a relação isenta e séria constantemente assumida com todos os clientes, fornecedores e colaboradores.

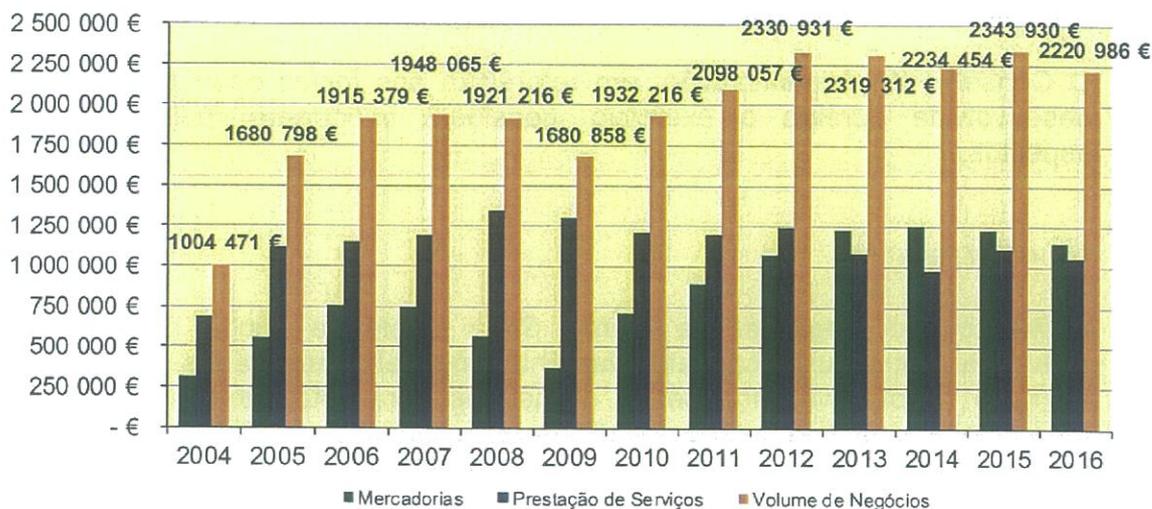
Apesar da manutenção de um contexto económico-financeiro nacional complexo (nomeadamente no sector da pecuária), foi possível atingir uma melhoria no volume da quantidade abatida na unidade superior a 2,5%.

Foi neste âmbito, que o *Matadouro Regional de Mafra, S.A.*, consolidou a sua posição no mercado da prestação de serviços de abate, destacando-se como uma unidade de referência para o sector e com uma quota de mercado nacional de 6,92%.

X
W
h

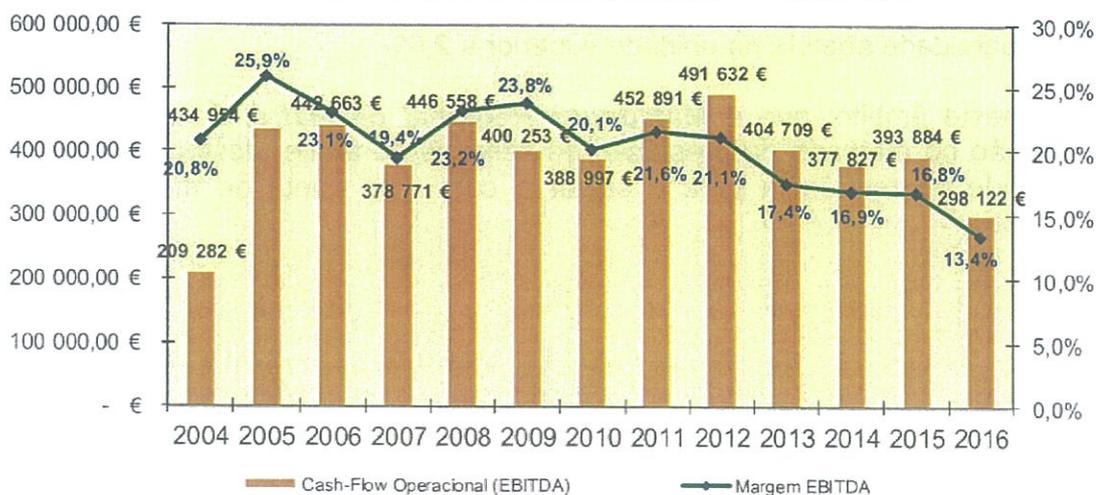
Durante 2016, apesar do aumento do número de abates da espécie Bovino em 3,3%, verificou-se uma descida de 5,2% no valor das Vendas de Mercadorias e Prestação de Serviços de Abate, permitindo alcançar um Volume de Negócios de 2.220.986,00€ (Dois milhões, duzentos e vinte mil, novecentos e oitenta e seis euros), conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

VOLUME DE NEGÓCIOS



Com uma descida do valor na Prestação de Serviços de 5,09% e uma quebra no valor das Mercadorias e Produtos de 5,38%, o *EBITDA* culminou numa redução de 20,12%, atingindo um valor de 298.121,77€ (Duzentos e noventa e oito mil, cento e vinte e um euros e setenta e sete cêntimos), proporcionando uma margem de *EBITDA* de 13,42%.

CASH-FLOW OPERACIONAL - EBITDA



II – ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

A conjuntura em termos internacionais, ficou assinalada pela suave desaceleração do ritmo de crescimento económico a nível mundial, justificado em parte pela redução do comércio internacional, pela desaceleração da produtividade laboral, bem como dos investimentos a nível global.

Apesar dos estudos indicarem que a económica mundial expandiu 2,2% em 2016, constata-se estarmos perante a taxa mais baixa de crescimento desde a “grande recessão mundial” de 2009 e que as economias desenvolvidas mantiveram níveis altos de endividamento. Entre os vários fatores que poderão ter contribuído para este cenário, certamente se encontram a inversão na curva da procura mundial de produtos e serviços, um aumento das incertezas no cenário político internacional e as tentativas que se vão verificando de uma menor liberalização do comércio mundial.

São exemplos das incertezas, o resultado das eleições nos Estado Unidos da América, bem como, o resultado do referendo no Reino Unido, onde ganhou a opção de saída da União Europeia, o designado “*Brexit*”. Todas estas mudanças, estão a ser concretizadas baseadas em mudanças do paradigma vigente, colocando em causa, as políticas de comércio global, de imigração e de meio ambiente.

Nos mercados asiáticos, tem-se mantido dinâmicas bastante fortes graças ao desenvolvimento dos mercados internos assentes em políticas macroeconómicas de apoio á economia. Estas políticas tem sido assente em vários princípios, destacando-se a desvalorização cambial, que permitindo o escoamento das produções industriais para o resto do mundo, vai criando lentamente problemas de carácter financeiro, nomeadamente a fuga de capitais para os mercados ocidentais.

A retoma económica na Europa, embora frágil, encontra-se próxima dos níveis pré- crise da dívida soberana, demonstrando que apesar de alguns excedentes conseguidos, os mesmos não ditaram uma recuperação significativa na região. O BCE através do programa de Quantitive Easing (QE) tem procurado injetar dinheiro na economia europeia (comprado elevados montantes de dívida pública dos países da zona Euro), mas os seus impactos pouco se fizeram sentir, pois a inflação mantém-se distante do objetivo delineado de 2%.

Tanta diversidade de ameaças, dificultaram e colocam por vezes em causa, as estratégias adotadas nos últimos anos de fortes medidas de restrição orçamental, por forma, a garantir uma revitalização e uma maior sustentabilidade nos Balanços dos Estados Europeus e do Sector Financeiro.

Em Portugal, assistimos a um cenário de grandes contradições, fruto das restrições que se foram aliviando e dos resultados económicos e financeiros que se foram alcançando.

Assente numa dificuldade em conciliar estratégias, bem como, de garantir compromissos nacionais entre as principais forças políticas, assistimos a um governo que lentamente foi revertendo uma série de medidas do governo anterior (a maioria impostas no âmbito das medidas do programa da TROIKA), com o objetivo principal de devolver os rendimentos às famílias, por forma a, incentivar o consumo privado, o qual, associado também a um forte aumento do sector do turismo, permitiria alavancar o crescimento da economia nacional.

Esta estratégia económica, que gerou alguns efeitos imediatos, foi, no entanto, reforçada por uma série de medidas de carácter não recorrente, bem como do aumento da carga fiscal, tendo permitido concluir o ano com um resultado inédito de um défice inferior a 2,2%.

No entanto, em termos financeiros, no sector estado, continuamos a depararmos com um forte aumento da dívida pública e a verificar que as taxas de juro exigidas estão a entrar, de novo em patamares preocupantes. Ao nível das empresas e particulares, crescem os constrangimentos ainda visíveis no sector bancário que continuam a dificultar o acesso ao crédito bancário.

Para além de muitos outros, estes são prova da grande volatilidade que tem sido o dia-a-dia dos portugueses, no que se refere ao contexto económico e financeiro, mostrando que se continua a procurar os passos para uma maior sustentabilidade, assente num maior equilíbrio entre os sectores primário, secundário e terciário, onde assumirão extrema importância, a iniciativa privada, as exportações, o investimento estrangeiro, as sinergias com a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo, procurando garantir um melhor país para todos.

064
 N.
 h

III – ENQUADRAMENTO SECTORIAL

De seguida, pretende-se realizar uma breve análise dos principais factores que poderão ter influência no sector, sendo sempre necessário realçar a prudência que se deve utilizar na sua interpretação.

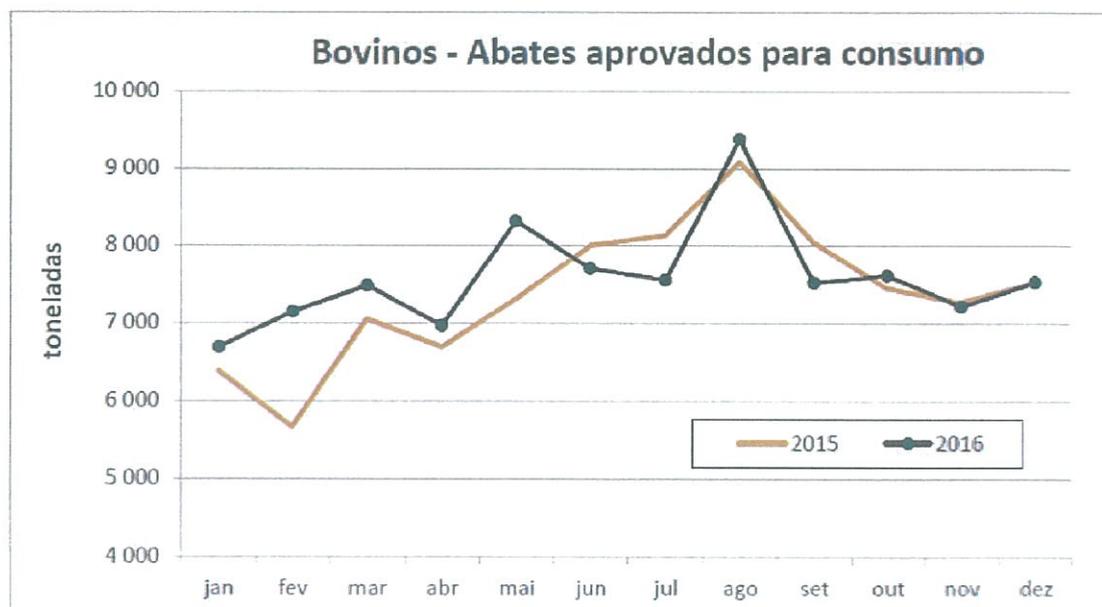
Relativamente aos abates aprovados para consumo em termos nacionais, verificou-se durante o ano de 2016, em termos nacionais, um aumento de 3,8% em número de cabeças e de 2,3% em toneladas de carne de bovino.

ABATES APROVADOS PARA CONSUMO - Janeiro a Dezembro

	CABEÇAS		TONELADA		Var. Cabeças (%) Acum. ano anterior	Var. Toneladas (%) Acum. ano anterior
	2016	2015	2016	2015		
Vitela - V	48392	47236	6854	6557	2,4%	4,5%
Vitelão - Z	83018	75457	15054	13975	10,0%	7,7%
Novilhos	121549	126320	37417	39141	-3,8%	-4,4%
Bois	1173	1456	369	428	-19,4%	-13,8%
Vacas	74433	70826	20009	19050	5,1%	5,0%
Novilhas	48553	41884	10956	9469	15,9%	15,7%
TOTAL	377118	363179	90659	88620	3,8%	2,3%

FONTE: I.N.E. (2015 - dados provisórios; 2016 - dados preliminares)

A distribuição de abates ao longo do ano caracterizou-se por alguma regularidade, sendo apenas de destacar, o acréscimo durante os primeiros meses do ano.



No comércio internacional, mais concretamente nas importações, verificou-se a manutenção das quantidades, embora tenha existido um ligeiro aumento da carne refrigerada (+4,1%) em contrapartida dos outros segmentos. Do lado das exportações, verificaram-se incrementos importantes, nomeadamente ao nível da Carne Refrigerada com 13,6%, na Carne Congelada com 10,6%, nos Outros Bovinos Vivos com 73,3% e por último, na categoria de Bovinos Rep. Raça Pura com um expressivo aumento, conforme se poderá verificar na tabela seguinte.

COMÉRCIO INTERNACIONAL - Janeiro a Dezembro

	ENTRADAS		SAIDAS		Unidade: Tonelada	
	2016	2015	2016	2015	Var. %	Var. %
					ENTRADAS 16/15	SAIDAS 16/15
Carne congelada	11048	11907	1552	1403	-7,2%	10,6%
Carne Refrigerada	83812	80535	9337	8216	4,1%	13,6%
Miudezas	1792	1993	450	235	-10,1%	91,3%
Bov. Rep. Raça Pura	37	182	1021	21	-79,7%	4807,2%
Outros Bovinos vivos	267	1291	29098	16793	-79,3%	73,3%
TOTAL	96956	95908	41457	26667	1,1%	55,5%

FONTE: I.N.E. (2015 - dados provisórios; 2016 - dados preliminares)

Relativamente aos dados do Comércio Internacional, mas em termos de valor, apresentam-se na tabela seguinte:

COMÉRCIO INTERNACIONAL - Janeiro a Dezembro

	ENTRADAS		SAIDAS		Unidade: 1000€	
	2016	2015	2016	2015	Var. %	Var. %
					ENTRADAS 16/15	SAIDAS 16/15
Carne congelada	48755	54154	7895	6001	-10,0%	31,5%
Carne Refrigerada	380117	352437	25569	23851	7,9%	7,2%
Miudezas	4325	4446	987	418	-2,7%	136,4%
Bov. Rep. Raça Pura	180	725	1536	61	-75,2%	2438,5%
Outros Bovinos vivos	580	2679	78420	37127	-78,4%	111,2%
TOTAL	433956	414440	114406	67458	4,7%	69,6%

FONTE: I.N.E. (2015 - dados provisórios; 2016 - dados preliminares)

Numa análise em termos financeiros, as importações sofreram de uma forma geral um aumento de preços tendo sido mais acentuado, na Carne Refrigerada. No caso das Exportações, verificou-se também uma subida de preços na Carne Congelada, nas Miudezas e nos Outros Bovinos Vivos, embora com comportamento inverso, estiveram os segmentos da Carne Refrigerada e dos Bov. Rep. Raça Pura, onde existiu uma desvalorização dos preços médios.

Da informação contida nas tabelas anteriores, é possível retirar ilações curiosas, tais como:

	2016	2015
Consumo Interno Anual (Ton)	152056	151210
Consumo Per Capita Anual (KG)	14,76	14,54
Produção Interna	60%	59%
Dependência do Exterior	40%	41%
Valor Total das Importações	433 955 500 €	414 440 300 €
Valor Total das Exportações	114 406 000 €	67 457 600 €
Resultado na Balança Comercial	-319 549 500 €	-346 982 700 €
Preço Global por KG/Importado	4,48 €	4,32 €
Preço Global por KG/Exportado	2,76 €	2,53 €
Preço Carne Refrig. por KG/Importado	4,54 €	4,38 €
Preço Bovinos Vivos por KG/Exportado	2,65 €	2,21 €

Relativamente ao consumo de carne de bovino, verificamos que se mantem a tendência de quebra de consumo per/capita registada nos últimos anos, mesmo com o efeito positivo que o elevado crescimento do sector do turismo tem provocado no sector alimentar (situação já realçada no ano anterior). Ou seja, mesmo com um aumento de população não residente e do impacto que automaticamente exerce sobre os consumos de produtos alimentares, o que verificamos, é que os portugueses continuam a dar preferência por outro tipo de carnes (Porco, Frango, Peru, entre outras).

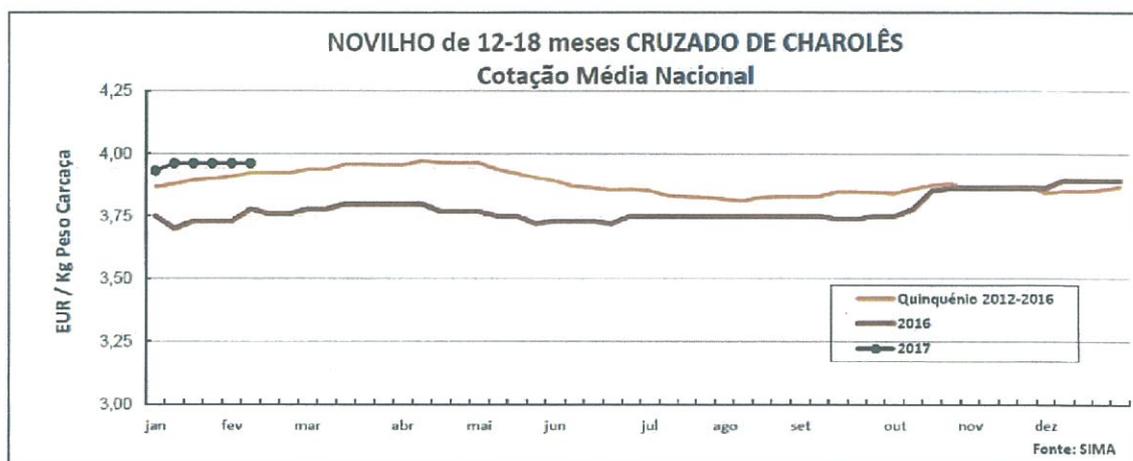
Destaca-se também, a melhoria em 2016 da Balança Comercial da Carne de Bovino e da capacidade de Produção Interna ter atingido 60%. Mesmo assim, ainda foi necessário realizar um volume de importações superior a 433 milhões de euros de carne de bovino para poder suprimir as necessidades do mercado nacional.

Indicador interessante e que tem sofrido um incremento positivo nos últimos anos é a exportação de Bovinos Vivos, que teve um aumento superior a 73%, traduzido numa elevada exportação de vitelos para os países a leste da bacia do Mar Mediterrâneo (Israel, Líbano, entre outros) e para o norte de África.

Mais uma vez salientamos, esta saída discutível, que tem sido promovida como uma vitória para a produção nacional, a qual carece de uma análise mais profunda e detalhada no âmbito da fileira da carne de bovino nacional! Mais concretamente, esta estratégia provavelmente, está mais focada no curto prazo, ou seja, a vender vitelos ao exterior (cerca de 80 milhões de euros/ano) prescindido da restante parte da cadeia de valor da fileira de carne de bovino. Não promovendo a engorda de bovinos em território nacional, não teremos capacidade de produção interna (apenas 60%), obrigando-nos a ter que nos socorrer nos mercados externos e a ter que realizar elevadas importações de carne de bovino (cerca de 434 milhões de euros/ano). Esta é uma estratégia que tem sido incentivada pelas entidades

governativas e que claramente tem prejudicado o sector, pois sempre que é exportado um vitelo, a fileira da engorda fica mais fragilizada e são muitos os postos de trabalho que ficam em causa.

Conforme é possível constatar no gráfico seguinte, durante 2016 existiu uma inversão das cotações dos Bovinos, as quais por enquanto, se parecem manter em 2017.



De salientar, que esta valorização das cotações dos Novilhos verificada a partir de Outubro, mesmo assim não é suficiente para compensar os preços dos vitelos que continuam bastante altos, comprometendo a rentabilidade nas engordas.

Nesta análise, deve-se assinalar que os elevados preços dos vitelos criaram outra alteração no mercado. Por via da valorização dos vitelos, os engordadores são obrigados a maiores períodos de engorda para conseguirem garantir pesos médios de carcaça superiores. Esta situação, para além de obrigar a volumes de investimento mais elevados, dificulta também a colocação das carcaças no mercado, nomeadamente no mercado tradicional, ou seja, no talho de rua. Para além de outras consequências, resumidamente, o incentivo á exportação de vitelos em vida, também tem sido um forte fator a prejudicar o comércio tradicional de carne de bovino.

Relativamente aos factores de produção na pecuária, deve-se realçar a manutenção dos preços em níveis elevados da energia, da água, mão-de-obra e impostos, e uma ligeira correcção dos preços da alimentação animal, bem como, dos combustíveis.

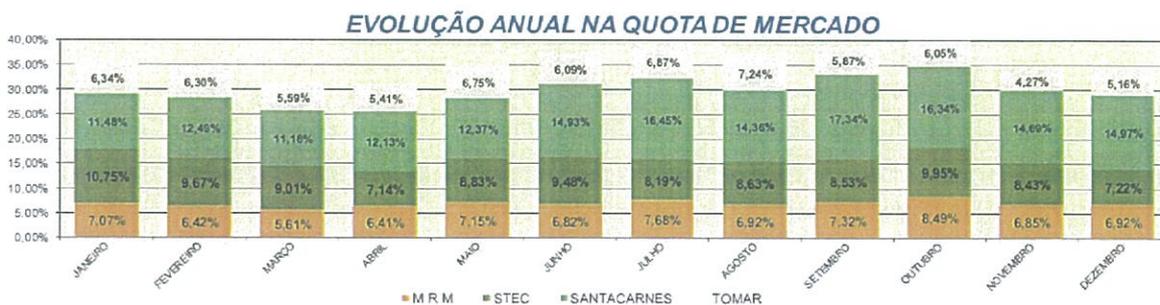
A agravar, mantém-se o elevado nível de exigências normativas às explorações, nomeadamente ao nível do seu licenciamento (denominado REAP – Regime de Exercício da Actividade Pecuária), aliado às constantes alterações orgânicas na estrutura do Ministério da Agricultura, Florestas, e Desenvolvimento Rural e da DGAV (Direcção Geral de Alimentação e Veterinária), que provocam uma instabilidade no dia-a-dia dos operadores do sector.

056
W
h

É visível ainda, que toda a política da PAC – Política Agrícola Comum, está a ser desenvolvida numa perspectiva denominada de “Greening”, ou seja, pela promoção de práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente, promovendo uma maior sustentabilidade ambiental. Apesar da importância, por vezes dá origem a mediatismos, que em muito influenciam a escolha dos consumidores, dificultando ainda mais a actividade diária dos operadores.

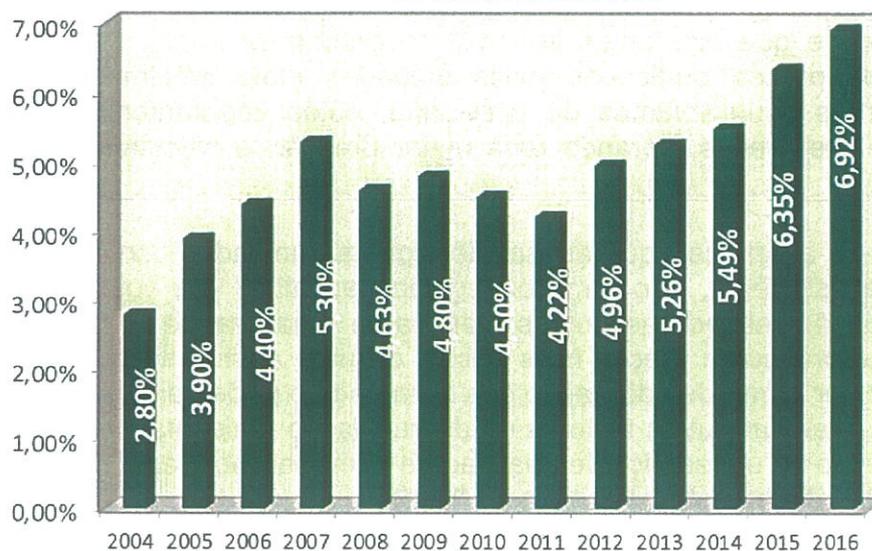
Relativamente ao **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, à que salientar, a complexidade que mantemos ao nível de preços de abate, resultante em grande parte, dos preços praticados pelas unidades mais próximas. Na tentativa, de aumentar os seus volumes de actividade, estão constantemente a proporcionar descidas nos preços, gerando uma maior pressão e dificultando a fidelização de clientes.

Continua-se a verificar, que apesar de algumas unidades continuarem no mercado com esta estratégia, não têm conseguido capitalizar em volumes de abate, pois analisando as respectivas quotas, verifica-se uma grande variação da actividade, consoante pratiquem preços mais baixos ou não. Assim, se continua a comprovar, que a melhor forma de fidelização dos clientes não pode ser assente exclusivamente no preço, mas em outros factores de diferenciação mais intangíveis, nomeadamente na prestação de um serviço de qualidade e personalizado, apenas possível com uma equipa de trabalho estável e muito motivada.



É neste contexto, que finalizamos o ano com uma elevada utilização da capacidade instalada do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** e que foi possível consolidar a quota de mercado nacional na prestação de serviço de abate de bovinos num valor superior a 6,92%.

EVOLUÇÃO DA QUOTA ANUAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABATE DE BOVINOS



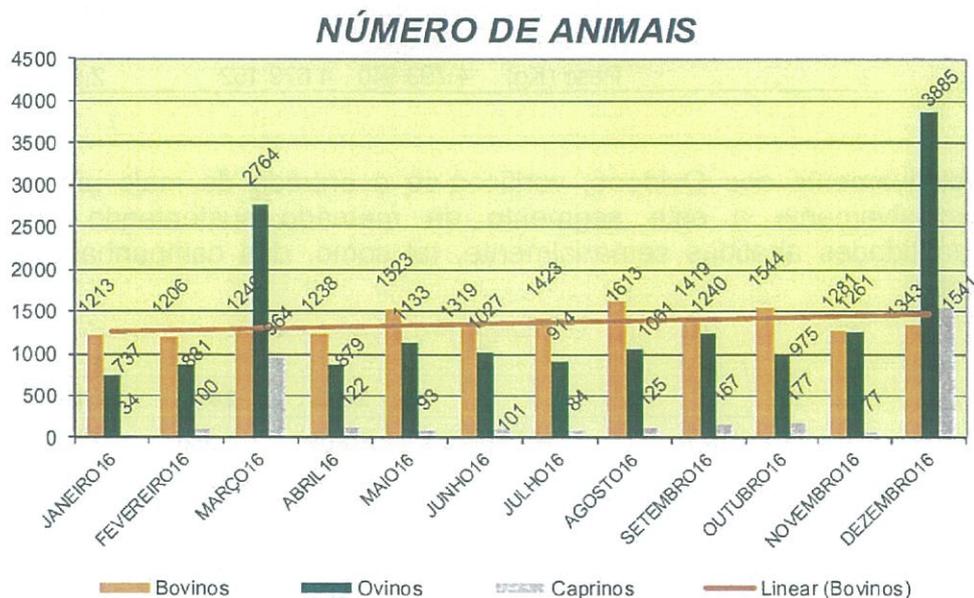
067
W
h

IV – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

O número de animais abatidos no *Matadouro Regional de Mafra, S.A.* da espécie Bovino, manteve uma tendência de crescimento ao longo do ano, demonstrando alguma regularidade, ao contrário de anos anteriores.

Para este resultado, muito contribuíram as mudanças constantes que tivemos que implementar, por forma a conseguirmos responder às necessidades do mercado. Estas medidas, passaram nomeadamente, pelo reforço de abates ao fim de semana, implicando obrigatoriamente uma grande capacidade de adaptação e de planeamento de trabalho e também a um acréscimo do custo de operação.

Relativamente aos Ovídeos, verificou-se um aumento dos clientes, que permitiram uma melhoria nos abates de regularidade semanal e nas épocas da Páscoa e do Natal, conforme se poderá verificar no gráfico seguinte:



Em termos quantitativos, o ano de 2016 teve um acréscimo superior a 3,3% em número de bovinos abatidos, apesar de em termos ponderais, terem representado apenas 2,5%, por via da redução dos pesos médios de abate.

		2016	2015	Varição
Vitelos	N.º Animais	82	87	-5,7%
De 0 a 08M	Peso (Kg)	13 455	14 399	-6,6%
Vitelões	N.º Animais	1 608	1 778	-9,6%
De 08 a 12M	Peso (Kg)	366 555	411 551	-10,9%
Bovinos	N.º Animais	11 762	11 720	0,4%
De 12 a 24M	Peso (Kg)	3 550 316	3 596 079	-1,3%
Bovinos	N.º Animais	875	717	22,0%
De 24 a 30M	Peso (Kg)	257 970	215 914	19,5%
Bovinos	N.º Animais	1 324	788	68,0%
De 30M a 48M	Peso (Kg)	383 918	210 788	82,1%
Bovinos	N.º Animais	5	277	-98,2%
De 48M a 72M	Peso (Kg)	1 694	76 972	-97,8%
Bovinos	N.º Animais	682	450	51,6%
+ 72M	Peso (Kg)	220 031	153 449	43,4%
TOTAL	N.º Animais	16 338	15 817	3,3%
	Peso (Kg)	4 793 940	4 679 152	2,5%

Relativamente aos Ovídeos, verificou-se a entrada de mais um cliente dedicado exclusivamente a este segmento de mercado sustentando uma subida nas quantidades abatidas semanalmente, tal como, das campanhas da Páscoa e de Natal.

		2016	2015	Varição
Cordeiros	N.º Animais	2 774	3 356	-17,3%
	Peso (Kg)	17 495	21 232	-17,6%
Borregos	N.º Animais	12 563	10 297	22,0%
	Peso (Kg)	154 778	123 384	25,4%
Ovinos Adultos	N.º Animais	1 404	464	202,6%
	Peso (Kg)	31 225	10 982	184,3%
Cabritos de Leite	N.º Animais	2 793	2 725	2,5%
	Peso (Kg)	15 372	15 288	0,6%
Cabritos	N.º Animais	88	81	8,6%
	Peso (Kg)	868	787	10,3%
Caprinos Adultos	N.º Animais	738	493	49,7%
	Peso (Kg)	12 852	7 894	62,8%
TOTAL	N.º Animais	20 360	17 416	16,9%
	Peso (Kg)	232 590	179 567	29,5%

Resumidamente e conforme já referido, o ano de 2016 caracterizou-se por um aumento no número de animais em todas as categorias, bem como, nas quantidades processadas, conforme tabela seguinte:

MÉDIAS SEMANAIS

N.º ANIMAIS													
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Bovinos	183	256	288	291	328	322	324	311	350	307	285	304	314
Δ	N/A	39,7%	12,4%	1,1%	12,8%	1,4%	-2,5%	-3,8%	12,5%	-12,5%	-7,0%	6,7%	3,3%
Ovinos	111	159	140	198	125	114	183	143	191	166	191	271	322
Δ	N/A	43,4%	-12,0%	41,5%	-36,8%	-8,9%	60,3%	-21,6%	32,9%	-12,7%	0,0%	41,9%	18,6%
Caprinos	28	31	31	46	27	28	39	47	72	49	50	63	70
Δ	N/A	8,6%	-0,3%	49,9%	3,7%	5,0%	38,5%	19,8%	54,9%	-32,3%	0,0%	27,2%	9,7%

N.º KGS													
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Bovinos	53850	74322	82068	83411	97524	93733	89792	88032	94490	82131	80315	89984	92191
Δ	N/A	38,0%	10,4%	1,6%	16,9%	-3,9%	-4,2%	-2,0%	7,3%	-13,1%	0,0%	9,6%	2,5%
Ovinos	1005	1697	1712	2249	1413	1178	1876	1466	2020	1719	2049	2992	3913
Δ	N/A	68,9%	0,9%	31,4%	-37,2%	-16,6%	59,2%	-21,8%	37,8%	-14,9%	0,0%	74,1%	30,8%
Caprinos	95	140	183	264	148	164	223	260	417	293	307	461	559
Δ	N/A	46,9%	30,9%	44,3%	-43,8%	10,6%	36,0%	16,4%	60,7%	-29,7%	0,0%	57,1%	21,4%

Durante o ano de 2016, existiu um reforço na prestação de serviços de abate nas restantes espécies para as quais estamos licenciados, nomeadamente nos equídeos e na caça maior. Conforme se pode verificar na tabela abaixo, apesar de representarem nichos de mercado, foi expressiva a procura dos nossos serviços, pelo que continuaremos a dotarmos de condições para poder aproveitar e valorizar este mercado.

		2016	2015	Varição
Equídeos	N.º Animais	213	121	76,0%
	Peso (Kg)	44 230	23 458	88,6%
Cervídeos	N.º Animais	74	54	37,0%
	Peso (Kg)	1 201	981	22,4%
Suídeos	N.º Animais	77	1	7600,0%
	Peso (Kg)	1 573	9	17382,0%
TOTAL	N.º Animais	364	176	106,8%
	Peso (Kg)	47 004	24 448	92,3%

Handwritten signature or initials in the top right corner.

Em termos de distribuição geográfica dos clientes e dos fornecedores de gado, mantêm-se praticamente os registos dos anos anteriores, ou seja, que a grande maioria está sediada no Distrito de Lisboa, estando em ambas situações o Concelho de Mafra na primeira posição. De seguida, e conforme se pode verificar na tabela dos clientes, destacam-se os concelhos de Sintra, Lisboa e Torres Vedras. Do lado dos fornecedores de gado, a situação é diferente, destacando-se o concelho de Torres Vedras seguido pelo Sobral de Monte Agraço.



Clientes

Concelhos	%
Mafra	56%
Sintra	19%
Lisboa	10%
Torres Vedras	9%
Vila Franca de Xira	3%
Sobral de Monte Agraço	2%
Cadaval	1%
Lourinhã	0%
Loures	0%

Fornecedores de Gado

Concelhos	%
Mafra	50%
Torres Vedras	24%
Sobral Monte Agraço	12%
Alenquer	6%
Lourinhã	4%
Loures	1%
Sintra	1%
Arruda dos Vinhos	1%
Cadaval	1%

V – INVESTIMENTO

Neste exercício, realizamos investimentos num valor de 98.820,88€ (Noventa e oito mil, oitocentos e vinte euros e oitenta e oito cêntimos), mantendo sempre uma perspectiva selectiva e traduzindo-se na aquisição de equipamentos de processo, na realização de melhorias na ETARI, na nave de abate e na abegoaria.

Na nave de abate, substituíram-se alguns equipamentos para melhorar a operacionalidade, nomeadamente um quadro de atordoamento de ovídeos, um tanque de cozedura para a zona da triparia, a substituição da via de sangria da linha de bovinos, uma pistola de abate e uma máquina automática de lavar e raspar patas. Existiram ainda reparações nos pavimentos, nos equipamentos das câmaras de frio e nas protecções das paredes da nave.

Na ETARI, melhorou-se a estrutura de suporte do desidratador por telas adquirido em 2015, substituiu-se parte do sem-fim dos conteúdos gástricos, bem como, parte do equipamento do Tamizador e adquiriu-se um variador mecânico para a bomba do poço das lamas, por forma a garantir um melhor desempenho energético e qualitativo desta estrutura.

Foi ainda necessário, a substituição de alguns computadores, nomeadamente na secretaria, fruto do normal desgaste que estes equipamentos têm, obrigando periodicamente à sua actualização.

Adquiriu-se também uma viatura ligeira de passageiros para substituição de uma outra adquirida em Maio de 2007, a qual já registava mais de 300.000Kms e obrigava a elevados custos de manutenção.

À exceção da viatura ligeira de passageiros, todos os outros investimentos no valor de 78.865,88€ (Setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos) foram realizados ao abrigo da Reserva de Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR), constituída nos dois últimos exercícios, conforme a seguir se discrimina:

ANO	RESERVA DLRR - Distribuição de Lucros Retidos e Reinvestidos		
	Valor Constituição	Investimento	Valor Disponível
2014	126 154,00 €	47 646,86 €	78 507,14 €
2015	70 000,00 €	78 865,88 €	69 641,26 €

VI - RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Neste exercício, verificou-se uma descida nos Rendimentos Operacionais em 5,35%, que se explica pela diminuição do valor da Prestação de Serviços de Abate (-5,09%) acrescido pela quebra na rubrica de Vendas (-5,38%), em consequência da desvalorização das cotações dos Couros e Peles e dos Subprodutos.

- Valores em Euros -

Análise dos Rendimentos	2016	2015	Δ
Rendimentos Operacionais	2 242 425,14 €	2 369 097,87 €	-5,35%
Rendimentos Financeiros	1 158,75 €	2 160,79 €	-46,37%

- Valores em Euros -

Análise dos Rendimentos	2016	2015	Δ
71 - Vendas	1 160 976,86 €	1 227 028,56 €	-5,38%
72 - Prestação de Serviços	1 060 009,44 €	1 116 901,40 €	-5,09%
76 - Reversões de Perdas por Imparidade	2 402,75 €	- €	N/A
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	19 036,09 €	25 167,91 €	-24,36%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos	1 158,75 €	2 160,79 €	-46,37%

Para a redução do valor da Prestação de Serviços, contou decisivamente a concentração de abates nos clientes de maior dimensão que automaticamente obrigam a preços médios mais baixos. Acresce ainda, a competitividade de preços que se verifica no mercado, pois algumas unidades, continuam a promover preços incompreensíveis apenas para garantir algum volume de trabalho. Relativamente à descida das Vendas em -5,38%, é explicada principalmente pelo forte impacto da desvalorização dos Couros e Peles, que ao longo do ano fomos assistindo, colocando novos desafios à operação da sociedade, pois como já tem sido explicado, este indicador tem uma contribuição forte para a rentabilidade e diminuição dos riscos de cobrança. Quanto aos restantes subprodutos (Gordura, Ossos, Masséteres e Vergas), manteve-se uma tendência de preços baixos, que já tinha tido origem no ano de 2014.

É de realçar, a continuação de concentração de abate nos grandes clientes, em detrimento da forte diminuição de actividade dos pequenos retalhistas e dos pequenos produtores, derivado provavelmente da situação económica que o país ainda se encontra a atravessar, adicionado pela enorme concorrência das grandes superfícies e da cada vez maior exigência burocrática do Estado.

Durante 2016, verificou-se um aumento no abate de animais com idades superiores a 30 meses, nomeadamente dos Touros Corridos, que chegaram ao final da época com cerca de 800 animais. A aposta neste segmento de mercado, é de grande importância, pois para além de aumentar o número de abates, permite também ampliar a venda cruzada de outros serviços.

070
M
K

A descida de 24,36% da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é explicada, porque ao contrário do exercício anterior, em que tinha existido a contabilização de valores com carácter não recorrente, este exercício apenas registou os rendimentos habituais do subsídio não reembolsável da candidatura do IFADAP associados à depreciação das instalações e dos equipamentos.

Na análise dos Gastos, verifica-se uma redução de 2,80% em termos Operacionais e uma descida de quase 65% em termos Financeiros.

- Valores em Euros -

Análise dos Gastos	2016	2015	Δ
Gastos Operacionais	2 098 397,74 €	2 158 881,56 €	-2,80%
Gastos Financeiros	223,37 €	635,18 €	-64,83%

- Valores em Euros -

Análise dos Gastos	2016	2015	Δ
61 - CMVMC	833 573,79 €	880 823,47 €	-5,36%
62 - FSE's	478 197,17 €	483 074,58 €	-1,01%
63 - Gastos com Pessoal	627 492,35 €	624 713,70 €	0,44%
64 - Gastos de Dep. e Amortizações	149 374,12 €	150 292,18 €	-0,61%
65 - Perdas por Imparidade	- €	4 856,81 €	-100,00%
68 - Outros Gastos e Perdas	9 760,31 €	15 120,82 €	-35,45%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	223,37 €	635,18 €	-64,83%

Destaca-se em termos de valores, a descida em 5,36% da rubrica de CMVMC (Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas), por via da já referida, desvalorização das cotações dos Couros e Peles.

Relativamente à rubrica de FSE's e justificado pela procura constante de melhoria dos consumos da unidade, existiu uma quebra de valores (-1,01%), apesar do aumento da atividade operacional. Devem-se destacar, a descida da eletricidade (-5,09%), bem como, as descidas nos gastos com combustíveis (-3,2%), desdobrados pelo gás (-58%) e gasóleo de aquecimento (-3,55%). Em sentido contrário, evidencia-se essencialmente a subida dos subcontratos relacionados com os subprodutos (+14,02%), em consequência do aumento das quantidades processadas.

Na rubrica de Gastos com Pessoal existiu praticamente a manutenção de valores face ao exercício anterior, verificando-se uma ligeira variação positiva de 0,44%, que se explica pelas seguintes razões: a existência de funcionários que estiveram longos períodos de baixa por motivos de doença natural (apesar de terem obrigado igualmente à contratação temporária de outros funcionários), mas principalmente por via da descida do valor do Prémio de Produtividade, pois apesar do elevado número

de semanas em que se atingiu o objetivo semanal de 78.000Kgs é sabido que também depende do EBITDA que a sociedade conseguir gerar.

Na rubrica dos Gastos de Depreciação e de Amortização tivemos uma redução de 0,61%, pois apesar de neste exercício, ainda existirem Bens de Imobilizado, nomeadamente do Equipamento Básico, que estão a ficarem totalmente amortizados, existiram igualmente outros novos investimentos, que automaticamente levaram a que existisse um aumento dos gastos com esta rúbrica.

A rubrica de Gastos Financeiros, fechou o ano com uma diminuição de 64,83%, sendo o valor registado, praticamente inerente às despesas bancárias pela disponibilidade das contas caucionadas que se encontram contratualizadas.

- Valores em Euros -

Indicadores Económicos	2016	2015	Δ
Volume de Negócios	2 220 986,30 €	2 343 929,96 €	-5,25%
Mercadorias	1 160 976,86 €	1 227 028,56 €	-5,38%
Prestação de Serviços	1 060 009,44 €	1 116 901,40 €	-5,09%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	298 121,77 €	393 883,58 €	-24,31%
Margem EBITDA	13,42%	16,80%	-20,12%
Resultados Operacionais	144 027,40 €	224 475,45 €	-35,84%
Resultados Líquidos	111 888,37 €	180 262,08 €	-37,93%

Em termos económicos, atingiu-se uma Autonomia Financeira de 73,42% e uma redução da Margem do EBITDA para 13,42%, resultando num Cash-Flow Operacional (EBITDA) de 298.121,77€ (Duzentos e noventa e oito mil, cento e vinte e um euros e setenta e sete cêntimos).

Indicadores Financeiros	2016	2015	Δ
Prazo Médio de Recebimentos (Dias)	80	66	22,08%
Prazo Médio de Pagamentos (Dias)	70	66	6,06%

Em termos financeiros, existiu um aumento do Prazo Médio de Recebimentos, pois apesar de um elevado esforço nas cobranças, o difícil momento económico já referido em ponto anterior, provocou automaticamente um maior saldo médio na conta corrente dos clientes. O incremento também foi mais acentuado, pois o cliente com maior volume de faturação, durante o mês de Dezembro, ao contrário do habitual, atrasou os pagamentos prejudicando o resultado deste indicador. Salienta-se que ao momento da elaboração do presente relatório, a situação já foi regularizada.

Em igual sentido, esteve o Prazo Médio de Pagamentos, com o aumento de 4 dias, apesar da sociedade manter uma grande vontade de liquidar no mais curto espaço de tempo possível, as responsabilidades para com os seus fornecedores.

Deve-se destacar, o empenho que se incute na execução das obrigações assumidas, tal como no constante acompanhamento da carteira de clientes, por forma a mantermos, tanto quanto possível elevado nível de cumprimento, mesmo tendo em consideração, as conhecidas dificuldades financeiras com que o mercado se depara.

VII – RECURSOS HUMANOS

O *Matadouro Regional de Mafra, S.A.*, desde o seu arranque sempre procurou ter uma equipa de colaboradores com níveis técnicos de referência do sector, tendo feito uma seleção cuidada e investido constantemente em formação, tanto ao nível do posto de trabalho, como ao nível colectivo.

Acresce, que para a especificidade da nossa actividade, foi considerado estratégico garantir estabilidade na equipa de trabalho, pois seria um garante de uma prestação de serviços diferenciadora, tal como o mercado tem sabido reconhecer, pelo que as entradas e saídas de pessoal, tem assumido apenas um carácter pontual. Situação inversa, tivemos em 2016, pois fruto de várias baixas por doença natural (7 casos) ou por acidente de trabalho (3 casos), tivemos a necessidade de recorrer por várias vezes, à contratação temporária, por forma, a conseguirmos garantir os habituais níveis de serviços aos nossos clientes.

Como se poderá verificar pela leitura do quadro seguinte, destacam-se a idade média dos trabalhadores.

Recursos Humanos	2016	2015	2014	2013	2012	2010	2008
Número de trabalhadores no final do período	35	33	30	30	32	30	30
Idade média dos trabalhadores	47	47	46	47	46	44	42
Antiguidade média dos trabalhadores	7,82	7,82	7,58	7,58	7,8	6,5	4,9
Horas de formação totais	105	114	84	87,5	72	193	166
Média de horas de formação por trabalhador	3,0	3,5	2,8	2,9	2,3	6,4	5,5
Gastos com o pessoal	627 492,35 €	624 713,70 €	590 900,94 €	597 396,06 €	554 947,38 €	557 696,66 €	540 609,31 €
Total de acidentes de trabalho	3	3	0	1	4	1	6
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,09	0,09	0,00	0,03	0,13	0,03	0,20

Tendo em conta, a importância dos recursos humanos no desempenho operacional da unidade, é com bastante regularidade que se realizam reuniões com todo o pessoal, onde são analisadas em pormenor, todas as questões relacionadas com a actividade, clientes e meio envolvente.

VIII – MATÉRIAS AMBIENTAIS

A preocupação com a área ambiental, sempre assumiu grande importância, traduzindo-se numa constante prevenção em minimizar os impactos da nossa actividade.

Passando pela recolha diária de subprodutos, pela aquisição de equipamentos que cumpram os normativos ambientais, pelo correcto armazenamento das matérias subsidiárias (combustíveis, detergentes, etc.) e ainda, pela monitorização analítica da água (à entrada e à saída), das emissões gasosas e das descargas da ETARI.

Em simultâneo, procuramos a melhoria na eficiência energética e na optimização dos consumos de matérias subsidiárias, que para além de contribuírem para uma maior sustentabilidade ambiental, traduzem-se directamente em ganhos económicos para a sociedade.

Como exemplo, mantemos o reaproveitamento da água tratada da ETARI, nas pré-lavagens da abegoaria, que nos permite obter uma poupança mensal de aproximadamente 120 metros cúbicos.

Apesar de todas estas preocupações, deve-se destacar a dificuldade em conseguir responder a todas as exigências legais. No entanto, é de realçar os valores analíticos obtidos na ETARI, que em 2016, voltaram a atingir uma boa média de registos, face aos valores limites de emissão exigidos para este sector.

IX – DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas à Segurança Social.



SEGURANÇA SOCIAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte MATADOURO REGIONAL MAFRA S A
Firma/denominação MATADOURO REGIONAL MAFRA S A
Número de Identificação de Segurança Social 20003500405
Número de Identificação Fiscal 505004232
Número de Declaração 14970807
Data de emissão 08-02-2017

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.
Date: 2017.02.08 15:11:38 +00'00

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA

X – DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas às Finanças.



Serviço de Finanças de MAFRA - [1546]

CERTIDÃO

Humberto Pereira Martins, Chefe do Serviço de Finanças de MAFRA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, que MATADOURO REGIONAL DE MAFRA S A, NIF 505004232, tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais.

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 24º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão em 5 de Janeiro de 2017.

O Chefe de Finanças

(Humberto Pereira Martins)

Elementos para validação	
Nº Contribuinte:	505004232
Cód. Validação:	E6UJBQ6GHHGC

Para validar esta certidão acesse ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

XI – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA SOCIEDADE

Em consequência, da análise ao sector e á sociedade, já referidos em ponto anterior, é sempre com dificuldade na sua previsibilidade que encaramos o ano de 2017.

Acresce, o momento económico nacional, que continua numa perspetiva de difícil previsão, não vislumbrando grandes sinais de melhorias na capacidade de consumo dos portugueses, levando a acreditar mais quebras relativamente ao consumo per capita de carne.

No sector, continua-se a verificar as empresas concorrentes a aumentar a dependência das grandes superfícies e a trabalhar com grandes oscilações de produção, repercutindo-se directamente na rentabilidade do sector.

Continuamos diariamente com a preocupação em manter a fidelização dos clientes, principalmente os com maior volume de abates, pois estão constantemente a ser alvos de ofertas de preços mais baixos. Prosseguimos a melhoria na distribuição de abates ao longo da semana, que insistentemente o mercado continua a preferir e a sufocar o início da semana.

É de referir, as diligências realizadas pelo accionista maioritário para se adaptar à legislação sobre a Actividade Empresarial Local, tendo sempre como fundamento a importância que a sociedade tem para a região e as particularidades inerentes ao seu negócio e à fileira.

É neste ambiente, de grande incerteza, que apenas poderemos contrapor com a melhoria da prestação de serviços e cimentando o reconhecimento da qualidade do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**

XII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a Sociedade Anónima **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** apresenta no exercício de 2016 resultados positivos no valor de 111.888,37€ (Cento e onze mil, oitocentos e oitenta e oito euros e trinta e sete cêntimos).

Nesta sequência, propomos realizar a seguinte aplicação:

- Reservas Livres.....41.888,37€
- Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos.....70.000,00€

Em simultâneo, por forma a garantir adequada remuneração aos accionistas da sociedade e tendo em consideração:

1. Que o valor a distribuir não irá condicionar a normal actividade da sociedade;
2. Que se manterá intacta a capacidade financeira para execução dos investimentos previstos;
3. Que os Capitais Próprios somado com os Resultados do Exercício de 2016 da sociedade, apresentam reservas livres de 220.692,36€, reservas legais de 150.000,00€ e Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos de 266.154,00€;
4. Que o valor das reservas é muito superior ao mínimo legal e estatutariamente exigível;
5. Que é admissível a distribuição dessas reservas livres sem que o capital próprio da sociedade, tal como resulta das contas apresentadas, fique inferior à soma do capital social e das reservas cuja distribuição aos accionistas não é permitida por lei e pelos estatutos.

O Conselho de Administração da Sociedade Anónima Matadouro Regional de Mafra, S.A. propõem que os Accionistas deliberem proceder à distribuição de reservas livres no montante de 75.000,00€ (Setenta e cinco mil euros), equivalente ao valor bruto por ação de 0,50€, a distribuir pelos Accionistas, na proporção das suas participações, excluindo-se ações próprias em carteira, ao dia 31 de Dezembro de 2016.

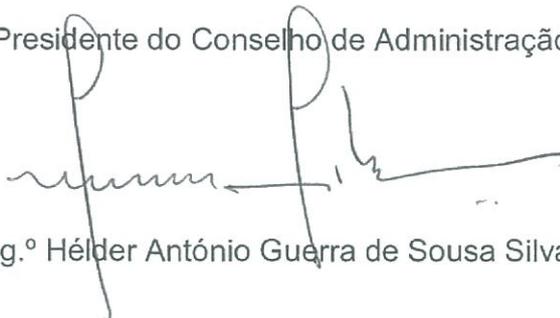
VII – AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração reitera os seus agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência pela empresa, em particular aos clientes, fornecedores e credores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento, desenvolvimento e a imagem que alcançamos no nosso mercado.

Aos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental no bom funcionamento da empresa.

Mafra, 09 de Fevereiro de 2017

O Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração



Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha

Vogal do Conselho de Administração



Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

075
X
h
h

Demonstrações Financeiras

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	(4)	1 107 588,04 €	1 162 014,18 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - outros investimentos financeiros	(5)	1 000,00 €	1 000,00 €
Créditos a receber		895,30 €	242,83 €
Activos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
		1 109 483,34 €	1 163 257,01 €
Activo corrente			
Inventários	(13)	0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Clientes	(6)	496 323,94 €	429 046,25 €
Estado e outros entes públicos		9 166,19 €	48 894,66 €
Outros créditos a receber		5 637,69 €	13 077,04 €
Diferimentos	(7)	7 201,70 €	5 802,31 €
Activos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros activos financeiros		0,00 €	0,00 €
Activos correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	(8)	372 786,90 €	395 258,58 €
		891 116,42 €	892 078,84 €
TOTAL DO ACTIVO		2 000 599,76 €	2 055 335,85 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	(9)	750 000,00 €	750 000,00 €
Ações (quotas) próprias	(9)	-10 000,00 €	-10 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Reservas legais		150 000,00 €	150 000,00 €
Reservas livres	(10)	178 803,99 €	167 701,91 €
Reservas para dedução de lucros retidos e reinvestidos (DLRR)	(10)	196 154,00 €	126 154,00 €
Resultados transitados		0,00 €	0,00 €
Ajustamento em activos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no capital próprio		91 955,29 €	104 339,65 €
Resultado líquido do período		111 888,37 €	180 262,08 €
Interesses minoritários		0,00 €	0,00 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1 468 801,65 €	1 468 457,64 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar		0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €
Passivo corrente			
Fornecedores		254 545,46 €	249 542,13 €
Adiantamentos de clientes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos		65 202,64 €	101 459,12 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar	(11)	212 050,01 €	235 876,96 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
Passivos correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
		531 798,11 €	586 878,21 €
TOTAL DO PASSIVO		531 798,11 €	586 878,21 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2 000 599,76 €	2 055 335,85 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 40261

168814099

40261

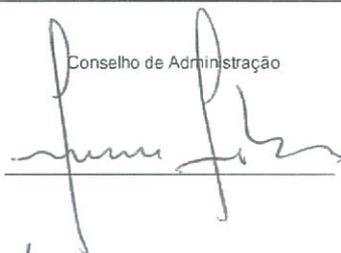
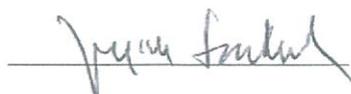
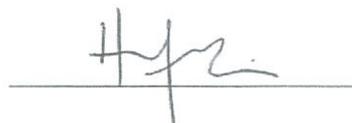
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e Serviços Prestados			
Mercadorias	(12)	1 024 773,64 €	1 093 216,61 €
Produtos	(12)	136 203,22 €	133 811,95 €
Prestação de Serviços	(12)	1 060 009,44 €	1 116 901,40 €
Subsídios à exploração		0,00 €	0,00 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias	(13)	-818 770,73 €	-870 298,08 €
Matérias	(13)	-14 803,06 €	-10 525,39 €
Fornecimento e serviços externos		-478 197,17 €	-483 074,58 €
Gastos com o pessoal		-627 492,35 €	-624 713,70 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(14)	2 402,75 €	-4 856,81 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	14 259,14 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		19 036,09 €	25 167,91 €
Outros gastos		-9 760,31 €	-15 120,82 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		293 401,52 €	374 767,63 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(4)	-149 374,12 €	-150 292,18 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		144 027,40 €	224 475,45 €
Juros e rendimentos similares obtidos		1 158,75 €	2 160,79 €
Juros e gastos similares suportados		-223,37 €	-635,18 €
Resultados antes de impostos		144 962,78 €	226 001,06 €
Imposto sobre o rendimento do período		-33 074,41 €	-45 738,98 €
Resultado líquido do período		111 888,37 €	180 262,08 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 40261




168814099
Maddalena
40261

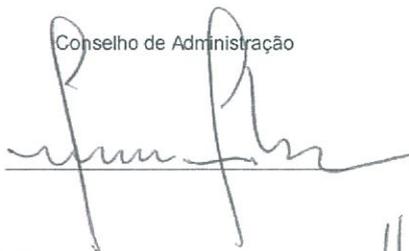
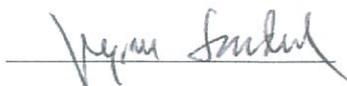
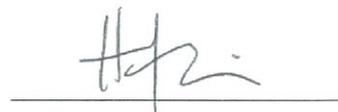
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

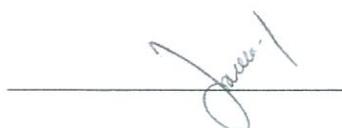
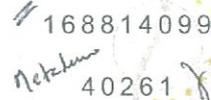
UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:			
Recebimento de clientes	+	2 153 708,61 €	2 308 309,02 €
Pagamentos a fornecedores	-	-1 362 716,59 €	-1 379 224,40 €
Pagamentos ao pessoal	-	-629 743,85 €	-632 646,43 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	161 248,17 €	296 438,19 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	9 166,19 €	1 945,74 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-23 848,07 €	-6 013,15 €
Fluxos das actividades operacionais	[1]	146 566,29 €	292 370,78 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-68 820,88 €	-47 646,86 €
Activos intangíveis	-	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros	-	-652,47 €	-211,09 €
Outros activos	-	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros	+	0,00 €	0,00 €
Outros activos	+	0,00 €	0,00 €
Subsidios ao investimento	+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares	+	1 158,75 €	14 357,76 €
Dividendos	+	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2]	-68 314,60 €	-33 500,19 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	+	0,00 €	0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos	+	0,00 €	0,00 €
Doações	+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	-	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares	-	-223,37 €	-635,18 €
Dividendos	-	-100 500,00 €	298 000,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00 €	5 000,00 €
Outras operações de financiamento	-	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]	-100 723,37 €	-303 635,18 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]	-22 471,68 €	-44 764,59 €
Efeitos das diferenças de câmbio	+/-	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	395 258,58 €	440 023,17 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	372 786,90 €	395 258,58 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 40261

168814099
40261

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Reservas de revalorização de activos fixos e intangíveis	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos por impostos diferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	750 090,00 €	-10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	150 000,00 €	293 855,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	104 339,65 €	180 262,08 €	1 468 457,64 €	0,00 €	1 468 457,64 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas															0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0,00 €
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															0,00 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos															0,00 €
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															0,00 €
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	180 262,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 384,36 €	-160 262,08 €	-12 384,36 €	0,00 €	-12 384,36 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											111 888,37 €	111 888,37 €		111 888,37 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											-68 373,71 €	99 504,01 €		99 504,01 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0,00 €
Realizações de prémios de emissão															0,00 €
Distribuições							-99 160,00 €						-99 160,00 €		-99 160,00 €
Entradas para cobertura de perdas															0,00 €
Outras operações															0,00 €
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-99 160,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-99 160,00 €	0,00 €	-99 160,00 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	11=6+7+8+10	750 000,00 €	-10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	150 000,00 €	178 803,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	91 955,29 €	111 888,37 €	1 468 801,65 €	0,00 €	1 468 801,65 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 40261

168814099
Mafra
40261

ANEXO

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1. **Denominação Social:** MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.
- 1.2. **Sede:** RUA DO MATADOURO, Nº1, FONTAINHAS, 2644 – 002 SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA
- 1.3. **Natureza da actividade:** COMÉRCIO E INDUSTRIA TRANSFORMADORA DE GADO, CARNES VERDES E PRODUTOS PROVENIENTES DO ABATE
- 1.4. **N.º de Identificação Colectiva:** 505 004 232
- 1.5. **Capital Social:** 750.000,00€ (Setecentos e cinquenta mil euros)
- 1.6. **Matriculada em:** Conservatória do Registo Comercial de MAFRA, sob o número 02684

Indicações gerais:

- Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.
- As notas que não constam do presente anexo não são aplicáveis à empresa no presente exercício.

Nota 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código das Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras).

Nota 3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS***Activos Fixos Tangíveis***

- Modelo do custo: custo, menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Participações Financeiras

- Modelo do custo.

Inventários

- As existências estão valorizadas ao preço de custo.

Imposto sobre o rendimento

- Quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método dos impostos diferidos).

Custo dos empréstimos obtidos

- Deverão ser considerados como gastos do período.

Nota 4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. – Divulgações sobre activos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos activos fixos tangíveis constantes do balanço e as respectivas depreciações e ajustamentos, são discriminados no quadro seguinte:

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais	
		Terrenos	Edifícios								
Em 31.12.2014	Quantias brutas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	1 788 134,04 €	1 513 019,53 €	41 609,92 €	68 237,72 €	0,00 €	77 829,27 €	0,00 €	3 622 274,10 €
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €	-827 100,83 €	-1 231 228,21 €	-31 000,15 €	-54 050,99 €	0,00 €	-78 960,28 €	0,00 €	-2 227 511,10 €
	Quantias líquidas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	961 033,21 €	281 791,32 €	10 609,77 €	14 186,73 €	0,00 €	-1 131,01 €	0,00 €	1 394 763,00 €
Adições			1 948,00 €	44 176,16 €	0,00 €	1 522,70 €	0,00 €	0,00 €	3 872,90 €		51 519,76 €
Revalorizações											0,00 €
Transferências											0,00 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											0,00 €
Alienações, sinistros e abates											0,00 €
Outras alterações											0,00 €
Depreciações			-87 400,36 €	-51 839,49 €	-5 032,32 €	-3 519,21 €	0,00 €	-2 410,80 €	0,00 €		-150 292,18 €
Perdas por imparidade											0,00 €
Em 31.12.2015	Quantias brutas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	1 792 607,31 €	1 567 259,40 €	41 609,92 €	71 047,62 €	0,00 €	77 829,27 €	3 872,90 €	3 687 670,04 €
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €	-1 001 950,15 €	-1 335 700,36 €	-41 054,79 €	-61 378,09 €	0,00 €	-85 562,48 €	0,00 €	-2 525 655,86 €
	Quantias líquidas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	790 657,16 €	231 559,04 €	545,13 €	9 669,54 €	0,00 €	-7 733,21 €	3 872,90 €	1 162 014,18 €
Adições				43 937,83 €	21 205,00 €	3 678,05 €	0,00 €	0,00 €	30 000,00 €		98 820,88 €
Revalorizações											0,00 €
Transferências									-3 872,90 €		-3 872,90 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											0,00 €
Alienações, sinistros e abates											0,00 €
Outras alterações											0,00 €
Depreciações			-87 498,48 €	-52 352,32 €	-1 151,80 €	-3 040,25 €	0,00 €	-5 331,27 €	0,00 €		-149 374,12 €
Perdas por imparidade											0,00 €
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	1 792 607,31 €	1 611 197,23 €	62 814,92 €	74 725,67 €	0,00 €	77 829,27 €	30 000,00 €	3 782 618,02 €
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €	-1 089 448,63 €	-1 388 052,68 €	-42 216,59 €	-64 418,33 €	0,00 €	-90 893,75 €	0,00 €	-2 675 029,98 €
	Quantias líquidas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	703 158,68 €	223 144,55 €	20 598,33 €	10 307,34 €	0,00 €	-13 064,48 €	30 000,00 €	1 107 588,04 €

4.2. – Depreciação acumulada no final do período.

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 31.12.2014	914 459,79 €	1 284 671,90 €	36 032,47 €	57 858,87 €	0,00 €	83 152,36 €	2 376 175,39 €
Reforços	87 490,36 €	51 839,49 €	5 032,30 €	3 519,21 €	0,00 €	2 410,80 €	150 292,16 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Sinistros							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2015	1 001 950,15 €	1 336 511,39 €	41 064,77 €	61 378,08 €	0,00 €	85 563,16 €	2 526 467,55 €
Reforços	87 498,48 €	52 352,32 €	1 151,80 €	3 040,25 €	0,00 €	5 331,27 €	149 374,12 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Sinistros							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2016	1 089 448,63 €	1 388 052,68 €	42 216,57 €	64 418,33 €	0,00 €	90 893,75 €	2 675 029,96 €

Nota 5 – PARTICIPAÇÕES NÃO RELEVANTES NOUTRAS EMPRESAS

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra – 1.000,00€ (Mil euros)

Sede: Terreiro D. João V – 2640 Mafra

Nota 6 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

- Clientes – 53.629,99€ (Cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e nove euros e noventa e nove cêntimos).

Nota 7 – COMPOSIÇÃO DOS DIFERIMENTOS

Diferimentos	
Gastos a Reconhecer - Seguros	7 201,70 €
Rendimentos a Reconhecer - Juros e Outros Rendimentos	69,78 €
	7 271,48 €

Nota 8 – FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	2016	2015
Numerário		
Caixa	1 042,69 €	2 785,16 €
Depósitos bancários mobilizáveis		
Depósitos à ordem	146 744,21 €	167 473,42 €
Depósitos a prazo	225 000,00 €	225 000,00 €
Outros depósitos	- €	- €
Equivalentes a caixa	- €	- €
Descobertos Bancários	- €	- €
Títulos Negociáveis	- €	- €
Caixa e seus equivalentes	372 786,90 €	395 258,58 €
Outras disponibilidades	- €	- €
Disponibilidades do Balanço	372 786,90 €	395 258,58 €

Nota 9 – CAPITAL SOCIAL

Totalmente realizado no valor de 750.000,00 Euros (Setecentos e cinquenta mil euros), dividido em 150.000 acções nominativas no valor de 5€ (Cinco euros) ao portador, distribuído da seguinte forma:

- Câmara Municipal de Mafra (CMM)	700.000,00€ (93,32%)
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra.....	30.000,00€ (4,00%)
- Associação de Agricultores do Concelho de Mafra.....	5.000,00€ (0,67%)
- Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra.....	5.000,00€ (0,67%)
- Matadouro Regional de Mafra, S.A. – Acções Próprias.....	10.000,00€ (1,34%)

Nota 10 – RESERVAS LIVRES /RESERVAS DLRR

Conforme deliberado na Assembleia Geral de Acionistas realizada no dia 10 de Março de 2016 e após as devidas confirmações, verificou-se a distribuição de reservas livres no montante de 100.500,00€ (Cem mil e quinhentos euros), perfazendo um valor final nesta rubrica de 178.803,99€ (Cento e setenta e oito mil, oitocentos e três euros e noventa e nove cêntimos), bem como, o acréscimo de valor das reservas para dedução dos lucros retidos e reinvestidos (DLRR) em 70.000,00€ (Setenta mil euros), totalizando um valor global de 196.154,00€ (Cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e quatro euros).

080
X
h.
h.**Nota 11 – OUTRAS CONTAS A PAGAR – CREDORES POR ACRÉSCIMO DE GASTOS**

Acréscimo de Gastos	
Impostos a liquidar - IMI	4 160,37 €
Água a liquidar	954,37 €
Electricidade a liquidar	11 318,00 €
Telecomunicações a liquidar	290,16 €
Remunerações a liquidar	77 209,70 €
Prémio Produtividade não regular	48 930,44 €
Outros acréscimos	62 165,85 €
	205 028,89 €

Existe um valor a liquidar ao pessoal de 77.209,70 € (Setenta e sete mil, duzentos e nove euros e setenta cêntimos), respeitantes a encargos com férias e subsídio de férias e um outro respeitante ao prémio de produtividade de 48.930,44 € (Quarenta e oito mil, novecentos e trinta euros e quarenta e quatro cêntimos).

Nota 12 – REPARTIÇÃO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Mercado	Valor
Mercado Interno	2 213 033,50 €
Mercado Externo	
CE	7 952,80 €
Fora da CE	0,00 €
	2 220 986,30 €

d

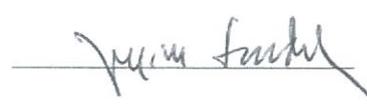
Nota 13 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 €	- €
Compras	- 818 770,73 €	- 14 803,06 €
Regularização de Existências	0,00 €	0,00 €
Existências Finais	0,00 €	0,00 €
	- 818 770,73 €	- 14 803,06 €

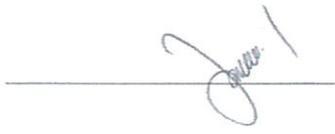
Nota 14 – IMPARIDADES DE DIVIDAS A RECEBER E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
21 - Clientes				
219 - Perdas por imparidades acumuladas	56 032,74 €	0,00 €	-2 402,75 €	53 629,99 €

Conselho de Administração

Cortabilista Certificado nº 40261




h. 081

Certificação Legal de Contas



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3501 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Matadouro Regional de Mafra, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.000.600 euros e um total de capital próprio de 1.468.802 euros, incluindo um resultado líquido de 111.888 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Matadouro Regional de Mafra, S.A. em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as "Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística".

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as "Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística";
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

THE POWER OF BEING PRESENT IN THE
420 1 21 3553 550

REVISOR RESPONSABLE: [Signature]



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da Informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'AN', is located in the bottom right corner of the page.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'JP' or similar initials.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)

Matadouro Regional de Mafra, S. A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2016

Senhores Acionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato da Sociedade, o Fiscal Único do Matadouro Regional de Mafra, S.A., no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2016, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Com a periodicidade que julgou conveniente, o Fiscal Único manteve o acompanhamento da actividade do Matadouro Regional de Mafra, S.A., através dos contactos que estabeleceu com a Administração e com os Serviços. Procedeu às verificações e análises da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.
3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo às Demonstrações Financeiras, complementadas com o exposto no Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados.
4. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
5. No seu relatório de gestão o Conselho de Administração dá conta da forma como se processou a actividade do Matadouro Regional de Mafra, S.A. no decorrer do exercício, e dos factos que contribuíram para os resultados obtidos. Para o Fiscal Único deve ser destacado:
 - a obtenção de um volume de negócios de 2.220.986 euros, registando um decréscimo de 5,25% (122.944 euros) relativamente ao exercício anterior;
 - o grau de autonomia financeira em cerca de 73,4%, traduzindo uma estrutura de capitais estável;
 - a distribuição de dividendos aos Acionistas do "Matadouro Regional de Mafra" no valor de 99.160 euros;
 - a obtenção de um resultado líquido positivo de 111.888 euros, inferior em cerca de 68.374 euros, ao registado em 2015;

Matadouro Regional de Mafra, S. A.

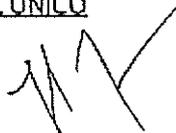
- a diminuição dos rendimentos operacionais em 5,3% (126.673 euros), e dos gastos operacionais em 2,8% (60.484 euros), quando comparados com o exercício de 2015;
 - o "cash flow operacional" (EBITDA) gerado de 298.122 euros, que se traduziu na redução da margem do EBITDA de 16,8% em 2015, para 13,4% em 2016, e
 - os resultados operacionais de 2016 (144.027 euros) registaram uma diminuição de 80.448 euros (35,8%), que se traduziu num decréscimo do resultado líquido em 68.374 euros (37,9%), face a igual período de 2015.
6. O Município de Mafra, como Accionista maioritário com 93,3% do capital social do Matadouro Regional de Mafra, deveria ter procedido á alienação da respectiva participação financeira, para cumprimento das disposições previstas na Lei N.º 50/2012, de 31 de Agosto. Conforme referido no ponto XI do Relatório do Conselho de Administração, o Município de Mafra continua a realizar as diligências necessárias, com vista á tentativa de alienação, Integral ou parcial, da participação financeira detida no Matadouro Regional de Mafra, por forma a adaptar-se á legislação sobre a Actividade Empresarial Local, tendo sempre presente a importância que a sociedade tem para a região. O Conselho de Administração continua a efectuar os procedimentos necessários para a resolução deste impasse, com vista ao cumprimento do previsto na referida Lei, podendo esta situação implicar alterações no desenvolvimento futuro da sociedade.
7. O Fiscal Único, face ao exposto, e tendo presente a evolução da actividade prevista para o exercício de 2017, é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório da Administração, Balanço e Contas, relativos ao exercício de 2016;
- b) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido, de 111.888,37 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2017

O FISCAL ÚNICO



RSM & Associados – SROC, Lda.
representada por Joaquim Patricio da Silva (Roc n.º 320)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****DESPACHO:**

Tendo presente os documentos anexos e face à impossibilidade de o assunto ser presente a reunião de Câmara antes da data de realização da Assembleia Geral, determino, nos termos do estabelecido no artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que se vote favoravelmente o relatório e contas 2016, devendo o presente despacho ser submetido, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, a reunião de Câmara, tendo em vista a ratificação.

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

14/03/2017

ASSUNTO: ASSEMBLEIA GERAL DA AMTRES – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Exmo Senhor Presidente,

Enquanto representante do Município na Assembleia Geral da AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, fui convocado para a reunião daquele órgão a realizar no dia 14, a qual terá em vista a apreciação do relatório de contas.

Face ao exposto e tendo em vista o exercício da função acionista, solicito que me sejam dadas instruções quanto ao sentido de voto a formular na aludida reunião.

Junto, para apreciação, o Relatório de Gestão enviado em anexo à convocatória.

O Representante do Município na Assembleia Geral,

(Hugo Luís)

anexo X



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CAÇIAS, MAPA, OZEAS E SANTA PAULA O TRAFEGAMENTO DE RELATÓRIOS SEQUOI

RELATÓRIO DE CONTAS

Exercício de 2016

Índice

1.1.	Enquadramento da actividade	3
1.2.	Contas dos Exercício de 2016	3
1.2.1.	Imobilizado	3
1.2.2.	Investimentos Financeiros.....	3
1.2.3.	Estado e outros Entes públicos.....	3
1.2.4.	Outros devedores	3
1.2.5.	Património	4
1.2.6.	Outros Credores.....	5
1.2.7.	Acréscimos e Diferimentos (Passivo).....	5
1.2.8.	Proveitos.....	5
1.2.9.	Custos	6
1.3.	Situação económica-financeira e orçamental	7
1.4.	Demonstrações Financeiras de 2016.....	7
1.5.	Considerações Finais.....	13

1.1. Enquadramento da actividade

A principal fonte de financiamento da actividade da AMTRES é representada por transferências correntes e de capital proveniente das Câmaras Municipais que integram a Associação.

O valor dos proveitos ascende a 140.839,77 €, enquanto os custos totalizaram 429.931,37 €, reflectindo-se os mesmos no resultado negativo do ano que ascende a 289.091,60 €.

O Exercício foi ainda pautado pelas transferências das Autarquias para a AMTRES orientadas às despesas de funcionamento da Associação.

1.2. Contas dos Exercício de 2016

1.2.1. Imobilizado

O valor de imobilizado da AMTRES em 2016 não sofreu alterações significativas.

1.2.2. Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2016 não existem movimentos quanto à rubrica de investimentos financeiros.

A rubrica de investimentos financeiros é representada pelo valor da participação no capital da TratoLixo EIM.

1.2.3. Estado e outros Entes públicos

O valor reflectido no exercício de 2016 é representado pela retenção de impostos realizada em Dezembro a qual será entregue em Janeiro de 2017.

1.2.4. Outros devedores

Os devedores da AMTRES, como reflexo da sua actividade são representados pelas Autarquias face ao compromisso de realização de transferências para a Associação de acordo com as necessidades de tesouraria previstas durante o exercício de 2016 (despesas de funcionamento).

Neste contexto, os devedores da AMTRES são representados por:

Câmara	Valor	%
Câmara Municipal de Cascais	0,00 €	0,00%
Câmara Municipal de Mafra	0,00 €	0,00%
Câmara Municipal de Oeiras	116,60 €	0,95%
Câmara Municipal de Sintra	12.217,20 €	99,05%
	12.333,80 €	



Os valores referentes a Autarquia de Sintra referem-se a valores em dívida quanto a Emolumentos (Vistos do Tribunal de Contas) que se encontram em dívida:

Data do Ofício		Valor
06-10-2008	Emolumentos (visto de Tribunal de Contas)	8.715,46 €
05-12-2008	Emolumentos (visto de Tribunal de Contas)	2.520,00 €
06-03-2009	Emolumentos (visto de Tribunal de Contas)	981,54 €
	Total	12.217,00 €

1.2.5. Património

A rubrica de Património da AMTRES não sofreu alterações durante o exercício de 2016.

1.2.6. Outros Credores

A quase totalidade dos valores reflectidos na contabilidade da AMTRES em 2016 representa o valor em dívida por conta de facturas à empresa Tratolixo EIM.

1.2.7. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

A contabilidade da AMTRES apresenta como acréscimos e diferimentos (Passivo) os seguintes valores como reflexo de:

- Reflexo de especialização de Férias e subsídio de férias para 2017;
- Custo estimado da certificação de contas do exercício de 2016 a pagar em 2017;
- Reflexo dos valores referentes às Notas de Crédito emitidas pela Tratolixo referente a valores entregues pelos desvios tarifários em 2014 (facturas anuladas no final de 2015).
- ***Ainda referente às Notas de Crédito Emitidas pela Tratolixo, importa referir que em 2017 será necessário prever em revisão orçamental na Receita pelos valores a receber pela Empresa Tratolixo e o respectivo valor no orçamento de Despesa referente às verbas a entregar às Autarquias.***

Esta revisão terá efeito nulo no que se refere ao orçamento e necessidades de Tesouraria a solicitar aos Municípios mas permitirá regularizar os valores registados na contabilidade em acréscimos e diferimentos.

1.2.8. Proveitos

A principal componente dos proveitos deve-se a transferências correntes e de capital das Câmaras Municipais, representado a quase totalidade do total dos proveitos.

Devido ao acordo com o acordo firmado entre a Tratolixo e os Municípios, a AMTRES apenas apresenta receitas de solicitação de verbas às Autarquias por conta de despesas de funcionamento.

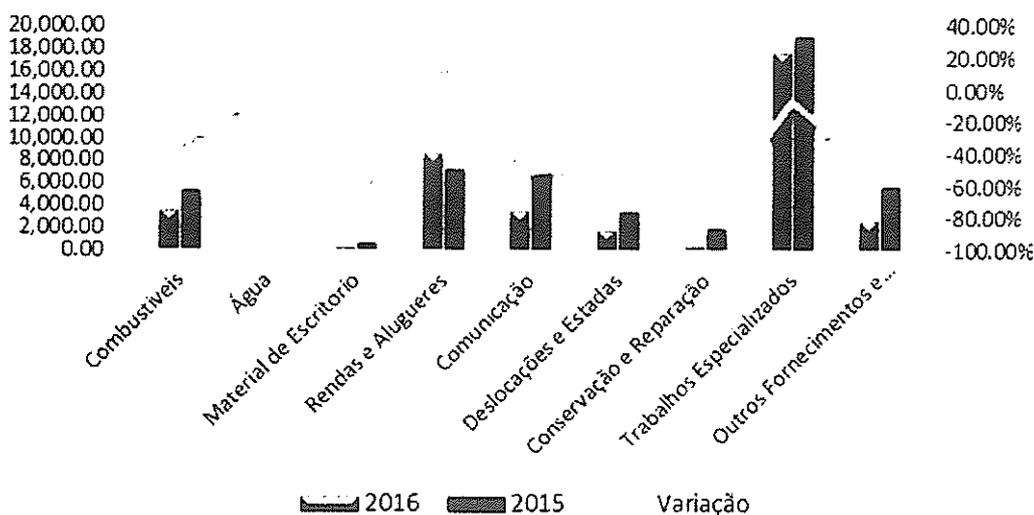
1.2.9. Custos

O valor global dos resultados operacionais foi de negativo em 292.789,33 €, incluindo 287.158,72 € de amortizações.

A análise dos custos com **Fornecimentos e serviços externos** apresenta a seguinte composição:

Rubrica	2016	2015	Variação
Combustíveis	3,575.84	5,352.49	-33.19%
Água	0.00	0.00	-
Material de Escritório	240.59	718.64	-66.52%
Rendas e Alugueres	8,698.68	7,271.40	19.63%
Comunicação	3,557.85	7,272.67	-51.08%
Deslocações e Estadas	1,837.86	3,396.90	-45.90%
Conservação e Reparação	408.73	1,908.56	-78.58%
Trabalhos Especializados	17,712.00	19,046.00	-7.00%
Outros Fornecimentos e Serviços	2,745.58	5,733.24	-52.11%

Análise de custos e variação percentual



Os **Custos com o Pessoal** reflectem em 2016 de vencimentos pagos aos funcionários da Associação.

O valor global de custos de pessoal inclui a especialização de custos relativos a férias a subsídio de férias a pagar em 2017 aos funcionários da Associação.

Globalmente a rubrica de Custos com o pessoal obteve uma redução de -3,62%.

As **amortizações** do exercício reflectem os custos com o imobilizado da AMTRES de acordo com a aplicação directa do CIBE e as taxas de amortização nele imposto.

1.3. Situação económica-financeira e orçamental

Analisando a execução orçamental do ano 2016 podemos constatar que o grau de execução orçamental da receita foi de aproximadamente 127,95 % e o grau de execução orçamental da despesa foi de aproximadamente 94,86 %.

As Grandes Opções do Plano apresentam um grau de execução nulo devido à ausência de execução das rubricas previstas no documento.

1.4. Demonstrações Financeiras de 2016

Para efeitos de análise de Balanço e ponderação dos valores nele indicados, apresenta-se o mesmo:

AMTRES

BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	5.000,00		5.000,00	5.000,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00		14.838.525,00	14.838.525,00
422	Edifícios e outras construções	12.764.860,00	5.524.935,11	7.239.924,89	7.527.083,61
423	Equipamento básico				
424	Equipamento de transporte				
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento administrativo	56.335,36	56.335,36		
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	324,22	324,22		
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		27.660.044,58	5.581.594,69	22.078.449,89	22.365.608,61
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	7.010.120,00		7.010.120,00	7.010.120,00
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	7.010.120,00
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				

AMTRES

BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c				
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica	12.333,80		12.333,80	12.333,80
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores				
		12.333,80	0,00	12.333,80	12.333,80
	Titulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	48.726,53		48.726,53	2.885,93
11	Caixa				
		48.726,53		48.726,53	2.885,93
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	83.356,81		83.356,81	276.229,25
272	Custos diferidos				
		83.356,81		83.356,81	276.229,25
	Total de amortizações		5.581.594,69		
	Total de provisões		0,00		
	Total do activo	34.819.581,72	5.581.594,69	29.237.987,03	29.672.177,59

AMTRES
BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
	Fundos próprios		
51	Património	37.453.221,21	37.453.221,21
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	-8.083.839,36	-7.788.692,42
88	Resultado líquido do exercício	-289.091,60	-295.146,94
		29.080.290,25	29.369.381,85
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos		
		0,00	0,00
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dividas a instituições de crédito		
		0,00	0,00
	Dividas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	2.629,71	2.510,56
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	526,13	3.577,73
		3.155,84	6.088,31
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	154.540,94	296.707,43

AMTRES			
BALANÇO			
		ANO : 2016	
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
274	Proveitos diferidos		
		154.540,94	296.707,43
	Total dos fundos próprios e do passivo	29.237.987,03	29.672.177,59

<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em <u>01</u> de <u>fevereiro</u> de <u>2017</u></p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em ... de de</p> <p>.....</p>
--	--

AMTRES

Demonstração de resultados

ANO : 2016

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016		2015	
Custos e Perdas					
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	38.776,73		50.699,90	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	84.286,71		81.383,48	
643 a 648	Encargos sociais	19.527,02	142.590,46	15.434,73	147.518,11
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações do exercício	287.158,72		287.262,23	
67	Provisões do exercício	0,00	287.158,72	0,00	287.262,23
65	Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
	(A)		429.749,18		434.780,34
68	Custos e perdas financeiras	159,19	159,19	128,73	128,73
	(C)		429.908,37		434.909,07
69	Custos e perdas extraordinárias	23,00	23,00	0,00	0,00
	(E)		429.931,37		434.909,07
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-289.091,60	0,00	-295.146,94
			140.839,77		139.762,13
Proveitos e Ganhos					
Vendas e prestações de serviços:					
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Impostos e taxas	0,00		0,00	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	136.959,85		139.450,87	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	136.959,85	0,00	139.450,87
	(B)		136.959,85		139.450,87
78	Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	(D)		136.959,85		139.450,87
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3.879,92	3.879,92	311,26	311,26
	(F)		140.839,77		139.762,13

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	-292.789,33	-295.329,47
Resultados financeiros: (D)-(C-A);	-159,19	-128,73
Resultados correntes: (D)-(C),	-292.948,52	-295.458,20
Resultados líquido do exercício: (F)-(E).	-289.091,60	-295.146,94

Orgão executivo

Em 09 de fevereiro de 2014

Orgão deliberativo

Em de de

1.5. Considerações Finais

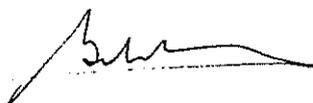
Continua-se a verificar o esforço por parte dos Municípios quanto ao cumprimento do pagamento das despesas de funcionamento da AMTRES bem como o respeito pelas transferências de equilíbrio para a empresa Tratolixo EIM.

O resultado negativo de 289.091,60 € resulta de em termos operacionais, da evidência das amortizações sobre os activos fixos na contabilidade da AMTRES (custos de estrutura):

	2016
Resultado Líquido de 2016	-289.091,60 €
Amortizações do Exercício	287.158,72 €
Resultado do Exercício (sem considerar o custo referente a Amortizações)	- 1.932,88 €

O saldo da Gerência do Exercício de 2016 reflecte-se em 48.726,53€.

O Secretário-geral,



(Abílio Espadinha)

AMTRES

Mês de Dezembro

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
111	Caixa	220.334,36	220.334,36	0,00	0,00
118	Fundo Maneyo	500,00	500,00	0,00	0,00
118000005	Abilio Antonio Nicolau Espadinha	500,00	500,00	0,00	0,00
12	Depósitos em instituições financeiras	223.720,29	174.993,76	48.726,53	0,00
1201	Banco Comercial Português, Sa	223.720,29	174.993,76	48.726,53	0,00
120101	- Conta nº 003300000000468519805	223.720,29	174.993,76	48.726,53	0,00
	Totais :	444.554,65	395.828,12	48.726,53	0,00
21	Clientes, contribuintes e utentes	48.119,28	48.119,28	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	48.119,28	48.119,28	0,00	0,00
2111	Rendas e Alugueres	48.119,28	48.119,28	0,00	0,00
21111	Edifícios	48.119,28	48.119,28	0,00	0,00
21111000002	Tratolixo	47.561,82	47.561,82	0,00	0,00
21111000130	LeasePlan	557,46	557,46	0,00	0,00
22	Fornecedores	747,84	747,84	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	747,84	747,84	0,00	0,00
221000015	AIRC	747,84	747,84	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	35.136,10	37.765,81	0,00	2.629,71
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	25.415,60	27.457,16	0,00	2.041,56
2421	Trabalho dependente	23.248,10	25.139,66	0,00	1.891,56
2422	Trabalho independente	2.167,50	2.317,50	0,00	150,00
245	Contribuições para a Segurança Social	9.720,50	10.308,65	0,00	588,15
245000028	ADSE	2.355,87	2.355,87	0,00	0,00
245000030	CGA	7.364,63	7.952,78	0,00	588,15
25	Devedores e credores pela execução do orçamento	16.694.128,70	16.694.128,70	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	16.408.242,33	16.408.242,33	0,00	0,00
2511	Devedores execução orçamento - Exercício Corrente	185.079,13	185.079,13	0,00	0,00
251106	Transferências correntes	136.959,85	136.959,85	0,00	0,00
25110605	Administração local	136.959,85	136.959,85	0,00	0,00
2511060501	Continente	136.959,85	136.959,85	0,00	0,00
251106050101	Camara Municipal Cascais	45.093,76	45.093,76	0,00	0,00
251106050102	Camara Municipal Oeiras	24.470,22	24.470,22	0,00	0,00
251106050103	Camara Municipal Sintra	54.737,35	54.737,35	0,00	0,00
251106050104	Camara Municipal Mafra	12.658,52	12.658,52	0,00	0,00
251108	Outras receitas correntes	48.119,28	48.119,28	0,00	0,00
25110801	Outras	48.119,28	48.119,28	0,00	0,00
2511080199	Outras	48.119,28	48.119,28	0,00	0,00
251108019999	Diversas	48.119,28	48.119,28	0,00	0,00
2512	Devedores pela execução do orçamentos findos	16.038.084,07	613.944,13	15.424.139,94	0,00
251206	Transferências correntes	16.038.084,07	2.844,13	16.035.239,94	0,00
25120605	Administração local	16.038.084,07	2.844,13	16.035.239,94	0,00
2512060501	Continente	16.038.084,07	2.844,13	16.035.239,94	0,00
251206050102	Camara Municipal Oeiras	116,60	0,00	116,60	0,00
251206050103	Camara Municipal Sintra	0,00	2.844,13	0,00	2.844,13
251206050105	Recolhas - Camara Municipal Cascais	5.521.018,55	0,00	5.521.018,55	0,00
251206050106	Recolhas - Camara Municipal Oeiras	2.331.584,47	0,00	2.331.584,47	0,00
251206050107	Recolhas - Camara Municipal Sintra	7.657.696,09	0,00	7.657.696,09	0,00
251206050108	Recolhas - Camara Municipal Mafra	527.668,36	0,00	527.668,36	0,00
251210	Transferências de capital	0,00	611.100,00	0,00	611.100,00
25121005	Administração local	0,00	611.100,00	0,00	611.100,00
2512100501	Continente	0,00	611.100,00	0,00	611.100,00
251210050102	Camara Municipal Oeiras	0,00	441.000,00	0,00	441.000,00

AMTRES

032

Mês de Dezembro

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
251210050103	Camara Municipal Sintra	0,00	170.100,00	0,00	170.100,00
2519	Reflexão de devedores pela execução do orçamento	185.079,13	15.609.219,07	0,00	15.424.139,94
252	Credores pela execução do orçamento	285.886,37	285.886,37	0,00	0,00
2521	Orçamento do exercício	142.474,73	139.628,52	2.846,21	0,00
252101	Administração Autárquica	142.474,73	139.628,52	2.846,21	0,00
25210101	Despesas com o pessoal	103.395,40	102.064,60	1.330,80	0,00
2521010101	Remunerações certas e permanentes	84.085,91	84.085,91	0,00	0,00
252101010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	78.921,66	78.921,66	0,00	0,00
252101010114	Subsídio de férias e de Natal	5.164,25	5.164,25	0,00	0,00
25210101011401	Pessoal dos quadros	5.164,25	5.164,25	0,00	0,00
2521010102	Abonos variáveis ou eventuais	1.595,80	1.595,80	0,00	0,00
252101010203	Alimentação e alojamento	1.395,00	1.395,00	0,00	0,00
252101010204	Ajudas de custo	200,80	200,80	0,00	0,00
2521010103	Segurança social	17.713,69	16.382,89	1.330,80	0,00
252101010301	Encargos com a saúde	481,99	481,99	0,00	0,00
252101010305	Contribuições para a segurança social	15.900,90	15.900,90	0,00	0,00
25210101030502	Segurança social dos funcionários públicos	15.900,90	15.900,90	0,00	0,00
2521010103050201	Caixa Geral de Aposentações	15.900,90	15.900,90	0,00	0,00
252101010309	Seguros	1.330,80	0,00	1.330,80	0,00
25210101030902	Seguros de saúde	1.330,80	0,00	1.330,80	0,00
25210102	Aquisição de bens e serviços	38.934,06	37.418,65	1.515,41	0,00
2521010201	Aquisição de bens	3.843,63	3.843,63	0,00	0,00
252101020102	Combustíveis e lubrificantes	3.575,84	3.575,84	0,00	0,00
25210102010201	Gasolina	3.575,84	3.575,84	0,00	0,00
252101020108	Material de escritório	240,59	240,59	0,00	0,00
252101020121	Outros bens	27,20	27,20	0,00	0,00
2521010202	Aquisição de serviços	35.090,43	33.575,02	1.515,41	0,00
252101020203	Conservação de bens	408,73	408,73	0,00	0,00
252101020206	Locação de material de transporte	8.698,28	8.698,28	0,00	0,00
252101020209	Comunicações	3.118,52	3.557,85	0,00	439,33
252101020212	Seguros	1.149,53	0,00	1.149,53	0,00
252101020213	Deslocações e estadas	442,86	442,86	0,00	0,00
252101020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	16.536,00	16.536,00	0,00	0,00
252101020225	Outros serviços	4.736,51	3.931,30	805,21	0,00
25210106	Outras despesas correntes	145,27	145,27	0,00	0,00
2521010602	Diversas	145,27	145,27	0,00	0,00
252101060201	Impostos e taxas	23,00	23,00	0,00	0,00
252101060203	Outras	122,27	122,27	0,00	0,00
25210106020304	Serviços bancários	122,27	122,27	0,00	0,00
2522	Orçamento de exercícios findos	205,39	3.577,73	0,00	3.372,34
252201	Administração Autárquica	205,39	3.577,73	0,00	3.372,34
25220101	Despesas com o pessoal	0,00	1.330,80	0,00	1.330,80
2522010103	Segurança social	0,00	1.330,80	0,00	1.330,80
252201010309	Seguros	0,00	1.330,80	0,00	1.330,80
25220101030902	Seguros de saúde	0,00	1.330,80	0,00	1.330,80
25220102	Aquisição de bens e serviços	205,39	2.246,93	0,00	2.041,54
2522010202	Aquisição de serviços	205,39	2.246,93	0,00	2.041,54
252201020209	Comunicações	188,29	188,29	0,00	0,00
252201020212	Seguros	0,00	1.149,53	0,00	1.149,53
252201020225	Outros serviços	17,10	909,11	0,00	892,01
2529	Reflexão de credores pela execução do orçamento	143.206,25	142.680,12	526,13	0,00

AMTRES

Mês de Dezembro

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
26	Outros devedores e credores	291.225,93	279.418,26	11.807,67	0,00
262	Pessoal	84.085,91	84.085,91	0,00	0,00
2622	Remunerações a pagar ao pessoal	84.085,91	84.085,91	0,00	0,00
264	Administração autárquica	149.293,65	136.959,85	12.333,80	0,00
2642	Municípios	149.293,65	136.959,85	12.333,80	0,00
2642000039	Câmara Municipal de Cascais	45.093,76	45.093,76	0,00	0,00
2642000040	Câmara Municipal de Oeiras	24.586,82	24.470,22	116,60	0,00
2642000041	Câmara Municipal de Sintra	66.954,55	54.737,35	12.217,20	0,00
2642000042	Câmara Municipal de Mafra	12.658,52	12.658,52	0,00	0,00
268	Devedores e credores diversos	57.846,37	58.372,50	0,00	526,13
2681	Outros Credores	57.846,37	58.372,50	0,00	526,13
2681000001	Banco Comercial Português, Sa	145,27	145,27	0,00	0,00
2681000002	Tratolixo	3.339,56	3.426,36	0,00	86,80
2681000005	Abilio Antonio Nicolau Espadinha	200,80	200,80	0,00	0,00
2681000006	Carlos Manuel de Jesus Fernandes	1.476,00	1.476,00	0,00	0,00
2681000007	PT Comunicações SA	162,54	162,54	0,00	0,00
2681000014	Vodafone	3.549,26	3.988,59	0,00	439,33
2681000024	Restaurantes Diversos	1.395,00	1.395,00	0,00	0,00
2681000025	Bombas de Gasolina Diversas	3.852,89	3.852,89	0,00	0,00
2681000028	ADSE	378,67	378,67	0,00	0,00
2681000030	CGA	15.900,90	15.900,90	0,00	0,00
2681000033	Vendomatica	43,05	43,05	0,00	0,00
2681000056	Deslocações Diversas	915,13	915,13	0,00	0,00
2681000101	A.D.S.E.	381,75	381,75	0,00	0,00
2681000105	Jorge Miguel Paulino Viegas	8.856,00	8.856,00	0,00	0,00
2681000113	Soluçãocar	307,50	307,50	0,00	0,00
2681000130	LeasePlan	9.263,28	9.263,28	0,00	0,00
2681000153	António Pinho e Palma Veiga, SROC	7.380,00	7.380,00	0,00	0,00
2681000161	Liomatic	298,77	298,77	0,00	0,00
27	Acréscimos e diferimentos	434.084,12	505.268,25	0,00	71.184,13
271	Acréscimos de proveitos	276.229,25	192.872,44	83.356,81	0,00
2719	Outros acréscimos de proveitos	276.229,25	192.872,44	83.356,81	0,00
273	Acréscimos de custos	157.854,87	312.395,81	0,00	154.540,94
2732	Remunerações a liquidar	5.164,25	18.262,43	0,00	13.098,18
2739	Outros acréscimos de custos	152.690,62	294.133,38	0,00	141.442,76
	Totais :	17.503.441,97	17.565.448,14	16.137.586,35	16.199.592,52
41	Investimentos financeiros	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
411	Partes de capital	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
4113	Empresas privadas ou cooperativas	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
41131	Tratolixo, SA	7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	0,00
42	Imobilizações corpóreas	27.660.044,58	0,00	27.660.044,58	0,00
421	Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00	0,00	14.838.525,00	0,00
422	Edifícios e outras construções	12.764.860,00	0,00	12.764.860,00	0,00
4221	Edifícios	1.596.153,27	0,00	1.596.153,27	0,00
4222	Outras construções	11.168.706,73	0,00	11.168.706,73	0,00
426	Equipamento administrativo	56.335,36	0,00	56.335,36	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	324,22	0,00	324,22	0,00
44	Imobilizações em curso	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
445	Imobilizações em curso bens de domínio público	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
48	Amortizações acumuladas	0,00	5.581.594,69	0,00	5.581.594,69
481	De investimentos em imóveis	0,00	502.527,76	0,00	502.527,76

AMTRES

093

Mês de Dezembro

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
4812	Edifícios e outras construções	0,00	502.527,76	0,00	502.527,76
48122	Outras construções	0,00	502.527,76	0,00	502.527,76
482	De imobilizações corpóreas	0,00	5.079.066,93	0,00	5.079.066,93
4822	Edifícios e outras construções	0,00	5.022.407,35	0,00	5.022.407,35
48222	Outras construções	0,00	5.022.407,35	0,00	5.022.407,35
4826	Equipamento administrativo	0,00	56.335,36	0,00	56.335,36
4829	Outras imobilizações corpóreas	0,00	324,22	0,00	324,22
	Totais :	34.675.164,58	5.581.594,69	34.675.164,58	5.581.594,69
51	Patrimônio	0,00	37.453.221,21	0,00	37.453.221,21
59	Resultados transitados	17.027.415,43	8.943.576,07	8.083.839,36	0,00
5901	Resultados Transitados 2002	0,00	559.979,21	0,00	559.979,21
5902	Resultados Transitados 2003	0,00	67.551,26	0,00	67.551,26
5903	Resultados Transitados 2004	4.696.169,06	0,00	4.696.169,06	0,00
5904	Resultados Transitados 2005	0,00	2.945.655,33	0,00	2.945.655,33
5905	Resultados Transitados 2006	0,00	1.481.816,70	0,00	1.481.816,70
5906	Resultados Transitados 2007	541.967,61	0,00	541.967,61	0,00
5907	Resultados Transitados 2008	684.543,22	0,00	684.543,22	0,00
5908	Resultados Transitados 2009	2.236.578,80	0,00	2.236.578,80	0,00
5909	Resultados Transitados 2010	0,00	3.888.573,57	0,00	3.888.573,57
5910	Resultados Transitados 2011	1.233.821,90	0,00	1.233.821,90	0,00
5911	Resultados Transitados 2012	6.202.094,02	0,00	6.202.094,02	0,00
5912	Resultados Transitados 2013	804.842,71	0,00	804.842,71	0,00
5913	Resultados Transitados 2014	332.251,17	0,00	332.251,17	0,00
5914	Resultados Transitados 2015	295.146,94	0,00	295.146,94	0,00
	Totais :	17.027.415,43	46.396.797,28	17.027.415,43	46.396.797,28
62	Fornecimentos e serviços externos	46.998,86	8.222,13	38.776,73	0,00
622	Fornecimentos e serviços	46.998,86	8.222,13	38.776,73	0,00
62212	Combustíveis	3.575,84	0,00	3.575,84	0,00
622122	Gasolina	3.575,84	0,00	3.575,84	0,00
62217	Material de escritório	240,59	0,00	240,59	0,00
62219	Rendas e alugueres	8.698,28	0,00	8.698,28	0,00
62222	Comunicação	3.557,85	0,00	3.557,85	0,00
62227	Deslocações e estadas	1.837,86	0,00	1.837,86	0,00
62232	Conservação e reparação	408,73	0,00	408,73	0,00
62236	Trabalhos especializados	25.092,00	7.380,00	17.712,00	0,00
62298	Outros fornecimentos e serviços	3.587,71	842,13	2.745,58	0,00
64	Custos com o pessoal	108.977,98	5.164,25	103.813,73	0,00
642	Remunerações do pessoal	89.450,96	5.164,25	84.286,71	0,00
6421	Remunerações base do pessoal	89.250,16	5.164,25	84.085,91	0,00
64211	Pessoal dos quadros	89.250,16	5.164,25	84.085,91	0,00
6422	Suplementos de remunerações	200,80	0,00	200,80	0,00
64225	Ajudas de custo	200,80	0,00	200,80	0,00
645	Encargos sobre remunerações	15.900,90	0,00	15.900,90	0,00
6452	Segurança social dos funcionários públicos	15.900,90	0,00	15.900,90	0,00
648	Outros custos com o pessoal	3.626,12	0,00	3.626,12	0,00
6481	Despesas de saúde	3.626,12	0,00	3.626,12	0,00
66	Amortizações do exercício	287.158,72	0,00	287.158,72	0,00
662	Imobilizações corpóreas	287.158,72	0,00	287.158,72	0,00
6622	Edifícios e outras construções	287.158,72	0,00	287.158,72	0,00
66222	Outras construções	287.158,72	0,00	287.158,72	0,00
68	Custos e perdas financeiros	159,19	0,00	159,19	0,00

AMTRES

Mês de Dezembro

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
688	Outros custos e perdas financeiros	159,19	0,00	159,19	0,00
6881	Serviços bancários	159,19	0,00	159,19	0,00
69	Custos e perdas extraordinários	2.503,33	2.480,33	23,00	0,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	2.480,33	2.480,33	0,00	0,00
6979	Outras Correcções	2.480,33	2.480,33	0,00	0,00
698	Outros custos e perdas extraordinários	23,00	0,00	23,00	0,00
6983	Outros não especificados	23,00	0,00	23,00	0,00
	Totais :	445.798,08	15.866,71	429.931,37	0,00
74	Transferências e subsídios obtidos	0,00	136.959,85	0,00	136.959,85
742	Transferências obtidas	0,00	136.959,85	0,00	136.959,85
7421	Administrações Públicas	0,00	136.959,85	0,00	136.959,85
74213	Administração Autárquica	0,00	136.959,85	0,00	136.959,85
742131	Autarquias Locais	0,00	136.959,85	0,00	136.959,85
79	Proveitos e ganhos extraordinários	0,00	3.879,92	0,00	3.879,92
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	3.322,46	0,00	3.322,46
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	557,46	0,00	557,46
7988	Outros não especificados	0,00	557,46	0,00	557,46
	Totais :	0,00	140.839,77	0,00	140.839,77
88	Resultado líquido do exercício	295.146,94	295.146,94	0,00	0,00
	Totais :	295.146,94	295.146,94	0,00	0,00
Totais Gerais:		70.391.521,65	70.391.521,65	68.318.824,26	68.318.824,26

094

Mapa de Fundos de Maneio
Designação da Entidade - AMTRES Gerência - 2016
Titular do Fundo de Maneio - Abilio Antonio Nicolau Espadinha

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica
010203 Alimentação e alojamento

Dotação Orçamental - _____

Valor do Fundo - _____

Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	Data	Valor
11	29/01/2016	133,55
28	04/03/2016	11,70
44	08/04/2016	99,25
56	18/05/2016	103,40
69	22/06/2016	127,50
88	31/08/2016	132,30
95	26/09/2016	103,00
100	21/10/2016	156,00
105	31/10/2016	159,40
120	24/11/2016	171,45
135	16/12/2016	79,20
140	29/12/2016	118,25

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica
02010201 Gasolina

Dotação Orçamental - _____

Valor do Fundo - _____

Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	Data	Valor
12	29/01/2016	317,73
29	04/03/2016	407,53
45	08/04/2016	345,28
57	18/05/2016	371,55
70	22/06/2016	327,52
106	31/10/2016	94,00
107	31/10/2016	423,37
108	31/10/2016	364,91
112	31/10/2016	283,60
113	31/10/2016	226,19

Mapa de Fundos de Maneio

Designação da Entidade - AMTRES

Gerência - 2016

Titular do Fundo de Maneio - Abílio Antonio Nicolau Espadinha

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica

02010201 Gasolina

Dotação Orçamental - _____

Valor do Fundo - _____

Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	Data	Valor
136	16/12/2016	166,14
141	29/12/2016	248,02

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica

020121 Outros bens

Dotação Orçamental - _____

Valor do Fundo - _____

Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	Data	Valor
71	22/06/2016	27,20

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica

020213 Deslocações e estadas

Dotação Orçamental - _____

Valor do Fundo - _____

Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	Data	Valor
82	28/07/2016	48,84
89	31/08/2016	2,00
96	26/09/2016	64,05
122	24/11/2016	46,88
137	16/12/2016	248,04
142	29/12/2016	0,55

Mapa de Fundos de Maneio

Designação da Entidade - AMTRES

Gerência - 2016

Titular do Fundo de Maneio - Abilio Antonio Nicolau Espadinha

Classificação Orçamental - 01 Administração Autárquica

020225 Outros serviços

Dotação Orçamental - _____

Valor do Fundo - _____

Data da Constituição - _____

Ordem de Pagamento		
N.º	Data	Valor
13	29/01/2016	43,44
27	04/03/2016	41,70
46	08/04/2016	13,99
58	18/05/2016	9,25
101	21/10/2016	91,65
104	31/10/2016	245,04
121	24/11/2016	277,05

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura _____

O Membro executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura _____

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE

AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRAMENTO DE RESÍDUOS

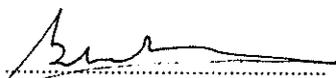
GERÊNCIA

2016

Nome	Situação na Entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Paula Alexandra Alves Mateus Ferreira Dias Gomes da Silva	Presidente	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Rua Mareantes 203, 6A Quinta do Rosário 2750-426 Cascais
Joaquim Francisco da Silva Sardinha	Vogal	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Rua de Baixo nº18 Ericeira 2655-237 Ericeira
Ângelo Cipriano da Cunha Fialho Pereira	Vogal	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Rua Nossa Senhora da Memória 2 Quinta da Memória 2665-419 Vila Franca do Rosário
Pedro Manuel da Costa Ventura	Vogal	-	1 de Janeiro a 31 de Dezembro	Rua Serpa Pinto nº28 E30 São Pedro de Sintra 2710 Sintra

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura



SINTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRAMENTO DE RESÍDUOS
-------------------------------	---

Instituição bancária	Saldo em 31-12-2016 a)	Saldo Contabilístico b)	OBSERVAÇÕES c)
BCP - 4685198	45744,61	48726,53	(1)
	total		

O Dirigente pela área Administrativa e/ou Financeiro

Assinatura 

O Membro do executivo responsável pela área/ pelouro financeiro

Assinatura.....

Na coluna a) indicar o valor do saldo contabilístico do extracto bancário à data de 31/12/n
 Na coluna b) a importância contida no resumo diário de tesouraria
 Na coluna c) indicar para cada conta consoante a situação um dos seguintes códigos:

- (1) Reconciliação efectuada e justificadas as divergências
- (2) Reconciliação efectuada mas não justificada a divergência de saldos
- (3) Reconciliação não efectuada.

Reconciliação Bancária

Dezembro 2016

Saldo da Contabilidade 48,726.53 €

Movimentos lançados na contabilidade em falta no banco

Movimentos a débito

- €

Movimentos a crédito

Diferenças nos pag. à Tratolixo e Notas de Crédito 162.21 €

162.21 €

Movimentos lançados no Banco em falta no Contabilidade

Movimentos a débito

27-12-2016 Pagamento de Desp.Saude ADSE 3,144.13 €

3,144.13 €

Movimentos a crédito

- €

Saldo do Banco

45,744.61 €

Saldo do Extrato Bancário 45,744.61 €

Diferença - €

CONTA DE GERÊNCIA – DISCUÇÃO E VOTAÇÃO PELO EXECUTIVO	MOD.A. 5 /TC (1)
---	------------------

GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CERTIDÃO DESCRITIVA

Abílio António Nicolau Espadinha, © Secretário-geral , da (d) AMTRES acima referenciada: Certifica, em conformidade com o disposto na alínea d), do nº II), da Instrução 1.ª da Parte A, da Resolução nº 1/92, do TRIBUNAL DE CONTAS, publicada no « Diário da República», 1ª série - B, nº 204, de 4 de Setembro de 1992, e para documentar a Conta de Gerência desta (d) Associação relativa ao período decorrido de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de dois mil e dezasseis, que, em conformidade com a respectiva acta, que se encontra devidamente aprovada e registada no d 1) Livro de Actas que lá consta a deliberação tomada pelo ÓRGÃO EXECUTIVO em sua reunião (e) do Conselho Directivo ordinária, do dia 09 de Fevereiro de 2017, de que retiramos os seguintes elementos:

«CONTA DE GERÊNCIA - DO ANO DE 2016

Foi apresentada ao órgão executivo a conta de gerência e demais documentos, relativos ao período que decorreu de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano transacto, para efeitos de discussão e votação, a fim de ser apresentada ao respectivo órgão deliberativo, e remessa ao TRIBUNAL DE CONTAS.

Feita a respectiva análise pelos membros presentes, passou-se à discussão do referido documento de gestão, de que se salientam os seguintes pontos:

(1) Conforme os casos: A4 (ano anterior) ou A5 (ano corrente); (a) - Organismo ou Serviço que presta contas; (b) - Uma certidão para a conta anterior, (será mod.4), outra para a que está em apreciação (será mod. A5); © - Nome a categoria de quem certifica; (d) Entidade referenciada em (a); (d1) - No livro de actas nº ..., a págs... (ou, no maço de minutas respectivo...); (e) - Ordinária, ou extraordinária.

ATENÇÃO: Os elementos inseridos neste modelo são essenciais na certidão

Terminado este ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente do Executivo, determinou que se passasse à sua votação, o que verificou, tendo-se, então concluído que a CONTA DE GERÊNCIA aqui em causa foi aprovada por(f) **unanimidade** de votos dos membros presentes.

Verificou-se que o documento em apreciação acusava, no movimento orçamental de RECEITA cento e oitenta e cinco mil setenta e nove euros e treze cêntimos acrescido de um saldo no exercício anterior negativo de setecentos e oitenta e seis euros e noventa cêntimos, e de DESPESA cento e trinta e nove mil trezentos e cinquenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos, acusando um SALDO de quarenta e quatro mil novecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos, e em OPERAÇÕES DE TESOURARIA, registou-se de entradas de fundos um valor de trinta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco euros e vinte e três cêntimos acrescido de um saldo no exercício anterior de três mil seiscentos e oitenta e oito euros e noventa e nove cêntimos, e de saídas, um montante de trinta e cinco mil e cento e trinta e seis euros e dez cêntimos acusando um saldo de três mil oitocentos e oito euros e doze cêntimos.

Mais certifico, em presença da acta a que aludi, que estiveram presentes naquela reunião os seguintes membros do órgão executivo que se pronunciaram da forma seguinte: A FAVOR: A Presidente do órgão, Sr^a.(g) Paula Alexandra Alves Mateus Ferreira Dias Gomes da Silva, os (h) Vogais, Srs. Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Ângelo Cipriano da Cunha Fialho Pereira, e Pedro Manuel da Costa Ventura.

Por ser verdade, passo a presente que, depois de conferida, assino e autentico com o selo em branco, em uso nestes Serviços.

Aos, 09 de Fevereiro de 2017



(Selo Branco)

(f) Conforme os casos: Por unanimidade, por maioria de... (nas chamadas g) e h) se identificam os votos)

(g) Nome do Presidente

(h) Vereadores, ou vogais (caso das freguesias e Assembleia Distrital). Se tiver havido votos contra, referir a seguir quais os membros que assim se pronunciaram.

GUIA DE REMESSA

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DE CASCAIS MAFRA OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS
------------------------	---

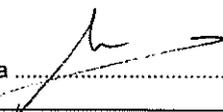
GERÊNCIA	2016
----------	------

DOCUMENTOS ENVIADOS		
Montante anual de receita igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública	Montante anual de receita inferior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública	Montante anual de receita igual ou inferior ao limite definido pelo Tribunal de Contas para efeitos de dispensa da remessa de contas

X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------	--------------------------

Balanço Demonstração de Resultados Controlo Orçamental da despesa Controlo Orçamental da Receita Fluxos de Caixa Contas de Ordem Operações de Tesouraria Caracterização da Empresa Empréstimos Relatório de Gestão Acta de reunião em que foi aprovada a Conta Norma de controlo interno e suas alterações Síntese das reconciliações bancárias Relação nominal de responsáveis Certificação Legal de Contas	Controlo Orçamental da despesa Controlo Orçamental da Receita Fluxos de Caixa Contas de Ordem Caracterização da Empresa Empréstimos Relatório de Gestão Acta de reunião em que foi aprovada a Conta Norma de controlo interno e suas alterações Síntese das reconciliações bancárias Relação nominal de responsáveis	Fluxos de Caixa Acta de reunião em que foi aprovada a Conta Relação nominal de responsáveis
--	--	---

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura 

AMTRES

BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2016		2015	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	5.000,00		5.000,00	5.000,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00		14.838.525,00	14.838.525,00
422	Edifícios e outras construções	12.764.860,00	5.524.935,11	7.239.924,89	7.527.083,61
423	Equipamento básico				
424	Equipamento de transporte				
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento administrativo	56.335,36	56.335,36		
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	324,22	324,22		
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		27.660.044,58	5.581.594,69	22.078.449,89	22.365.608,61
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	7.010.120,00		7.010.120,00	7.010.120,00
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		7.010.120,00	0,00	7.010.120,00	7.010.120,00
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				

039

AMTRES
BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016		2015	
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c				
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica	12.333,80		12.333,80	12.333,80
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores				
		12.333,80	0,00	12.333,80	12.333,80
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	48.726,53		48.726,53	2.885,93
11	Caixa				
		48.726,53		48.726,53	2.885,93
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	83.356,81		83.356,81	276.229,25
272	Custos diferidos				
		83.356,81		83.356,81	276.229,25
	Total de amortizações		5.581.594,69		
	Total de provisões		0,00		
	Total do activo	34.819.581,72	5.581.594,69	29.237.987,03	29.672.177,59

AMTRES

BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
	Fundos próprios		
51	Património	37.453.221,21	37.453.221,21
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	-8.083.839,38	-7.788.692,42
88	Resultado líquido do exercício	-289.091,60	-295.146,94
		29.080.290,25	29.369.381,85
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	2.629,71	2.510,58
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	526,13	3.577,73
		3.155,84	6.088,31
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	154.540,94	296.707,43

AMTRES

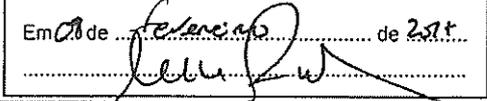
BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
274	Proveitos diferidos		
		154.540,94	296.707,43
	Total dos fundos próprios e do passivo	29.237.987,03	29.672.177,59

ORGÃO EXECUTIVO

Em 08 de fevereiro de 2016



ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de

.....

AMTRES
Demonstração de resultados

ANO : 2016

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016		2015	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	38.776,73		50.699,90	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	84.286,71		81.383,48	
643 a 648	Encargos sociais	19.527,02	142.590,46	15.434,73	147.518,11
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações do exercício	287.158,72		287.262,23	
67	Provisões do exercício	0,00	287.158,72	0,00	287.262,23
65	Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
	(A)		429.749,18		434.780,34
68	Custos e perdas financeiras	159,19	159,19	128,73	128,73
	(C)		429.908,37		434.909,07
69	Custos e perdas extraordinárias	23,00	23,00	0,00	0,00
	(E)		429.931,37		434.909,07
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-289.091,60	0,00	-295.146,94
			140.839,77		139.762,13
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Impostos e taxas	0,00		0,00	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	136.959,85		139.450,87	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	136.959,85	0,00	139.450,87
	(B)		136.959,85		139.450,87
78	Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	(D)		136.959,85		139.450,87
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3.879,92	3.879,92	311,26	311,26
	(F)		140.839,77		139.762,13

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	-292.789,33	-295.329,47
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A);	-159,19	-128,73
Resultados correntes: (D)-(C);	-292.948,52	-295.458,20
Resultados líquido do exercício: (F)-(E)	-289.091,60	-295.146,94

Orgão executivo
Em 09 de Fevereiro de 2016

Orgão deliberativo
Em ... de de

AMTRES

Ano: 2016

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
452 Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453 Outras construções e infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
455 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
421 Terrenos e recursos naturais	14.838.525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.838.525,00
422 Edifícios e outras construções	12.764.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.764.860,00
423 Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
424 Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
425 Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
426 Equipamento administrativo	56.335,36	0,00	0,00	0,00	0,00	56.335,36
427 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	324,22	0,00	0,00	0,00	0,00	324,22
442 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	27.660.044,58	0,00	0,00	0,00	0,00	27.660.044,58
411 Partes de capital	7.010.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.010.120,00
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7.010.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.010.120,00

AMTRES

Ano: 2016

Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48222	4.878.827,99	143.579,36	0,00	5.022.407,35
Equipamento básico	4823	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	4824	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	4825	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	4826	56.335,36	0,00	0,00	56.335,36
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	324,22	0,00	0,00	324,22
		4.935.487,57	143.579,36	0,00	5.079.066,93
De Investimentos em imóveis					
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	358.948,40	143.579,36	0,00	502.527,76
		358.948,40	143.579,36	0,00	502.527,76
De Investimentos Financeiros					
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00		0,00

AMTRES

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	0,00	0,00	781	Juros obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	159,19	128,73	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-159,19	-128,73	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		0,00	0,00			0,00	0,00

AMTRES

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00	797	Correções relativas a exercícios anteriores	3.322,46	311,26
698	Outros custos e perdas extraordinárias	23,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	557,46	0,00
	Resultados extraordinários	3.856,92	311,26				
		3.879,92	311,26			3.879,92	311,26

Execução Anual das Grandes Opções do Plano

AMTRES

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
01		INSTALAÇÕES																		
01	01			Renovação de Instalações																
01	01	2013/1		Arruamentos	01 07010401	E				01/2015	12/2016	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	01	2013/2		Equipamento Informático	01 070107	A				01/2015	12/2016	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	01	2013/3		Equipamento Administrativo	01 070109	A				01/2015	12/2016	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais do Programa 01:												3,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais do Objetivo 01:												3,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Anual das Grandes Opções do Plano

7

AMTRES

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
06				SANEAMENTO E SALUBRIDADE															
06	02			RESÍDUOS SÓLIDOS															
06	02	2004/1		Custos de Tratamento (Plano Estratégico de Resíduos)	01 05010101	O				01/2005	12/2025	1,00	0,00	1,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00
Totais do Programa 02:												1,00	0,00	1,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00
Totais do Objetivo 06:												1,00	0,00	1,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00
Total Geral:												4,00	0,00	4,00	63.709.201,35	0,00	63.709.201,35	0,00	100,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de fevereiro de 2017

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de

.....

Controlo Orçamental - Receita

Ano: 2016

AMTRES

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigida	Rec. por Cobrar no início do ano	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Rec. Cobradas Brutas	Reembolsos e Rest. Emitidos	Reembolsos e Rest. Pagos	Receita Cobrada Líquida	Rec. p/ Cobrar no final do Ano	Grau Exec. da Receita
Classif.	Designação										
05	Rendimentos da propriedade	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0502	Juros-Sociedades financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
050201	Bancos e outras instituições financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
06	Transferências correntes	144.011,00	16.035.239,94	136.959,85	0,00	136.959,85	0,00	0,00	136.959,85	16.035.239,94	95,104
0605	Administração local	144.011,00	16.035.239,94	136.959,85	0,00	136.959,85	0,00	0,00	136.959,85	16.035.239,94	95,104
060501	Continente	144.011,00	16.035.239,94	136.959,85	0,00	136.959,85	0,00	0,00	136.959,85	16.035.239,94	95,104
06050101	Camara Municipal Cascais	43.202,10	0,00	45.093,76	0,00	45.093,76	0,00	0,00	45.093,76	0,00	104,379
06050102	Camara Municipal Oeiras	28.801,40	116,60	24.470,22	0,00	24.470,22	0,00	0,00	24.470,22	116,60	84,982
06050103	Camara Municipal Sintra	57.602,80	-2.844,13	54.737,35	0,00	54.737,35	0,00	0,00	54.737,35	-2.844,13	95,026
06050104	Camara Municipal Mafra	14.400,70	0,00	12.658,52	0,00	12.658,52	0,00	0,00	12.658,52	0,00	87,902
06050105	Recolhas - Camara Municipal Cascais	1,00	5.521.018,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.521.018,55	0,000
06050106	Recolhas - Camara Municipal Oeiras	1,00	2.331.584,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.331.584,47	0,000
06050107	Recolhas - Camara Municipal Sintra	1,00	7.657.696,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.657.696,09	0,000
06050108	Recolhas - Camara Municipal Mafra	1,00	527.668,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527.668,36	0,000
08	Outras receitas correntes	1,00	0,00	48.119,28	0,00	48.119,28	0,00	0,00	48.119,28	0,00	4811928,000
0801	Outras	1,00	0,00	48.119,28	0,00	48.119,28	0,00	0,00	48.119,28	0,00	4811928,000
080199	Outras	1,00	0,00	48.119,28	0,00	48.119,28	0,00	0,00	48.119,28	0,00	4811928,000
08019999	Diversas	1,00	0,00	48.119,28	0,00	48.119,28	0,00	0,00	48.119,28	0,00	4811928,000
10	Transferências de capital	4,00	-611.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-611.100,00	0,000
1005	Administração local	4,00	-611.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-611.100,00	0,000
100501	Continente	4,00	-611.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-611.100,00	0,000
10050101	Camara Municipal Cascais	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
10050102	Camara Municipal Oeiras	1,00	-441.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-441.000,00	0,000
10050103	Camara Municipal Sintra	1,00	-170.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-170.100,00	0,000
10050104	Camara Municipal Mafra	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Total Receitas Correntes		144.013,00	16.035.239,94	185.079,13	0,00	185.079,13	0,00	0,00	185.079,13	16.035.239,94	128,516
Total Receitas de Capital		4,00	-611.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-611.100,00	0,000
Total de Reposições Não Abatidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Total das Receitas Orçamentais		144.017,00	15.424.139,94	185.079,13	0,00	185.079,13	0,00	0,00	185.079,13	15.424.139,94	128,512
16	Saldo da gerência anterior	2.885,93	0,00	2.885,93	0,00	2.885,93	0,00	0,00	2.885,93	0,00	100,000
1601	Saldo orçamental	2.885,93	0,00	2.885,93	0,00	2.885,93	0,00	0,00	2.885,93	0,00	100,000
160103	Na posse do serviço-Consignado	2.885,93	0,00	2.885,93	0,00	2.885,93	0,00	0,00	2.885,93	0,00	100,000
Total Saldo de Gerência Anterior		2.885,93	0,00	2.885,93	0,00	2.885,93	0,00	0,00	2.885,93	0,00	100,000
Total Geral		146.902,93	15.424.139,94	187.965,06	0,00	187.965,06	0,00	0,00	187.965,06	15.424.139,94	127,952

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de ... de 2017

[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de ... de ...

Controlo Orçamental - Despesa

Ano: 2016

AMTRES

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos			Despesas Pagas			Diferenças			Grau de Execução Orçamental da Despesa
			Exercício	Exercícios futuros	Total	Exercício corrente	Exercícios anteriores	Total	Dotação não comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
01	Administração Autárquica	148.802,93	139.891,13	,00	139.891,13	139.152,27	205,39	139.357,06	7.011,60	7.545,27	533,47	94,684
01 01	Despesas com o pessoal	102.569,00	102.064,84	,00	102.064,84	102.064,60	,00	102.064,60	504,16	504,40	0,24	99,508
01 0101	Remunerações certas e permanentes	84.167,00	84.085,91	,00	84.085,91	84.085,91	,00	84.085,91	81,09	81,09	0,00	99,904
01 010102	Órgãos sociais	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	79.000,00	78.821,68	,00	78.821,68	78.921,68	,00	78.921,68	78,34	78,34	0,00	99,901
01 010114	Subsídio de férias e de Natal	5.168,00	5.164,25	,00	5.164,25	5.164,25	,00	5.164,25	1,75	1,75	0,00	99,988
01 01011401	Pessoal dos quadros	5.166,00	5.164,25	,00	5.164,25	5.164,25	,00	5.164,25	1,75	1,75	0,00	99,988
01 0102	Abonos variáveis ou eventuais	1.901,00	1.595,80	,00	1.595,80	1.595,80	,00	1.595,80	305,20	305,20	0,00	83,945
01 010202	Horas extraordinárias	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 010203	Alimentação e alojamento	1.400,00	1.395,00	,00	1.395,00	1.395,00	,00	1.395,00	5,00	5,00	0,00	99,643
01 010204	Ajudas de custo	500,00	200,80	,00	200,80	200,80	,00	200,80	299,20	299,20	0,00	40,160
01 0103	Segurança social	16.501,00	18.383,13	,00	16.383,13	16.382,89	,00	16.382,89	117,87	118,11	0,24	98,284
01 010301	Encargos com a saúde	582,00	481,69	,00	481,69	481,69	,00	481,69	100,01	100,01	0,00	82,616
01 010305	Contribuições para a segurança social	15.918,00	15.901,14	,00	15.901,14	15.900,90	,00	15.900,90	18,68	17,10	0,24	99,893
01 01030502	Segurança social dos funcionários públicos	15.918,00	15.901,14	,00	15.901,14	15.900,90	,00	15.900,90	18,68	17,10	0,24	99,893
01 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	15.918,00	15.901,14	,00	15.901,14	15.900,90	,00	15.900,90	18,68	17,10	0,24	99,893
01 010309	Seguros	,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
01 01030902	Seguros de saúde	,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
01 010310	Outras despesas de segurança social	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 02	Aquisição de bens e serviços	43.425,83	37.681,02	,00	37.681,02	36.942,40	205,39	37.147,79	5.744,91	6.278,14	533,23	85,543
01 0201	Aquisição de bens	4.255,00	3.843,63	,00	3.843,63	3.843,63	,00	3.843,63	411,37	411,37	0,00	90,332
01 020102	Combustíveis e lubrificantes	3.800,00	3.575,84	,00	3.575,84	3.575,84	,00	3.575,84	24,16	24,16	0,00	99,329
01 02010201	Gasolina	3.600,00	3.575,84	,00	3.575,84	3.575,84	,00	3.575,84	24,16	24,16	0,00	99,329
01 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 020107	Vestúrio e artigos pessoais	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 020108	Material de escritório	550,00	240,59	,00	240,59	240,59	,00	240,59	309,41	309,41	0,00	43,744
01 020117	Ferramentas e utensílios	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 020119	Argos honoríficos e de decoração	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 020120	Material de educação, cultura e recreio	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 020121	Outros bens	100,00	27,20	,00	27,20	27,20	,00	27,20	72,80	72,80	0,00	27,200
01 0202	Aquisição de serviços	39.170,93	33.837,39	,00	33.837,39	33.098,77	205,39	33.304,16	5.333,54	5.866,77	533,23	85,023
01 020201	Encargos das instalações	500,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,000
01 020203	Conservação de bens	2.500,00	409,13	,00	409,13	408,73	,00	408,73	2.090,87	2.091,27	0,40	18,348
01 020206	Locação de material de transporte	9.000,00	8.698,28	,00	8.698,28	8.698,28	,00	8.698,28	301,72	301,72	0,00	99,648
01 020208	Comunicações	3.850,00	3.746,14	,00	3.746,14	3.118,52	188,29	3.306,81	203,88	643,19	439,33	83,717
01 020211	Representação dos serviços	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 020212	Seguros	,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
01 020213	Deslocações e estadas	520,00	449,58	,00	449,58	442,86	,00	442,86	70,44	77,14	6,70	85,165
01 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	17.000,00	16.538,00	,00	16.538,00	16.538,00	,00	16.538,00	464,00	464,00	0,00	97,271
01 020216	Seminários, exposições e similares	50,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,000
01 020217	Publicidade	10,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,000
01 020222	Serviços de saúde	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 020225	Outros serviços	5.838,93	3.898,28	,00	3.898,28	3.894,38	17,10	3.911,48	1.640,65	1.727,45	86,80	89,368
01 03	Juros e outros encargos	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 0301	Juros da dívida pública	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financieras	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000

Controlo Orçamental - Despesa

AMTRES

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos			Despesas Pagas			Diferenças			Grau de Execução Orçamental da Despesa
			Exercício	Exercícios futuros	Total	Exercício corrente	Exercícios anteriores	Total	Dotação não comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
01 05	Subsídios	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 050101	Públicas	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 06	Outras despesas correntes	900,00	145,27	,00	145,27	145,27	,00	145,27	754,73	754,73	0,00	16 141
01 0602	Diversas	900,00	145,27	,00	145,27	145,27	,00	145,27	754,73	754,73	0,00	16 141
01 060201	Impostos e taxas	500,00	23,00	,00	23,00	23,00	,00	23,00	477,00	477,00	0,00	4,600
01 060203	Outras	400,00	122,27	,00	122,27	122,27	,00	122,27	277,73	277,73	0,00	30,588
01 06020304	Serviços bancários	400,00	122,27	,00	122,27	122,27	,00	122,27	277,73	277,73	0,00	30,588
01 07	Aquisição de bens de capital	3,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	3,00	3,00	0,00	0,000
01 0701	Investimentos	3,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	3,00	3,00	0,00	0,000
01 070104	Construções diversas	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 070107	Equipamento de informática	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 070109	Equipamento administrativo	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 09	Activos financeiros	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 0908	Unidades de participação	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 090801	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 10	Passivos financeiros	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 100603	Socied.financ.-Bancos e outros instit. financeiras	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 11	Outras despesas de capital	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 1102	Diversas	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
01 110299	Outras	1,00	,00	,00	0,00	,00	,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,000
Total Despesas Correntes		146.896,93	139.891,13	0,00	139.891,13	139.152,27	205,39	139.357,66	7.005,80	7.539,27	533,47	94.858
Total Despesas de Capital		6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,00	6,00	0,00	0,000
Total Geral		146.902,93	139.891,13	0,00	139.891,13	139.152,27	205,39	139.357,66	7.011,80	7.545,27	533,47	94.864

ORGÃO EXECUTIVO

Em 07 de Novembro de 2016

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de

.....

Fluxos de Caixa

AMTRES

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Recebimentos		
Saldo da Gerência Anterior		2.902,09
Execução Orçamental	-786,90	
Operações de Tesouraria	3.688,99	
Total das Receitas Orçamentais		185.079,13
Receitas Correntes		185.079,13
06	Transferências correntes	136.959,85
0605	Administração local	136.959,85
060501	Continente	136.959,85
06050101	Camara Municipal Cascais	45.093,76
06050102	Camara Municipal Oeiras	24.470,22
06050103	Camara Municipal Sintra	54.737,35
06050104	Camara Municipal Mafra	12.658,52
08	Outras receitas correntes	48.119,28
0801	Outras	48.119,28
080199	Outras	48.119,28
08019999	Diversas	48.119,28
Operações de Tesouraria		35.255,23
Total		223.236,45

Fluxos de Caixa

106

AMTRES

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos			
Total das Despesas Orçamentais		139.357,66	
Despesas Correntes		139.357,66	
01	01	Despesas com o pessoal	102.064,60
01	0101	Remunerações certas e permanentes	84.085,91
01	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	78.921,66
01	010114	Subsídio de férias e de Natal	5.164,25
01	01011401	Pessoal dos quadros	5.164,25
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	1.595,80
01	010203	Alimentação e alojamento	1.395,00
01	010204	Ajudas de custo	200,80
01	0103	Segurança social	16.382,89
01	010301	Encargos com a saúde	481,99
01	010305	Contribuições para a segurança social	15.900,90
01	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	15.900,90
01	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	15.900,90
01	02	Aquisição de bens e serviços	37.147,79
01	0201	Aquisição de bens	3.843,63
01	020102	Combustíveis e lubrificantes	3.575,84
01	02010201	Gasolina	3.575,84
01	020108	Material de escritório	240,59
01	020121	Outros bens	27,20
01	0202	Aquisição de serviços	33.304,16
01	020203	Conservação de bens	408,73
01	020206	Locação de material de transporte	8.698,28
01	020209	Comunicações	3.306,81
01	020213	Deslocações e estadas	442,86
01	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	16.536,00
01	020225	Outros serviços	3.911,48
01	06	Outras despesas correntes	145,27
01	0602	Diversas	145,27
01	060201	Impostos e taxas	23,00
01	060203	Outras	122,27
01	06020304	Serviços bancários	122,27
Operações de Tesouraria		35.136,10	
Saldo para a Gerência Seguinte		48.742,69	
Execução Orçamental		44.934,57	

Fluxos de Caixa

AMTRES

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos		
Saldo para a Gerência Seguinte		48.742,69
Operações de Tesouraria	3.808,12	
Total		223.236,45

ORGÃO EXECUTIVO

Em 07 de Setembro de 2016

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de

AMTRES

Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros

Ano: 2016

Caracterização da dívida		Dívida em 1 de janeiro	Dívida em 31 de dezembro	Observações
2421	Trabalho dependente	1.744,53	1.891,56	
2422	Trabalho independente	217,50	150,00	
245000030	CGA	548,55	588,15	
2681000002	Tratolixo	3.389,44	86,80	
2681000014	Vodafone	188,29	439,33	
		6.088,31	3.155,84	

AMTRES

Ano: 2016

Unidade: Euros

Contas de Ordem

Saldo da Gerência Anterior		0,00	Garantias e Cauções Acionadas		0,00
Garantias e Cauções	0,00		Garantias e Cauções Devolvidas		0,00
Recibos para Cobrança	0,00		Receita Virtual Cobrada		0,00
Garantias e Cauções Prestadas		0,00	Receita Virtual Anulada		0,00
Receita Virtual Liquidada		0,00	Saldo para a Gerência Seguinte		0,00
			Garantias e Cauções	0,00	
			Recibos para Cobrança	0,00	
TOTAL DOS RECEBIMENTOS		0,00	TOTAL DOS PAGAMENTOS		0,00

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE		8.1.1
1.1	ENDEREÇO POSTAL Av. 5 de Junho - Dia Mundial do Ambiente - Trajouce - 2785-155 S.Domingos Rana	
	TELEFONE - TELEX/TEFAX 21 4459500 - Fax 21 4444030	
	N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL 502 026 391	
1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
MUNICÍPIO	Até 10 000	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	
	igual ou superior a 40 000	
FONTE:		
2 LEGISLAÇÃO		8.1.2
Data de constituição __19__ / __05__ / 1988 _____ Publicada no DR de __13__ / __08__ / 1988 _____		
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		8.1.3
3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
A Câmara Municipal tem serviços Municipalizados ? <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N		
Se sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: _____		
3.2 EMPRESAS MUNICIPAIS		
A Câmara Municipal tem Empresas Municipais ? <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N		
Se sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: _____		
3.3 ÓRGÃOS		
Tem órgãos de natureza consultiva <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X		
Tem órgãos de fiscalização <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X		
3.4 ORGANOGRAMA		
Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou		
4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES		8.1.4
A AMTRES tem como objecto a gestão integrada dos R.S.U. produzidos na área dos municípios associados, nas vertentes de recolha, tratamento, deposição final e comercialização dos produtos resultantes daquele tratamento, podendo estas serem realizadas pela AMTRES ou através de empresas concessionárias especializadas.		
5 RECURSOS HUMANOS		8.1.5
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
Presidente	Paula Alexandre Alves Mateus Ferreira Dias Gomes da 1 Pelouro _____	
Vogais:	Joaquim Francisco da Silva Sardinha _____	
	Ángelo Cipriano da Cunha Fialho Pereira _____	
	Pedro Manuel da Costa Ventura _____	
5.2 NÚMERO DE VEREADORES		
Em regime de permanência <input type="checkbox"/>		
A meio tempo <input type="checkbox"/>		
Restantes vereadores <input type="checkbox"/>		
FONTE:		

M

6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	8.1.6
1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO POCAL	
2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES	
DOCUMENTADAS	<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X
PERIODICIDADE	<input type="checkbox"/> TRIMESTRAL <input type="checkbox"/> SEMESTRAL
3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA <input checked="" type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X	
EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA	
OUTRAS INFORMAÇÕES	
Programa AIRC	

7 OUTRA INFORMAÇÃO	8.1.7
---------------------------	--------------

7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS				
	DATA APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	Ó. EXECUTIVO	Ó. DELIBERATIVO	Ó. EXECUTIVO	Ó. DELIBERATIVO
INVENTÁRIO	8.11.2001	8.11.2001		
NORMAS CONTROLO INTERNO	11.12.2001	11.12.2001		
BALANÇO INICIAL	1.01.2002	1.01.2002		
NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS				

7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS				
ENTIDADE	ACÇÃO DE INCIDÊNCIA			
	ANO N	ANO N-1	ANO N-2	ANO N-3
Inspecção geral Finanças				
Inspecção geral da Administração do Território				

7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO			
	APROVAÇÃO EXECUTIVO	PUBLICAÇÃO DELIBERATIVO	OBS.
GRANDES OPÇÕES DO PLANO			
ORÇAMENTO			
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
OUTROS			

8 OUTRA INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

SITUAÇÃO DE CONTRATOS

(Unidade: 10³ Euro)

Entidade (1)	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (8)	Pagamentos na Gerência				Pagamentos acumulados			Observações (17)	
	Objecto (2)	Data (3)	Valor (4)	Modalidade de Adjudicação (5)	Número do registo (6)	Data (7)		Trabalhos Normais (9)	Revisão de Preços (10)	Trabalhos a mais (11)	Total (12)= (9)+(10)+(11)	Trabalhos Normais (13)	Revisão de Preços (14)	Trabalhos a mais (15)		Total (16)= (13)+(14)+(15)
TOTAL																

- 5) Coluna a preencher de acordo com as seguintes modalidades.
- a) Concurso Público
 - b) Concurso limitado com prévia qualificação
 - c) Concurso limitado com apresentação de candidaturas
 - d) Concurso limitado sem apresentação de candidaturas
 - e) Por negociação com publicação prévia de anúncio
 - f) Por negociação sem publicação prévia de anúncio
 - g) Ajuste directo

Empréstimos (a)

(Unidade: 10² Euro)

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data da contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Tx. Juro		Encargos/ano				Encargos do ano vencidos não pagos	Divida em 1 de janeiro	Divida em 31 de Dez.	Observações
					Nº de Registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortiz.	Juros	Total	Juros/Mora				
Curto Prazo (b)																			
Total																			
Médio e Longo Prazos (b) .																			
Total																			
Limite de endividamento																			

- a) As colunas serão preenchidas quando se justifique
- b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por Entidade
- c) Utilizar (I), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N) no caso contrário.

Em 09 de Febrero de 2011

Órgão Deliberativo
 Em ___ de ___ de 20___



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

16.

110

DESPACHO: À Reunião,

O Presidente,

(Hélder Sousa Silva)

9/3/2017

ASSUNTO: ASSEMBLEIA GERAL DA MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, EM, SA

Exmo Senhor Presidente,

Enquanto representante do Município na Assembleia Geral da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, fui convocada para a reunião daquele órgão a realizar no próximo dia 29 de março, a qual obedecerá à ordem de trabalhos melhor especificada em anexo.

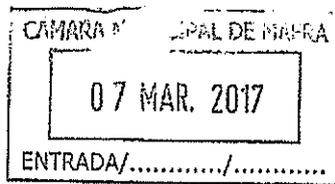
Face ao exposto e tendo em vista o exercício da função acionista, solicito que me sejam dadas instruções quanto ao sentido de voto a formular na aludida reunião.

Junto, para apreciação, a documentação de suporte enviada pela empresa, em anexo à convocatória.

A Representante do Município na Assembleia Geral,

(Aldevina Rodrigues)

anexo XI



Exmo. Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Mafra
Eng. Hélder António Silva
Praça do Município
2640-403 Mafra



MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.

CONVOCATÓRIA

Assembleia-geral Ordinária

Natureza Jurídica: Sociedade Anónima

Sede: Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3º Piso B, Porto Salvo, Oeiras

NIPC: 504475606

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 504475606

Capital Social: € 3.236.678,67 (três milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e setenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos)

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, são convocados todos os acionistas da "Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.", para reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia **29 de março de 2017**, pelas 11 horas, na sede social, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com os documentos disponíveis, nos termos legais, na sede social.

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

Ponto Três: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Ponto Quatro: Apreciação pelos sócios da decisão do Conselho de Administração com data de 6 de outubro de 2016 de registo de uma sucursal em Cabo Verde para efeitos da execução do contrato "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente".

[38.737182, -9.304986]

Ponto Cinco: Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse para a Sociedade.

Os documentos respeitantes à Ordem de Trabalhos estarão à disposição dos acionistas, na sede social, a partir dos quinze dias anteriores à realização da Assembleia.

Mais se declara, nos termos dos estatutos que:

- A) A cada grupo de duzentas e uma ações corresponde um voto, podendo participar na Assembleia os acionistas que tiverem direito a, pelo menos, um voto;
- B) Os acionistas podem fazer-se representar na Assembleia, nos termos da lei;

Oeiras, 1 de março de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Dr. Luís Miguel Gavinhos)

[38.737182, -9.304986]

112



EMPRESA SERVIÇOS MEIOS MERCADOS PORTFOLIO NOTÍCIAS CONTACTOS

CIDADES INTELIGENTES TERRITÓRIOS EFICIENTES

Direção de Inteligência Espacial



Smartcities e Eficiência Energética

Direção de Engenharia e Infraestruturas



Água e Saneamento

Direção de Cartografia e Cadastro



Cadastro de Propriedade e Cartografia Homologável

Direção de Novos Negócios



Estratégia e Inovação

Direção Administrativa e Financeira



Eficiência e Eficácia

Relatório e Contas 2016



A. L.
Jr

ÍNDICE

	pág.
1 - ÓRGÃOS SOCIAIS	2
2 - RELATÓRIO DE GESTÃO	3
Mensagem do Diretor Geral	
Atividade Desenvolvida	
Investimentos	
Política da Qualidade	
Certificações Técnicas	
Recursos Humanos	
Evolução Económico-Financeira	
Proposta de aplicação de resultados	
3 - CONTAS DO EXERCÍCIO	57
Balanço	
Demonstração de Resultados por Naturezas	
Demonstração de Resultados por Funções	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
Demonstração de Fluxos de Caixa	
4 - ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	65
5 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CLC	79

A. R

11335

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Fernando do Nascimento Trigo Rep. CM Oeiras Presidente

Arq. José Alberto de Castro Cardoso Rep. CM Oeiras Administrador

Dr. João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia Administrador

FISCAL ÚNICO

Dr. Joaquim dos Santos Silva Membro Efetivo

em rep. da Diz & Associados, SROC, Lda SROC nº 118

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2016.

2.1. MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

O ano de 2016, caracterizou-se por um segundo semestre mais dinâmico, tendo para tal contribuído o arranque do projeto de cadastro de Cabo Verde, relativo ao contrato "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente", assinado com o Millennium Challenge Account, no valor de 2.450.000 USD.

Este projeto foi ganho em contexto de Concurso Público Internacional, com um elevado critério técnico de seleção, tendo a Município obtido o primeiro lugar na Ilha de São Vicente, relegando multinacionais e outras empresas portuguesas para posições secundárias.

No contexto Nacional, o levantamento de cadastro de infraestruturas apresentou-se também no segundo semestre como a atividade em crescimento, com muitos concursos em fase de apreciação, mas onde se chegaram a apresentar mais de uma dezena de concorrentes, em alguns concursos.

O Mercado Internacional, surge como uma consequência do trabalho realizado em Portugal, tendo as equipas da Município já demonstrado a sua qualidade em diversos países, como Cabo Verde, Marrocos, Moçambique e Timor.

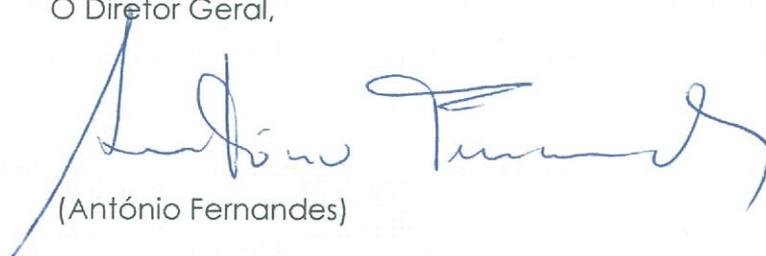
A conjugação das oportunidades do mercado Nacional e Internacional, bem como uma gestão eficaz e virada para o futuro, permitiu a obtenção do terceiro ano consecutivo de resultados positivos.

114 32

Para o futuro, espera-se dar continuidade aos projetos desenvolvidos em Moçambique, procurar novos desafios em Países Lusófonos, não perdendo de vista a nossa génese Municipal e Nacional e sempre com o objetivo último da obtenção do equilíbrio financeiro da sustentabilidade da sociedade.

Oeiras, 30 de janeiro de 2017.

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

Handwritten signature and initials, possibly "A. P." and "35m".

2.2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

O projeto mais relevante da Direção de Cartografia e Cadastro de 2016 foi a adjudicação do projeto "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cape Verde" da Ilha de São Vicente. O projeto teve início em agosto e é promovido pelo MCA – CVII, Millennium Challenge Account segundo compacto. O projeto tem a duração de 14 meses e terminará no final de outubro de 2017. O objetivo é a execução do Cadastro Predial de 10.000 parcelas.



Unidade de apoio aos Cidadãos do Mindelo



Sessão de esclarecimento - Lameirão

O projeto de cadastro predial em São Vicente é um projeto muito abrangente e com uma componente, jurídica, de comunicação e de topografia muito específica e de extrema importância para o sucesso do mesmo.

Outro projeto que foi um desafio para a Direção de Cartografia e Cadastro foi a produção de ortofotomapas do concelho de Lisboa, cujo início ocorreu em maio de 2016.

A Câmara Municipal de Lisboa já tinha anulado dois projetos de produção de ortofotomapas do concelho, a outras empresas, porque as mesmas não tinham conseguido executar a cobertura aérea do concelho de Lisboa em tempo útil. É certo que a Municípia teve que desenvolver muitos esforços para o conseguir executar, mas o facto é que realizámos a cobertura aérea do concelho em maio e o trabalho de produção de ortos foi levado a cabo até ao mês de setembro.

Foi um projeto de uma importância crucial uma vez que esta base de imagens será o suporte do próximo projeto de execução de cartografia vetorial à escala 1:1.000 da CML.



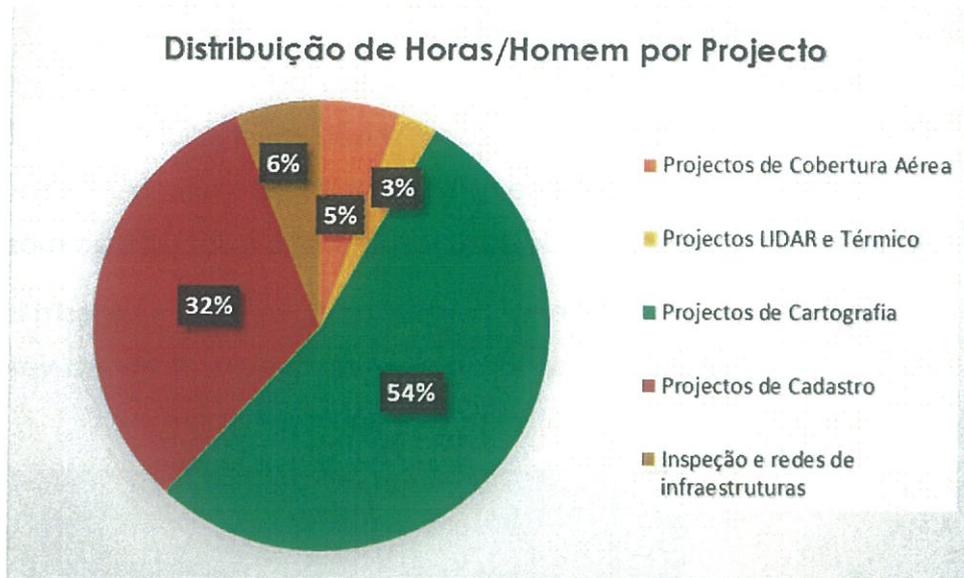
Exemplo de ortofotomapa do concelho de Lisboa

Durante o ano de 2016 foram homologados muitos projetos finalizados em 2015.

Distribuição das horas por tipologia de projeto

A distribuição das horas em função da tipologia de projetos é apresentada no seguinte esquema:

[Handwritten signature]
35



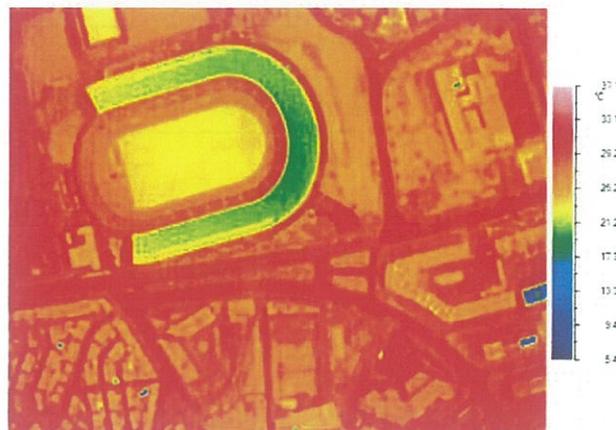
A maioria das horas foi utilizada nos projetos de cartografia sendo que o cadastro começa a ter um peso significativo nas horas da Direção.

Nesta conjuntura destacam-se entre os projetos realizados os seguintes, relevantes pelo volume de negócios, pela produtividade alcançada ou pelo contributo para a introdução de novos produtos:

- Um dos projetos foi realizado em fevereiro e março e combinou o Lidar com a camera DMC, foi adjudicado pela empresa Ecorede, e o objetivo era executar uma cobertura aérea para 340km de linhas de alta tensão para a REN.
- O segundo projeto ocorreu em agosto, e consistiu num voo noturno de todo o concelho de Lisboa, juntando ao sensor lidar uma Camera Térmica de média resolução, o cliente foi a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.



Exemplo de imagem Lidar



Exemplo de imagem Térmica

Este projeto noturno, realizado em agosto, é o único executado até ao momento em Portugal com estas características.

Continuámos em 2016 a participar num projeto piloto em Portugal da European Commission Joint Research Centre, na investigação de doenças da floresta.

A destacar também a parceria efetuada com uma empresa portuguesa que utilizou 58 horas do nosso avião para fazer retransmissões em direto de eventos desportivos em Espanha e Portugal, sabemos que para 2017 estão previstas mais 100 horas de voo.

Em 2016, a concorrência na fotografia aérea aumentou, o que fez com que tivéssemos que analisar e refazer a nossa estratégia de mercado.

As empresas que são nossas clientes continuam a trabalhar connosco essencialmente pela qualidade e rapidez com que realizamos os projetos.

Comparando, 2015 com 2016, verifica-se que houve um aumento das operações de fotografia aérea, o que se reflete na seguinte tabela.

A. R.
35

Relatório e Contas 2016

Ano	2015	2016	Varição %
Horas de voo	116	216	86%
Nº de missões	33	59	79%
Nº de imagens adquiridas	10.000	17.682	77%

A. R.
117 3/2

Relatório e Contas 2016

DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

Em 2016 a Município criou uma nova área de negócio – DEI – Direção de Engenharia e Infraestruturas – que pretende estar na linha da frente no setor de prestação de serviços nos domínios de aquisição e desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica para o sector da engenharia e infraestruturas, algo que já se tem vindo a desenvolver de uma forma projeto a projeto desde 2012. Criando esta Direção com objetivo de não só responder a solicitações provenientes de consultas públicas, mas apostando também no desenvolvimento de novos serviços com forte componente de engenharia por forma a responder com uma linha de serviços completos que inclua não só o cadastro e os sistemas de informação, mas também a componente de estudo, modelação, projeto e auditoria <<ex-post>>. Esta decisão vem no seguimento de ao longo dos últimos 4 anos se ter verificado que um grande número de entidades gestoras de sistemas de águas e saneamento e de iluminação pública, principalmente ao nível municipal e supra municipal, evidenciam uma falta de recursos técnicos e como tal necessitam de uma empresa que consiga ter uma abordagem sistemática em toda a problemática inerente aos estudos e implementação de programas de eficiência nos setores Água e Energia, que não se restrinja somente à execução do cadastro.

Ao longo de 2015 e 2016 a Município teve várias solicitações de Municípios e serviços Municipalizados para apoio no desenvolvimento de projetos na área do cadastro de infraestruturas e estudos de eficiência nos setores da água (nomeadamente para resposta a solicitações da entidade reguladora) e energética mais centrada na fatura da Iluminação Pública. Esta necessidade foi grandemente reforçada pelos vários programas de financiamento no âmbito do Portugal 2020 (POSEUR, Lisboa 2020, ALT 2020 entre outros) que canaliza até desde 2016 a 2020 um conjunto de verbas direcionadas para o domínio da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos, nomeadamente, eficiência energética e a eficiência da gestão do recurso Água (redução de fugas e

J. R.
3/2

Relatório e Contas 2016

eficiência energética dos equipamento). Ora nestes programas é exigido que os financiamentos solicitados para implementação de novas tecnologias e soluções técnicas e remodelações/renovações de infraestruturas tenham por base estudos suportados em informação fidedigna proveniente de cadastros rigorosos, estudos e projetos técnicos que relacionem a componente técnica e tecnológica com a componente económico-financeira dos investimentos, uma planificação detalhada da implementação das solução e um controlo/auditoria rigoroso da execução do plano com evidências de resultados efetivos de eficiência.

Em 2016 a DEI acentuou esforços no desenvolvimento comercial e técnico de expansão destes serviços dos quais resultaram contratos com várias entidades no âmbito de cadastro de redes de Água e Saneamento, implementação de soluções de gestão de cadastro de infraestruturas, projetos de cadastro e estudos de técnico para eficiência energética na Iluminação Pública. A atividade comercial foi e continuará a ser muito forte e ativa devido ao grande número de projetos financiados e aprovados o que fez crescer fortemente o mercado do cadastro das infraestruturas, nomeadamente no setor das redes de abastecimento de água e saneamento. Neste segmento em concreto e atendendo à diversidade de exigência inerente a esta temática, a Município tem competido no mercado com empresas de diversos perfis que vão desde empresas congéneres em termos de atividades, a empresas do ramo de engenharia e projetos, ambiente e gestão ambiental, passando por empresas do ramo da construção civil e obras públicas.



Equipa Município em várias fases de atividade de cadastro das redes de água em Castro Verde com evidência de uso de várias tecnologias

118 R
35

Relatório e Contas 2016

Em termos de execução de projetos concluídos ou iniciados em 2016, destaca-se os projetos de cadastro das redes de abastecimento de água e saneamento para os Municípios de Castro Verde, Góis e Vila Nova de Poiares, resultando em 300 km de redes de água, 50 km de redes de drenagem e mais de 200 instalações.

No âmbito da iluminação pública, foram iniciados projetos de estudos de eficiência energética em alguns municípios contando neste momento com cadastro e projetos de eficiência para recondução para *led* de mais de 5000 luminárias.

Para 2017 a Município irá dar continuidade ao desenvolvimento desta tipologia de projetos, crescendo tecnicamente e reforçando-se com parcerias estratégicas para dar resposta à grande demanda de concursos que se tem verificado.

Como estratégia esta Direção estará atenta ao desenvolvimento de um novo setor estratégico onde estão a surgir grandes projetos de investimento nomeadamente o setor de transportes, como os portos, aeroportos e ferrovia.



Equipas da Município em plena execução de cadastro de iluminação pública

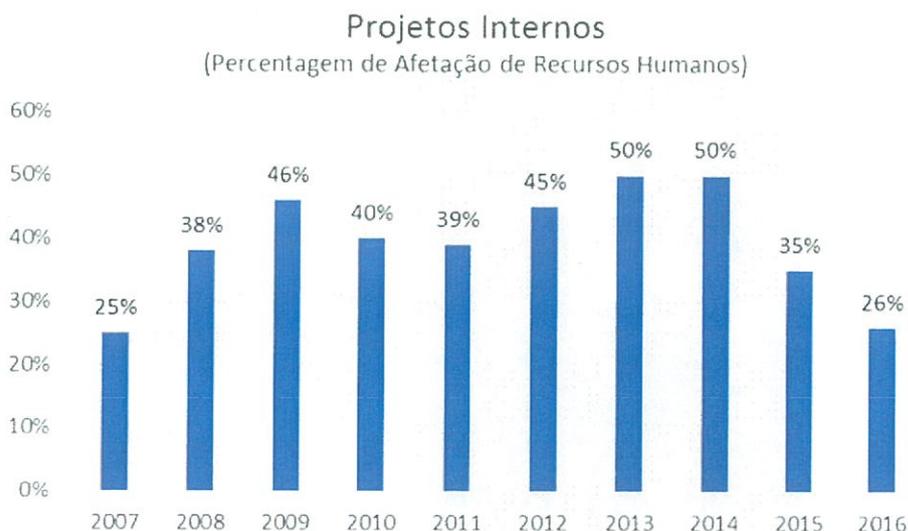
F. R.
32

DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

O ano de 2016 ficou marcado por uma reestruturação profunda na orgânica da Município. A recém-criada Direção de Inteligência Espacial (DIE) resultou da fusão das Divisões de Desenvolvimento e de Informação Geográfica, abarcando as mesmas áreas de atividade anteriormente afetadas a essas divisões.

Assim, a DIE esteve envolvida, durante o ano de 2016, em projetos externos e internos, na sequência das atividades de apoio à infraestrutura tecnológica da Município que eram asseguradas pela DD.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, tiveram uma afetação de recursos que corresponde a cerca de 26% total da DIE, como se pode ver no gráfico seguinte.



Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *Help Desk* às diversas unidades, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções. Neste particular, destaca-se o apoio prestado

119
R
35

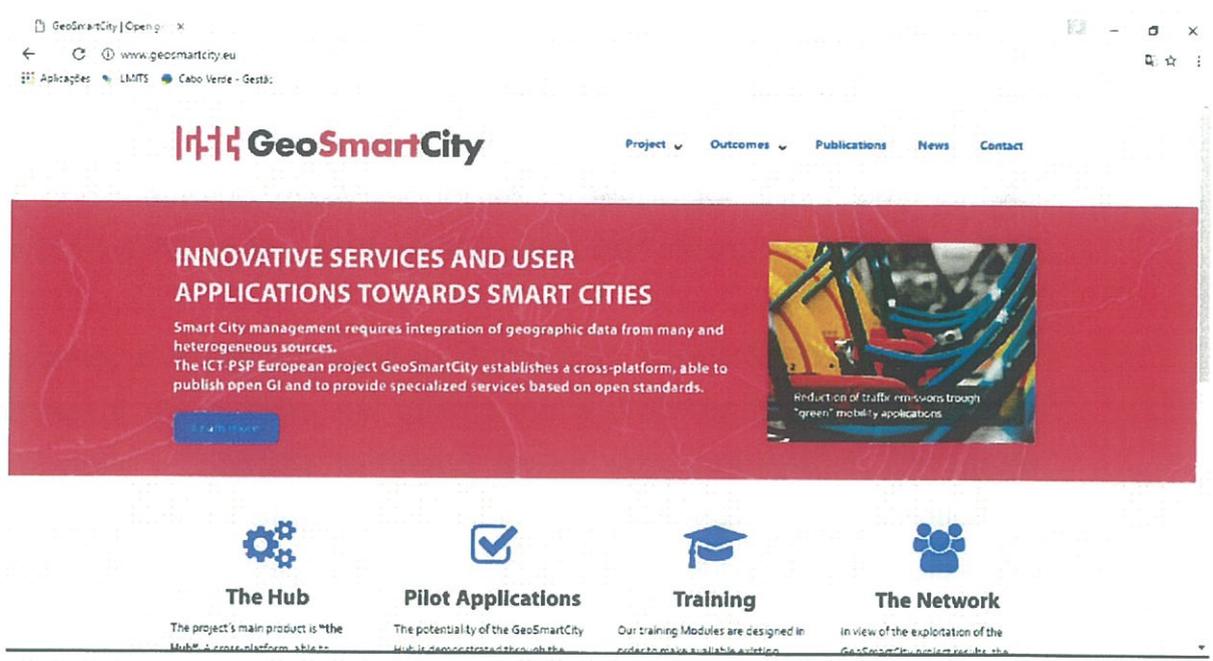
Relatório e Contas 2016

aos projetos de infraestruturas da DEI, quer ao nível do Help Desk quer ao nível da implementação dos Modelos de Dados e desenvolvimento de soluções.

Relativamente às atividades de Helpdesk, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2016 foram efetuados 617 pedidos (647 em 2015, 674 em 2014, 664 em 2013 e 652 em 2012) pela plataforma.

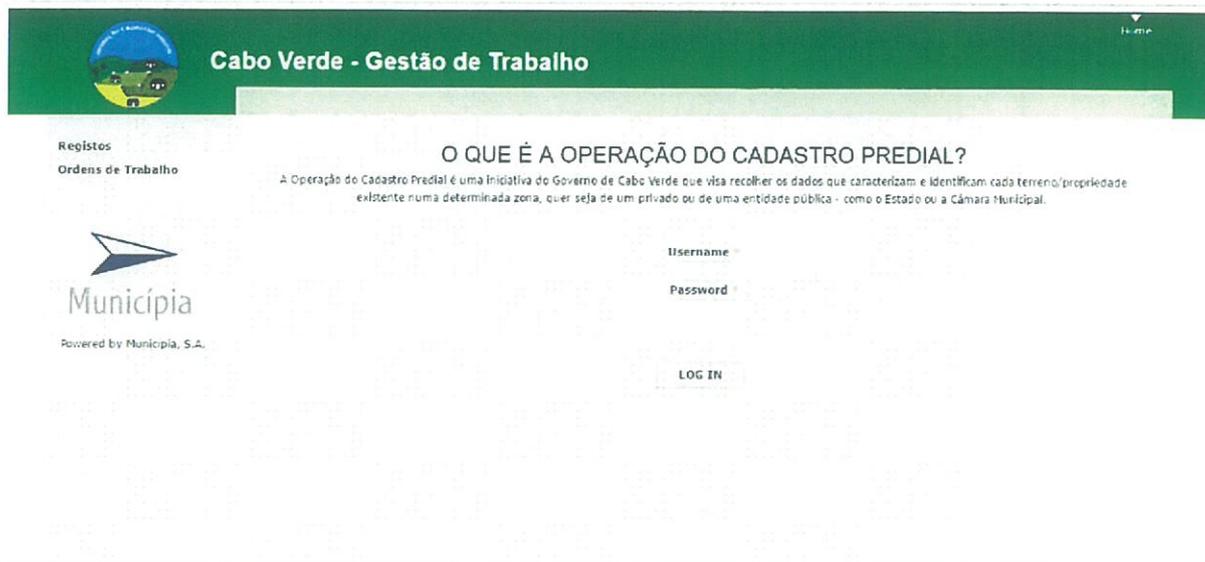
Dentre os projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, podemos destacar o início do projeto de consultoria e desenvolvimento no âmbito do projeto de implementação de uma Infraestrutura de Dados Espaciais para a CIMTM, bem como a continuação do projeto em Montemor-o-Velho e conclusão do projeto de Vila Verde. Refira-se ainda neste domínio o projeto europeu Geosmartcity, onde a Município participa como piloto. Das várias atividades e tarefas realizadas, destaca-se a organização de uma das reuniões de projeto e *workshop* em maio em Oeiras e a participação, durante o mês de outubro, na reunião de projeto, realizada na cidade de Chorzow na Polónia.

F.R.
31



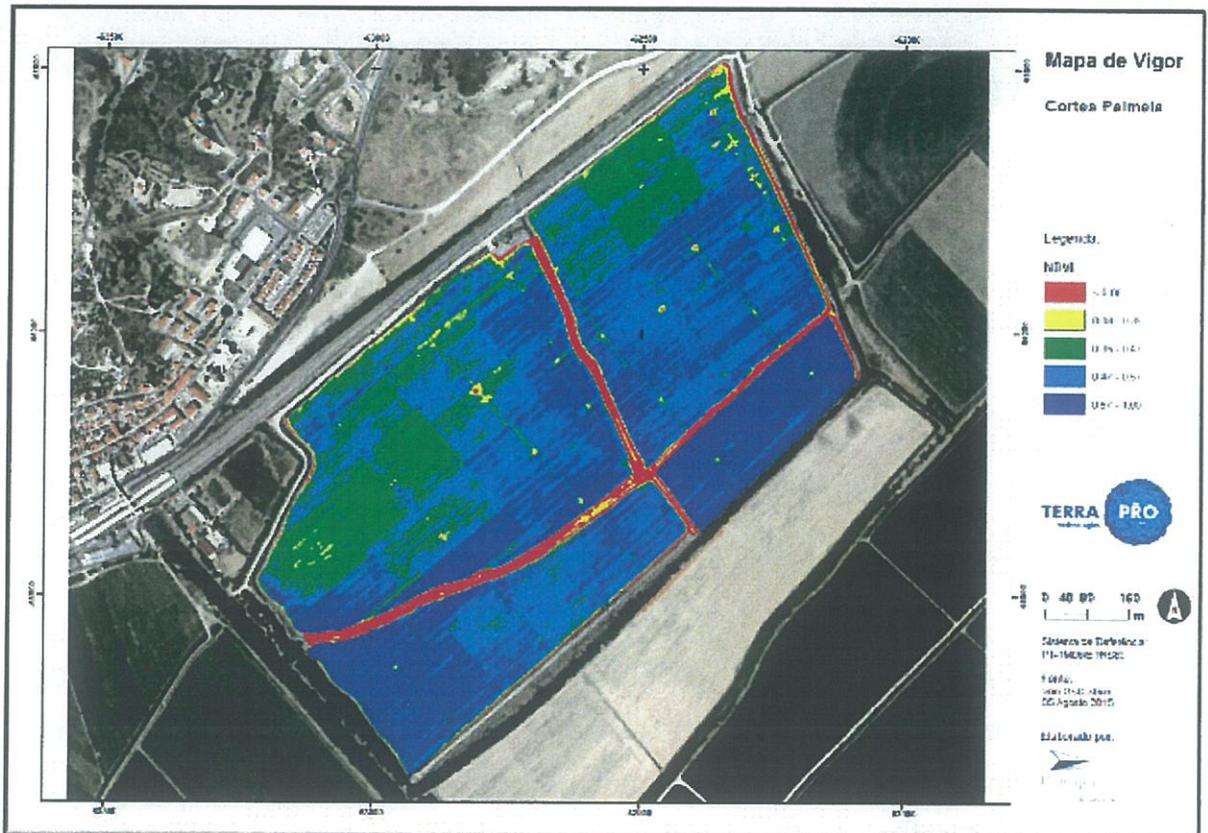
Em termos de projetos de Cadastro, o Cadastro de Timor-Leste continuou a ter enorme destaque este ano, através da continuação da manutenção e suporte à plataforma desenvolvida e no desenvolvimento de um novo Módulo de Avaliação. Mas o mais importante de destacar é o início do projeto do Cadastro de São Vicente (Cabo Verde) em que a DIE é responsável pelo desenvolvimento e manutenção da Aplicação de Gestão de Trabalho, bem como no Apoio Técnico no funcionamento do Gabinete de Atendimento existente no Mindelo.

2020 R
72



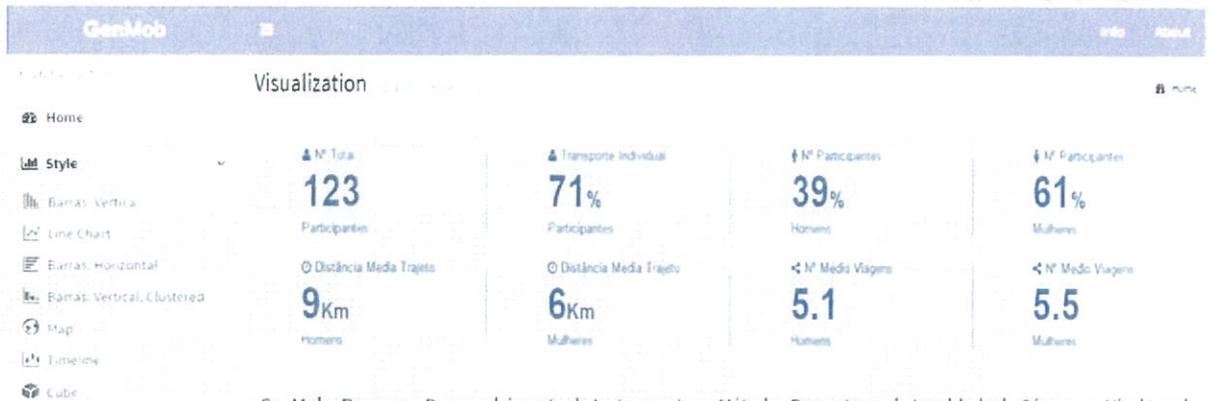
Quanto aos projetos de Detecção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE na produção de Cartas de Vigor de Vinha e mantivemos o fornecimento de NDVI à empresa TerraPro, uma consultora na Gestão de Rega, que utilizou os nossos dados no suporte aos produtores de vinho, milho e tomate na campanha de 2016. A estes foram adicionados os projetos da Quinta do Ventozelo e Quinta da Ravasqueira, continuando a potenciar os investimentos em I&D feitos desde 2012.

76. R.
35

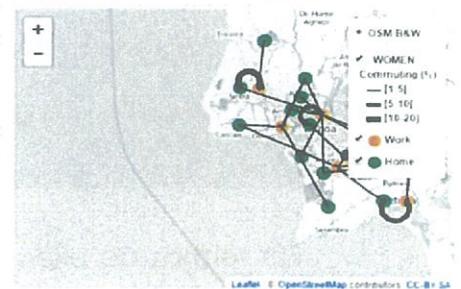
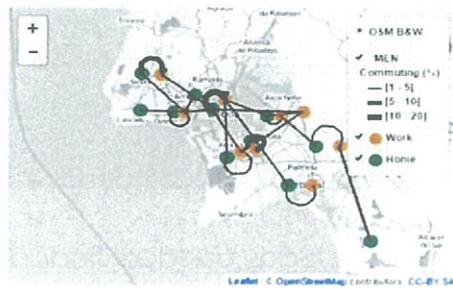


Merecem ainda destaque durante o ano de 2016 o projeto de Consultoria em Sistemas de Informação Geográfica que decorreu em Moçambique na Autoridade Nacional de Estradas, bem como o projeto GenMOB e o início do projeto MISTIC SEAS.

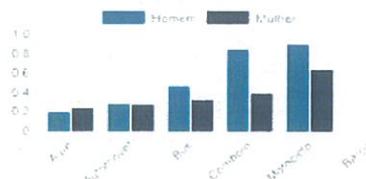
123. R
32



GenMob - Programa Desenvolvimento de Instrumentos e Métodos Promotores de Igualdade de Género ao Nível Local



Modo de Transporte



Motivo de Deslocação



Handwritten initials and numbers: "AB. 11" and "35" below it.



Em termos de execução de Estudos de Identificação e Caracterização de Riscos, concluiu-se projeto de elaboração dos planos municipais de emergência de proteção civil para os municípios de Câmara de Lobos, Calheta, Machico, Santa Cruz e Porto Santo integrados na Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira. Paralelamente iniciou-se a execução Plano de Gestão e Risco de Inundações para a mesma região.



Para o ano de 2017, existem em curso a continuação da implementação das IDE de Oeiras e CIMTM, a continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura e a implementação de Aplicações de Gestão de Infraestruturas de Água e Saneamento, enquanto ao nível dos estudos, destacam-se a procura de serviços no domínio da prevenção e gestão de riscos e da melhoria da capacidade institucional e da eficiência na administração pública local.

A. R
35

DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS



A Direção de Novos Negócios iniciou em 2016 a sua atividade, no âmbito de uma estratégia continuada da Empresa focada no **Desenvolvimento de Mercado**, por via da introdução de produtos maduros em novos mercados, seja Nacionais seja Internacionais; **Desenvolvimento de Produto**, por investimento em desenvolvimento de novos produtos em mercados já trabalhados; e **Diversificação**, com recurso a parcerias estratégicas para colocação de novos produtos em novos mercados.

Para colocar esta estratégia em marcha a Direção aplicou recursos na análise exaustiva dos mercados, maduros, ou com posicionamento potencial para o curto e médio prazo, permitindo a análise final *SWOT* canalizar objetivos para 5 segmentos de mercado maduros/potenciais, em diferentes ciclos de vida no que concerne a Tecnologias de Informação Geográfica: Administração Pública, Água, Agricultura, Infraestrutura, Energia e Ambiente; e 2 Mercados Internacionais preferenciais: Marrocos e Moçambique.

A concretização da Estratégia Diversificação e Desenvolvimento de Produto assentou fundamentalmente no *benchmark* de fornecedores de produtos e serviços, para conhecer as mais recentes soluções no mercado, e na procura e análise de parcerias estratégicas.

Destacam-se como principais resultados desta ação:

- 1) A assinatura da parceria com a TOMTOM, tornando-se a Município no distribuidor autorizado desta Empresa para Portugal, numa clara aposta no setor da Mobilidade e Tráfego, e comercializando a partir de Dezembro de 2016 a maior base de dados de tráfego de todas as vias do país e a  transmissão de tráfego em tempo real, bem como diversos dados geográficos atualizados 4 vezes por ano;
- 2) A parceria assinada com a empresa portuguesa ITPEOPLE, reconhecida pela patente para reconhecimento de ambientes em realidade aumentada, sendo a

Municípiã distribuidora por excelência para os Municípios. Aplicações IOS e Androide com Guias de Experiência em Realidade Aumentada passam a tomar partido de Pontos de Interesse previamente estáticos, transformando-os agora em património arquitetónico, cultural ou arqueológico atrativo ao visitante;



- 3) O lançamento da Central de Compras CONNECT, como plataforma de compras de âmbito Nacional, para todos os Municípios e Entidades do Setor Empresarial Local, transparente, flexível e com benefícios económicos ímpares.



Comunicação

Estabelecidas as prioridades, foram aplicadas distintas estratégias de comunicação, segmentadas, abrangendo clientes e *stakeholders* de cada um dos mercados, destacando-se:

- A presença como oradores no Ciclo de Conferências ISOP Barreiro e no Fórum de Informação GeoEspacial no Instituto Politécnico da Guarda, em temas como SmartCities e Cadastro de Propriedade;
- A organização do Evento “Municípiã Openweek”, com 3 dias abertos em que os Acionistas tomaram contacto com os Meios Humanos e Técnicos que sustentam a atividade;
- O investimento no Novo Site Municípiã, terminado em Dezembro de 2016, com lançamento em Janeiro de 2017;
- O regresso às Newsletters Trimestrais, noticiando atividades de projeto e lançamento de produto;
- A massificação na utilização do social *media* como meio direto de comunicação;
- A frequência de diversas conferências e seminários para aferição de tendências e ventilação de opiniões.



A. A.
32

Relatório e Contas 2016



Foram neste âmbito publicadas 35 notícias, colocados 2 artigos na imprensa escrita, organizados 3 eventos, frequentadas 4 conferências como oradores e 39 como assistentes.

Atividade Comercial

Ação Comercial

Numa vertente mais direcionada para a penetração de mercado, coube a esta Direção movimentar recursos em ações comerciais nacionais, muito focadas em Produtos e Serviços maduros no primeiro semestre, e em Novos Negócios ou Negócios Maduros já assentes na diversificação, como a gestão de frotas, no segundo semestre. E em ações comerciais internacionais, com muito enfoque no mercado moçambicano.

Neste âmbito, esta Direção participou no desenho de 51 propostas comerciais em território nacional, 11 Internacionais (Angola (1), Brasil (2), Moçambique (7), Colômbia (1)), e em 7 Manifestações de Interesse (Guiné Bissau (1), Marrocos (1), México (1), São Tomé e Príncipe (1) e Moçambique (3)).

Gestão de Negócios

Parte da atividade de 2016 foi igualmente dedicada à Gestão de Negócios, com destaque para:

- 1) O Serviço Gestão de Frotas, resultante de uma parceria exclusiva com a CARTRACK desde 2008, que atingiu em 2016 o Volume de Negócios mais elevado dos últimos 3 anos e eficácia a cumprir os objetivos pré-definidos. Cresceu durante o ano de 1450 dispositivos em Janeiro para 1740 em Dezembro de 2016. Destacar neste âmbito:
 - a. O Projeto Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, angariado em 2016, que com 152 viaturas constitui desde já um dos mais significativos clientes deste serviço;
 - b. O cliente Município de Oeiras que, pela fidelização e número de viaturas continua a ser um dos projetos bandeira CARTRACK para Municípios.
- 2) A distribuição do arquivo de ortofotomapas 2015. Crescendo dos 868 km² comercializados até Janeiro para um total de 4686 km² comercializados até ao final do ano;

M. R.
FE

CONCURSOS

O quadro seguinte, espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todos os Departamentos da Municípia, ao longo do ano de 2016:

Propostas	Nº	Nº	Δ%	Em Valor		Δ% Valor
	Propostas 2015	Propostas 2016	Propostas 15-16	2015	2016	15-16
Propostas adjudicadas	159	152	-4,4%	1.011.879	3.987.626	294,1%
Propostas em aberto	185	434	134,6%	27.652.268	25.644.347	-7,3%
Propostas recusadas	12	28	-133,3%	145.719	12.549.898	-8.512,4%
Total de Propostas Apresentadas	356	614	72,5%	28.809.866	42.181.870	46,4%

Unidade: euros

Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 614 propostas ao longo do ano de 2016, o que reflete a apresentação de 2,5 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação negativa de 4%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 294% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

- 125 R
32

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2016 e que se descrevem seguidamente por ordem decrescente:

Top 10 Clientes

	VALOR	PESO RELATIVO NO TOTAL DA FATURAÇÃO
MUNICÍPIO DE OEIRAS	357.965	19,6%
MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT	247.648	13,6%
ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS	80.970	4,4%
FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA	61.465	3,4%
MEDIALUSO – PRODUTOS PARA TELEVISÃO	56.500	3,1%
MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO	55.450	3,0%
POHL CONSULTING & ASSOCIATES	50.504	2,8%
MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	49.693	2,7%
MUNICÍPIO DE LISBOA	48.767	2,7%
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	42.046	2,3%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

TIPOLOGIA DOS CLIENTES

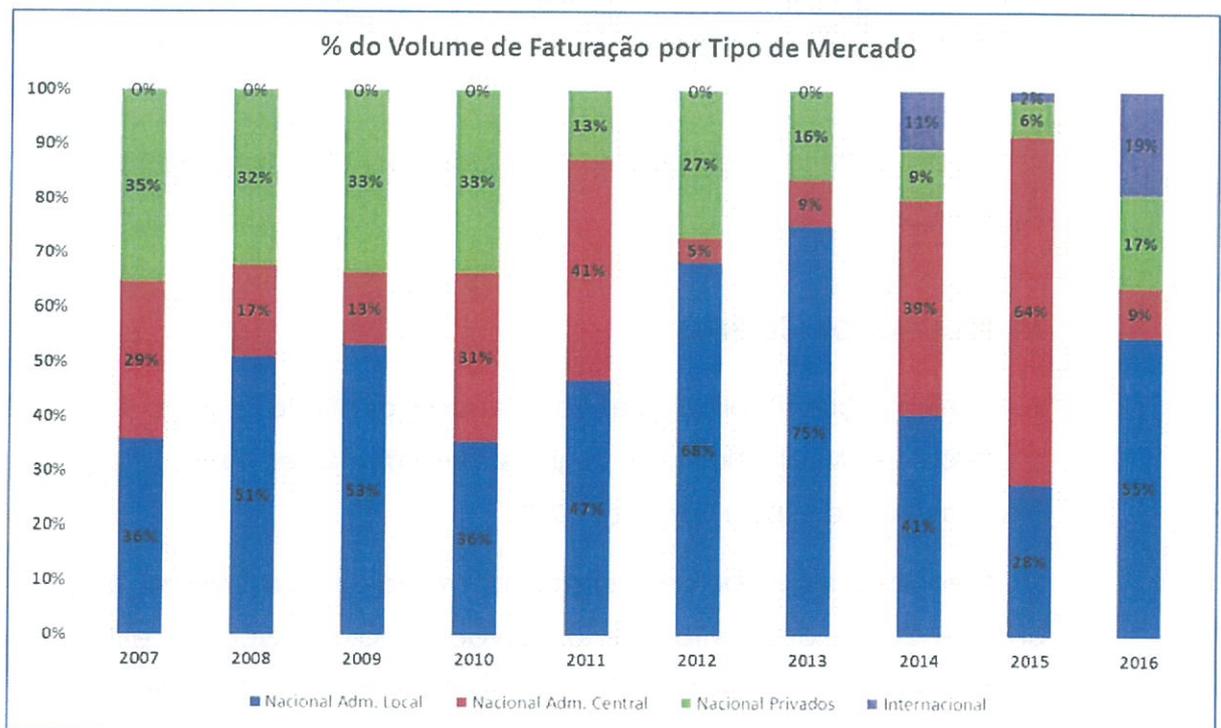
A Administração Pública (Central e Local) continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com registos de 64%. No entanto, comparativamente ao ano transato, diminuiu cerca de 28%.

Os privados a nível nacional registam cerca de 17% da faturação (mais 11% que no ano de 2015), enquanto que os privados para mercados externos, representam cerca de 19% do total da faturação (mais 16% que no ano anterior). Esta faturação no Mercado Externo, tem permitido rentabilizar a capacidade instalada e aproveitar o nosso "know how".

Handwritten signature and initials

Faturação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nacional Adm. Local (1)	35,91%	51,06%	53,26%	35,51%	46,83%	68,41%	75,14%	40,70%	27,88%	54,86%
Nacional Adm. Central	28,92%	16,77%	13,32%	31,12%	40,55%	4,78%	8,50%	39,27%	63,86%	9,14%
Nacional Privados	35,17%	32,17%	33,42%	33,37%	12,63%	26,81%	16,36%	9,26%	6,47%	17,15%
Internacional	n.a.	10,77%	1,79%	18,86%						

Nota (1): Por mercado "Administração Local" para efeitos do presente relatório considera-se Autarquias, Corporações de Bombeiros, Misericórdias (atividades de natureza local sem fins lucrativos)



126
 JH. A
 35

2.3. INVESTIMENTOS

No ano de 2016, face ao ano transato, verificou-se um acréscimo nos investimentos efetuados, conforme se demonstra no quadro seguinte:

	2016	2015	%	2016	%
Ativos Intangíveis	0	0	0%	0	0%
Ativos Tangíveis	287.005	339	-100%	145.216	42.737%
Total	287.005	339	-100%	145.216	42.737%

Unidade: Euro

Os **Ativos Intangíveis** em 2016, tiveram um registo nulo.

Quanto ao **Ativo Fixo Tangível**, este registou um incremento de 42.737%, originado pelo investimento de 145.216 euros, repartido essencialmente por equipamento básico e de transporte, sobretudo para incorporar no projeto de Cabo Verde, que resultou do contrato assinado com o Millennium Challenge Account. Deste modo, foi necessário efetuar uma série de investimentos iniciais para o arranque do projeto cadastral, quer para gabinetes, quer para o terreno.

Foram alienados 185.893,79 euros de ativos, repartidos por GPS do projeto Sinergic, no valor de 14.698 euros e 171.195,79 euros de viaturas em estado de uso.

JA. A.
32

2.4. POLÍTICA DA QUALIDADE

A Municípiã continua a evidenciar um Sistema de Gestão documentado, de modo a cumprir com os requisitos da norma ISO 9001, bem como as orientações constantes da Política da Qualidade, assegurando e promovendo a melhoria contínua de processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes e pelo próprio mercado.

Para que tal aconteça definimos 5 vetores fundamentais de atuação:

- **O Cliente**
- **Os Colaboradores**
- **Os Fornecedores**
- **Acionistas**
- **Utilidade Pública**

Através dos questionários observados, verificámos que o subindicador custo do serviço já obteve avaliações mais elevadas (3 numa escala de 1 a 4, sendo o 4 o mais elevado). Continua a ser notório que o reconhecimento da Municípiã advém da qualidade dos serviços prestados, como comprova o indicador de satisfação de 3,71 (numa escala de 1 a 4, sendo o 4 o mais elevado).

Para 2016, apostaremos no mesmo objetivo de 3,7 no grau de satisfação dos clientes.

Ano após ano, a Administração continua a incrementar a competitividade da Municípiã, tanto no mercado nacional, como no internacional, seja por via do investimento na formação, quer seja pelo investimento em ferramentas que potenciem maior eficácia.

127
28.1
35

2.5. CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS E MARCAS REGISTRADAS

CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS

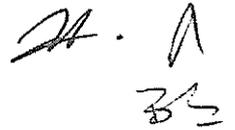
A Município tem as seguintes Certificações:

Âmbito	Entidades Certificadoras
ISO 9001	 <p>certificação acreditada IPAC</p>
Alvará para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial nº 01/2003 CD	 <p>INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS</p>
Declaração para o exercício da atividade de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica	 <p>INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS</p>
Entidade formadora em Informática (489), programas não classificados noutra área de formação	 <p>DGERT DIRECÇÃO GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO</p>

A. A.
35

MARCAS REGISTRADAS

Nome da Marca	Modalidade	Tipo de Sinal
MUNICÍPIA ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
GUIA DE PORTUGAL ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
RPAD REDE PORTUGUESA DAS AUTARQUIAS DIGITAIS ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
RPAD ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
GP-PROCURA?AQUI ENCONTRA!!! ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
BNE-BASE NACIONAL DE ENDEREÇOS ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
GEOSTAT ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
MUNICIPIA ENERGY ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
WHERE ARE YOU FLYING ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
WHERE ARE YOU ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
CONNECT ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO



2.6. RECURSOS HUMANOS

ATIVIDADE

No decorrer do ano de 2016 e resultante do projeto "SYSTEMATIC LAND RIGHTS AND BOUNDARIES CLARIFICATION AND REGULARIZATION IN THE REPUBLIC OF CABO VERDE - ISLANDS OF SÃO VICENTE AND BOA VISTA" para o governo da República de Cabo Verde, foi necessário recrutar pessoal para a execução das tarefas daí advindas. Esta necessidade originou um ligeiro aumento de efetivos.

EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, apostando na sua qualificação tecnológica e recorrendo pontualmente a serviços de contratação a termo certo para suprir o acréscimo de projetos.

Pode verificar-se no quadro em baixo um ligeiro aumento do número de efetivos a 31 de dezembro, derivado das contratações necessárias para o projeto anteriormente mencionado.

EVOLUÇÃO RH	31/12/2015	31/12/2016	Variação
Empregados	55	31	35

Este aumento deveu-se à contratação a termo certo de três trabalhadores para o projeto de Cabo Verde e um para território nacional.

O quadro e gráfico que se seguem, registam o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que cerca de 86% possuem com a Empresa um vínculo contratual "sem termo" e 14% tem um contrato a "termo certo".

A. N.
2016

Relatório e Contas 2016

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2016	2015	2014
Emprego efetivo	31	30	30
Emprego temporário	24	1	5
Total	55	31	35

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com **15** elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com **8** elementos;
- Direção Administrativa e Financeiro com **5** elementos;
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com **3** elementos;
- Direção de Novos Negócios com **3** elementos;
- Direção Geral com **1** elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2016 era constituído por 35 trabalhadores. Desses, 11 eram do género feminino e 24 do masculino.

CAPITAL HUMANO	2016	2015	2014
Homens	27	21	24
Mulheres	28	10	11
Total	55	31	35

A média etária dos funcionários foi de 42 anos e embora se observe um envelhecimento, isso traduz-se numa maior experiência, adesão e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2015	2016	2017
até 30 anos	40	12	14
entre 31 e 40 anos	15	19	21

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2015	2016	2017
até 4.º ano	0	0	1
5.º ano	2	1	0
ensino básico	33	21	24
ensino secundário	18	9	10
ensino superior	2	0	0
Total	55	31	35

Com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 29% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 68% e 3% possuem um doutoramento.

ABSENTISMO

Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Doença. Na tipologia de ausências por Baixa emitida pela Segurança Social, inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA POR SEGURANÇA SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTROS	OUTROS	OUTROS	OUTROS	TOTAL
	99	0	74	17	2	4	5	201
	49,25%	0%	36,82%	8,46%	1%	1,99%	2,48%	100%

TIPOS DE ABSENTÍSMO	2014	2013	%	2016	%
BAIXA POR SEGURANÇA SOCIAL	139	207	49%	99	-52%
LICENÇA PARENTAL	138	266	93%	0	-100%
DOENÇA	76	85	12%	74	-13%
OUTROS	43	38	-12%	28	-26%
TOTAL ABSENTISMO	396	596	51%	201	-66%

Unidade: dias

Confrontando os números de 2016, com o ano anterior, verifica-se uma diminuição generalizada do absentismo, com maior incidência no facto de não terem ocorrido licenças parentais, o que indica ausência de nascimentos.

- 130
[Handwritten signature]
 25

ESTÁGIOS

Em 2016, manteve-se a tendência de redução do número de estagiários, derivado essencialmente pela curta duração dos estágios. O tempo de adaptação/treino e a posterior realização das tarefas é demasiado curto, para que os estagiários, na sua grande maioria, consigam produzir um trabalho de qualidade.

Durante o ano de 2016, entre 11.07.2016 e 18.10.2016, a empresa acolheu na Direção de Novos Negócios uma estagiária de Marketing do Instituto Politécnico da Guarda.

ESTÁGIOS CONCEDIDOS	2014	2015	2016	MEDIA
	1	1	1	1
			3	

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Empresa, continua a investir na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, sabendo que só assim os seus efetivos podem manter os padrões de desempenho.

O quadro seguinte apresenta o resumo da formação realizada nos últimos anos:

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2015	2016	%	2014	%
Formação em curso	32	10	-69%	10	0%
Formação concluída	18	28	56%	40	43%
	1333	889	-33%	341	-62%

A. n.
32

Relatório e Contas 2016

Neste quadro, pode-se observar que 28% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Foram frequentados cursos de especialização, *workshop*, palestras e conferências. Das 341 horas, 30 horas (9%) foram de especialização e 311 horas (91%) foram despendidas em *workshop*, palestras e conferências.

A. A
B^

GASTOS COM REMUNERAÇÕES

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2014 e 2016, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

<i>Natureza</i>	2014	2015	2016	Peso % no total	Var. 14-15	Var. 15-16
Remunerações, Subs. Férias e Natal	930.265	1.082.818	765.021	70,67%	16%	-29%
Subsídio de alimentação	75.003	94.570	44.847	4,14%	26%	-53%
Horas extra	738	263	1.539	0,14%	-64%	485%
Senhas de Presença	2.664	5.742	4.466	0,41%	116%	-22%
Encargos patronais	218.753	252.257	174.499	16,12%	15%	-30,8%
Seguro Acid. de Trabalho e Seguro de Saúde	25.261	28.751	28.952	2,67%	14%	1%
Formação	1.474	7.490	3.131	0,29%	408%	-58%
Outras	2.400	2.815	441	0,04%	17%	-84%
Higiene e Seg. Trabalho	2.970	1.507	956	0,09%	-49%	-37%
Ajudas Custo/Quilómetros	16.823	24.962	58.677	5,42%	48%	135%
Créditos de formação e compensações	19.740	19.214	0	0,00%	-3%	-100%
TOTAL	1.296.091	1.520.39	1.082.531	100,00%	17%	-29%

Unidade: Euro

Remunerações – Verifica-se uma redução nesta rubrica face a 2015 de -30 %. Esta diminuição, justifica-se pela saída do pessoal contratado com o fim do projeto Sinergic no ano transato, tendo em 2016, apenas sido contratado três recursos para o projeto a decorrer em Cabo Verde. A este fator principal, junta-se a contenção

Relatório e Contas 2016

salarial, o que permitiu que a parcela que concorre em 70% para o total dos custos com pessoal, tenha registado um decréscimo de 29% e menos 317.797 euros, em valor absoluto.

O **subsídio de alimentação** registou uma diminuição face ao menor número de funcionários do que nos anos transatos, contribuindo para esta tendência os funcionários deslocados em projeto que deixam de usufruir do referido subsídio de alimentação. O valor de variação registada foi de -53%.

Horas extra – esta rubrica tradicionalmente regista valores baixos, mantendo-se essa linha em 2016, representando este custo apenas 0,14% dos custos com pessoal. O valor registado de 1.539 euros, resulta integralmente da necessidade de efetuar voos fora do horário regular de trabalho, como por exemplo o voo noturno efetuado no âmbito de um projeto de investigação para um cliente.

Senhas de presença – o valor registado em 2016 sofreu uma redução de 22% face a 2015 e justifica-se essencialmente pela existência de menos reuniões do que no ano transato.

Encargos Patronais – como seria expectável, esta rubrica acompanhou a variação registada nas remunerações, tendo diminuído em 31% face ao ano anterior.

Prémios de seguros – a rubrica não registou praticamente variação, ficando-se esta situação a dever a uma diminuição dos custos com o seguro de Acidentes de Trabalho (menos funcionários) e a um incremento do Seguro de Saúde, que compensou a descida do primeiro.

Formação – Registou uma diminuição de custos superior a 50% face a 2015, situação que se ficou a dever à menor identificação das necessidades formativas.

A rubrica **Outras**, comportou em 2016 essencialmente despesas com cuidados de saúde preventivas, face às viagens realizadas para países de risco.

Higiene e Segurança no Trabalho – a presente rubrica apresentou um decréscimo de 37% face ao exercício económico anterior, sendo esta redução justificada pela diminuição de funcionários em 2016, face a 2015.

Ajudas de Custo e Quilómetros – o valor registado apresenta-se de sentido oposto a quase todas as rubricas, ou seja, subiu e duplicou o seu custo, mas justifica-se pelo conjunto de projetos que se desenvolveram fora do território nomeadamente Moçambique, Cabo Verde e Europa. Esta rubrica de Ajudas de Custo representou em 2016, 5% do total dos custos com pessoal e registou um incremento de 135%, devidamente justificadas pelos projetos internacionais e prospeção de mercado.

Créditos – em 2016 não se registaram créditos de formação ou outro tipo de compensação por término de contratos de trabalho.

Conclusão

A estrutura de custos com pessoal sofreu uma diminuição significativa, essencial à sustentabilidade da sociedade, sem perder de vista a necessidade de expandir quando há mais projetos em carteira e contrair na ausência dos mesmos.

A. V
35

2.7. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

133
 J.A. ↑
 35

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2014	2015	Var.%(14-15)	2016	Var.%(15-16)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados	2.743.915	3.313.341	21%	2.437.545	-26%	2.831.600
Subsídios à Exploração	5.278	11.248	100%	14.288	27%	10.271
Ganhos imputados de subsidiárias	0	0	0%	0	0%	0
Reversões de Imparidades	92.892	169.736	83%	29.604	-83%	97.411
Outros Rendimentos ou Ganhos	35.189	65.627	86%	84.290	28%	61.702
Total dos Ganhos Operacionais	2.877.273	3.559.953	24%	2.565.728	-28%	3.000.985
Gastos Operacionais						
FSE	1.223.119	1.627.443	33%	1.227.083	-25%	1.359.215
Gastos com Pessoal	1.296.091	1.520.390	17%	1.082.531	-29%	1.299.671
Imparidade de dívidas a receber	0	0	0%	8.680	100%	2.893
Outros gastos e perdas	29.363	65.277	122%	44.113	-32%	46.251
Gastos/reversões de depreciações	201.565	211.415	5%	146.429	-31%	186.470
Total dos Gastos Operacionais	2.750.138	3.424.526	25%	2.508.835	-27%	2.894.500
Resultados Operacionais	127.135	135.427	7%	56.893	-58%	106.485
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	27.812	22.439	-19%	5.095	-77%	18.449
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	97.677	97.595	0%	39.873	-59%	78.382
Resultados Financeiros	-69.865	-75.156	-8%	-34.779	54%	-59.933
Resultados Antes de Imposto	57.271	60.270	5%	22.114	-63%	46.552

Unidade: Euro

DA. A.
32

GANHOS OPERACIONAIS

O **volume de negócios** – a conclusão do projeto Sinergic em 2015, justificou uma diminuição de 26% do volume de negócios em 2016.

O projeto com maior contribuição para o volume de negócios de 2016, foi o projeto que se encontra em curso em Cabo Verde.

Quanto aos **subsídios à exploração**, resultaram da continuidade do projeto GeoSmartCity, que está a ser desenvolvido através de um consórcio europeu constituído por 15 membros e que em 2016 permitiu reconhecer 14.288 euros de ganhos.

Reversões de imparidades - no presente exercício foi possível recuperar 29.604 euros relativos a dívidas cujo o risco de incobrabilidade havia sido considerado em anos anteriores e que em 2016 foi possível recuperar por via de acordos de pagamentos e outro tipo de diligências.

Outros Rendimentos e Ganhos – a presente rubrica registou um incremento de 28%, face a 2015 e justifica-se essencialmente pela alienação de viaturas, que foram desafetadas do projeto Sinergic, com um valor de venda líquido de 60.000 euros. Esta rubrica também regista o arrendamento parcial do espaço, com carácter regular.

O total dos **Ganhos Operacionais** atingiram 2.565.728 euros, tendo a prestação de serviços contribuído com 95% desses ganhos. Os ganhos diminuíram 28%.

GASTOS OPERACIONAIS

Os **Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos**, diminuíram 25%, face a 2015, tendo em conta a conclusão do projeto Sinergic em 2015 e, com o início dos trabalhos em Cabo Verde, que apenas representam um semestre (o 2º semestre de 2016).

134
A. 1
35

Os **gastos com pessoal**, registaram uma diminuição de 29%, conforme já detalhado no capítulo dedicado a Gastos com Remunerações.

Imparidades – foram registadas 8.679,50 euros de imparidades resultantes da elevadíssima probabilidade dos valores se tornarem incobráveis, uma vez que os dois clientes entraram em processo de insolvência.

Outros gastos e perdas – verificou-se uma diminuição de 32% desta tipologia de custos, concorrendo para os 44.113 euros registados, impostos e taxas.

Depreciações – Diminuição de 31% nesta rubrica, verificada pela obsolescência natural do ativo, bem como pela alienação de ativo imobilizado, essencialmente viaturas que haviam sido desafetadas da atividade, deixando de gerar amortizações. Por outro lado o investimento efetuado, ocorreu essencialmente no 2º semestre e não compensou a poupança gerada pela alienação de ativos.

Os **Gastos Operacionais** diminuíram 27% face ao período transato acompanhando a descida dos ganhos operacionais.

AA. A
32

RESULTADOS OPERACIONAIS

Resultados operacionais positivos, pelo terceiro ano consecutivo, são tanto mais relevantes, se atendermos ao facto das dificuldades financeiras que o país e que o setor público, em particular, atravessa.

<i>Exercício/Rubrica</i>	2014	2015	VAR. % (14/15)	2016	VAR. % (15/16)
GANHOS OPERACIONAIS	2.877.273	3.559.953	24%	2.565.728	-28%
GASTOS OPERACIONAIS	2.750.138	3.424.526	25%	2.508.835	-27%
RESULTADOS OPERACIONAIS	127.135	135.427	7%	56.893	-58%

Unidade: Euro

Os Resultados Operacionais desceram face a anos transatos, mas são positivos. Esta descida deve-se à diminuição dos Ganhos Operacionais que desceram mais do que proporcionalmente à diminuição dos custos, resultando numa variação negativa de 58%.

GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

O recurso diminuto às contas correntes caucionadas e aplicação de excedentes de tesouraria, ainda que com remuneração muito baixa, permitiu um resultado de Gastos de Financiamento negativo de 34.779 euros, ou seja, teve uma variação positiva face ao ano anterior de 54%.

Para os juros correntes contribuíram essencialmente o contrato de leasing da máquina fotográfica digital e despesas bancárias.

Em termos de **Gastos de Financiamento Líquido**, obtivemos o seguinte resultado:

- 135
A
33

Relatório e Contas 2016

	2014	2015	VAR. % (14/15)	2016	VAR. % (14/15)
JUROS E RENDIMENTOS	27.812	22.439	-19%	5.095	-77%
JUROS E GASTOS	97.677	97.595	0%	39.873	-59%
GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)	-69.865	-75.156	-8%	-34.779	54%

Unidade: Euro

Os **Resultados Antes de Impostos** são a consequência dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, cujas explicações foram dadas anteriormente, tendo em 2016, alcançado um desempenho positivo, com 22.114 euros.

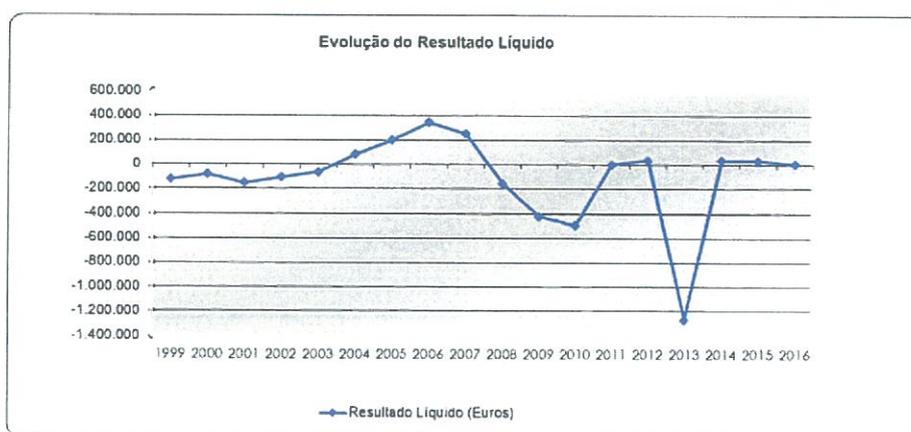
Aos **Resultados Antes de Impostos**, seguem-se os impostos, neste caso de 14.227 euros, o que permitiu à Municípa alcançar em 2016 um **Resultado Líquido** positivo de 7.836,67 euros.

JA. A
32

RESULTADOS LÍQUIDOS

De forma a obtermos uma imagem dos resultados líquidos alcançados pela sociedade desde a sua constituição, podemos observar o quadro e gráficos seguintes:

Exercício	RLE	Variação %
1999	-120.560	n.a.
2000	-79.615	34%
2001	-151.965	-91%
2002	-104.053	32%
2003	-61.238	41%
2004	89.791	247%
2005	205.745	129%
2006	347.733	69%
2007	257.180	-26%
2008	-153.789	-160%
2009	-419.737	-173%
2010	-491.754	-17%
2011	5.566	101%
2012	41.347	643%
2013	-1.259.227	-3.146%
2014	36.687	103%
2015	35.349	-4%
2016	7.837	-78%
Média	-100.817	



Relatório e Contas 2016

INDICADORES DE ATIVIDADE

<i>Atividade</i>	2014	2015	2016	Média	Var 14-15	Var 15-16
Volume de Negócios	2.743.915	3.313.341	2.437.545	2.831.600	21%	-26%
Rentabilidade das Vendas	1,34%	1,07%	0,32%	0,91%	-20%	-70%
EBIT (Resultado Operacional)	127.135	135.427	56.893	106.485	7%	-58%
Resultado Líquido	36.687	35.349	7.837	26.624	-4%	-78%
Cash Flow Líquido	238.252	246.252	154.266	213.094	4%	-37%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – Apesar de ser o menor registo dos últimos três anos, foi o suficiente para manter as contas da sociedade equilibradas.

Rentabilidade das Vendas (RL/VN) – Apresenta um valor também inferior aos últimos dois exercícios, mas positivo.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) – O Resultado Operacional é positivo, pelo terceiro ano consecutivo, o que revela o bom funcionamento da componente de exploração da sociedade.

Resultado Líquido – nos tempos que correm, em que ainda se fazem sentir os efeitos da crise, atingir resultados positivos independentemente do valor é de enaltecer. É premiar todos aqueles que acreditam, desde funcionários, gestão e acionistas.

Cash Flow Líquido – Apresenta o valor de 154.266 euros, contribuindo para este as amortizações com 95% da libertação de meios.

SA. N
31

INDICADORES DE GESTÃO

Gestão	2014	2015	2016	Média	Var. 14-15	Var. 15-16
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	49.889	106.882	69.644	75.472	114%	-35%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	83	39	83	68	53%	-113%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	85	29	81	65	66%	-179%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – regista uma descida face ao ano transato, contudo em 2015, o valor estava sobrevalorizado em virtude do cálculo ser realizado em 31 de dezembro, momento em que as equipas já tinham terminado os seus vínculos, conforme se fez referência no relatório do ano transato.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – a Município demorou em média 83 dias a satisfazer os seus compromissos, adaptando desta forma o ritmo de pagamentos em conformidade com os recebimentos.

O **Prazo Médio de Recebimento (PMR)** deteriorou-se para níveis de 2014, ainda assim razoáveis, uma vez que em média demoramos a receber dos nossos clientes 81 dias.

INDICADORES TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – Verificou-se uma diminuição do indicador de liquidez, essencialmente devido à diminuição da rubrica de "Depósitos Bancários", que no ano transato, em 31 de dezembro, foi excepcionalmente elevada. O Passivo Corrente também diminuiu, mas de forma residual, pelo que se registou um decréscimo deste indicador em 22% face a 2015. Contudo, é um valor em que as rubricas do Ativo Corrente superam em 2,31, as rubricas do Passivo Corrente. Para este indicador não concorreram os acréscimos de proveitos e os proveitos diferidos.

- 7137 ✓
B5

<i>Tesouraria</i>	2014	2015	2016	Média	Var. 14-15	Var. 15-16
Liquidez Geral	1,92	2,95	2,31	2,39	54%	-22%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

<i>Equil. Financeiro</i>	2014	2015	2016	Média	Var. 14-15	Var. 15-16
Autonomia Financeira	60,70%	69,40%	75,80%	68,63%	14,3%	9,2%
Solvabilidade	2,07	3,19	4,07	3,11	54,1%	27,6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,11%	1,05%	0,24%	0,80%	-4,7%	-77,7%

Autonomia Financeira (CP/AT) – este indicador, tem registrado uma tendência crescente nos últimos três exercícios, alcançando 76%.

Desta tendência, conclui-se que a dependência de terceiros, nomeadamente da banca, é cada vez menor.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – A capacidade da sociedade solver as suas dívidas, também cresceu nos últimos três anos, sendo que em 2016, esta métrica permite-nos concluir que o capital próprio supera em quatro vezes o nosso passivo.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – O registo alcançado em 2016, ainda que positivo, proporciona uma taxa de retorno aos acionistas de apenas 0,24%.

Handwritten signatures and initials.

INDICADORES LEGAIS

A sociedade, mesmo em anos de crise acentuada e de restrições orçamentais dos clientes do setor público, tem alcançado nos últimos 3 exercícios Resultados Antes de Impostos positivos, como se verifica no quadro seguinte:

Unidade: Euro

Legais

Regra do Equilíbrio de Contas

Lei 50/2012		
2014	2015	2016
57.270	60.270	22.114

Do exercício económico de 2016, não resultará qualquer transferência de reequilíbrio, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, em consequência dos Resultados Antes de Impostos se terem traduzido em 22.114 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2016, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,07%, que se distribuem da seguinte forma:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);

138
 H. A
 BS

Relatório e Contas 2016

- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016).

Accionistas	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,13%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,98%	0,00	0,00	0,00	2.199,04	0,00
Mun. de Mala	30.100	150.199,00	4,64%	4,84%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	4.473,83	13.865,86	14.976,07	28.602,22	-595,76
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. da Serpã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

24. 1
32

Relatório e Contas 2016

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	358,50	1.111,12	1.200,08	2.291,99	-47,74
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	299,45	928,09	1.002,40	1.914,44	-39,88
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	1.000,40	0,00	-39,80
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.910,63	-39,80
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Agualar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68

139
32

Relatório e Contas 2016

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sever do Vouga	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	26.497	132.220,03	4,07%	N/A	0,00	0,00	0,00	3.492,65	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	17.060,54	57.498,02	63.102,16	131.922,81	-2.669,14

Síntese	2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16	Total
Valores Liquidados	176.397	542.092	584.496	1.104.900	-22.517	2.385.369
Valores em Dívida	17.061	57.498	63.102	131.923	-2.669	266.914
Total	193.458	599.590	647.598	1.236.823	-25.186	2.652.283

Handwritten signature and number 35

2.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2016, no valor de 7.836,67 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (391,83 euros), transferindo-se o remanescente de 7.444,84 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Municípa, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 30 de janeiro de 2017

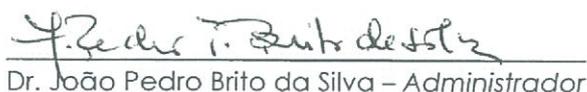
O Conselho de Administração,



Dr. Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*



Arq. José Alberto de Castro Cardoso – *Administrador*



Dr. João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

3 – CONTAS DO EXERCÍCIO

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa



Entidade:
MUNICÍPIA,SA
BALANÇO

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/8	2.024.815,00	2.105.783,20
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	402,72
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		4.363,73	3.822,95
Ativos por impostos diferidos	15	142.957,72	143.076,13
		2.172.136,45	2.253.085,00
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		666.531,52	321.714,80
Adiantamentos a fornecedores		11.191,65	8.004,65
Estado e outros entes públicos		13.826,56	13.703,50
Acionistas/sócios		266.914,39	409.687,00
Outras contas a receber		606.888,33	113.392,38
Diferimentos		112.353,46	80.438,93
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	537.615,00	1.631.253,12
		2.215.320,91	2.578.194,38
Total do ativo		4.387.457,36	4.831.279,38

[Handwritten signature]

Y. Pedro T. Brito de Sá

M. S. Gomes

[38.737182, -9.304986]





R

Entidade:
MUNICÍPIA,SA
BALANÇO

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital realizado		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-254,99	-144,99
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		51.248,12	49.480,69
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	3	31.436,23	31.436,43
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período	3	7.836,67	35.348,66
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.326.944,70	3.352.799,46
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		120.430,85	213.260,48
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		120.430,85	213.260,48
Passivo corrente:			
Fornecedores		313.166,78	212.714,25
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		83.326,75	253.956,33
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		92.829,68	90.540,07
Outras contas a pagar		207.483,48	279.197,33
Diferimentos		243.275,12	428.811,46
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		940.081,81	1.265.219,44
Total do passivo		1.060.512,66	1.478.479,92
Total do capital próprio e do passivo		4.387.457,36	4.831.279,38

[Handwritten signature]

F. Pedro I. B. de S. J.

[Handwritten signature]

[38.737182, -9.304986]





localização é valor!

142

[Handwritten signature]

Entidade:
MUNICÍPIA,SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	13	2.437.545,34	3.313.341,10
Subsídios à exploração	14	14.287,83	11.248,07
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	-	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-	-1.227.083,10	-1.627.443,10
Gastos com o pessoal	-	-1.082.530,63	-1.520.390,33
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/-	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/- 12	20.924,62	169.736,47
Provisões (aumentos/reduções)	-/-	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/-	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/-	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+	84.290,30	65.626,90
Outros gastos e perdas	-	-44.112,65	-65.277,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		203.321,71	346.841,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/- 6/7/11	-146.429,11	-211.414,94
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/-	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.892,60	135.426,78
Juros e rendimentos similares obtidos	+	5.094,64	22.439,09
Juros e gastos similares suportados	- 10	-39.873,19	-97.595,48
Resultado antes de impostos		22.114,05	60.270,39
Imposto sobre o rendimento do período	-/- 15	-14.277,38	-24.921,73
Resultado líquido do período		7.836,67	35.348,66
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		0,01	0,05

[Handwritten signature]
 J. Pedro T. Brito de Sá
 J. S. Almeida



[38.737182, -9.304986]



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	13	2.437.545,34	3.313.341,10
Custo das vendas e dos serviços prestados		-2.127.465,11	-2.977.831,55
Resultado bruto		310.080,23	335.509,55
Outros rendimentos		119.502,75	246.611,44
Gastos de distribuição		-106.779,51	-173.237,61
Gastos administrativos		-221.798,22	-208.179,21
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-44.112,65	-65.277,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.892,60	135.426,78
Gastos de financiamento (líquidos)		-34.778,55	-75.156,39
Resultados antes de impostos		22.114,05	60.270,39
Imposto sobre o rendimento do período	15	-14.277,38	-24.921,73
Resultado líquido do período		7.836,67	35.348,66

Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
--	--	------	------

		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[38.737182, -9.304986]

[38.737182, -9.304986]



www.guiaaportugal.pt

GUIA APÓRTUGAL



Entidade: MUNICÍPIA, SA
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1: 2015
 Contas Individuais

Período findo em 31-12-2015
 Moedas expressas em Euros

Município

localização é valor!

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	ALTERAÇÕES NO PERÍODO	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	Alterações de políticas contabilísticas	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e Intangíveis	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e Intangíveis e respet.variaç.	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de capital	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	
Total da Capital Próprio	3.317.510,82		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.348,66	2.712.819,14	-60,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60,02	3.352.799,46
	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.317.510,82		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.348,66	2.712.819,14	-60,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60,02	3.352.799,46
Result. líquido período	36.686,81		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.686,81	-36.686,81	35.348,66	-1.338,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.348,66
Outras variações no CP	-109.987,00		0,00	109.987,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.987,00	0,00	109.987,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedent. revaloriz ação	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em ativos financeir.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultad os transmid os	-2.570.899,52		0,00	2.567.483,48	0,00	0,00	0,00	0,00	34.852,47	2.602.335,95	0,00	2.602.335,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.436,43
Outras reservas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	47.646,35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.834,34	1.834,34	0,00	1.834,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.480,69
Prémios de emissão	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Instru. de CP	2.577.470,48		0,00	-2.677.470,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.677.470,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações (quotas próprias)	-84,97		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60,02	-144,99
Capital realizado	3.236.678,67		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67

NOTAS

1

2

3

4=2+3

5

6=1+2+3+4

Handwritten signatures and notes:
 A. Soares T. B. de M.
 M. A. M.



Entidade: MUNICÍPIA,SA

localização é valor!

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N. 2016

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO DO PERÍODO N	Capital próprio atribuído aos detentores do capital															
	Total da Capital Próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas legais	Prémios de emissão	Outras reservas	Outras reservas	Reservas legais	Outras reservas	Prémios de emissão	Outras reservas	Outras reservas	Prémios de emissão	Outras reservas	Outras reservas	Capital realizado
3.352,799,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
PRIMEIRA ADOÇÃO DE NOVO CONTABILÍTICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIFERENÇAS DE DEMONSTRAÇÃO DE BALANÇOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIOS DE REALIZAÇÃO DE ATIVOS FIXOS POR IMPÓSITOS AJUSTAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECONHEÇIM. NO CAPITAL PRÓPRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL	7.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	-110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÕES DE PRÉMIOS DE EMISSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISTRIBUIÇÕES	-33.581,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENTRADAS PARA COBERTURA DE PERDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRIMEIRA DO PERÍODO N	3.326.944,70	-33.691,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67
PRIMEIRA DO PERÍODO N	3.326.944,70	-33.691,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67

Handwritten signature: Prof. M. M. M.

Handwritten signature: Pedro B. B. B.

138.737182, -9.304986



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 Contas Individuais

Período findo em 31-12-2016

Mantentez expressar em Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	2.432.898,79	5.409.087,14
Pagamentos a fornecedores	-	-1.358.015,76	-1.939.518,80
Pagamentos ao pessoal	-	-718.036,79	-1.033.724,91
Caixa gerada pelas operações	+	356.846,24	2.435.843,43
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-33.251,58	-26.785,69
Outros recebimentos/pagamentos	+/+	-1.405.550,61	-1.114.117,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+/+	-1.081.955,95	1.294.939,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-65.058,19	-339,00
Ativos intangíveis	-	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	56.538,22	52.457,45
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	5.094,64	22.439,09
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+/+	-3.425,33	74.557,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	1.210.739,47	1.120.199,45
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	142.662,61	891.899,48
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-1.301.279,49	-1.709.015,84
Juros e gastos similares	-	-26.798,00	-54.142,90
Dividendos	-	-33.581,43	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	-60,02
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+/+	-8.256,84	248.880,17
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+/+	-1.093.638,12	1.618.377,66
Efeito das diferenças de câmbio	+/+	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	4 1.631.253,12	12.875,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	4 537.615,00	1.631.253,12

[Handwritten signatures]



[38.737182, -9.304986]

4 – Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016

1 – Identificação da Entidade

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo, Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos

145
R
P
BS

Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissos. As Demonstrações Financeiras, foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contábilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.
- d) No custeio dos serviços prestado é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.

e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, da aplicação deste critério resultou ao reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 112.353,46 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 243.275,12 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 505.252,30 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 164.097,38 euros, essencialmente relativos a remunerações e taxas de saneamento a liquidar.

f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 142.957,72 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro para os próximos anos.

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculadas de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo.

i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foram calculadas segundo os critérios fiscais, sendo que esse risco de incobrabilidade coincide com os critérios de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante
Caixa	1.846,64
DO Caixa Geral de Depósitos	1.773,10
DO Novo Banco	109.995,48
DO Banco BIC	593,75
DO Banco Comercial Atlântico Cabo Verde	23.406,03
DP Banco BIC	300.000,00
DP Novo Banco	100.000,00
Total	537.615,00

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamento com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 59,13%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação e as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 110.486,17 euros.

Relatório e Contas 2016

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 7.800 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2016
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	357.965,36	106.988,56

Unidade: Euro

6 – Ativos Intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** não se registou nenhum investimento no ano de 2016.

Ativos Intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Handwritten signature and initials

Relatório e Contas 2016

Ativos Intangíveis	Amorizações				
	Saldo Inicial	Amorizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	744.656,08	402,72	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	744.656,08	402,72	0,00	0,00	745.058,80
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00

Unidade: Euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No **Ativo Fixo Tangível** registou-se um investimento de 145.216,32 euros, distribuído por 42.148,50 euros de equipamento básico, 750 euros em equipamento administrativo e 102.317,82 euros para equipamento de transporte, este último

Relatório e Contas 2016

repartido maioritariamente por 2 viaturas novas de 22.510 euros cada e 8 para o projeto de Cabo Verde, no valor global de 43.531 euros.

Em termos de abates, foram por obsolescência retirados do imobilizado, material informático de 2005, 2007, 2008 e 2009, totalizando 4.196 euros de valor de aquisição, mas sem valor contabilístico ou de mercado.

Foram alienados 185.893,79 euros de ativos, repartidos por GPS do projeto Sinergic, no valor de 14.698 euros e 171.195,79 euros de viaturas em estado de uso.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.132.456,86	42.148,50	-14.698,00	0,00	0,00	-4.195,70	0,00	2.155.711,66
Equipamento de transporte	194.572,10	102.317,82	-171.195,79	0,00	0,00	0,00	0,00	125.694,13
Equipamento administrativo	122.697,89	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.447,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.040.202,06	145.216,32	-185.893,79	0,00	0,00	-4.195,70	0,00	3.995.328,89
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

148

Relatório e Contas 2016

Ativos Fixos Tangíveis	Amorizações						
	Saldo Inicial	Amorizações	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	379.997,99	23.780,59	0,00	0,00	0,00	0,00	403.778,56
Equipamento básico	1.323.357,19	98.407,95	-5.182,87	0,00	-4.195,70	0,00	1.412.386,57
Equipamento de transporte	112.847,65	21.722,01	-100.552,79	0,00	0,00	0,00	34.016,87
Equipamento administrativo	116.691,25	1.534,26	0,00	0,00	0,00	0,00	118.225,51
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	1.524,78	581,60	0,00	0,00	0,00	0,00	2.106,38
Ativos fixos tangíveis	1.934.418,86	146.026,39	-105.735,66	0,00	-4.195,70	0,00	1.970.513,89
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amorizações	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	Af. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	794.513,53
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	743.325,09
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.677,26
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.222,38
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	609,35
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.024.815,00
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							2.024.815,00

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3,

8 – Ativos não correntes detidos para vendas

No decorrer do projeto Sinergic, adquiriram-se sensivelmente 4 dezenas de viaturas em estado de uso, sendo algumas destas alienadas nos últimos meses do projeto. Com a conclusão do Sinergic, no final de 2015 e não havendo expectativa de reaproveitamento desse equipamento de transporte noutro projeto, decidiu a

gestão em fevereiro de 2016, reclassificar esses ativos em ativos não correntes detidos para venda, uma vez que a venda das viaturas era altamente provável no curto prazo e não seriam absorvidas noutros projetos.

Foi definido um plano de venda para as 28 viaturas que consistiu na publicitação dos ativos disponíveis para venda, sendo essa comercialização acompanhada por um consultor especializado, remunerado em função do sucesso obtido com a venda.

A alienação deste grupo de ativos concretizou-se integralmente até outubro de 2016, não tendo sido necessário alterar o plano de vendas definido.

A transação foi registada pelo valor contabilístico e a venda, pelo valor de venda, deduzido das despesas relacionadas com a sua venda.

9 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	862.500,00	649.239,47	213.260,53

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	862.500,00	488.178,09	374.321,91

Unidade: euros

A. ↑
31

10 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2016, não se encontrava utilizado qualquer valor das contas correntes caucionadas, contudo da utilização das mesmas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da DMC	6.562,22
Juros das contas correntes caucionadas	2.095,83

Unidade: Euros

11 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 146.429,11 euros, diz respeito ao valor das amortizações efetuadas.

12 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Clientes
Saldo inicial a 01-01-2016	405.756,80
Reversão	-29.604,12
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	8.679,50
Saldo final a 31-12-2016	384.832,18

A reversão teve origem nos acordos e recebimentos alcançados, enquanto que a imparidade resulta do risco de incobrabilidade identificado sobre um cliente.

27. N
BZ

13 – Rédito

No ano de 2016, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.437.545 euros.

Neste valor estão incluídos 505.252 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 241.775 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2016, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

14 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

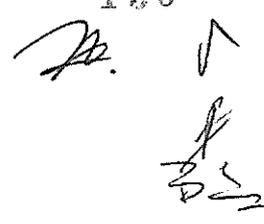
A Município em 2016, beneficiou da transferência de subsídios no montante de 8.821 euros provenientes do acordo assinado entre a Comissão Europeia e GISIG – *Geographical Information Systems International Group Associazione*, para o projeto "Open geo-data for innovative services and user applications towards Smart Cities". No entanto, para 2016 reconheceu-se o montante de 14.287,83 euros, atendendo ao grau de realização.

15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

ANOS	MONTANTE	Matéria Coletável utilizada ou perdida			Saldo por utilizar
		2014	2015	2016	
2013	1.209.521,53	0,00	0,00	563,86	1.208.957,68
2014	44.355,02	0,00	0,00	0,00	44.355,02
2015	97.982,50	0,00	0,00	0,00	97.982,50
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.351.859,05	0,00	0,00	563,86	1.351.295,19

Unidade: Euros

150


Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2013	681.314,90
2016	-563,86
TOTAL	680.751,05

Unidade: Euros

Descrição	Montante
Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis	142.957,72
Impostos diferidos utilizados no período de 2016, referente a exercícios anteriores relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis	-563,86
Tributações autónomas de 2016	14.105,81
PEC perdidos no final de 2016	7.303,64
Prejuízos fiscais perdidos no final de 2016	0,00
Derrama	12,08
Coleta	41,08
Imposto do exercício	14.277,38

Unidade: Euros

PEC - Pagamento Especial por Conta por utilizar

ANOS	MONTANTE
2016	7.426,70
2015	6.287,84
2013	70,94

Unidade: Euros

Existem 1.351.295,019 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes apenas estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos 680.751,05 euros, a que corresponde de Impostos

Relatório e Contas 2016

diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 142.957,72 euros. Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 13.785,48, tendo-se perdido 7.303,64 euros, não incluídos no valor referido.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2016:

- Um dólar americano (USD) = 0,94901 euros;
- Um metical (MZN) = 0,01323 euros.

O número médio de funcionários ao serviço da empresa em 31 de dezembro de 2016, foi de 33 pessoas.

Em 31.12.2016, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.500 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2016 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lel 53-F/2006 2008	Lel 53-F/2006 2009	Lel 53-F/2006 2010	Lel 53-F/2006 2011/12	Lel 50/2012 2013	Lel 50/2012 2014	Lel 50/2012 2015	Lel 50/2012 2016
Regra do Equilíbrio de Contas	17.061	57.498	63.102	0	131.923	0	-2.669	0

Unidade: Euros

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma.

Relatório e Contas 2016

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas nem que exista Imparidade de ativos, para além dos relatados nas demonstrações financeiras

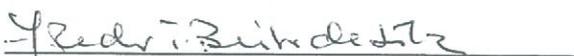
Oeiras, 30 de janeiro de 2017

O Técnico Oficial de Contas

C.C. 61.236


Dr. Pedro Nunes

O Conselho de Administração,


Dr. Fernando do Nascimento Trigo – Presidente
Arq. José Alberto de Castro Cardoso – Administrador
Dr. João Pedro Brito da Silva – Administrador

**RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL E CLC**



Relatório e parecer do fiscal único

de

MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa durante 2016 e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2016.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2016 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

- O relatório de gestão e contas de 2016.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2017

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

Y

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 4 387 457 euros e um total de capital próprio de 3 326 945 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 7 837 euros, as Demonstrações de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos,

e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

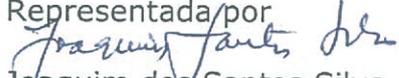
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2017

Diz & associados- SROC, Lda

Representada por



Joaquim dos Santos Silva,

ROC n.º 383

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA
MUNICÍPIA E.M., S.A.
29 DE MARÇO DE 2017

Proposta de Deliberação número um de dois mil e dezassete

ASSUNTO: Discussão e votação do relatório de gestão e do relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-geral,

O Conselho de Administração, propõe para votação o relatório de gestão e relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que evidenciam um resultado líquido de 7.836,67 euros, conforme documentos disponibilizados à Assembleia, devidamente assinados pela Administração e pelo ROC da Sociedade.

Oeiras, 29 de março de 2017

O Presidente do Conselho de Administração,

(Fernando Trigo)

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA
MUNICÍPIA E.M., S.A.
29 DE MARÇO DE 2017

Proposta de Deliberação número dois de dois mil e dezassete

ASSUNTO: Discussão e votação da proposta de aplicação de resultados

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-geral,

Após conclusão do exercício económico de 2016 e aprovação do relatório e contas, o Conselho de Administração, propõe que seja deliberado que o resultado líquido apurado de 7.836,67 euros, seja transferido em 5% para Reservas Legais (391,83 euros) e o remanescente de 7.444,84 euros, para a conta de "Resultados Transitados".

Oeiras, 29 de março de 2017

O Presidente do Conselho de Administração,

(Fernando Trigo)

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA
MUNICÍPIA E.M., S.A.
29 DE MARÇO DE 2017

Proposta de Deliberação número três de dois mil e dezassete

ASSUNTO: Apreciação pelos sócios da decisão do Conselho de Administração de 6 de outubro de 2016 de registo de uma sucursal em Cabo Verde

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-geral,

As atividades desenvolvidas pela Município são tecnologicamente intensivas pelo que exigem a disponibilidade de equipamentos de elevado custo de aquisição. Em particular a atividade de cartografia exige a disponibilidade de meios aéreos e de fotografia cuja onerosidade exige que os mesmos sejam rentabilizados. A execução do contrato "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente", corresponde a este objetivo já que o mesmo tem um valor de 2.450.000 USD. A abertura de uma sucursal no país é uma exigência legal para a obtenção do alvará do cadastro, imprescindível para a execução do contrato. Com este fundamento e para estes fins deliberou o Conselho de Administração constituir uma sucursal em Cabo Verde ora sujeito tal decisão ao acordo dos acionistas.

Oeiras, 29 de março de 2017

O Presidente do Conselho de Administração,

(Fernando Trigo)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

DESPACHO: À Reunião,

O Presidente,

(Helder Sousa Silva)

14/3/2017

ASSUNTO: ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO A2S

Exmo Senhor Presidente,

Enquanto representante do Município na Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S, fui convocado para a reunião daquele órgão a realizar no próximo dia 23 de março, a qual terá em vista a apreciação do relatório de atividades e contas de 2016.

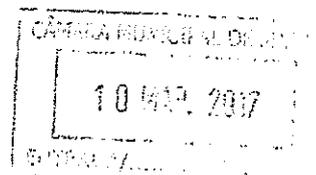
Face ao exposto e tendo em vista o exercício do mandato, solicito que me sejam dadas instruções quanto ao sentido de voto a formular na aludida reunião.

Junto, para apreciação, a documentação de suporte enviada pela empresa, em anexo à convocatória.

O Representante do Município na Assembleia Geral,

(Hugo Moreira Luís)

Exmo(a) Senhor(a)
Hélder de Sousa Silva
Município de Mafra
Pç. do Município
2644-001 MAFRA



N/Ref: A2S/4/2017

ASSUNTO: *Convocatória para Assembleia-Geral Ordinária*

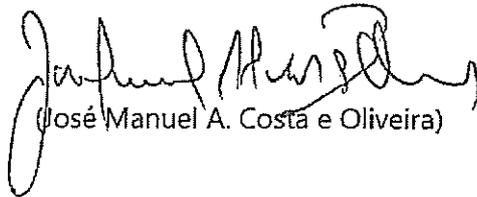
Conforme artigo 12º dos Estatutos da Associação, venho por este meio convocar os representantes legais dos associados da A2S, para a reunião da Assembleia-Geral Ordinária, a realizar no dia 23 de março de 2017, pelas 17h00, a realizar nas instalações da A2S na Mafra Business Factory, sita na Avenida 1º de maio, nº 1, 2640-455 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da última Assembleia-Geral
2. Análise e aprovação do Relatório de Atividades e Contas 2016
3. Outros Assuntos
 - a. Ponto de situação para eventual alterações aos estatutos e regulamento interno

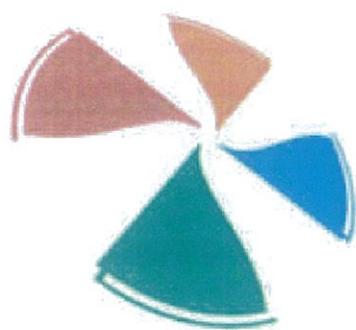
Se à hora marcada não se verificar o número legal de associados, será a mesma realizada em 2ª convocatória, 30 minutos depois, com qualquer número de associados presentes, tornando-se as decisões desta definitivas.

Mafra, 3 de março de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral



(José Manuel A. Costa e Oliveira)



A2S

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2016

Handwritten text, possibly a signature or initials, located in the top left corner.

Aprovado pela Direção, em reunião do dia 23 de fevereiro de 2017

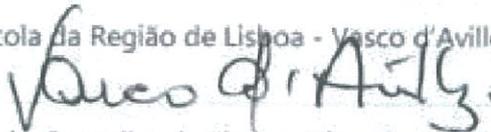
Presidente - Câmara Municipal de Loures - António Pombinho



Secretário (Vice-Presidente) - Câmara Municipal de Mafra - Joaquim Sardinha

Tesoureiro - Câmara Municipal de Sintra - Pedro Ventura

Vogal - Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa - Vasco d'Ávilaz



Vogal - Associação Empresarial do Concelho de Sintra - Vitor Conceição / Olga Figueiredo



Vogal - Associação de Agricultores do Concelho de Mafra - David Sardinha



Vogal - Cooperativa Agrícola de Loures - José Barreira


Aprovado pela Assembleia-Geral, em reunião do dia 23 de março de 2017

Presidente – AGROCOL - José Manuel A Costa e Oliveira

Secretário - Frutoeste - Cooperativa Agrícola de Hortofruticultores do Oeste, CRL -

Domingos Santos / Pedro Bernardes

2º Secretário - Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e

Odivelas - Mário Saramago / Alcindo Almeida

cel
H
9

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	3
SIGLAS E GLOSSÁRIO.....	5
RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2016	8
1. INSTALAÇÃO	9
2. EQUIPA TÉCNICA.....	10
3. ANIMAÇÃO DAS EDL.....	11
4. IMPLEMENTAR AS EDL RURAL E COSTEIRA – GERIR O CICLO DE VIDA DOS PROJETOS.....	13
5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EDL.....	14
6. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS.....	15
7. CAPTAÇÃO DE OUTROS FINANCIAMENTOS EXTERNOS.....	16
8. PROMOVER E ORGANIZAR SEMINÁRIOS, COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS.....	17
9. DINAMIZAR AÇÕES DE COOPERAÇÃO	17
DLBC RURAL	19
DLBC COSTEIRO.....	20

Cop
 D,
 H
 @

NOTA DE ABERTURA



O ano de 2016 foi de afirmação e consolidação da A2S enquanto associação para o desenvolvimento local e simultaneamente relevante iniciar a implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local aprovadas para o território da região saloia.

Assim, foi possível criar uma imagem de marca e marcante, dar rosto e voz à associação, interagir com os mais diversos

atores locais e iniciar o processo de seleção de projetos no âmbito da medida Leader do PDR2020.

O presente relatório de atividades e contas visa apresentar o exercício da associação relativamente ao ano de 2016. De salientar que, apesar de ter sido possível evoluir em termos de organização, o ano de 2016 foi igualmente marcado por diversas dificuldades e constrangimentos na implementação das medidas DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária (nas vertentes rural e costeira) e que, por ora, não estão totalmente resolvidos.

Desde 2015, data da constituição da associação, até à data, a A2S submeteu seis candidaturas para poder vir a ser reconhecida como Grupo de Ação Local Rural e Entidade Gestora do Grupo de Ação Local Pescas, tendo sido assinados os respetivos contratos no início de 2016.

Submeteu ainda mais duas candidaturas às medidas relativas ao apoio preparatório para o desenvolvimento das Estratégias de Desenvolvimento Local rural e costeira tendo sido ambas aprovadas em março e outubro, respetivamente de 2016.

Foi ainda necessário submeter outras duas candidaturas, uma para poder receber o financiamento necessário ao funcionamento do DLBC rural, cuja assinatura ocorreu em abril de 2016 e outra para o funcionamento do DLBC costeiro, aprovada em fevereiro de 2017.

No início de 2016 foram assinados dois contratos para a gestão das EDL (Ponte de Sôr, Vila do Conde), em maio de 2016 assinou-se o protocolo de articulação funcional com a Autoridade de Gestão do PDR 2020 em Mangualde e apenas em novembro foi assinado o protocolo de delegação de tarefas com o IFAP e a Federação Minha Terra, no Sardoal. À data ainda não foi assinado o contrato de delegação de competências com a Autoridade de Gestão do Mar 2020.

Ao nível do FEDER/FSE, fundos que estão alocados ao apoio às microempresas, turismo, património e setor social no âmbito dos GAL Rural e Pescas não se vislumbrou qualquer tipo de desenvolvimento relevante relativamente à delegação de competências para a seleção de projetos nem tão pouco relativamente à regulamentação enquadradora da elegibilidade das



operações a apoiar. Esta é uma situação causadora de enormes constrangimentos que tem obrigado a um processo ingrato de gestão de expectativas dos atores locais. Este facto é ainda mais constrangedor se verificarmos que a maioria das intenções de investimento registadas em 2016 é relativa a projetos que são potencialmente enquadráveis nestes fundos.

"Ainda que parcialmente, a A2S, começa a reunir as condições para contribuir para a sustentabilidade das economias locais, para a inclusão social e para a melhoria da qualidade de vida das populações".

SIGLAS E GLOSSÁRIO

H
 M
 CEF
 9

AG - Autoridade de Gestão - Autoridade pública nacional, regional ou local, ou um organismo público ou privado, designada pelo Estado-Membro, responsável pela gestão e execução do programa em conformidade com o princípio da boa gestão financeira e de acordo com as regras nacionais e comunitárias.

CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), abordagem de desenvolvimento que:

- Incide em zonas sub-regionais específicas;
- É dirigido por grupos de ação local compostos por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados, nos casos em que, aos níveis de decisão, as autoridades públicas tal como definidas de acordo com as regras nacionais, ou qualquer grupo de interesses individual não representem mais de 49 % dos direitos de voto;
- É impulsionado através de estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local;
- É planeado tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, incluindo as características inovadoras no contexto local, a ligação em rede e, se for caso disso, as formas de cooperação;

EDL - Estratégia de desenvolvimento local (EDL) - o modelo de desenvolvimento para um território de intervenção, sustentado na participação dos agentes locais, com vista a dar resposta às suas necessidades através da valorização dos recursos endógenos, assente num conjunto de prioridades e objetivos fixados a partir de um diagnóstico, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores.

ELARD - European LEADER Association for Rural Development – Associação Europeia Leader para o Desenvolvimento Rural - Associação internacional sem fins lucrativos criada para melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais e manter a sua população através de um desenvolvimento local sustentável e integrado. A ELARD promove a difusão da filosofia do método LEADER tanto a nível local como a nível institucional. A ELARD acredita que um melhor desenvolvimento rural sustentável em toda a Europa é melhor alcançado pela metodologia *bottom up*.

EG - Entidade Gestora - Responsável administrativo e financeiro, selecionado pelos membros da parceria, capaz de administrar fundos públicos e garantir o seu funcionamento

ETL - Equipa Técnica Local - Equipa de apoio na dependência hierárquica do órgão de gestão do GAL, gerida por um coordenador, devendo a sua composição ser multidisciplinar, com dominância de formação nas áreas relacionadas com as linhas prioritárias da estratégia de



desenvolvimento de cada território, não podendo os membros da ETL pertencer, em simultâneo, ao órgão de gestão do GAL;

FARNET – European Fishery Areas Network - Comunidade empenhada no desenvolvimento promovido pelas comunidades locais no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Esta rede reúne grupos de ação local, autoridades de gestão, cidadãos e peritos da UE.

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Federação Minha Terra - Entidade privada de interesse público e sem fins lucrativos, constituída no ano 2000, por iniciativa de um grupo alargado de Associações de Desenvolvimento Local (ADL), institucionalizando uma rede, sob o denominador comum da convergência de objetivos, do diálogo, da partilha e de um vasto trabalho conjunto no desenho e implementação de soluções e intervenções em prol do desenvolvimento dos espaços rurais nacionais.

FSE – Fundo Social Europeu

GAL – Grupo de Ação Local - Parceria formada por representantes locais dos sectores público e privado de um determinado território de intervenção, representativa das atividades socioeconómicas e com uma estratégia de desenvolvimento própria, denominada EDL, reconhecida para a vertente desenvolvimento local de base comunitária rural, no âmbito de prévio procedimento concursal.

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P

MAR 2020 – Programa Operacional do Mar

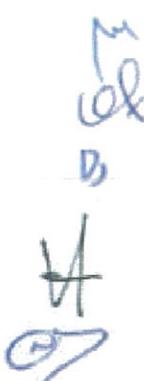
OG – Órgão de Gestão – Órgão executivo da(s) EDL(s), nomeado e exonerado pela(s) Assembleia de Parceiros, competindo-lhe executar a(s) EDL(s) e informar os parceiros do GAL e a população local sobre o impacto da implementação da EDL no território de intervenção, bem como garantir todas as interações necessárias com a(s) AG(s).

PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural do continente

Rede Rural Nacional - Plataforma de divulgação e partilha de informação, de experiência e de conhecimento que pressupõe uma atuação que desenvolva a partilha e a cooperação em torno das ações a concretizar com o objetivo de melhorar a aplicação dos programas e medidas de política de desenvolvimento rural e a qualificação da intervenção dos agentes implicados no desenvolvimento rural.

Rede Rural Europeia - A Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (ENRD) é a estrutura que reúne todas as partes interessadas com o objetivo de alcançar melhores resultados de desenvolvimento rural na UE. A rede funciona como um centro para a partilha de informações sobre políticas, programas, projetos e outras iniciativas de desenvolvimento rural.

Handwritten notes in blue ink: "Esp" and "H" with a signature.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2016

No âmbito das atribuições da A2S enquanto associação para o desenvolvimento local e as responsabilidades enquanto Grupo de Ação Local e Entidade Gestora de outro Grupo de Ação Local, o presente relatório de atividades constitui-se como um documento que visa dar transparência ao trabalho desenvolvido e contribuir para a prestação de contas, apresentando os resultados do trabalho realizado durante o ano de 2016.

De notar que a atividade da A2S incidiu sobretudo na sua qualidade de Grupo de Ação Local Rural pois apenas a Autoridade de Gestão do PDR 2020 reuniu as condições mínimas para dar início à implementação da EDL, o que permitiu a abertura de convites à apresentação de candidaturas.

O ano de 2016 foi importante para a A2S pois foi o ano de arranque no território de intervenção. Foi possível criar uma imagem, constituir uma equipa técnica, publicitar concursos, receber e avaliar candidaturas, organizar eventos e animar o território, contactando com os potenciais promotores e atores locais.

De notar que a A2S funcionou essencialmente com o orçamento proveniente das quotizações dos associados bem como do montante recebido relativo ao apoio preparatório (medida 10.1 do PDR2020) e do montante recebido no âmbito da medida animação e funcionamento (medida 10.4 do PDR 2020).

Todo o trabalho realizado contou com o grande envolvimento por parte dos Órgãos Sociais da associação e de uma equipa técnica responsável e competente.

Apesar da escassez dos recursos financeiros disponíveis para implementar o plano de trabalho previsto foi possível cumprir e mesmo superar as atividades previstas o que se deve salientar.

Adiante apresentam-se os objetivos definidos no Plano de Atividades de 2016 e o nível de realização observado.

1. INSTALAÇÃO

Durante o primeiro trimestre de 2016 foi possível assegurar o pleno funcionamento da A2S enquanto GAL rural tendo sido possível constituir uma equipa técnica de três pessoas, dispor de instalações para receber os potenciais candidatos e dar início à implementação da EDL rural.

Assegurar que a A2S dispõe dos meios e recursos materiais mínimos exigíveis para o funcionamento dos GAL rural e costeiro

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
N/A	Celebrar protocolo sobre a sede da A2S		Apesar de ainda não ter sido celebrado nenhum protocolo formal sobre a sede da A2S, foi possível: <ul style="list-style-type: none"> Ter um escritório entre março e setembro nas instalações do MARL (associado da A2S) Ter um escritório definitivo a partir de outubro na Mafra Business Factory (com contrato a celebrar com a CM de Mafra)
março	Adquirir equipamento informático		Em fevereiro a A2S abriu um procedimento de ajuste direto simplificado para a aquisição de equipamento informático (para uma equipa de 4 pessoas) tendo adquirido 4 computadores portáteis, 4 monitores, 4 docking stations, 4 ratos e 4 teclados, tendo os mesmos sido entregues a 15 de março de 2016, data de início de contrato da equipa técnica. Foi também adquirido o respetivo software, já em abril de 2016, tendo em março sido utilizado um serviço experimental gratuito.
março	Adquirir material administrativo		Todo o material administrativo necessário foi disponibilizado pelo associado CM de Loures (até setembro).
julho	Celebrar contrato para locação de viatura	Abertura da A2S ao público e em pleno funcionamento a partir de março de 2016	A A2S abriu um procedimento de ajuste direto para a locação de uma viatura. Após a receção das propostas considerou anular o procedimento uma vez que este contrato não oferecia as condições mais adequadas às necessidades da associação. Deste modo, optou-se por abrir um novo procedimento para a aquisição de uma viatura, procedimento esse que culminou em julho de 2016. Desde essa data a A2S é proprietária de uma viatura ligeira de passageiros da marca Mazda modelo CX3.
abril	Realizar outros investimentos necessários ao funcionamento e animação do GAL (gestão de correspondência, sistema de informação, comunicação, imagem,...)		Em abril foi aberto um procedimento de ajuste direto simplificado para a criação da imagem corporativa da A2S bem como para a criação do site de internet. Ambos ficaram concluídos e disponíveis em julho de 2016. Desde essa altura a A2S passou também a dispor de sistema de envio de newsletters. Foi ainda adquirido o domínio a2s.pt e iniciados os contactos com fornecedores com vista à criação de uma plataforma eletrónica de gestão.
fevereiro-dezembro	Assegurar o regular funcionamento das instalações		Com o apoio dos associados MARL, CM de Loures e CM de Mafra foi possível assegurar o regular funcionamento das instalações da A2S

M
 cel
 B
 H
 @

2. EQUIPA TÉCNICA

Em março de 2016, a estrutura técnica da A2S já era composta por três elementos, designadamente: a Diretora Executiva e dois Técnicos Superiores.

A contratação de um quarto elemento ficou condicionada à existência de financiamento no âmbito da medida relativa aos custos operacionais e de animação do MAR2020, situação que até à data não foi regularizada pela respetiva Autoridade de Gestão.

Deste modo, tem sido a equipa técnica atual (composta por 3 elementos) que tem assegurado as funções e tarefas inerentes aos GAL rural e costeiro.

Assegurar que a A2S dispõe dos recursos humanos e dos meios necessários para cumprir a segregação de funções exigida nas obrigações contratuais dos GAL rural e costeiro

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
Janeiro	Publicitar o recrutamento de três técnicos superiores	Celebração de dois contratos de trabalho em fevereiro de 2016 e de um terceiro em maio de 2016	Em janeiro publicitou-se um anúncio para o recrutamento de dois técnicos superiores. Considerando que ainda não havia fundos disponíveis para o funcionamento relativo à implementação do MAR2020 considerou-se prudente recrutar apenas dois técnicos ficando o recrutamento do terceiro elemento condicionado à aprovação do financiamento para o funcionamento do MAR2020
fevereiro	Realizar o processo de recrutamento com vista à constituição da equipa técnica		Entre 15 janeiro e 18 de fevereiro foi aberto e finalizado um procedimento concursal com vista ao recrutamento de dois técnicos
março	Celebrar contratos de trabalho com dois técnicos superiores		A 15 de março foram celebrados dois contratos de trabalho a termo incerto com os dois técnicos mais bem classificados na sequência da finalização do procedimento concursal
janeiro-dezembro	Celebrar eventuais contratos de prestação de serviços necessários às obrigações contratuais dos GAL.		Entre março e julho foram celebrados contratos de modo a cumprir obrigações legais relacionadas com o recrutamento de recursos humanos e contratos necessário ao cumprimento dos regulamentos dos fundos estruturais <ul style="list-style-type: none"> • Contrato de empréstimo de conta corrente e garantia bancária • Contrato de seguro de acidentes no trabalho • Contrato de seguro automóvel
fevereiro-dezembro	Celebrar um contrato de trabalho com um técnico superior		Considerando que só em 2017 é que foi lançado o aviso relativo à medida que financia o funcionamento do GAL, não foi possível em 2016, celebrar um terceiro contrato de trabalho para reforçar a equipa técnica.

3. ANIMAÇÃO DAS EDL

A A2S realizou diversas atividades de animação territorial destinadas aos potenciais promotores dos territórios de intervenção.

Em julho foi possível disponibilizar uma página de internet (www.a2s.pt) com informação atualizada e relevante sobre os GAL rural e costeiro e produziram-se alguns materiais informativos com uma imagem institucional.

A equipa técnica organizou diferentes eventos de divulgação da A2S para o público em geral, iniciativas específicas relacionadas com o lançamento dos anúncios às diferentes medidas e participou em eventos organizados por outras entidades.

Produziu-se ainda um conjunto de manuais e guias de apoio à elaboração das candidaturas e organizaram-se reuniões bilaterais para informar e aconselhar potenciais promotores.

Também foi possível procurar e participar em parcerias com o objetivo de captar outras oportunidades financiamento e de cooperação, que vão ao encontro dos objetivos e metas previstos nas EDL.

Promover a animação da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária dentro do território de intervenção

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
julho	Criar uma página de internet da A2S e assegurar a respetiva atualização	Página disponível até março	Só em julho de 2016 foi possível colocar online a página de internet da A2S. Esta situação deveu-se ao facto de o GAL rural estar obrigado aos procedimentos do código da contratação pública o que levou a um atraso significativo na execução deste projeto. A página está ativa e é atualizada regularmente, em particular com informação relevante relacionada com a apresentação de candidaturas e com a atividade da A2S, sendo um instrumento privilegiado de difusão de informação.
julho	Desenvolver e produzir materiais de comunicação e imagem	Imagem e materiais de comunicação até abril	A imagem corporativa da A2S só foi concluída em julho de 2016. Esta situação deveu-se ao facto de o GAL rural estar obrigado aos procedimentos do código da contratação pública o que levou a um atraso significativo na execução deste projeto. No entanto, foram produzidos materiais informativos sobre a A2S que foram sempre distribuídos aos potenciais promotores que contactaram com a equipa técnica.
julho a dezembro	Publicitar os avisos de abertura de concurso às medidas DLBC rural e costeiro	100% dos avisos disponibilizados pela AG	A Autoridade de Gestão do PDR2020 foi dando permissões aos GAL rurais para a abertura de concursos a todas as ações da medida 10 ao longo do ano pela seguinte ordem: 10211 – Pequenos investimentos na exploração agrícola, 10212 – Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, 10213 – Diversificação das atividades na exploração agrícola, 10216 – Renovação de aldeias, 10214 – Cadeias Curtas e Mercados Locais e 10215 – Promoção de Produtos de Qualidade Locais. Apenas foram abertos concursos nas 3 primeiras operações, uma vez que não houve tempo útil nem foram reunidas as condições para abertura de candidaturas para as restantes. Todos os avisos foram publicitados na imprensa escrita local, na página da A2S e na rede social Facebook. Considerando os atrasos inerentes à implementação das medidas financiadas pelo FEAMP, FEDER e FSE não foi possível em 2016 publicitar qualquer convite à apresentação de candidaturas para medidas financiadas por estes fundos.

B

 H

janeiro - dezembro	Organizar sessões de divulgação da EDL em cada um dos concelhos do território de intervenção	1 reunião por semestre	<p>Foram organizadas sessões de divulgação sobre as oportunidades de financiamento no âmbito dos GAL rural e costeiro destinadas aos potenciais promotores com o objetivo de dar a conhecer a A25 e os respetivos apoios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 28/01/2016 – Pêro Pinheiro – Sessão de Divulgação sobre Oportunidades de Financiamento 02/05/2016 – Enceira – Sessão de Divulgação sobre Oportunidades de Financiamento 01/07/2016 – Mafra – Sessão de Divulgação da A25 e anúncios 10211 e 10212 03/11/2016 – Bucelas – Sessão de Divulgação sobre Oportunidades de Financiamento 16/11/2016 – Sintra – Sessão de Divulgação sobre Oportunidades de Financiamento 29/11/2016 – Sintra – Sessão de Divulgação sobre Oportunidades de Financiamento
julho-dezembro	Realizar reuniões de aconselhamento sobre os avisos junto dos potenciais promotores		<p>Após a aprovação dos convites à apresentação de candidaturas por parte da Autoridade de Gestão do PDR2020, a equipa técnica organizou sessões de divulgação específicas tendo por objetivo detalhar as regras e os procedimentos de candidatura e incentivar a submissão de novas candidaturas. Estas sessões consubstanciaram-se na apresentação das medidas bem como na apresentação das plataformas de candidatura e dos critérios de elegibilidade e seleção das operações.</p> <ol style="list-style-type: none"> 06/07/2016 – Loures – Sessão de Divulgação e workshop de elaboração de candidaturas 10211 07/07/2016 – Sintra – Sessão de Divulgação e workshop de elaboração de candidaturas 10212 13/10/2016 – Mafra – Sessão de Divulgação e workshop de elaboração de candidaturas 10213 <p>Foram ainda realizadas 13 visitas <i>in situ</i> a potenciais promotores.</p>
fevereiro - dezembro	Organizar e participar em iniciativas e eventos com vista à promoção e divulgação do território	1 reunião por semestre	<p>Tendo em vista a promoção e divulgação do território a A25 participou em três iniciativas, onde fez uma apresentação genérica da sua missão e das suas competências enquanto GAL rural e entidade gestora do GAL pesca.</p> <ol style="list-style-type: none"> 27/06/2016 – Apresentação na <i>Ericeira Boat Camp</i> 28/09/2016 – Lousa – II Feira do Empreendedorismo 26/10/2016 – Ericeira – Apresentação da A25 no cluster do turismo organizado pela CM de Mafra
março-dezembro	Organizar reuniões bilaterais com os potenciais promotores	N/A	<p>Durante o ano de 2016 a equipa Técnica da A25 recebeu nas suas instalações oitenta e quatro potenciais promotores e realizou treze visitas a potenciais promotores.</p>
fevereiro-dezembro	Participar em feiras, exposições, eventos com vista à divulgação da A25 e das EDL	1 iniciativa anual	<p>A A25 participou igualmente em dois eventos relevantes no respetivo território de intervenção tendo montado dois stands nos seguintes eventos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 28/09/2016 – Lousa – II Feira do Empreendedorismo 29/10/2016 – Fontanelas – Festival da Maça Raineta
fevereiro-dezembro	Promover a preparação de projetos de cooperação nacional e ou internacional a apresentar no âmbito da medida 10.3 do PDR2020	1 projeto	<p>Considerando que o concurso para a medida 10.3 do PDR2020 relativa a cooperação não foi lançado pela Autoridade de Gestão, a A25 não reuniu as condições necessárias para elaborar um projeto. Porém já foram estabelecidos alguns contactos para eventuais parcerias entre GAL para futuros projetos.</p>
fevereiro-dezembro	Estabelecer parcerias institucionais de apoio à implementação da EDL e ao desenvolvimento de novos projetos		<p>A A25 estabeleceu várias parcerias institucionais de apoio à implementação da EDL e ao desenvolvimento de novos projetos ainda que de forma informal, designadamente com as seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal de Loures • Câmara Municipal de Mafra • Câmara Municipal de Sintra • Loures Inova • Territórios Criativos • Agrobio • Leaderoeste

4. IMPLEMENTAR AS EDL RURAL E COSTEIRA – GERIR O CICLO DE VIDA DOS PROJETOS

O processo de publicitação, análise e seleção das candidaturas recebidas (apenas relativas à medida 10 LEADER) foi organizado com base num sistema de avaliação totalmente transparente garantindo a imparcialidade e igualdade de tratamento entre todos os candidatos.

O processo de seleção e de decisão baseou-se exclusivamente nos critérios de exclusão, elegibilidade, seleção e de atribuição previamente estabelecidos e publicados nos avisos de abertura de concursos.

Foram utilizados todos os instrumentos e plataformas de análise e ferramentas de gestão disponibilizadas pela Autoridade de Gestão do PDR 2020.

Gerir o ciclo de vida dos projetos

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
julho-novembro	Submeter à aprovação as propostas dos avisos de abertura de concursos referentes às operações cuja gestão foi delegada ao GAL	100%	A AZS lançou 3 anúncios de abertura do período de apresentação de candidaturas relativos às medidas: 10.211 – Pequenos investimentos na exploração (julho) 10.212 – Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (julho) 10.213 – Diversificação das atividades nas explorações agrícolas (setembro)
julho-dezembro	Receber e analisar os pedidos de apoio		Em 2016 a equipa técnica recebeu e analisou 100% das candidaturas recebidas relativas às operações 10211 e 10212. Foi também iniciada a análise das candidaturas relativas à operação 10.213. De notar que, por uma questão de conflito de interesses houve uma candidatura que teve de ser reencaminhada para análise por parte da autoridade de Gestão do PDR 2020 Foram recebidas quatro candidaturas para cada medida
setembro-dezembro	Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nos regulamentos aplicáveis e com os critérios de seleção definidos nos respetivos avisos	100% dos pedidos (no prazo de um mês, no máximo)	A equipa técnica emitiu parecer sobre 100% das candidaturas analisadas. De notar que, por uma questão de conflito de interesses houve uma candidatura que teve de ser reencaminhada para emissão de parecer por parte da autoridade de Gestão do PDR 2020
N/A	Analisar os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários dos pedidos de apoio aprovados, verificando a sua elegibilidade, caso esta função seja delegada no GAL		Esta tarefa não foi executada na medida em que os projetos selecionados, apesar de aprovados, não assinaram o respetivo termo de aceitação, pelo que não houve lugar à análise de pedidos de pagamento

5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EDL

Em 2016, iniciou-se um processo de recolha e sistematização de dados relativos aos projetos apoiados e à execução das EDL.

Considerando os atrasos inerentes ao lançamento dos convites à apresentação de candidaturas não foi possível implementar atividades concretas relativas à execução das operações. No entanto, foram desenvolvidos instrumentos de apoio às atividades de monitorização, como por exemplo, um relatório de visita de acompanhamento.

Implementar uma estratégia de monitorização e avaliação da estratégia de desenvolvimento local

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
janeiro - dezembro	Disponibilizar apoio telefónico, presencial, por correio eletrónico e por ofício.	100% dos pedidos	A equipa técnica disponibilizou apoio telefónico e presencial a todos os potenciais promotores que contactaram com a A25 tendo realizado 84 atendimentos presenciais
	Elaborar e disponibilizar documentos de apoio para os promotores. (ex: FAQ, manuais de apoio...)	1 FAQ 1 Manual de Apoio ao promotor	O site da A25 tem um separador exclusivo dedicado às perguntas frequentes que é atualizado regularmente Foram elaborados quatro guias do candidato (geral e um específico para cada medida com anúncios publicitados) Foi ainda desenvolvido um simulador da Valsa Global da Operação de apoio aos promotores.
	Produzir informação estatística mensal de apoio às atividades de monitorização e de avaliação da EDL.	1 relatório mensal	Não havendo informação relevante para monitorizar não foi possível realizar esta atividade em 2016.
	Realizar reuniões de monitorização destinadas aos promotores com projetos selecionados após cada round de seleção	1 reunião 30 dias após a decisão final de aprovação	Considerando que os termos de aceitação relativos aos projetos aprovados não foram assinados no ano 2016 esta atividade foi recalendrada e terá lugar no ano 2017
	Realizar visitas de monitorização <i>in situ</i> aos promotores selecionados	De acordo com o número mínimo obrigatório definido pelas AG	Considerando que a seleção final dos projetos terminou em 29 de dezembro não foi possível efetuar qualquer visita de monitorização
	Criar parcerias institucionais com autoridades locais competentes para agilizar processos e procedimentos inerentes à implementação e licenciamentos dos projetos	1 parceria por cada concelho do território de intervenção	Foram criadas três parcerias informais com os serviços técnicos dos municípios de Loures, Mafra e Sintra existindo em cada município um focal point para assegurar a ligação com a A25.
	Criar parcerias institucionais com instituições de ensino superior com vista à realização de atividades de monitorização e avaliação de resultados (autoavaliação, avaliação interna e avaliação externa)	1 parceria com uma entidade	A A25 iniciou um processo de parceria com o Instituto Superior de Agronomia com vista ao acolhimento de estagiários prevendo-se o acolhimento dos mesmos no ano de 2017.
	Definir indicadores de avaliação dos projetos e da EDL	Até ao final do primeiro semestre	Devido aos atrasos na execução das operações estas atividades foram estadas para o ano 2017
	Observar e recolher regularmente informação sobre os indicadores definidos.	Relatório trimestral	
	Elaborar um relatório anual de avaliação de resultados	Relatório anual	O relatório anual a enviar à Autoridade de Gestão do PDR 2020 será apresentado em março de 2017

6. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS

Tratando-se de um novo período de programação as autoridades de gestão disponibilizaram atividades de formação específicas para a equipa técnica do GAL. Estas atividades foram indispensáveis para assegurar a eficácia e a eficiência do trabalho da equipa técnica ao nível da análise das candidaturas e da implementação da EDL.

Sendo a A2S membro da Rede Rural e de outras organizações internacionais foi possível participar em eventos de capacitação, nacionais e internacionais, onde foi possível debater de forma alargada questões de interesse relativas à atividade dos GAL.

A A2S é igualmente associada da Federação Minha Terra e, conseqüentemente, participou em todas as reuniões de coordenadores e Assembleias-Gerais organizadas por esta entidade.

Implementar um plano de formação e capacitação dos recursos

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
Janeiro - dezembro	Colaborar e participar em eventos promovidos pelas Autoridades de Gestão, por outros GAL, Rede Rural, Federação Minha Terra e outras organizações nacionais e internacionais relevantes	1 elemento da ET em 100% dos eventos realizados	A equipa técnica da A2S, participou nas seguintes atividades: 1. 15/01/2016-Oeiras – Seminário sobre o PAC – Rede Rural (2 elementos) 2. 22/02/2016 – Lisboa – Reunião da Comissão de Acompanhamento do Mar 2020 3. 17/03/2016-Mirandela – Reunião de coordenadores (2 elementos) 4. 18/03/2016 – Mirandela – Assembleia-Geral da Federação Minha Terra (2 elementos) 5. 15/04/2016 – Lisboa – Reunião da Comissão de Acompanhamento do MAR 2020 (2 elementos) 6. 13/05/2016 - Terceira - Encontro DLBC (2 elementos) 7. 14/05/2016 – Terceira – Assembleia-Geral, Federação Minha Terra (2 elementos) 8. 24/05/2016 – Helsinguá – Seminário FARNET 9. 04/06/2016 – Rede Rural – Grupo de Trabalho Circuitos Curtos 10. 14/09/2016 – Coimbra – Reunião de Coordenadores da FMT 11. 15/09/2016 – Coimbra – Assembleia-Geral da FMT 12. 06/10/2016 – AdC Lisboa – Grupo de Trabalho do DLBC 13. 18/10/2016 – Salónica – Seminário da FARNET 14. 28/10/2016 – Lisboa – Apresentação Pública MAR 2020 15. 23/11/2016 - Rede Rural - Grupo de Trabalho Circuitos Curtos 16. 25/11/2016 – Seminário sobre Regras de Informação e comunicação dos FEEI 17. 06/12/2016 – Suécia – Seminário Internacional ENRD 18. 15/12/2016 – Santarém – Assembleia-Geral da FMT 19. 16/12/2016 – Santarém – Reunião de coordenadores da FMT 20. 19/12/2016 - Rede Rural - Grupo de Trabalho Circuitos Curtos
	Articular com centros de informação europeia com vista à capacitação dos atores locais relativamente à informação europeia sobre os setores de intervenção da EDL.	1 acordo de parceria	Devido aos atrasos na implementação das EDL não foi possível criar qualquer parceria nesta domínio no ano de 2016
	Assegurar a participação da equipa técnica em	1 elemento da ET em 100% dos	A equipa técnica da A2S, participou nas seguintes ações de formação:

M
cel
D
A
O

ações de formação específicas sobre gestão das operações disponibilizadas pelas Autoridades de Gestão e pelas entidades parceiras	eventos realizados	<ol style="list-style-type: none"> 21/06/2016 — Vendas Novas – IFAP – Formação sobre Termos de Aceitação (três elementos) 22/07/2016 – Oeiras – Workshop Rede Rural (dois elementos) 08/08/2016 – Oeiras – PDR – Formação sobre Modelos de Análise (três elementos) 25/11/2016 – Lisboa – PDR – Formação sobre Análise de Candidaturas (dois elementos)
Possibilitar à equipa técnica a participação noutras atividades de formação profissional consideradas relevantes para o desempenho das respetivas funções.	1 iniciativa por ano	<p>A equipa técnica da A2S participou nas seguintes ações de formação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 15/02/2016-Lisboa – Formação sobre Avaliação Financeira de Projetos (um elemento) 17/05/2016 – Loures – Promoção de um negócio em ambiente digital (dois elementos)

7. CAPTAÇÃO DE OUTROS FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Dando cumprimento a algumas das atribuições legalmente previstas, a A2S procurou outros financiamentos externos tendo por isso participado em várias parcerias com vista ao desenvolvimento de projetos alternativos aos DLBC.

A A2S submeteu uma candidatura denominada Ouriceira Mar no âmbito do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas - Programa Operacional MAR 2020 - Prioridade 1 – Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento - Medida 3 – Inovação e Conhecimento - Operação – Parcerias entre cientistas e pescadores, com o objetivo de transferir conhecimento entre cientistas e pescadores no âmbito da Rede Ouriceira.

Contribuir para a captação de outros financiamentos externos de modo a complementar a implementação da EDL e a dar resposta às restantes atribuições previstos nos estatutos da A2S

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
outubro	Promover a preparação de candidaturas a outros fundos comunitários e ou internacionais para fazer face às necessidades identificadas nas análises SWOT das EDL	Preparação 1 candidatura a apresentar em 2017	Rede Ouriceira - candidatura apresentada a 30 de novembro de 2016. O processo de seleção não está concluído pelo que a A2S se encontra a aguardar os resultados de seleção.
N/A	Criar parcerias com entidades acreditadas no âmbito da formação profissional para desenvolver atividades financiadas para fazer face às necessidades identificadas pelas comunidades	1 parceria	Não foi possível criar parcerias no âmbito da formação profissional

8. PROMOVER E ORGANIZAR SEMINÁRIOS, COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS

Tendo em conta a importância da animação do território na fase de arranque do período de programação foram promovidas e dinamizadas iniciativas de divulgação, informação e de esclarecimento de modo a dar a conhecer os GAL bem como as respetivas atribuições incentivando assim a apresentação de novas candidaturas. Estas atividades foram contínuas e regulares.

Promover e organizar seminários, colóquios e conferências nas áreas de atuação

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
fevereiro-dezembro	Organizar sessões de informação e aconselhamento sobre avisos específicos às medidas DLBC rural e costeiro	1 reunião por aviso publicado	Vide realizações objetivo 3
	Promover roadshows dentro e fora do território de intervenção para promover agentes e produtos locais	1 roadshow anual	A A2S marcou presença em dois eventos tendo estado representada em stands e promovendo a Associação e a respetiva atividade, à região saloia e os produtos e produtores locais. 1. 07/06/2016 – Santarém – Feira Nacional da Agricultura 2. 28/06/2016 – Santarém – Evento Certificar para Exportar
13 dezembro	Organizar conferências temáticas	1 conferência temática	A A2S organizou uma conferência temática subordinada ao tema SALOIA® – QUE MARCA? Foi um evento relevante que contou com testemunhos de importantes académicos e profissionais com experiência nas questões da marca, do marketing territorial e do turismo. A ideia foi dar a conhecer o estado da arte da atividade turística e os produtos turísticos estratégicos e prioritários preconizados para o país e em especial para a região saloia, partindo dos recursos existentes no seu espaço rural e costeiro. Nesta conferência participaram aproximadamente 100 pessoas. 82% dos inquiridos consideraram que a conferência foi Boa ou Excelente.
A convite	Participar em feiras, exposições, eventos	1 iniciativa	A A2S participou nas seguintes iniciativas: 1. 02/06/2016 – Lisboa – Oceans Business Week 2. 09/06/2016 – Santarém – Feira Nacional da Agricultura

9. DINAMIZAR AÇÕES DE COOPERAÇÃO

A A2S definiu nas suas EDL as áreas de cooperação a desenvolver. No entanto, em 2016, nenhum dos programas financiadores, lançou convites à apresentação de candidaturas para os projetos de cooperação pelo que não foi possível iniciar o desenvolvimento deste tipo de projetos.

Porém, a A2S iniciou contactos com outros GAL no sentido de conceber e implementar projetos de cooperação, mas apenas de forma informal.

Contudo a A2S implementou atividades de cooperação com outras entidades com vista ao desenvolvimento de projetos específicos maximizando assim os resultados da implementação

da EDL. A participação da equipa técnica neste tipo de ações promove a manutenção de um nível elevado de massa crítica em áreas temáticas relevantes.

Dinamizar ações de cooperação para dar resposta a desafios comuns e à transferência de boas práticas e de conhecimento

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
	Iniciar um <i>brainstorming</i> sobre atividades de cooperação intra e interterritorial em articulação com outros GAL para dar resposta a desafios comuns e à transferência de boas práticas e de conhecimento em áreas como os circuitos curtos de comercialização e os projetos orientados para o turismo natureza, náutico, equestre e enoturismo	1 parceria com um GAL	N/A
	Colaborar com a Bolsa Nacional de Terras no sentido de apoiar o acesso a terras com aptidão agrícola, silvo-pastoril e florestal estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento de novas ideias de projeto	1 reunião com a BNT	Foi feita uma reunião informal com a Bolsa Nacional de Terras prevendo-se futuros desenvolvimentos no ano de 2017
	Iniciar a colaboração inter GAL para desenvolver planos de comercialização e venda (PCV) de produtos turísticos integrados que possibilitam o financiamento de projetos promovidos por operadores turísticos e que podem trazer valor acrescentado ao nível da oferta turística nas zonas rurais	1 parceria com um GAL	N/A
janeiro-dezembro	Estabelecer parcerias ao nível da formação e da investigação com centros de formação e centros de investigação para melhor apoiar, aconselhar e capacitar os atores locais	1 parceria	<p>A A25 participa em três parcerias que se consubstanciaram em três candidaturas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - Projeto Andreas. O projeto ANDREAS tem como objetivo dotar cada território atlântico dos meios para mostrar os seus ativos de biomassa, a diversidade de suas potencialidades e permitir que cada território comunique seu potencial a qualquer momento 2. MARE - <i>Marine and Environmental Sciences Centre</i> - Projeto Ouriceira Mar - Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas - Programa Operacional MAR 2020 - Prioridade 1 - Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento - Medida 3 - Inovação e Conhecimento - Operação - Parcerias entre cientistas e pescadores, com o objetivo de transferir conhecimento entre cientistas e pescadores no âmbito da Rede Ouriceira 3. CM de Mafra - Projeto <i>Sustainable outdoor tourism for the Atlantic Area</i>. O projeto SOTAA tem como objetivo desenvolver os recursos naturais e culturais de forma a estimular o desenvolvimento económico, em Mafra

CUMPRIMENTO DE METAS

DLBC RURAL

Prioridade de Investimento a mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação de Pacto	Indicador de realização	2016	Meta 2018	Indicador de resultado	2016	Meta 2018	Apoio concedido	Proposta de Dotação fundo (despesa pública - FEADER + O4 a Contratações)	Taxa de execução
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	4	13	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0	57.111,04 €	401.523,86 €	0%
		Pequenos investimentos na transformação e comercialização		4	3		10	3	175.679,03 €	543.238,17 €	0%
		Diversificação de atividades na exploração		0	4		0	1	0	708.571,52 €	0%
		Cadeias curtas e mercados locais		0	1		0	0	0	377.904,81 €	0%
		Promoção de produtos de qualidade locais		0	1		0	0	0	259.809,56 €	0%
		Renovação de aldeias		0	0		0	0	0	70.657,15 €	0%
SUBTOTAL				5	22		10	4	232.790,07 €	2.181.905,07 €	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FEDER	09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Empresas que beneficiam de apoio	0	18	Postos de trabalho criados	0	0	0	927.050,47 €	0%
SUBTOTAL				0	18		0	0	0,00 €	927.050,47 €	
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FSE	09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego	0	26	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanece m12 meses após o fim do apoio	0	50%	0	460.000,00 €	0%
SUBTOTAL				0	26		0	0%	0,00 €	460.000,00 €	
TOTAL				5	66		10	4	232.790,07 €	3.768.995,54 €	

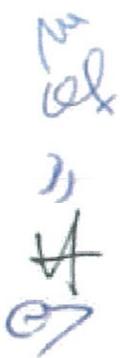


 19

Prioridade de Investimento a mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de realização	2016	Meta 2016	Indicador de resultado	2016	Meta 2016	Apoio concedido	Proposta de Dotação Fundo a contratuallizar	Taxa de execução
Desenvolvimento Sustentável das zonas de pesca e de aquicultura	FEAMP	Reforço da competitividade da pesca						9		1.225.738,73 €	
		Cadeias curtas e mercado locais						1		192.202,56 €	
		Promoção de produtos locais de qualidade	N/A	N/A	N/A	Emprego criado	N/A	1	N/A	47.729,71 €	N/A
		Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos						1		90.625,00 €	
		SUBTOTAL						12		1.558.296,00 €	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FEDER	09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Empresas que beneficiam de apoio	0	7	Postos de trabalho criados	0	0	0	260.870,00 €	N/A
		SUBTOTAL			7			0		260.870,00 €	
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FSE	09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego		19	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio		50%		347.826,00 €	N/A
		SUBTOTAL			19					347.826,00 €	
		TOTAL			26			12		2.164.992,00 €	

ANEXO

171
cop
B
A
O



RELATÓRIO DE CONTAS 2016

O relatório de contas foi elaborado pela empresa de contabilidade e, em anexo, encontram-se os seguintes documentos:

1. Balanço;
2. Demonstração de Resultados por naturezas;
3. Balancete final de exercício.

Em 2016, existem custos de € 7.809,22 de depreciações de investimento em equipamento.

173
ref

Hoy

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		21.596,94	
Ativos intangíveis		106,53	
Outros ativos financeiros	18	754,74	144,84
		22.418,21	144,84
Ativo corrente			
Clientes	15	1.500,00	
Diferimentos		294,14	
Caixa e depósitos bancários	18	42.957,07	7.482,14
		44.151,21	7.482,14
Total do ativo		66.569,42	7.626,98
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	14.400,00	13.800,00
Resultados transitados		(7.861,00)	
Resultado líquido do período	14	56.193,10	(7.861,00)
Total do fundo de capital		62.732,10	5.939,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	15	104,55	
Estado e outros entes públicos	14	3.687,07	1.687,98
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	15	49,70	
		3.837,32	1.687,98
Total do passivo		3.837,32	1.687,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		66.569,42	7.626,98

Mr
W
H
E

H
me
cel
- 9 173

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		21.556,94	
Ativos intangíveis		106,53	
Outros ativos financeiros	18	754,74	144,84
		22.418,21	144,84
Ativo corrente			
Clientes	15	1.500,00	
Diferimentos		294,14	
Caixa e depósitos bancários	18	42.357,07	7.482,14
		44.151,21	7.482,14
Total do ativo		66.569,42	7.626,98
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	14.400,00	13.800,00
Resultados transitados		(7.861,00)	
Resultado líquido do período	14	56.193,10	(7.861,00)
Total do fundo de capital		62.732,10	5.939,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	15	104,55	
Estado e outros entes públicos	14	3.687,07	1.687,98
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	15	45,70	
		3.837,32	1.687,98
Total do passivo		3.837,32	1.687,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		66.569,42	7.626,98

Mr
Col

B

H

27

Demonstração dos Resultados por Naturezas -
 (modelo para ESNL) do período findo em 31.12.
 2016
 (montantes em euros)

A25-ASSOCIAÇÃO PARA
 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 DA REGIÃO SALOIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		15.000,00	
Subsídios, doações e legados à exploração	12	181.001,21	25.000,00
Fornecimentos e serviços externos	18	(28.908,30)	(3.455,45)
Gastos com o pessoal	16	(98.910,74)	(29.149,59)
Outros gastos e perdas	8,18	(3.930,10)	(255,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		64.252,07	(7.861,00)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(7.809,22)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.442,85	(7.861,00)
Juros e gastos similares suportados	6	(249,75)	
Resultado antes de impostos		56.193,10	(7.861,00)
Resultado líquido do período		56.193,10	(7.861,00)

10/2
3
A
9



Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2016

(montantes em euros)

A25-ASSOCIACAO PARA
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL
DA REGIÃO SALOIA

HA 175
cap
ey

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		15.000,00	
Subsídios, doações e legados à exploração	12	181.001,21	25.000,00
Fornecimentos e serviços externos	18	(28.908,30)	(3.455,45)
Gastos com o pessoal	16	(98.910,74)	(29.149,59)
Outros gastos e perdas	8,18	(3.930,10)	(255,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		64.252,07	(7.861,00)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(7.809,22)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.442,85	(7.861,00)
Juros e gastos similares suportados	8	(249,75)	
Resultado antes de impostos		56.193,10	(7.861,00)
Resultado líquido do período		56.193,10	(7.861,00)

Mr
Cox

3
A
C

15209 - A2S - ASSOC. P/DESENV. SUST. REGIAO SALOIA

176

Balanço Geral Pirâmideira

M
Col
H
0
05

Verbal e Anexados.

Moeda - Euros

Out - 31.12.2016

Mes - Final

Pag

Conta	Descrição	MES			ACUMULADO		Saldo
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	
11	CAIXA	0.00	0.00	0.00	2.03	0.00	2.03 D
111	Caixa Principal	0.00	0.00	0.00	2.03	0.00	2.03 D
12	DEPOSITOS A ORDEM	0.00	0.00	0.00	293.243.74	250.888.70	42.355.04 D
1252	Cx.Cred.Agricola de	0.00	0.00	0.00	293.243.74	250.888.70	42.355.04 D
12521	CCAM Mafra 13218001	0.00	0.00	0.00	293.243.74	250.888.70	42.355.04 D
	Total da Classe 1	0.00	0.00	0.00	293.243.77	250.888.70	42.355.07 D
21	CLIENTES E UTENTES	0.00	0.00	0.00	15.000.00	13.500.00	1.500.00 D
211	Clientes e Utentes C	0.00	0.00	0.00	15.000.00	13.500.00	1.500.00 D
2111	Clientes Gerais	0.00	0.00	0.00	15.000.00	13.500.00	1.500.00 D
21111	Clientes-C/C-Movim.O	0.00	0.00	0.00	15.000.00	13.500.00	1.500.00 D
211111	Clientes-C/C-Nacionais	0.00	0.00	0.00	15.000.00	13.500.00	1.500.00 D
2111110001	Adega Coop Azuleira	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110002	Adega Reg de Colares	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110003	ASSOC.AGRIC.CONC.MAF	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110004	ASSOC.BENEF.DE LOURE	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110006	ASSOC.DE COM.IND.SER	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
2111110006	AGROCOL- ASSOC.FHOD.F	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110007	AGROCOL ASSOC.EMP.C	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110008	ASSOC.EMP.COMC.SINTR	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110009	CCAMSL CAIXA C AG M	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110010	CCAMM CAIXA AG MAFRA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110011	CENINTEL CENTRO INT	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110012	CENTRO S.P.SAO JOAO	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110013	CENTRO S.P.SAO PEDRO	0.00	0.00	0.00	600.00	300.00	300.00 D
2111110014	COMISSAO VITIVINICOL	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110015	COOP AG DE LOURES	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110016	FRUTOESTE COOP AGR.H	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110017	MARL MERC ABAST REG	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110018	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	1.200.00	1.200.00	0.00
2111110019	MUNICIPIO MAFRA	0.00	0.00	0.00	1.200.00	1.200.00	0.00
2111110020	MUNICIPIO DE SINTRA	0.00	0.00	0.00	1.200.00	1.200.00	0.00
2111110021	SANTA CASA MISERICOR	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110022	AGROBIO ASSOC PORT A	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
22	FORNECEDORES	0.00	0.00	0.00	32.608.21	32.713.76	104.55 C
221	Fornecedores C/C	0.00	0.00	0.00	32.608.21	32.713.76	104.55 C
	A>A Transportes	0.00	0.00	0.00	308.245.77	284.388.70	42.857.07 D

15209-A2S-ASSOC.P/DESENV.SUST.REGIAO SALOIA

Balancete Geral Financeira

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Cnt - 31.15.2018

Mes : Final

Pag. 2

Conta	Descricao	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	308,245.77	284,388.70	43,857.07 D
2211	Fornecedores Gerais	0.00	0.00	0.00	32,609.21	32,713.78	104.55 C
22111	Fornecedores-C/C-Nac	0.00	0.00	0.00	32,609.21	32,713.78	104.55 C
221110001	Gestacia - Gab.Tec.F	0.00	0.00	0.00	1,234.82	1,339.17	104.55 C
221110006	ADREPES	0.00	0.00	0.00	18,450.00	18,450.00	0.00
221110007	ASSOC PORTUGUESA BAN	0.00	0.00	0.00	506.00	506.00	0.00
221110008	AMADO PATROCINIO NET	0.00	0.00	0.00	71.34	71.34	0.00
221110009	DATABME ACESSORIOS P	0.00	0.00	0.00	159.78	159.78	0.00
221110010	MONDE VISIONNAIRE SA	0.00	0.00	0.00	492.00	492.00	0.00
221110011	IMPRESA PUBLISHING.	0.00	0.00	0.00	338.25	338.25	0.00
221110012	O CARRILHAO.	0.00	0.00	0.00	196.80	196.80	0.00
221110013	HUNTING NUMBERS UNIP	0.00	0.00	0.00	98.00	98.00	0.00
221110014	AMENWORLD SERVIÇOS I	0.00	0.00	0.00	29.52	29.52	0.00
221110015	TRANSPORTES AEROS P	0.00	0.00	0.00	290.18	290.18	0.00
221110016	LIBERTY SEGUROS SA	0.00	0.00	0.00	787.88	787.88	0.00
221110017	MINHA TERRA	0.00	0.00	0.00	3,000.00	3,000.00	0.00
221110018	OMEGACS SOCIEDADE UN	0.00	0.00	0.00	4,592.83	4,592.83	0.00
221110019	ACORAL-EMP.DIST.PROD	0.00	0.00	0.00	160.00	160.00	0.00
221110020	FICOES MEDIA, LDA.	0.00	0.00	0.00	233.70	233.70	0.00
221110021	MARKIMIX - EQUIPAMEN	0.00	0.00	0.00	40.59	40.59	0.00
221110022	QUINTA-VARZEA TURISM	0.00	0.00	0.00	95.40	95.40	0.00
221110023	VIAGENS ABREU SA	0.00	0.00	0.00	522.00	522.00	0.00
221110024	XANAUTO COMERCIO VEI	0.00	0.00	0.00	142.12	142.12	0.00
221110025	FIDELIDADE - COMPANH	0.00	0.00	0.00	581.54	581.54	0.00
221110026	WORTEN EQUIPAMENTOS	0.00	0.00	0.00	22.97	22.97	0.00
221110027	INFRAESTRUTURAS DE P	0.00	0.00	0.00	21.75	21.75	0.00
221110028	AUTO ESTRADAS DO ATL	0.00	0.00	0.00	18.15	18.15	0.00
221110029	VIA VERDE PORTUGAL -	0.00	0.00	0.00	178.25	178.25	0.00
221110030	SEQUENCIA DINAMICA L	0.00	0.00	0.00	7.00	7.00	0.00
221110031	ZHU HONG YIN	0.00	0.00	0.00	21.10	21.10	0.00
221110032	CENINTEL CENTRO DE I	0.00	0.00	0.00	45.00	45.00	0.00
221110033	AUCHAN PORTUGAL SA	0.00	0.00	0.00	40.01	40.01	0.00
221110035	COMBUSTOP UNIP LDA	0.00	0.00	0.00	30.00	30.00	0.00
221110036	SODIMAFRA LDA	0.00	0.00	0.00	107.98	107.98	0.00
221110037	PETROCONDE - COMBUST	0.00	0.00	0.00	30.30	30.30	0.00
221110038	GESPOST - GESTÃO E A	0.00	0.00	0.00	24.97	24.97	0.00
221110039	JOSE INACIO & SANTOS	0.00	0.00	0.00	33.83	33.83	0.00
221110040	LIDL & COMPANHIA	0.00	0.00	0.00	19.52	19.52	0.00
221110041	ESTRELA INEVITAVEL U	0.00	0.00	0.00	5.85	5.85	0.00
23	PESSOAL	0.00	0.00	0.00	54,289.15	54,289.15	0.00
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	340,854.98	297,102.46	43,752.52 D

15209 - A28 - ASSOC. P/DESENV. SUST. REGIAO SALOIA

177
 Ma
 Col
 3
 03

Balancete Geral Financeira

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Cx1 - 31.10.2015

Mes - Final

Pag. 3

Conta	Descriçao	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	340.814.98	297.102.85	43.752.52 D
231	Remuneracoes a Pagar	0.00	0.00	0.00	54.289.15	54.289.15	0.00
2312	Remun. A Pagar-As Pa	0.00	0.00	0.00	54.289.15	54.289.15	0.00
24	ESTADO E OUTROS ENTE	0.00	0.00	0.00	43.297.84	46.864.91	3.667.07 C
242	Retencao Impostos So	0.00	0.00	0.00	19.196.00	19.746.00	1.550.00 C
2421	Trabalho Dependente	0.00	0.00	0.00	19.196.00	19.746.00	1.550.00 C
2421101	Trabalho Dependente	0.00	0.00	0.00	17.746.00	19.259.00	1.513.00 C
2421102	Trab.Dependente-Sobr	0.00	0.00	0.00	450.00	487.00	37.00 C
245	Contribuicoes p/ a S	0.00	0.00	0.00	24.478.71	26.553.48	2.074.77 C
247	Fundos Compens.Garan	0.00	0.00	0.00	623.13	685.43	62.30 C
2471	Fundo Compensacao do	0.00	0.00	0.00	576.41	634.04	57.63 C
2472	Fundo Garantia e Com	0.00	0.00	0.00	46.72	51.39	4.67 C
25	FINANCIAMENTOS OBTID	0.00	0.00	0.00	88.000.00	88.000.00	0.00
251	Institu de Credito e	0.00	0.00	0.00	88.000.00	88.000.00	0.00
2511	Emprestimos Bancario	0.00	0.00	0.00	88.000.00	88.000.00	0.00
25111	Emprestimos Bancario	0.00	0.00	0.00	88.000.00	88.000.00	0.00
2511102	Emprest.Banc.Corrent	0.00	0.00	0.00	88.000.00	88.000.00	0.00
25111020	CCAM Conta Caucionad	0.00	0.00	0.00	88.000.00	88.000.00	0.00
26	FUNDACOES PATR. DON	0.00	0.00	0.00	602.00	647.70	45.70 C
261	Fundac. Associaç.Mem	0.00	0.00	0.00	602.00	647.70	45.70 C
2612	Entidades Privadas	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612000	Ass.P.F.T.R.Coleiras	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2619	Outras Entidades	0.00	0.00	0.00	2.00	47.70	45.70 C
27	OUTR. CONTAS A RECEBE	0.00	0.00	0.00	29.312.91	29.312.91	0.00
271	Fornecedores de Inve	0.00	0.00	0.00	29.312.91	29.312.91	0.00
2711	Forn.de Investimento	0.00	0.00	0.00	29.312.91	29.312.91	0.00
27111	Fornecedores de Inve	0.00	0.00	0.00	29.312.91	29.312.91	0.00
271111	Forneced. Investiment	0.00	0.00	0.00	29.312.91	29.312.91	0.00
2711110009	DATABNE ACESS P COMP	0.00	0.00	0.00	5.262.68	5.262.68	0.00
2711110024	XANMUTO COMERCIO VEI	0.00	0.00	0.00	23.837.44	23.837.44	0.00
2711110034	ESPACO DIGITAL LDA	0.00	0.00	0.00	212.79	212.79	0.00
28	DIFERIMENTOS	0.00	0.00	0.00	294.14	0.00	294.14 D
281	Gastos a Reconhecer	0.00	0.00	0.00	294.14	0.00	294.14 D
2814	Gastos a Reconhecer -	0.00	0.00	0.00	294.14	0.00	294.14 D
281403013	Seguros-Automovei-De	0.00	0.00	0.00	294.14	0.00	294.14 D
	Total da Classe 2	0.00	0.00	0.00	263.406.25	263.448.43	2.043.18 C
	>>>Transportar	0.00	0.00	0.00	556.951.02	516.337.13	40.613.89 D

15209 - A2S - ASSOC. P/DESENV. SUST. REGIAO SALOIA

Balancete Geral Financeiro

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Out - 31/12/2016

Mes - Final

Pag 4

Handwritten signature: A. e. r.

Conta	Descrição	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saída	Debito	Credito	Saída
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	556.851.02	516.337.13	40.313.89 D
41	INVESTIMENTOS FINANC	0.00	0.00	0.00	754.74	0.00	754.74 D
415	Outros Investimentos	0.00	0.00	0.00	754.74	0.00	754.74 D
4158	Outros	0.00	0.00	0.00	754.74	0.00	754.74 D
41584	Fundos	0.00	0.00	0.00	754.74	0.00	754.74 D
415841	Fundo Compensacao de	0.00	0.00	0.00	754.74	0.00	754.74 D
43	ATIVOS FIXOS TANGIV	0.00	0.00	0.00	29.312.91	7.755.97	21.556.94 D
433	Outros Ativos Fixos T	0.00	0.00	0.00	29.312.91	7.755.97	21.556.94 D
4334	Equipamento de Trans	0.00	0.00	0.00	23.837.44	0.00	23.837.44 D
43341	Equip. Transporte Lig	0.00	0.00	0.00	23.837.44	0.00	23.837.44 D
433411	Equip. Transp. Lig. N/Re	0.00	0.00	0.00	23.837.44	0.00	23.837.44 D
4334111	Eq. Transporte-Ligeir	0.00	0.00	0.00	23.837.44	0.00	23.837.44 D
43341114	Eq. Transp. Lig. MM-Isa	0.00	0.00	0.00	23.837.44	0.00	23.837.44 D
4335	Equipamento Administ	0.00	0.00	0.00	5.475.47	0.00	5.475.47 D
43353	Maquinas Escritorio	0.00	0.00	0.00	5.475.47	0.00	5.475.47 D
433531	Maq. Escritorio N/Rea	0.00	0.00	0.00	5.475.47	0.00	5.475.47 D
4335311	Maquinas Escritorio-	0.00	0.00	0.00	5.475.47	0.00	5.475.47 D
43353119	Ma. Escritorio MM-F/I	0.00	0.00	0.00	5.475.47	0.00	5.475.47 D
4338	Depreciacaoes Acumul	0.00	0.00	0.00	0.00	7.755.97	7.755.97 C
43384	Equipamento de Trans	0.00	0.00	0.00	0.00	5.959.38	5.959.38 C
433841	Equipam. Transp. -Lige	0.00	0.00	0.00	0.00	5.959.38	5.959.38 C
4338411	Equipam. Transp. -Lige	0.00	0.00	0.00	0.00	5.959.38	5.959.38 C
43385	Equipamento Administ	0.00	0.00	0.00	0.00	1.796.61	1.796.61 C
433853	Maquinas de Escritor	0.00	0.00	0.00	0.00	1.796.61	1.796.61 C
4338531	Maquinas de Escritor	0.00	0.00	0.00	0.00	1.796.61	1.796.61 C
44	ATIVOS INTANGIVEIS	0.00	0.00	0.00	159.78	53.25	106.53 D
442	Outros Ativos Intang	0.00	0.00	0.00	159.78	53.25	106.53 D
4423	Programas de Computa	0.00	0.00	0.00	159.78	0.00	159.78 D
44231	Progr. Computador N/R	0.00	0.00	0.00	159.78	0.00	159.78 D
442311	Progr. Computador M/N	0.00	0.00	0.00	159.78	0.00	159.78 D
4423119	Progr. Computador MM-	0.00	0.00	0.00	159.78	0.00	159.78 D
4425	Amortizacoes Acumul	0.00	0.00	0.00	0.00	53.25	53.25 C
44253	Amortiz. Acum. Progr.	0.00	0.00	0.00	0.00	53.25	53.25 C
	Total da Classe 4	0.00	0.00	0.00	30.227.43	7.809.22	22.418.21 D
51	FUNDOS	0.00	0.00	0.00	0.00	14.400.00	14.400.00 C
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	588.878.45	524.146.35	62.732.10 D

Balancete Geral Financeiro

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Del - 31.12.2016

Mes - Final

Pag

50

Conta	Descrição	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	586.878.45	524.148.05	62.732.10 D
511	FUNDA. ASSOCIAD. MENS	0.00	0.00	0.00	0.00	14.400.00	14.400.00 C
5111	ENTIDADES PUBLICAS	0.00	0.00	0.00	0.00	3.600.00	3.600.00 C
5111010	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	1.200.00	1.200.00 C
5111010	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1.200.00	1.200.00 C
5111020	MUNICIPIO DE SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1.200.00	1.200.00 C
5112	ENTIDADES PRIVADAS	0.00	0.00	0.00	0.00	10.800.00	10.800.00 C
5112001	ADEGA COOP. AZUEIRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112002	ADEGA REG DE COLARES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112003	ASS. DE AGRIC. O. MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112004	ASS. BENEF. DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112005	ACISM-ASSOC. COM. I. S.	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112006	ASS. P. F. T. R. COLARES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112007	ASSOC. E. C. S. O. LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112008	ASSOC. E. C. SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112009	CCAM LOURES SINTRA E	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112010	CCAM MAFRA ORL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112011	CENINTEL-CENTRO I. F.	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112012	CENTRO S. P. SAO JOAO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112013	CENTRO S. P. SAO PEDRO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112014	COMISS. VITIV. R. LISBOA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112015	COOP. AGRIC. DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112016	FRUTOESTE-COOP. A. H. O	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112017	MARL-MERC. A. R. LISBOA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112021	SANTA C M. MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
56	RESULTADOS TRANSITAD	0.00	0.00	0.00	7.861.00	0.00	7.861.00 D
561	Resultados Transitad	0.00	0.00	0.00	7.861.00	0.00	7.861.00 D
	Total da Classe 5	0.00	0.00	0.00	7.861.00	14.400.00	6.539.00 C
62	FORNECIMENTOS E SERV	0.00	0.00	0.00	30.031.20	30.031.20	0.00
622	Serviços Especializa	0.00	0.00	0.00	25.628.28	25.628.28	0.00
6221	Trabalhos Especializ	0.00	0.00	0.00	19.734.12	19.734.12	0.00
62211	Trabalhos Especializ	0.00	0.00	0.00	18.479.52	18.479.52	0.00
622111	Trabal. Especializ. Cr	0.00	0.00	0.00	18.450.00	18.450.00	0.00
622119	Trab. Especial. s/Def	0.00	0.00	0.00	29.52	29.52	0.00
62212	Trab. Especializ. -GES	0.00	0.00	0.00	1.254.60	1.254.60	0.00
622121	Serv. GESTECLA O/iva	0.00	0.00	0.00	1.254.60	1.254.60	0.00
6222	Publicidade e Propag	0.00	0.00	0.00	5.694.17	5.694.17	0.00
	>>>Transportar	0.00	0.00	0.00	614.472.37	556.250.47	58.223.10 D

15209 - A2S - ASSOC. P/DESENV. SUST. REGIAO SALOIA

Balancete Geral Financeiro

Margal e Acumulado

Moeda - Euros

Out - 31.12.2016

Mes : Final

Pag. 2

Conta	Descricao	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	614.473.87	658.260.47	33.183.10 D
62329	Publicid.Propag. s/D	0.00	0.00	0.00	5.894.17	5.894.17	0.00
623	Materiais	0.00	0.00	0.00	193.34	193.34	0.00
6231	Ferramentas/Utensilii	0.00	0.00	0.00	38.32	38.32	0.00
62319	Ferram.Utensil. s/Da	0.00	0.00	0.00	38.32	38.32	0.00
6233	Material de Escritor	0.00	0.00	0.00	157.02	157.02	0.00
62339	Mat.Escritorio s/Ded	0.00	0.00	0.00	157.02	157.02	0.00
624	Energia e Fluidos	0.00	0.00	0.00	415.44	415.44	0.00
6242	Combustiveis	0.00	0.00	0.00	415.44	415.44	0.00
62421	Combustiveis-Transp	0.00	0.00	0.00	415.44	415.44	0.00
624219	Combustiv-Transp. s/	0.00	0.00	0.00	415.44	415.44	0.00
625	Deslocacoes, Estados	0.00	0.00	0.00	3.050.36	3.050.36	0.00
6251	Deslocacoes e Estado	0.00	0.00	0.00	3.050.36	3.050.36	0.00
62512	Deslocacoes,Estados-	0.00	0.00	0.00	3.050.36	3.050.36	0.00
625121	Desloc.Estados-Art21	0.00	0.00	0.00	617.40	617.40	0.00
625122	Des.Viat.Pr.Art21-Ba	0.00	0.00	0.00	2.432.96	2.432.96	0.00
626	Servicos Diversos	0.00	0.00	0.00	743.75	743.75	0.00
6261	Rendas e Alugueras	0.00	0.00	0.00	325.65	325.65	0.00
62613	Outras Rendas	0.00	0.00	0.00	325.65	325.65	0.00
626132	Portagens e Parqueam	0.00	0.00	0.00	325.65	325.65	0.00
6261329	Portag.Parqueam.S/Da	0.00	0.00	0.00	325.65	325.65	0.00
6262	Comunicacao	0.00	0.00	0.00	19.80	19.80	0.00
62621	Correio	0.00	0.00	0.00	19.80	19.80	0.00
626215	Correio-Isento Arto.	0.00	0.00	0.00	19.80	19.80	0.00
6263	Seguros	0.00	0.00	0.00	352.94	352.94	0.00
626301	Seguros Automovel	0.00	0.00	0.00	267.40	267.40	0.00
6263013	Seguros-Automovel-Du	0.00	0.00	0.00	267.40	267.40	0.00
626305	Seguros-Estab.Comerc	0.00	0.00	0.00	85.54	85.54	0.00
6267	Limpeza, Higiene e C	0.00	0.00	0.00	28.99	28.99	0.00
62671	Limpeza Higiene Cost	0.00	0.00	0.00	22.97	22.97	0.00
62679	Limpeza Higiene Cost	0.00	0.00	0.00	6.02	6.02	0.00
6268	Outros Servicos	0.00	0.00	0.00	25.37	25.37	0.00
62685	Desp.Promocao Comerc	0.00	0.00	0.00	25.37	25.37	0.00
626859	Desp.Prom.Comerc.S/D	0.00	0.00	0.00	25.37	25.37	0.00
63	GASTOS COM O PESSOAL	0.00	0.00	0.00	99.506.68	99.506.68	0.00
631	Remuneracoes dos Org	0.00	0.00	0.00	163.15	163.15	0.00
63140	Ajudas de Custo-Gere	0.00	0.00	0.00	163.15	163.15	0.00
631401	Ajudas Custo-Gerenc-	0.00	0.00	0.00	163.15	163.15	0.00
632	Remuneracoes do Fazo	0.00	0.00	0.00	99.343.53	99.343.53	0.00
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	624.333.80	666.746.70	33.183.10 D

Balancos Geral Financeiro

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Out - 31.12.2016

Mes : Final

Pag.

Conta	Descrição	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	624.833.80	558.740.70	56.193.10 D
6321	Escritorio	0.00	0.00	0.00	44.444.84	44.444.84	0.00
632101	Remuneracoes Normais	0.00	0.00	0.00	37.238.89	37.238.89	0.00
632102	Subsidios Férias-Esc	0.00	0.00	0.00	2.643.26	2.643.26	0.00
632103	Subsidios Natal-Esc	0.00	0.00	0.00	2.643.26	2.643.26	0.00
632104	Ajudas de Custo-Esc	0.00	0.00	0.00	719.85	719.85	0.00
6321041	Ajudas Custo-Escrit-	0.00	0.00	0.00	719.85	719.85	0.00
632106	Subsid.Alimentacao-E	0.00	0.00	0.00	1.189.87	1.189.87	0.00
6322	Producao	0.00	0.00	0.00	36.156.71	36.156.71	0.00
632201	Remuneracoes Normais	0.00	0.00	0.00	28.698.16	28.698.16	0.00
632202	Subsidios Férias-Prod	0.00	0.00	0.00	2.839.82	2.839.82	0.00
632203	Subsidios Natal-Prod	0.00	0.00	0.00	2.839.82	2.839.82	0.00
632204	Ajudas de Custo-Prod	0.00	0.00	0.00	455.01	455.01	0.00
6322041	Ajudas Custo-Produca-	0.00	0.00	0.00	455.01	455.01	0.00
632206	Subsid.Alimentacao-P	0.00	0.00	0.00	1.323.70	1.323.70	0.00
635	Encargos s/Remunerac	0.00	0.00	0.00	17.206.67	17.206.67	0.00
6352	Pessoal	0.00	0.00	0.00	17.206.67	17.206.67	0.00
63521	Escritorio	0.00	0.00	0.00	9.548.89	9.548.89	0.00
635211	Taxa Social Unica -E	0.00	0.00	0.00	9.520.98	9.520.98	0.00
635217	Fundos Compens.Garan	0.00	0.00	0.00	25.93	25.93	0.00
6352172	Fundo Garantia Compa	0.00	0.00	0.00	25.93	25.93	0.00
63522	Producao	0.00	0.00	0.00	7.656.78	7.656.78	0.00
635221	Taxa Social Unica -P	0.00	0.00	0.00	7.656.28	7.656.28	0.00
635227	Fundos Compens.Garan	0.00	0.00	0.00	23.50	23.50	0.00
6352272	Fundo Garantia Compa	0.00	0.00	0.00	23.50	23.50	0.00
636	Seguros Ac.Trabalho	0.00	0.00	0.00	702.34	702.34	0.00
6362	Pessoal	0.00	0.00	0.00	702.34	702.34	0.00
63621	Escritorio	0.00	0.00	0.00	702.34	702.34	0.00
636211	Seguro Ac.Trabalho-E	0.00	0.00	0.00	702.34	702.34	0.00
638	Outros Gastos com o	0.00	0.00	0.00	804.97	804.97	0.00
6382	Pessoal	0.00	0.00	0.00	804.97	804.97	0.00
63821	Escritorio	0.00	0.00	0.00	506.00	506.00	0.00
638213	Isentos de Iva	0.00	0.00	0.00	506.00	506.00	0.00
63821305	Formac.Teca-Arte.No.	0.00	0.00	0.00	506.00	506.00	0.00
63822	Producao	0.00	0.00	0.00	298.97	298.97	0.00
638224	Fora do Ambito de Iva	0.00	0.00	0.00	298.97	298.97	0.00
63822406	Outros Custos-S.Soci	0.00	0.00	0.00	298.97	298.97	0.00
64	GASTOS DE DEPRECIAC.	0.00	0.00	0.00	7.755.97	7.755.97	0.00
642	Ativos Fixos Tangiv	0.00	0.00	0.00	7.755.97	7.755.97	0.00
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	724.279.32	668.086.23	56.193.10 D

15209-A2S-ASSOC.P/DESENV.SUST.REGIAO SALOIA

Balancos Gerais Financeiros

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Out - 31.12.2016

Mes : Final

Pag. 8

Conta	Descrição	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	-->Transporte	0.00	0.00	0.00	724.279.33	668.088.23	56.193.10 D
6424	Equipamento de Trans	0.00	0.00	0.00	5.959.36	5.959.36	0.00
64241	Equipam. Transp. - Liga	0.00	0.00	0.00	5.959.36	5.959.36	0.00
642411	Equip. Transp. - Ligeir	0.00	0.00	0.00	5.959.36	5.959.36	0.00
6424111	Equip. Transp. Ligeiro	0.00	0.00	0.00	5.959.36	5.959.36	0.00
64241111	Viaturas ate 24.999.	0.00	0.00	0.00	5.959.36	5.959.36	0.00
6425	Equipamento Administ	0.00	0.00	0.00	1.796.61	1.796.61	0.00
64253	Maquinas de Escritor	0.00	0.00	0.00	1.796.61	1,796.61	0.00
642531	Maquinas de Escritor	0.00	0.00	0.00	1.796.61	1,796.61	0.00
643	Activos Intangiveis	0.00	0.00	0.00	53.25	53.25	0.00
6433	Programas de Computa	0.00	0.00	0.00	53.25	53.25	0.00
68	OUTROS GASTOS E PERD	0.00	0.00	0.00	3.142.13	3.142.13	0.00
681	Impostos	0.00	0.00	0.00	142.12	142.12	0.00
6812	Impostos Indirectos	0.00	0.00	0.00	142.12	142.12	0.00
68124	Imposto Unico Circul	0.00	0.00	0.00	142.12	142.12	0.00
681242	IUC-Outros Veiculos	0.00	0.00	0.00	142.12	142.12	0.00
686	Outros Gastos e Perd	0.00	0.00	0.00	3.000.01	3.000.01	0.00
6863	Outrigacoes	0.00	0.00	0.00	3.000.00	3.000.00	0.00
68631	Outrigacoes-Patronal	0.00	0.00	0.00	3.000.00	3.000.00	0.00
6866	Outros nao Especific	0.00	0.00	0.00	0.01	0.01	0.00
68665	Multas e Outras Pena	0.00	0.00	0.00	0.01	0.01	0.00
686652	Multas nao Fiscale	0.00	0.00	0.00	0.01	0.01	0.00
69	GASTOS E PERDAS DE F	0.00	0.00	0.00	1.041.02	1.041.02	0.00
691	Juros Superiores	0.00	0.00	0.00	249.75	249.75	0.00
6911	Juros de Financiacao	0.00	0.00	0.00	249.75	249.75	0.00
69111	Juros de Emprést. Ban	0.00	0.00	0.00	249.75	249.75	0.00
691111	Juros de Emprést. Ban	0.00	0.00	0.00	198.41	198.41	0.00
691112	Juros de Emprést. Ban	0.00	0.00	0.00	53.34	53.34	0.00
698	Outr Gastos/Perdas d	0.00	0.00	0.00	791.27	791.27	0.00
6985	Outros	0.00	0.00	0.00	791.27	791.27	0.00
69851	Servicos Bancarios	0.00	0.00	0.00	464.63	464.63	0.00
698511	Servicos Bancarios e	0.00	0.00	0.00	450.10	450.10	0.00
698512	Servicos Bancarios e	0.00	0.00	0.00	34.53	34.53	0.00
69852	Garantias Bancarias	0.00	0.00	0.00	303.34	303.34	0.00
69855	Outr Gastos Relat. c/	0.00	0.00	0.00	3.30	3.30	0.00
	Total da Classe 6	0.00	0.00	0.00	141.532.26	141.532.26	0.00
72	PRESTACOES DE SERVIC	0.00	0.00	0.00	15.000.00	15.000.00	0.00
	-->A Transporta	0.00	0.00	0.00	728.271.70	680.078.60	56.193.10 D

15209 - A2S - ASSOC. P/DESENV. SUST. REGIAO SALOIA

180^m
col
A
es
 Pag.

Balancote Geral Financeira

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Out - 31 15.2016

Mes : Final

Conta	Descricao	MES			ACUMULADO		
		Debita	Credito	Saldo	Debita	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	738,271.70	680,078.60	56,193.10 D
722	Quotizacoes e Jotas	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00	0.00
7221	Quotizacoes e Jotas-	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00	0.00
72215	Quotizacoes e Jotas-	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00	0.00
75	SUBSIDIOS, DOACOES E	0.00	0.00	0.00	181,001.21	181,001.21	0.00
751	Subsidios das Entida	0.00	0.00	0.00	181,001.21	181,001.21	0.00
7511	PDR-2020	0.00	0.00	0.00	181,001.21	181,001.21	0.00
	Total da Classe 7	0.00	0.00	0.00	196,001.21	196,001.21	0.00
81	RESULTADO LIQUIDO DO	56,193.10	56,193.10	0.00	203,862.21	260,055.31	56,193.10 C
811	Resultado Antes de I	56,193.10	0.00	56,193.10 D	196,001.21	196,001.21	0.00
818	Resultado Liquido	0.00	56,193.10	56,193.10 C	7,861.00	64,054.10	56,193.10 C
	Total da Classe 8	56,193.10	56,193.10	0.00	203,862.21	260,055.31	56,193.10 C
	>>Total	56,193.10	56,193.10	0.00	1,138,135.12	1,138,135.12	0.00

Licenciado a Gestecra-Gab.Tec.Fiscal.Contab.Lda/Software Braga Portugal

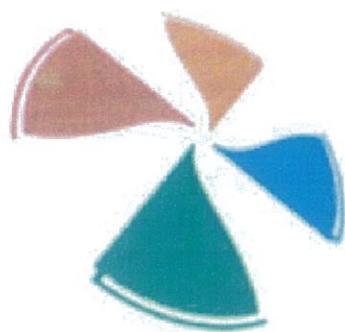
ANEXOS

Relatório Anual de Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (Vertente FEADER) 2016

un
caf
D
H
e



182
ef
D
H
e



A2S

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (VERTENTE FEADER)

2016



2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1. INTRODUÇÃO	4
2. INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)	4
2.1. PROGRESSOS DA EDL EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS	4
2.2. BALANÇO GLOBAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL.....	6
2.2.1. Concursos abertos	6
2.2.2. Candidaturas apresentadas e investimento proposto	7
2.2.3. Análise, aprovação e contratação.....	8
2.2.4. Execução financeira.....	10
2.2.5. Metas e indicadores.....	10
2.3. BALANÇO DETALHADO POR OPERAÇÃO	10
2.3.1. OP 10.2.1.1 – Regime simplificado de investimentos nas explorações agrícolas	10
2.3.2. OP 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização.	11
2.3.3. OP 10.2.1.3 – Diversificação de Atividades na Exploração.....	12
2.3.5. OP 10.2.1.5 – Promoção de produtos de qualidade locais.....	12
2.3.6. OP 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias.....	12
3. INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO REALIZADAS	13
4. MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E A EFICÁCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL.....	15
4.1. INFORMAÇÃO SOBRE AUDITORIAS E CONTROLOS EFETUADOS	15
4.2. PROBLEMAS ENCONTRADOS NA GESTÃO DA EDL E MEDIDAS CORRETIVAS....	15
4.3. RELACIONAMENTO COM A AUTORIDADE DE GESTÃO.....	15
4.4. RELACIONAMENTO COM O ORGANISMO PAGADOR.....	15
4.5. ARTICULAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS DO PDR E OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS DO TERRITÓRIO.....	15
5. MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR OS REQUISITOS DE FUNCIONAMENTO, ANIMAÇÃO E DE PUBLICIDADE.....	16
5.1. FUNCIONAMENTO E ANIMAÇÃO.....	16
5.2. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE	16
6. INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL E TRANSNACIONAL	17

ANEXO.....	18
------------	----

12)
H.
on

Índice de quadros

Quadro 1 – Estratégia de Desenvolvimento Local - operações da medida 10.2 PDR2020, metas e dotações.....	6
Quadro 2 – Concursos abertos em 2016 e suas dotações (10.2.1.1 e 10.2.1.2).....	7
Quadro 3 - Concursos abertos em 2016 e suas dotações (10.2.1.3).....	7
Quadro 4 – Candidaturas apresentadas em 2016.....	8
Quadro 5 – Candidaturas apresentadas, analisadas e contratadas em 2016.....	9
Quadro 6 – Candidaturas aprovadas e reprovadas em 2016.....	9
Quadro 7 – Candidaturas aprovadas e reprovadas em 2016 – investimento e despesa pública.....	9
Quadro 8 – Intensões de investimento e candidaturas apresentadas em 2016.....	13
Quadro 9 – Operação 10.4.1 - Funcionamento e animação - reembolsos.....	16



SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório pretende relatar a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (rural), no que diz respeito ao fundo de financiamento FEADER (Fundo Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural), para o ano de 2016.

1. INTRODUÇÃO

A A2S foi constituída em janeiro de 2015, pelo que o ano de 2016 é efetivamente o segundo ano de implementação da estratégia de desenvolvimento. No ano de 2015, foi apenas possível iniciar a contratualização com a Autoridade de Gestão e com o Organismo Pagador, bem como encerrar a candidatura à medida 10.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL.

O ano de 2016 começou com a contratação de mais dois elementos para a equipa técnica, e com a instalação da A2S no MARL, ainda que numa situação provisória, mas que permitiram dar início à divulgação e à implementação da EDL.

Em meados deste ano, foi publicado o regulamento de aplicação da medida 10.2 – Implementação da EDL que permitiu pela primeira vez abrir períodos de candidaturas, a duas operações 10.2.1.1 Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas e 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na transformação e comercialização. Já no final do ano, foi possível abrir também um período de candidatura à operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola.

Este foi um ano de extrema importância para a A2S, que pela primeira vez financiou pequenos projetos, no âmbito da abordagem LEADER, neste território que anteriormente não era beneficiado. Importa ainda referir que a A2S foi o primeiro grupo de ação local a nível nacional a aprovar projetos no âmbito desta medida.

2. INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)

2.1. PROGRESSOS DA EDL EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS

- **Matriz de enquadramento lógico da EDL – objetivos estratégicos, metas e resultados**

Na sua Estratégia de Desenvolvimento Local Rural a A2S estabeleceu um conjunto de objetivos para o território, dividido em três áreas de atuação:

1. Dinamizar as zonas rurais;
2. Preservar e valorizar as potencialidades do território;
3. Melhorar as condições de vida das populações;

Entre objetivos específicos e operacionais destacam-se os seguintes, com maior relevância para a implementação da EDL – FEADER:

- Criar condições para melhorar as explorações e torná-las mais atrativas e competitivas;
- Apoiar a dinamização e a diversificação das atividades nas explorações agrícolas;
- Apoiar a produção, transformação, comercialização e distribuição dos produtos locais;
- Apoiar a comercialização e distribuição através de cadeias curtas;
- Promover e valorizar economicamente o património natural e cultural;
- Criar mecanismos para a valorização e diferenciação dos recursos endógenos e dos produtos locais de qualidade;

 D
 H


São objetivos transversais a estes a criação de emprego, a fixação da população no território, a promoção do empreendedorismo e da inovação. Em anexo pode-se encontrar a Matriz de Enquadramento Lógico da EDL, para toda a informação sobre os objetivos, dotações e metas a realizar.

Os objetivos definidos na EDL concretizar-se-ão direta e indiretamente através da implementação das operações disponíveis tanto na medida 10 do LEADER, como nas medidas geridas no âmbito do FEDER (9.6) e FSE (9.10). No que diz respeito à medida 10.2 do PDR2020, irão ser implementadas as seguintes operações, para as quais foram estabelecidas as seguintes dotações para o período 2016-2020 e respetivas metas a atingir em 2018 e 2023:

Operação	Indicadores (realização/resultado)	Meta 2018 (realização/resultado)		Meta 2023 (realização/resultado)		Dotação	
10.2.1.1 – Regime simplificado dos pequenos investimentos na exploração agrícola	Projetos/ Beneficiários apoiados	13		40		400.000,00€	17%
10.2.1.2 – Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Projetos/ Beneficiários apoiados	3		10		544.762,02€	23%
	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados		3		14		
10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola	Projetos/ Beneficiários apoiados	4		11		708.571,52€	30%
	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados		1		7		
10.2.1.4 – Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/ Beneficiários apoiados	1		4		377.904,81€	16%
	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados		0		4		
10.2.1.5 – Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/ Beneficiários apoiados	1		4		259.809,56€	11%
	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados		0		2		
10.2.1.6 – Renovação de aldeias	Projetos/ Beneficiários apoiados	0		1		70.857,15€	3%

	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0		1		2 361 905,06€	100%
	22	4	70	28			

Quadro 1 – Estratégia de Desenvolvimento Local - operações da medida 10.2 PDR2020, metas e dotações

• Análise de desempenho da EDL

A implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) rural da A2S iniciou-se em 2016, com a publicação da Portaria n.º 152/2016, a 25 de maio. No entanto, a plena implementação da EDL depende de um conjunto de ferramentas – orientações técnicas específicas (OTE), normas de análise, modelos de memória descritiva, formulários e modelos de análise, que começaram a ser disponibilizados apenas em junho, e somente para as operações 10.2.1.1 e 10.2.1.2.

Imediatamente após a autorização da Autoridade de Gestão (AG) do PDR 2020, o Órgão de Gestão (OG) do GAL rural, aprovou a abertura dos primeiros concursos para as medidas 10.2.1.1 e 10.2.1.2, que tiveram início em julho e terminaram em agosto. Estes dois primeiros concursos foram analisados, tendo sido aprovados pelo OG em 28 de novembro, e homologados pela AG do PDR a 29 de dezembro de 2016. A A2S foi o primeiro GAL rural a aprovar candidaturas a nível nacional, no âmbito da medida 10.2 do PDR.

Ainda em 2016, foi possível lançar um terceiro concurso, relativo à operação 10.2.1.3, que decorreu entre setembro e novembro. O processo de análise e seleção foi iniciado e prosseguiu em 2017, cumprindo todos os prazos legais.

Das operações passíveis de abrir ainda no ano de 2016, a A2S optou por não lançar convite à apresentação de candidaturas para a operação 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias. Esta opção está relacionada com o facto de a EDL contemplar uma dotação financeira pouco significativa para esta operação, pelo que se optou por não abrir concursos no início da implementação da EDL, de forma a não inviabilizar o financiamento de projetos pertinentes que possam surgir até 2020. Apesar das dificuldades e atrasos verificados na abertura das operações, considerou-se prioritário abrir concursos para as operações com maiores volumes de dotação e com metas mais ambiciosas, na expectativa de cumprir as mesmas, ou parte delas, até 2018.

A Cooperação Interterritorial e Transnacional, não foi ainda operacionalizada, não sendo ainda uma prioridade, neste início de implementação da EDL.

2.2. BALANÇO GLOBAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL

2.2.1. Concursos abertos

Tendo em consideração que as primeiras OTE relativas às operações da medida 10.2, foram publicadas a 30 de maio de 2016, durante este ano foi apenas possível abrir três períodos de abertura de concursos.

As primeiras OTE publicadas foram as relativas às operações 10.2.1.1 – Regime simplificado dos pequenos investimentos na exploração agrícola e 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas, respetivamente OTE n.º 25/2016 e n.º

26/2016. Com a publicação destes documentos e a disponibilização dos respetivos formulários de candidatura no Balcão do Beneficiário do PDR2020, a A2S aprovou em reunião do OG, de 15 de junho de 2016, os dois primeiros períodos para apresentação de candidaturas, relativos às operações 10.2.1.1 e 10.2.1.2, que decorreram ambos entre 1 de julho e 30 de agosto de 2016.

 D)
 A
 e)

Concurso n.º	Dotação alocada	Proporção Alocada da Operação na EDL (%)
001/GAL A2S/10211/2016	130.000€	32,5 %
001/GAL A2S/10212/2016	180.000€	33,0 %
Total (FEADER)	310.000€	13,1%

Quadro 2 - Concursos abertos em 2016 e suas dotações (10.2.1.1 e 10.2.1.2)

Em julho de 2016, foi publicada a OTE relativa à operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na Exploração Agrícola, tendo sido possível ao OG da A2S aprovar o terceiro período de concurso em 11 de agosto de 2016. Este concurso decorreu entre 1 de setembro e 30 de novembro de 2016. Uma vez que de acordo com a AG do PDR2020 o retalho de hortofrutícolas é elegível no âmbito desta operação, houve necessidade de efetuar uma adenda ao anúncio de forma introduzir a respetiva CAE na lista das atividades económicas elegíveis.

Concurso n.º	Dotação alocada	Proporção Alocada da Operação na EDL (%)
001/A2S/10213/2016	400.000€	56,5 %
Total (FEADER)	400.000€	16,9 %

Quadro 3 - Concursos abertos em 2016 e suas dotações (10.2.1.3)

Tendo em consideração os atrasos verificados na abertura dos primeiros concursos, e as metas estabelecidas para 2018, houve necessidade de efetuar alocações expressivas logo no primeiro concurso, na expectativa de que os projetos aprovados no âmbito dos três concursos, pudessem estar concluídos em 2018, garantindo o cumprimento das metas definidas para as três operações referidas.

Tendo as restantes OTE sido publicadas entre setembro e dezembro, respetivamente, não foi possível ao OG, lançar mais convites à apresentação de candidaturas durante o ano a que se reporta este relatório.

2.2.2. Candidaturas apresentadas e investimento proposto

No âmbito dos concursos abertos durante o ano de 2016, foram apresentadas 4 candidaturas a cada uma das operações abertas.



Handwritten mark on the left margin, possibly a signature or initials.

Concurso n.º	Candidaturas apresentadas	Investimento total proposto	Despesa pública proposta	% Dotação concurso
001/GAL A2S/10211/2016	4	151.349,54 €	60.539,82 €	46,6%
001/GAL A2S/10212/2016	4	521.063,12 €	182.372,09 €	101,3%
001/GAL A2S/10213/2016	4	462.676,77 €	226.133,37 €	56,5%
Total (FEADER)	12	1.135.089,43€	469.045,28€	

Quadro 4 – Candidaturas apresentadas em 2016

Dado o reduzido número de candidaturas submetidas no âmbito das operações 10.2.1.1 e 10.2.1.3, não foi possível esgotar a totalidade da dotação disponível correspondendo apenas a 46,6% e 56,5% da dotação a concurso, respetivamente. Estes valores correspondem à despesa pública proposta, pelo que, como se observará em alíneas seguintes, a despesa pública aprovada após análise será ainda inferior relativamente à dotação dos concursos abertos.

2.2.3. Análise, aprovação e contratação

No âmbito dos concursos abertos em 2016, a A2S iniciou a análise de todas as candidaturas apresentadas, com exceção de uma candidatura ao concurso n.º 001/GAL A2S/10211/2016, por se tratar de um caso de conflito de interesses, tendo sido por isso remetida a análise para a AG do PDR2020.

A análise das candidaturas relativas ao terceiro concurso n.º 001/A2S/10213/2016, foi iniciada ainda no final de 2016, prosseguindo em 2017.

Relativamente ao cumprimento dos prazos estabelecidos pela Portaria n.º 152/2016, o prazo total de análise pela equipa técnica foi, no máximo, 29 dias úteis, incluindo os prazos suspensos relativos a pedidos de esclarecimentos, audiência de interessados e controlos de qualidade às análises efetuadas pela AG. O prazo estabelecido de 35 dias úteis foi assim cumprido sem dificuldades. O prazo de decisão pelo OG foi de 63 dias úteis após a data de encerramento das candidaturas, incluindo um prazo de 5 dias úteis para pedidos de esclarecimento, e de 10 dias úteis para audiência de interessados, pelo que se verificou o cumprimento integral do prazo máximo estabelecido. O prazo para homologação pelo Gestor da AG, excedeu os 10 dias úteis, tendo demorado mais 5 dias úteis que o estabelecido.

Concurso n.º	Candidaturas apresentadas	Candidaturas analisada	Taxa de análise	Candidaturas contratadas	Taxa de contratação
001/GAL A2S/10211/2016	4	3	75%	0	0%
001/GAL A2S/10212/2016	4	4	100%	0	0%
001/GAL A2S/10213/2016	4	0	0%	0	0%

*m
cep
B
H
O*

Total (FEADER)	12	7		0	
----------------	----	---	--	---	--

Quadro 5 – Candidaturas apresentadas, analisadas e contratadas em 2016

Nos dois primeiros concursos, não houve candidaturas reprovadas, todas as candidaturas estavam em condições de serem aprovadas. Relativamente ao terceiro concurso, não foi concluída a análise.

Concurso n.º	Candidaturas analisadas	Candidaturas reprovadas	Taxa de reprovação	Candidaturas aprovadas	Taxa de aprovação
001/GAL A2S/10211/2016	3	0	0%	3	100%
001/GAL A2S/10212/2016	4	0	0%	4	100%
001/GAL A2S/10213/2016	0	0	0%	0	0%
Total (FEADER)	7	0	0%	0	

Quadro 6 – Candidaturas aprovadas e reprovadas em 2016

No concurso referente à operação 10.2.1.1, foram aprovadas 4 candidaturas, num investimento total elegível de 142.777,56€, com uma taxa de apoio fixa de 40%, o que se traduz numa despesa pública de 57.111,04€. No âmbito deste concurso, ficou disponível a verba de 72.888,96€, o que corresponde a 56% da dotação do concurso.

Entende-se que a baixa adesão dos produtores agrícolas a este concurso se deveu a dois principais fatores: por um lado, a A2S ser um GAL muito recente, não sendo ainda suficientemente conhecido pela população local e por outro, a alteração dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, que reduziu em grande escala o número de potenciais candidatos a esta operação.

Concurso n.º	Candidaturas reprovadas	Investimento total proposto	Candidaturas aprovadas*	Investimento total aprovado*	Despesa pública aprovada*
001/GAL A2S/10211/2016	0	0 €	4	142.777,56 €	57.111,04 €
001/GAL A2S/10212/2016	0	0 €	4	501.940,09 €	175.679,03 €
001/GAL A2S/10213/2016	0	0 €	0	0 €	0 €
Total (FEADER)	0	0 €	0	644.717,65 €	232.790,07 €

Quadro 7 – Candidaturas aprovadas e reprovadas em 2016 – investimento e despesa pública

*Candidaturas aprovadas pelo OG e pela AG PDR2020

Quanto ao concurso relativo à operação 10212, apesar do baixo número de candidaturas, apenas 4 candidaturas, com um investimento total elegível de 501.940,09€, e com uma taxa fixa de apoio de 35%, o apoio aprovado foi aproximadamente 97,6% em relação à dotação do concurso.

ex

No que diz respeito à contratação das candidaturas aprovadas, foram enviados todos os esforços para que os beneficiários dos projetos decididos pelo OG a 28 de novembro assinassem os termos de aceitação ainda em 2016, mas dado os atrasos na homologação dos mesmos pela AG e no envio da informação ao Organismo Pagador não foi possível realizar tal atividade.

2.2.4. Execução financeira

Tal como referido no ponto anterior, não foi possível efetuar a contratação de nenhum dos projetos aprovados, pelo que a execução financeira foi nula.

2.2.5. Metas e indicadores

A contabilização de metas e resultados é realizada com base nos dados dos projetos encerrados, motivo pelo qual, em 2016, nenhuma das metas estabelecidas na matriz de enquadramento lógico foi atingida.

No entanto, será ainda possível que os projetos aprovados neste ano, venham a ser concluídos até ao final de 2018, podendo vir a ser contabilizados para a concretização das metas estabelecidas. Em anexo se encontra o quadro relativo aos indicadores, sendo analisado na alínea 2.3 deste relatório.

2.3. BALANÇO DETALHADO POR OPERAÇÃO

2.3.1. OP 10.2.1.1 – Regime simplificado de investimentos nas explorações agrícolas

Esta operação enquadra os projetos que promovam a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores, e que contribuam para o processo de modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.

No âmbito desta operação, foi aberto um concurso durante o ano de 2016, tendo sido recebidas quatro candidaturas, com um investimento proposto de 151.349,54€. Todas as candidaturas apresentadas foram aprovadas, com um investimento total elegível de 142.777,56€, e uma despesa pública de 57.111,04€. A taxa de compromisso desta operação encontra-se a 0%, dado que não foi possível efetuar qualquer emissão de termos de aceitação, no âmbito dos concursos lançados em 2016. No entanto, a aprovação destas quatro candidaturas, traduzir-se-ia numa taxa de compromisso de 14%, relativamente à dotação total alocada a esta ação, caso tivessem ocorrido formalizações dos termos de aceitação.

Deste modo, a execução e encerramento dos projetos é igualmente nula.

No que diz respeito às metas estabelecidas no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Local para esta operação, o indicador de realização – Projetos/Beneficiários apoiados – encontra-se igualmente a zeros, dados que os indicadores apenas são contabilizados aquando do encerramento dos projetos aprovados. Ainda assim, estes 4 projetos corresponderiam a 30,8% em relação à meta prevista para 2018, e de 10% em relação à meta estabelecida para 2020.

M
Cef
D
H
OS

Importa ainda referir que nesta operação todas as candidaturas foram apresentadas por pessoas singulares, sendo maioritariamente projetos de modernização das áreas de negócio das explorações já existentes. As áreas dos investimentos foi 75% na produção vegetal e 25% na produção animal. Em termos de distribuição geográfica do apoio, neste primeiro ano, verifica-se uma concentração de projetos no concelho de Mafra.

Em anexo pode encontrar-se os quadros relativos a indicadores de realização e resultados

2.3.2. OP 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização

Esta operação enquadra os projetos que contribuam para o processo de modernização e de capacitação das empresas de transformação e de comercialização de produtos agrícolas.

No âmbito desta operação, foi aberto um concurso durante o ano de 2016, tendo sido apresentadas quatro candidaturas, com um investimento proposto de 521.063,12€. Foram analisadas quatro candidaturas, todas aprovadas e representando um investimento total elegível de 501.940,09€, e uma despesa pública de 175.679,03€.

Uma vez que, de acordo com a AG do PDR o retalho não é elegível no âmbito desta operação houve necessidade de efetuar a redução de todos os investimentos relacionados com esta forma de comercialização.

A taxa de compromisso desta operação encontra-se igualmente a 0%, dado que não foi possível efetuar qualquer emissão de termos de aceitação, no âmbito dos concursos lançados em 2016. No entanto, a aprovação destas quatro candidaturas, traduzir-se-ia numa taxa de compromisso de 32,2%, relativamente à dotação total alocada a esta ação, caso tivessem ocorrido formalizações dos termos de aceitação. No final de 2016, seria exetável apresentar uma taxa de compromisso próxima dos 33%, pelo que caso os projetos aprovados sejam contratados nos próximos meses e encerrados até ao final de 2018, as taxas de compromisso e execução poderão vir a ser cumpridas.

Deste modo, a execução e encerramento dos projetos é igualmente nula.

No que diz respeito às metas estabelecidas no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Local para esta operação, o indicador de realização – Projetos/Beneficiários apoiados – encontra-se igualmente a zeros, dado que os indicadores apenas são contabilizados a quando do encerramento dos projetos aprovados. Ainda assim, estes quatro projetos corresponderiam a 133,3% em relação à meta de 2018, superando assim a meta de projetos apoiados. O indicador de resultado – Empregos criados através de projetos LEADER apoiados – encontra-se também a zero. No entanto, a meta para 2018 seria de 3 empregos criados, tendo sido proposta a criação de 10 postos de trabalho, pelo que, na mesma lógica, caso os projetos venham a encerrar até 2018, podemos estar perante o cumprimento e mesmo superação da meta estabelecida, e com 71,4% de concretização em relação à meta prevista para 2023.

Esta operação está a ter um desempenho muito positivo, tendo sido superada a expectativa do concurso, tanto em termos de número de projetos, como de postos de trabalho a criar, tendo

13
LA
9

sido propostos em média 2.5 PT por projeto, ou seja, 1 PT por cada 17.567,90€ de despesa pública aprovada.

Importa ainda referir que nesta operação todas as candidaturas foram apresentadas por pessoas coletivas, sendo maioritariamente projetos de modernização das áreas de negócio das instalações já existentes. A área dos investimentos dividiu-se entre os setores do leite e derivados (queijarias), correspondente a 75% das candidaturas e transformação de produtos hortícolas frescos (25%). Em termos de distribuição geográfica do apoio, neste primeiro ano, verifica-se uma distribuição equitativa de projetos nos concelhos de Mafra e Loures, para a operação 10.2.1.2.

2.3.3. OP 10.2.1.3 – Diversificação de Atividades na Exploração

Enquadramento da operação

Esta operação enquadra os projetos que estimulem o desenvolvimento, nas explorações agrícolas, de atividades que não sejam de produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas previstos no Anexo I do TFUE, que criem novas fontes de rendimento e de emprego; e ainda que contribuam diretamente para a manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar, para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

No âmbito desta operação, foi aberto um concurso durante o ano de 2016, tendo sido apresentadas 4 candidaturas, com um investimento proposto de 462.676,77€. Tendo o concurso terminado em novembro deste ano, não foi possível terminar a análise das candidaturas.

Importa salientar que as candidaturas foram maioritariamente apresentadas por pessoas coletivas, e para atividades de alojamento – turismo em espaço rural e alojamento local – e apenas 1 relativa ao comércio a retalho de produtos agrícolas. A distribuição territorial deste concurso, foi equitativa nos concelhos de Mafra e Sintra.

2.3.4. OP 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais

Não foram abertos concursos nesta operação.

2.3.5. OP 10.2.1.5 – Promoção de produtos de qualidade locais

Não foram abertos concursos nesta operação.

2.3.6. OP 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias

Não foram abertos concursos nesta operação.

3. INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO REALIZADAS

No âmbito da avaliação sobre a implementação da EDL não foi realizado em 2016, nenhum procedimento de avaliação interno ou externo. No entanto, já em 2017, foi efetuado um memorando sobre os resultados da primeira ronda de seleção, nomeadamente no que diz respeito às operações 10.2.1.1, 10.2.1.2 e 10.2.1.3, cujos concursos encerraram ainda em 2016. Este documento decorre de uma análise interna sobre o número de intenções de investimento e número de candidaturas apresentadas.

Concurso n.º	Nº de Intenções de Investimento	Candidaturas apresentadas	Candidaturas aprovadas	Taxa de concretização de candidatura	Taxa de aprovação
001/GAL A2S/10211/2016	21	4	4	19%	100%
001/GAL A2S/10212/2016	32	4	4	12,5%	100%
001/A2S/10213/2016	14	4	-	28,5%	-
Total (FEADER)	67	12			

Quadro 8 – Intenções de investimento e candidaturas apresentadas em 2016

Os principais resultados desta avaliação, traduziram-se na evidência que a taxa de concretização efetiva de candidaturas foi muito reduzida. Em relação à operação 10.2.1.1, onde a expectativa seria de 13 candidaturas aprovadas, verificou-se que muitas das candidaturas não foram sequer submetidas, devido à alteração dos critérios de elegibilidade dos beneficiários. Estas alterações conduziram à redução substancial do grupo-alvo da operação:

- O volume de negócios máximo é francamente baixo – não é expectável que um pequeno agricultor com um volume de negócios tão reduzido tenha condições para fazer um investimento até 40.000€. Verifica-se que grande parte das intenções de investimento foram excluídas por facilmente ultrapassarem este valor, mesmo em explorações de muito pequena dimensão.
- Exercerem a atividade agrícola há mais de um ano (ou serem jovens agricultores com candidatura aprovada) – outra parte das intenções de investimento que não prosseguiram deveu-se ao não cumprimento deste critério. Este critério, exclui automaticamente os promotores que pretendem iniciar a atividade agrícola. Por outro lado, não existiam ainda candidaturas aprovadas de jovens agricultores, pelo que este critério não se aplicou neste concurso.
- Complementarmente, verificou-se que a ponderação da VGO não foi muito favorável aos beneficiários (12 pontos) pois os critérios obrigatórios AP/OP e JA foram muito difíceis de pontuar, apenas num caso pontuou o critério AP/OP. Por outro lado, o critério PUE não é diferenciador dos projetos, já que todos pontuam.

Em sentido oposto verificou-se que a flexibilização do limite máximo do investimento permitiu acomodar projetos relevantes para o território que, de outra forma, não seriam elegíveis.

D)
H
E

A operação 10.2.1.2, foi a que registou maior número de intenções de investimento, contudo foi a que apresentou a menor taxa de concretização de candidaturas.

Um dos motivos que pode explicar este facto, pode ser a obrigatoriedade da comercialização ser por grosso. Verificou-se que mesmo as candidaturas aprovadas, tinham componentes de comércio a retalho e que foram reduzidas na sua análise. Muitos destes investimentos, que parecem ser muito relevantes para estas empresas, não podem ser aprovados em nenhuma outra operação, pelo que este critério deveria ser alterado.

Em relação à medida 10.2.1.3, verifica-se que:

- O tipo de investimentos previstos e mais frequentes – TER – requerem normalmente valores de investimento totais mais elevados que o limite dos 200.000€. Também estes projetos não podem ser candidatados a qualquer outra operação, pelo que, o limite máximo de investimento poderia ser superior, sendo que o valor máximo de financiamento seria igualmente 100.000€/projeto.
- Alguns projetos pretendem desenvolver em simultâneo a reativação da atividade agrícola de explorações com outro tipo de atividades não agrícolas, criando sinergias entre ambas. Nestes casos é impossível cumprir o critério de elegibilidade "existência de atividade agrícola" e, como tal os investimentos em atividades de diversificação ficam sem enquadramento na operação.
- Poderia ser aberta a possibilidade desta operação contemplar o regresso à atividade agrícola e complementarmente a diversificação da atividade.

Em termos de metas a atingir em 2018, verificam-se duas adversidades que condicionam os resultados propostos:

- Na generalidade das operações, sendo apenas possível abrir concursos desde julho de 2016 e para apenas algumas operações, existe uma dificuldade acrescida em cumprir as metas estabelecidas, para 2018, uma vez que os projetos dificilmente estarão concluídos antes de 2019 (considerando a duração máxima de 24 meses para a sua implementação);
- Por outro lado, no que diz respeito às metas da operação 10.2.1.1, estas foram estabelecidas com base em pressupostos diferentes dos que se efetivaram com a publicação da portaria, nomeadamente, os critérios de elegibilidade dos beneficiários, que reduziram em larga escala, os beneficiários elegíveis nesta ação, bem como o valor máximo de investimento elegível, que por ter sido alargado para os 40.000€, irá naturalmente reduzir o número de projetos a aprovar.

4. MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E A EFICÁCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL

4.1. INFORMAÇÃO SOBRE AUDITORIAS E CONTROLOS EFETUADOS

Das oito candidaturas analisadas, foram selecionadas para controlo de qualidade, pela AG do PDR, duas candidaturas, sendo uma de cada um dos concursos analisados, o que corresponde a uma amostra de 25% sobre as candidaturas apresentadas. Os resultados do Controlo de Qualidade foram ambos conformes, não tendo sido recomendada qualquer alteração às análises efetuadas.

4.2. PROBLEMAS ENCONTRADOS NA GESTÃO DA EDL E MEDIDAS CORRETIVAS

Nesta fase, não foram ainda detetados constrangimentos na gestão da EDL.

4.3. RELACIONAMENTO COM A AUTORIDADE DE GESTÃO

O relacionamento com a Autoridade de Gestão tem sido adequado. Existe alguma demora no esclarecimento de dúvidas, por parte do Secretariado Técnico, relativamente ao regulamento de aplicação das medidas, sem constrangimentos graves para a implementação da EDL.

4.4. RELACIONAMENTO COM O ORGANISMO PAGADOR

O relacionamento com o Organismo Pagador tem sido adequado. Uma vez que até dezembro de 2016 não foi possível firmar nenhum termo de aceitação, não houve até ao momento grande interação entre o GAL e o OP, para além da interação relativa aos pagamentos no âmbito da medida 10.4 Funcionamento. No entanto, a 31 de dezembro não estava ainda resolvida a criação da unidade orgânica GAL A2S, que permite ao coordenador e técnicos a validação e análise dos pedidos de reembolso. Esta situação não causou constrangimentos na implementação da EDL, como já foi referido, por não existir qualquer termo de aceitação assinado.

4.5. ARTICULAÇÃO COM OUTRAS MEDIDAS DO PDR E OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS DO TERRITÓRIO

A articulação com outras medidas do PDR aconteceu fundamentalmente no âmbito do aconselhamento a potenciais promotores, em particular através do encaminhamento das intenções de investimento que não têm enquadramento no território de intervenção ou nas operações geridas pela A2S, para outras operações do Programa, como por exemplo a 3.1.1. Jovens Agricultores, a 3.2.1. Investimento na Exploração Agrícola, a 3.2.2. Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas, a 3.3.1. Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas ou 3.3.2. Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas.

Ainda ao nível do PDR registou-se a participação nos grupos de trabalho para definição do plano de trabalho da Rede Rural Nacional no âmbito da operação 20.2.1. Assistência Técnica.



Devido aos atrasos na implementação do instrumento DLBC na sua plenitude não foi ainda possível criar a necessária articulação com os apoios do FEDER/FSE, bem como os apoios do FEAMP geridos pela A2S enquanto entidade gestora de um GAL Pesca.

5. MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR OS REQUISITOS DE FUNCIONAMENTO, ANIMAÇÃO E DE PUBLICIDADE

5.1. FUNCIONAMENTO E ANIMAÇÃO

No âmbito do Funcionamento e Animação, foram apresentados em 2016, um pedido de adiantamento, no valor de 40.000,00€ e três pedidos de pagamento com despesa associada.

Nº	Investimento	Despesa Pública	FEADER	% Orçamento
4	155.004,94€	155.004,94€	124.003,95€	18,4%

Quadro 9 - Operação 10.4.1 - Funcionamento e animação - reembolsos

Uma vez que neste valor está incluído o valor do adiantamento e os três pedidos de pagamento se encontram despesas relativas a metade de 2015, verifica-se que a utilização do orçamento se encontra abaixo da média anual expectável (14,3%). No entanto, a equipa não se encontra ainda totalmente formada, pelo que se prevê a utilização integral do mesmo até meados de 2022.

5.2. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

O ano de 2016 foi o primeiro ano de implementação da estrutura técnica local (ETL), com a contratação de dois elementos da equipa técnica. Iniciou-se com o estabelecimento da equipa em instalações provisórias, cedidas por um dos associados, o que permitiu também iniciar a elaboração da imagem e do website da A2S, bem como a divulgação do GAL rural.

Através do site foram publicadas 14 notícias e enviadas 12 newsletters, onde estão inscritos 982 subscritores. O site está também associado às redes sociais, onde são divulgadas as notícias do site (maioritariamente através da rede social Facebook). A página da A2S é seguida por 840 pessoas, tendo aumentado em 2016, 339 seguidores.

No site da A2S pode encontrar-se a compilação de toda a informação relevante disponibilizada, relativa às operações do DLBC, bem como a informação destacada relativamente aos concursos a decorrer. Considera-se que esta é uma ferramenta fundamental no âmbito da divulgação do DLBC.

Em 2016, foram realizadas 8 sessões de divulgação, divididas em duas tipologias. – sessões genéricas de divulgação e workshops de apoio à elaboração das candidaturas. A divulgação dos apoios foi ainda realizada no âmbito de feiras e outros eventos. Importa também referir que as ações de animação territorial desenvolvidas pela A2S foram alvo de avaliação por parte dos

m
cef
D
H
es

participantes através de inquérito próprio. A avaliação global de seis iniciativas desenvolvidas no conjunto dos 3 concelhos do território situou-se sempre acima dos 85%.

Foram ainda realizados 57 atendimentos presenciais de potenciais promotores.

Os anúncios foram publicados no site da A2S e divulgados pela rede social Facebook, tendo também sido publicados em 3 órgãos sociais locais, relativos a cada um dos concelhos da área de intervenção. Foram ainda divulgados entre os associados.

Para além dos anúncios foram ainda publicadas 20 notícias sobre a A2S, em diversos meios de comunicação social.

6. INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL E TRANSNACIONAL

A Cooperação Interterritorial e Transnacional, não foi ainda operacionalizada, não sendo ainda uma prioridade, neste início de implementação da EDL.

ANEXO

QUADROS DE SUPORTE AO RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DAS EDL

Ponto 2.1 Matriz de enquadramento lógico

OBJETIVOS Estratégicos [A,B...] / Específicos [An, Bn...] / Operacionais [Ann, Bnn...]	INDICADORES Realização / Resultados	2018				2023				Código Operação	Dotação despesa pública %
		Meta	Realização	Resultados	%	Meta	Realização	Resultados	%		
		[A]	[B]	[C]	[D]=[C/A]	[E]	[F]	[G]	[H]=[G/E]		
A Dinamização das zonas rurais											
A.1 Promover o crescimento e o desenvolvimento económico sustentável nos setores da agrossilvopastorícia											
A.2 Apoiar a dinamização e a diversificação das atividades na explorações agrícolas											
A.3. Apoiar a produção, transformação, comercialização e distribuição dos produtos locais											
A.1.1 Criar condições para melhorar as explorações e torna-las mais atrativas e competitivas	Projetos/ Beneficiários apoiados	13				40				10211	17,00%
A.1.2 Favorecer a criação de emprego											
A.1.3 Fixar população no território											
A.2.1 Incentivar a diversificação de atividades	Projetos/ Beneficiários apoiados Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4 1				11 7				10213	30,00%
A.3.1 Fomentar a produção e transformação de produtos locais	Projetos/ Beneficiários apoiados Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3 3				10 14				10212	23,00%

A.3.2	Apoiar a comercialização e distribuição através de cadeias curtas	Projetos/ Beneficiários apoiados Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1 0							4 4			10214	16,00%
B	Preservar e valorizar as potencialidades do território de modo a contribuir para a competitividade da região													
B.1	Conservação e preservação dos recursos patrimoniais													
B.2	Apoiar o crescimento e o desenvolvimento das atividades relacionadas com o turismo													
B.3	Aumentar a visibilidade do património natural e cultural, material e imaterial do território													
B.1.1	Promover e valorizar economicamente o património natural e cultural	Projetos/ Beneficiários apoiados Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0 0							1 1			10216	3,00%
B.1.2	Melhoria da atratividade dos territórios rurais, preservação do ambiente e utilização eficiente dos recursos naturais													
B.2.1	Promover o empreendedorismo e a criação de emprego													
C	Contribuir para a melhoria das condições de vida no território promovendo a inclusão social, a capacitação de atores locais e a valorização e competitividade dos recursos endógenos													
C.1	Promoção da inclusão social através do apoio ao desenvolvimento de projetos inovadores													
C.2	Capacitação de atores locais para o empreendedorismo e para o trabalho em parceria													
C.3	Criação de mecanismos para a valorização e diferenciação dos produtos locais de qualidade	Projetos/ Beneficiários apoiados Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1 0							4 2			10215	11,00%

Ponto 2.2 [2.2.1] – Balanço Total

Implementação da EDL		Anúncios/ Períodos abertos no ano (nº)	Dotação despesa pública [Mil euros]
10.2.1.1	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	1	130
10.2.1.2	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	1	180
10.2.1.3	Diversificação de atividades na exploração	1	400
10.2.1.4	Cadeias curtas e mercados locais	0	0
10.2.1.5	Promoção dos produtos de qualidade locais	0	0
10.2.1.6	Renovação de aldeias	0	0
Total		3	710
% da dotação aprovada para a EDL			30%

Ponto 2.2 [2.2.2] [2.2.3] [2.2.4] – Balanço global

Anual 2016	Candidaturas apresentadas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas						Projetos contratados				Projetos pagos			Projetos encerrados					
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	
10.2.1.1	4	151,3	4	151,3	0	0	0	0	4	142,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.2	4	521,1	4	521,1	0	0	0	0	4	501,9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.3	4	462,7	0	462,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	12	1135,1	8	1135,1	0	0	0	0	8	644,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Acumulado	Candidaturas apresentadas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas						Projetos contratados				Projetos pagos			Projetos encerrados					
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	
10.2.1.1	4	151,3	4	151,3	0	0	0	0	4	142,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.2	4	521,1	4	521,1	0	0	0	0	4	501,9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.3	4	462,7	0	462,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	12	1135,1	8	1135,1	0	0	0	0	8	644,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0


 21


Ponto 2.3 – Balanço detalhado por operação / Processo de decisão

Candidaturas apresentadas por anúncio/ período

Anual		Candidaturas apresentadas		Total de Candidaturas apresentadas	
2016					
Anúncio / Período	Dotação orçamental	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
001/10211	130	4	151,3	4	151,3
001/10212	180	4	521,1	4	521,1
001/10213	400	4	462,7	4	462,7
Total	710	12	1135,1	12	1135,1

Processo de decisão – anual e acumulado

Anual	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas						Projetos contratados			
							Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas					
2016	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER
001/10211	4	151,3	0	0	4	151,3	0	0	0	0	4	142,8	0	0	0	0
001/10212	4	521,1	0	0	4	521,1	0	0	0	0	4	501,9	0	0	0	0
001/10213	4	462,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	12	1135,1	0	0	8	672,4	0	0	0	0	8	644,7	0	0	0	0

Acumulado	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas						Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER
001/10211	4	151,3	0	0	4	151,3	0	0	0	0	4	142,8	0	0	0	0
001/10212	4	521,1	0	0	4	521,1	0	0	0	0	4	501,9	0	0	0	0
001/10213	4	462,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	12	1135,1	0	0	8	672,4	0	0	0	0	8	644,7	0	0	0	0

Distribuição dos projetos por tipologia do promotor

Tipologia do promotor	ANUAL 2016						ACUMULADO					
	Candidaturas apresentadas		Projetos contratados				Candidaturas apresentadas		Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER
Pessoas singulares	5	349,1	0	0	0	0	5	349,1	0	0	0	0
Pessoas Coletivas	7	786	0	0	0	0	7	786	0	0	0	0
Total	12	1135,1	0	0	0	0	12	1135,1	0	0	0	0


 23
 133

Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – anual e acumulado

Tipologia do investimento	ANUAL 2016						ACUMULADO					
	Candidaturas apresentadas		Projetos contratados				Candidaturas apresentadas		Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ponto 2.3 – Balanço detalhado por Operação/ Pagos

Tipologia do promotor	Projetos Pagos							
	Anual				Acumulado			
	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0

Tipologia de Investimento	Projetos pagos							
	Anual				Acumulado			
	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0

Ponto 2.3 – Balanço detalhado por Operação/ Encerrados

Anual

Tipologia do promotor	Projetos Encerrados							Taxa de libertação
	Nº	Valores contratados		Valores executados		Valores libertados		Despesa pública
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number 25 and a signature.

Acumulado

Tipologia do promotor	Projetos Encerrados							Taxa de libertação
	Nº	Valores contratados		Valores executados		Valores libertados		Despesa pública
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0

Distribuição dos projetos por tipologia de investimento - anual e acumulado

Anual

Tipologia de investimento	Projetos Encerrados							Taxa de libertação
	Nº	Valores contratados		Valores executados		Valores libertados		Despesa pública
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0

Acumulado

Tipologia de investimento	Projetos Encerrados							Taxa de libertação
	Nº	Valores contratados		Valores executados		Valores libertados		Despesa pública
		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0

Ponto 2.3 – Balanço detalhado por Operação/ Indicadores

Indicadores LEADER – COM e de Monitorização

		Indicadores de Realização														
		Comissão Europeia														
Operação PDR2020	Descrição	Despesa pública total (mil euros)	Projetos LEADER apoiados (nº)	Explorações / beneficiários apoiados (nº)			População beneficiada pelas infraestruturas/ serviços melhorados (nº)	Tipo de promotores dos projetos (nº)					Projetos de Cooperação (nº)		GAL envolvidos em projetos de cooperação (nº)	
				P2A	P3A	P5B		GAL	ONG	PME	Organismos públicos	Outros	Interterritorial	Transnacional	Interterritorial	Transnacional
Prioridades		Todas	P6B	P2A	P3A	P5B	P6B					P6B		P6B		
10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	25														
10.2.1	Implementação da EDL															
	10.2.1.1 - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas															
	10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização															
	10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração															
	10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais															
	10.2.1.5 - Promoção dos produtos de qualidade locais															
10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional															
	10.3.1.1 - Cooperação interterritorial															
	10.3.1.2 - Cooperação transnacional															
10.4.1	Custos de funcionamento e animação															

27

10/11/2014

Handwritten signature and initials

Indicadores de Realização								
Operação PDR2020	Descrição	Investimento (mil euros)	Projetos de investimento (nº)	Monitorização Portugal			Ações de formação (nº)	Ações de divulgação e promoção (nº)
				Equipamentos intervencionados por tipologia (nº)				
				Histórico	Cultural	Ambiental		
Prioridades		P6B	P6B	P6B			P6B	P6B
10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL							
10.2.1	Implementação da EDL							
	10.2.1.1 - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas							
	10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização							
	10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração							
	10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais							
	10.2.1.5 - Promoção dos produtos de qualidade locais							
	10.2.1.6 - Renovação de aldeias							
10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional							
	10.3.1.1 - Cooperação interterritorial							
	10.3.1.2 - Cooperação transnacional							
10.4.1	Custos de funcionamento e animação					6	20	

Operação PDR2020	Descrição	Indicadores de Resultado							
		Comissão Europeia	Monitorização Portugal					Visitantes esperados por tipologia (nº)	
		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados (nº)	Δ variação de produção agrícola/UTA nas explorações agrícolas apoiadas (%)	Δ variação da receita/ valor das vendas das entidades apoiadas /beneficiárias (%)	Empregos mantidos através de projetos financiados (nº)	Camas disponibilizadas (nº)	Públicos	Privados	Outros
Prioridades		P6B							
10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL								
10.2.1	Implementação da EDL								
	10.2.1.1 - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas								
	10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização								
	10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração								
	10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais								
	10.2.1.5 - Promoção dos produtos de qualidade locais								
10.3.1	10.2.1.6 - Renovação de aldeias								
	Cooperação interterritorial e transnacional								
	10.3.1.1 - Cooperação interterritorial								
	10.3.1.2 - Cooperação transnacional								
10.4.1	Custos de funcionamento e animação								

Ponto 5.1 – Funcionamento e animação

Projetos pagos – anual e acumulado

Projetos Pagos							
Anual				Acumulado			
Nº	Investimento	Despesa pública	FEADER	Nº	Investimento	Despesa pública	FEADER
1	155,9	155,9	124,72	1	155,9	155,9	124,72

Ponto 5.2 – Informação e publicidade

Projetos pagos – anual e acumulado

Comunicação interna	Anual	Acumulado
Quantidade de informação divulgada (mail, circulares, ...)		

Divulgação	Anual	Acumulado
Nº de merchandising	0	0
Nº de publicações (noticias externas, anuncios...)	26	40
Nº de sessões de divulgação (ações de formação, workshops, ...)	8	14
Nº de participações em eventos (feiras, ...)	6	6
Nº de atendimentos presenciais	57	84

Site	Anual	Acumulado
Nº de interações no site	0	0
Nº de visitantes	N/D	N/D
Nº de notícias	14	0
Nº de newsletters	12	0
Nº de subscritores da newsletter	982	0
Nº de seguidores nas redes sociais	339	840
Nº de publicações nas redes sociais	146	208

Ponto 6 - Informação sobre atividade de cooperação interterritorial e transacional

Processo de decisão - anual e acumulado

Anual	Candidaturas apresentadas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas						Projetos contratados			
					Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas					
2016	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Preparação de atividades de cooperação interterritorial														
Preparação de atividades de cooperação transnacional														
Cooperação interterritorial														
Cooperação transnacional														
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0


 31
 2016

Acumulado	Candidaturas apresentadas		Candidaturas apresentadas		Candidaturas decididas						Projetos contratados			
					Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas					
Projetos de cooperação	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
Preparação de atividades de cooperação interterritorial														
Preparação de atividades de cooperação transnacional														
Cooperação interterritorial														
Cooperação transnacional														
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Distribuição dos projetos pagos e encerrados – anual e acumulado

Projetos de Cooperação	Anual							
	Projetos pagos				Projetos encerrados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER
Preparação de atividades de cooperação interterritorial								
Preparação de atividades de cooperação transnacional								
Cooperação interterritorial								
Cooperação transnacional								
Total	0	0	0	0	0	0	0	0

Projetos de Cooperação	Acumulado							
	Projetos pagos				Projetos encerrados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER	Nº	Investimento (mil euros)	Despesa pública	FEADER
Preparação de atividades de cooperação interterritorial								
Preparação de atividades de cooperação transnacional								
Cooperação interterritorial								
Cooperação transnacional								
Total	0	0	0	0	0	0	0	0

Indicadores de realização e de resultado

Projetos de cooperação (*)	GAL envolvidos na cooperação (*)	População diretamente beneficiada (nº)	Empregos mantidos através de projetos de cooperação (nº)	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

(*) detalhar por projeto

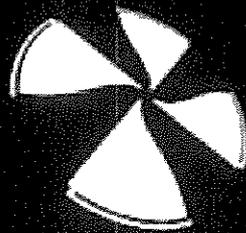
Mr
Cox
13
H
E

139

W
of

M

e



A2S

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

www.a2s.pt



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



PARECER DO CONSELHO FISCAL

200

Aos vinte dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 17 horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, na sua sede social, para análise da proposta de Relatório de Atividades e Contas da A2S, apresentada pela Direção, relativo ao exercício de 2016.

Dando cumprimento ao articulado nos Estatutos, o Conselho Fiscal analisou as contas de 2016, tendo realizado nesse sentido um trabalho de verificação documental dos relatórios contabilísticos apresentados.

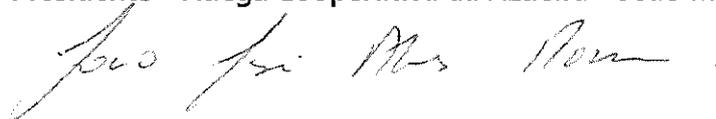
Concluiu o Conselho Fiscal que as Demonstrações Financeiras que lhe foram apresentadas representam a atividade ocorrida no exercício.

O Conselho Fiscal destaca o rigor e a clareza do Relatório de Atividades apresentado e agradece a colaboração da estrutura técnica da Associação para a realização do seu trabalho.

Nestes termos e com base nos princípios de prudência com que foi elaborado, o Conselho Fiscal emite um parecer favorável ao documento apresentado, considerando, por isso, que o mesmo merece ser aprovado.

O CONSELHO FISCAL

Presidente – Adegas Cooperativas da Azueira – João Moreira



Vogal – Associação de Beneficiários de Loures – Vítor Caliça

Vogal – Adegas Regionais de Colares – José Vicente-Paulo

.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

DESPACHO: À Reunião,

O Presidente,

(Hélder Sousa Silva)

14/3/2017

ASSUNTO: ASSEMBLEIA GERAL DA GIATUL - ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS E.M, SA

Exmo Senhor Presidente,

Enquanto representante do Município na Assembleia Geral da Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA, fui convocado para a reunião daquele órgão a realizar no próximo dia 24 de março, a qual obedecerá à ordem de trabalhos melhor especificada em anexo.

Face ao exposto e tendo em vista o exercício da função acionista, solicito que me sejam dadas instruções quanto ao sentido de voto a formular na aludida reunião.

Junto, para apreciação, a documentação de suporte enviada pela empresa, em anexo à convocatória.

O Representante do Município na Assembleia Geral,

(Hugo Moreira Luís)

Município de Mafra
Praça do Município
2640-001 MAFRA

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	DATA
Assunto:	<u>Convocatória Assembleia-Geral</u>		10-03-2017

CONVOCATÓRIA

Convoco o accionista da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias EM-SA, para nos termos dos artigos décimo terceiro e décimo quarto nos seus pontos 1, alíneas a) dos Estatutos, reunirem em Assembleia-Geral Ordinária no próximo dia 24 de Março de 2017, pelas 11.00 horas, a realizar nas instalações situadas no Núcleo Empresarial de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2016;
2. Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;
3. Apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade;
4. Outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Mafra, 10 de Março de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral



(Hugo Manuel Moreira Luís, Dr.)



RELATÓRIO E CONTAS 2016



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

**GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS,
INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M. S.A.**

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2640-486 Mafra

Capital Social 900.000,00 euros
Matrícula nº 3 da C.R.C. Mafra
Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE - Dr. Hugo Manuel Moreira Luís
SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
VOGAL – Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
VOGAL – Dr.ª Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC
SUPLENTE – Dr.ª Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

INDICE

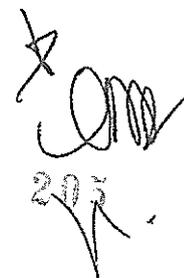
1. Relatório de Gestão
2. Balanço
3. Demonstração de Resultados
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Anexo às Demonstrações Financeiras
6. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio
7. Certificação Legal das Contas
8. Relatório e Parecer do Fiscal Único

[Handwritten signature]

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

1 – Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016



Senhores Acionistas,

Em cumprimento da Lei, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2016.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

1. INTRODUÇÃO

A **GIATUL**, ao longo do exercício de 2016, demonstrou capacidade de adaptação às novas exigências económicas e financeiras impostas pelo ambiente nacional e exigidas pelo seu acionista. Neste sentido, a implementação de fortes medidas de otimização operacional tomadas nos últimos três anos, foram fundamentais para preparar e lançar a empresa neste novo paradigma.

A alteração legislativa que no dia 1 de Julho obrigou à revisão dos horários de funcionamento da sociedade, criou fortes condicionalismos ao seu desempenho, provocando consequências, tanto em termos operacionais, bem como em termos económicos.

Apesar de nova reorganização dos meios operacionais, de um forte ajuste na equipa de colaboradores e de uma maior utilização de trabalhos prestados por terceiros para garantir o cumprimento dos prazos dos trabalhos acordados, manteve-se o objetivo de melhoria das condições dos contratos existentes com fornecedores e prestadores de serviços, tendo permitido apresentar resultados que garantem a sustentabilidade e uma maior autonomia da sociedade.

Foi neste contexto, que atingiu um Volume de Negócios de 5.662.876,23€ (Cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis euros e vinte e três cêntimos), uma redução do Passivo em 1.141.424,52€ (Um milhão, cento e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos) e uma margem de EBITDA de 10,7%.



2. HISTORIAL

A **GIATUL** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

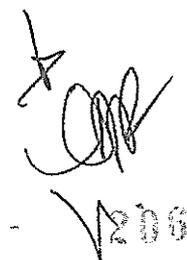
Em Março de 2005, o parceiro Orbitur, SA cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em Março de 2008, a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em Agosto de 2010, a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A." e o capital social da empresa passou a ser de 900.000,00€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.



Handwritten signature and date: 12/06

2. EVOLUÇÃO DA EMPRESA

2.1 Atividade de Turismo e Lazer

O sector de turismo, para o Município é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o **Ericeira Camping** um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do **Ericeira Camping**, visa:

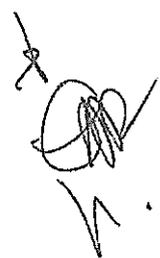
- Promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.
- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua atividade.
- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação desta infraestrutura, às constantes exigências legais e de mercado, de acordo com o Plano de Investimentos.

Com estes objetivos e procurando responder às necessidades do mercado, a **GIATUL** oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para Campismo com capacidade para 1.800 unidades de alojamento
- Mobile Homes – 43 unidades
- Espaços para Autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades - 98 camas
- Teepees - 20 unidades - 40 Camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

A Auto-Estrada A21, veio facilitar a ligação directa entre Lisboa, Mafra e Ericeira, tornando-se uma mais-valia para os utilizadores deste equipamento turístico.



Ranking Nacional

No mercado nacional da oferta no sector do campismo, a **GIATUL** ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas, para além das características dos recursos primários e secundários que a região oferece para a atividade de turismo de lazer.

A área reservada ao estacionamento de autocaravanas, tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para Campismo, é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Parque de Campismo de Mil Regos uma capacidade para 1.800 campistas, representando cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o **Ericeira Camping** uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Utilizadores

A evolução dos utilizadores por nacionalidades, utentes e noites, foi a seguinte:

NACIONALIDADE	2016		2015		% 2016-2015	
	Totais		Totais		Totais	
	Utentes	Noites	Utentes	Noites	Utentes	Noites
PORTUGUESA	9986	44063	6023	28903	65,80%	52,45%
Total Portugueses	9986	44063	6023	28903	65,80%	52,45%
FRANCESA	3204	8392	2746	3765	16,68%	33,80%
ESPAÑHOLA	1723	5274	1376	3765	25,22%	40,08%
ALEMA	1866	6468	1339	3494	39,36%	85,12%
PAISES BAIXOS	680	2353	384	1168	77,08%	101,46%
ITALIANA	315	742	261	845	20,69%	-12,19%
REINO UNIDO	355	1456	283	878	25,44%	65,83%
SUIÇA	401	1122	247	553	62,35%	102,89%
AUSTRIACA	140	335	106	523	32,08%	-35,95%
BELGA	276	761	166	497	66,27%	53,12%
AUSTRALIANA	129	321	80	252	61,25%	27,38%
OUTROS	1142	3550	749	1816	52,47%	95,48%
Total Estrangeiros	10231	30774	7737	20063	32,23%	53,39%

- 2017

Durante 2016, foi possível verificar-se os resultados do investimento realizado nos anos anteriores na promoção do concelho de Mafra que tem alavancado a sua notoriedade, nomeadamente da vila da Ericeira, permitindo a obtenção de boas taxas de crescimento de visitantes e conseqüentemente de dormidas. Poder-se-á concluir, através da análise do quadro anterior, que o número de utentes nacionais teve um aumento de 65,80% e o número de utentes estrangeiros aumentou em 32,23%. Verifica-se também que o número médio de noites de permanência aumentou 52,45% nos nacionais e 53,39% nos estrangeiros. Em termos de repartição por mercados, assistiu-se a uma maior procura do mercado nacional face ao externo, representando 58,88% das dormidas. Embora com espaço para crescer, entendemos que cerca de 41,12% de dormidas de estrangeiros, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.

A distribuição das receitas no Parque de Campismo, foi no exercício de 2016 a seguinte:

Utentes	2016	2015	Diferença	%
Campismo Eventual	264.017,19€	235.447,65€	28.569,54€	12,13%
Acordos Comerciais	455.614,14€	452.312,79€	3.301,35€	0,73%
Bungalows	172.980,94€	149.723,25€	25.257,69€	15,53%
Contratos M. Homes	85.780,97€	81.019,15€	4.761,82€	5,88%
Teepees	14.247,50€	15.699,00€	-1.451,50€	-9,25%
Eletricidade	30.286,85€	42.501,65€	-14.214,80€	-28,74%
Espaços Verdes	3.210,00€	3.270,00€	60,00€	-1,83%
Água	3.865,00€	2.518,00€	1.347,00€	53,49%
Rendas - TARAWA	108.000,00€	108.000,00€	0,00€	0,00%
Rendas / Concessões	33.145,47€	31.615,38€	1.530,09€	4,84%
Máquina de Café	7.434,06€	9.106,96€	-1.672,90€	-18,37%
Lavagem Roupa	2.947,80€	2.840,00€	107,80€	3,80%
Adaptadores	2.850,00€	1.920,00€	930,00€	48,44%
Máquinas de Jogos	2.227,10€	1.687,22€	539,88€	32,00%
	1.186.607,02€	1.137.883,05€	48.723,97€	4,28%

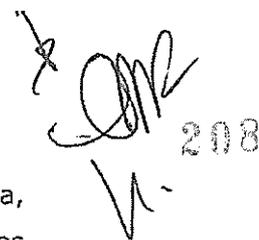
Em termos comparativos, verifica-se que em 2016 foi possível inverter a tendência das receitas, tendo registado um acréscimo de 4,28%, mesmo com uma maior oferta de camas disponível na Ericeira, justificado principalmente pelo elevado número de *Hostels* que abriram portas nos últimos dois anos.

Eventos

No capítulo das atividades e eventos, deveremos salientar a realização de diversas iniciativas, que potenciaram a divulgação do Concelho de Mafra e por consequência da Vila da Ericeira, promovendo em alguns uma maior procura pelo Ericeira Camping.

Destacamos:

- O **VII SUMMOL SUMMER FEST**, que consiste num festival de música e que marca o arranque dos festivais de verão a nível nacional. Este festival contou com a presença de diversos grupos musicais de renome internacional e com uma assistência a rondar as 30.000 pessoas. De entre estas, cerca de 10.000 utilizaram o **Ericeira Camping** para estadia durante o decorrer do evento.
- Apoio logístico a diversas provas de surf na Ericeira na nossa reserva mundial de surf, nomeadamente, **Surf Film Festival, Liga Moche Ericeira Pro Surf, Campeonato Universitário de Surf, Rede Internacional Surf Cities, Ericeira Reserva Mundial de Surf, Mundial Juniores de Surf, Surf Holidays e Surf Summit**. De salientar, que este último reuniu cerca de 200 líderes mundiais em tecnologia para realizarem atividades de aventura, networking e palestras, como antecipação do Web Summit, o maior e mais importante marketplace de tecnologia mundial.
- **Divulgação do Ericeira Camping**, em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, na Bolsa de Turismo de Lisboa.
- **V Festival do Pão**, que decorreu no Jardim do Cerco e foi uma organização em parceria com os serviços da Câmara Municipal de Mafra, com o objetivo de divulgar o Pão de Mafra e o artesanato local.
- **Animação de Verão Ericeira**, que decorreu em dois locais distintos, no “jogo da bola” e na foz do Lizandro. Foi uma organização em parceria com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, com o objetivo de animar as noites de verão da Vila.
- **Mostra Gastronómica “Os Sabores da Tapada”** em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra.



- **Animação de Natal** com a instalação de Stands Rústicos no centro da vila, com o objetivo de fomentar o comércio local, de promover o artesanato e os produtos agrícolas do nosso concelho.

2.2 Atividade de Infraestruturas e Rodovias

A **GIATUL** no desenvolvimento desta atividade, executou obras de conservação da rede viária municipal, repavimentou diversos arruamentos, instalou e manteve diversos espaços verdes, executou sistemas de saneamento básico e participou na execução de equipamentos de utilização coletiva.

Procedeu ainda, à venda de massas asfálticas e à receção de materiais asfálticos para reciclagem promovendo uma maior utilização do estaleiro e da Central de Asfalto.

O Plano de Atividades aprovado para este exercício, foi o seguinte:

TIPO DE OBRAS – 2016	Euros
Estradas e Caminhos – Conservação Corrente por Contrato	2.515.000,00€
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	15.000,00€
Sinalização e Trânsito	64.000,00€
Iluminação em Diversas Localidades	35.000,00€
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e Reservatórios	208.500,00€
Diversos Estudos e Projetos	15.000,00€
Equipamentos – Conservação e Construções Diversas	15.000,00€
Arruamentos em diversas povoações	725.000,00€
Espaços Verdes Jardins	355.000,00€
Infraestruturas Diversas	204.500,00€
Trabalhos para Terceiros	240.000,00€
	4.392.000,00€
Venda de Massas Asfálticas	175.000,00€
Receção e Venda de Reciclados	8.750,00€
	183.750,00€

As Obras executadas foram as seguintes:

OBRAS EXECUTADAS EM 2016		%
Estradas e Caminhos das Freguesias- Conservação Corrente por Contrato	2.713.284,58€	60,89%
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	15.563,51€	0,35%
Sinalização e Transito	73.612,22€	1,65%
Iluminação em Diversas Localidades	31.543,00€	0,71%
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Aguas e Reservatórios	195.563,51€	4,39%
Diversos Estudos e Projetos	0,00€	0,00%
Equipamentos - Conservação e Construções Diversas	81.041,39€	1,82%
Arruamentos em diversas povoações	708.528,37€	15,90%
Espaços Verdes Jardins	333.716,28€	7,49%
Infraestruturas Diversas	409.387,03€	8,97%
Trabalhos para Terceiros	1.470,39€	0,03%
	4.573.709,89€	100,00%

Venda de Massas Asfálticas	19.090,32€
Recepção e Venda de Reciclados	1.469,00€
	20.559,32€

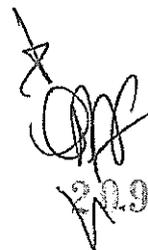
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

INDICADORES	Rácio	2016	2015
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante c.p.	43,98%	66,52%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios + Div a Terc. M/L prazo / Imobilizado	88,30%	92,89%
Solvabilidade	Activo Líquido / Passivo	201,53%	185,59%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Activo Líquido Total	50,38%	46,12%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	10,65%	14,80%

Volume de Negócios	5.662.876,23€	5.563.861,30€
Resultado Líquido	23.434,26€	191.591,81€
Cash-Flow Operacional	607.371,00€	821.855,27€

Da sua leitura, verifica-se um reforço dos Capitais Próprios da sociedade, justificado pela redução dos Capitais Alheios Financiados em 905.294,41€ e do Passivo em 1.141.424,52€.


5. RENDIMENTOS E GASTOS

Rubricas	Valor	Peso %
RENDIMENTOS		
Vendas de Produtos	20.559,32€	0,32%
Prestação de Serviços	5.642.316,91€	88,01%
Subsídios à Exploração	499.556,66€	7,79%
Imparidade de Dividas a Receber - Reversões	12.922,06€	0,20%
Outros Rendimentos	235.467,10€	3,67%
Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	3,34€	0,01%
Total dos Rendimentos	6.410.825,39€	100,00%
GASTOS		
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	426.586,34€	6,68%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.160.186,57€	65,20%
Gastos com o Pessoal	1.128.658,59€	17,69%
Depreciações e Amortizações	525.671,66€	8,24%
Outros Gastos	75.097,19€	1,18%
Gastos e Perdas de Financiamento	64.548,34€	1,01%
Total dos Gastos	6.380.748,99€	100,00%

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos e desinvestimentos realizados no exercício de 2016, foram os seguintes:

	INVESTIMENTOS	DESINVESTIMENTOS/ABATES/REG.
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções		
Equipamento Básico	25.126,06€	111.920,84€
Equipamento Transporte	29.638,65€	229.573,05€
Ferramentas e Utensílios		
Equipamento Administrativo		
Outras Imobilizações Corpóreas		8.181,75€
	54.764,61€	349.675,64€
Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital - Mafreduca SA	0,00€	
	0,00€	0,00€
	54.764,61€	349.675,64€

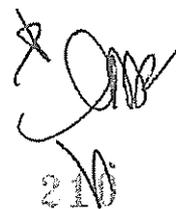


6. PERSPECTIVAS FUTURAS

As atuais projeções para a economia portuguesa, apontam para uma recuperação gradual da atividade em 2017 - 2018, suportada maioritariamente pelo desempenho das exportações, pelo bom desempenho do sector do Turismo, a par de uma recuperação da procura interna, num quadro de manutenção de uma significativa capacidade líquida de financiamento externo. A taxa de desemprego tem vindo a marcar uma tendência de descida, o que provavelmente também contribuirá para a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção de graves desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de reequilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamento. Simultaneamente, não se devem ignorar o aumento dos riscos, de natureza interna e externa, que pairam sobre a economia portuguesa e europeia. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajetória descendente no rácio da dívida pública. Em simultâneo, é necessário, continuar o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano. Um consenso alargado, tornar-se-ia fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação destas políticas. Estas condições, são indispensáveis para promover um melhor aproveitamento dos recursos e para promover o crescimento da produtividade, contribuindo assim para um maior equilíbrio económico-social em Portugal.

Relativamente à atividade da sociedade, os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2017, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira anteriormente descrita.



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., apresenta no exercício de 2016, resultados positivos de 23.434,36€ (Vinte e três mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e trinta e seis cêntimos).

Verificando que o valor existente em Reservas Legais é superior à taxa que os Estatutos da Sociedade obrigam, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados23.434,36€

8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 7 de Março de 2017

O Presidente do Conselho de Administração



Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração



Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.º)

Vogal do Conselho de Administração



Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

2 - Balanço

GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

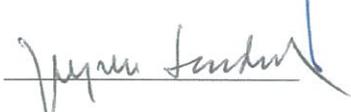
BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	17	2 132 378,08 €	2 394 813,63 €
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	18	8 447 712,22 €	8 683 106,19 €
Activos biológicos			
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros			
Créditos a receber			
Activos por impostos diferidos			
		10 580 090,30 €	11 077 919,82 €
Activo corrente			
Inventários	21	35 133,30 €	26 247,55 €
Activos biológicos			
Clientes	22	301 328,38 €	729 708,21 €
Estado e outros entes públicos	23	171 568,53 €	207 326,93 €
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	20	257 580,71 €	547 670,82 €
Diferimentos	19	24 178,77 €	29 014,53 €
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	24	181 448,83 €	85 336,42 €
		971 238,52 €	1 625 304,46 €
TOTAL DO ACTIVO		11 551 328,82 €	12 703 224,28 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	25	900 000,00 €	900 000,00 €
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	26	356 800,25 €	356 800,25 €
Outras reservas	27	604 732,03 €	475 055,36 €
Resultados transitados	29	3 883 977,07 €	3 822 061,93 €
Ajustamento em activos financeiros	28	-6 925,00 €	-6 925,00 €
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		57 593,72 €	91 499,02 €
Resultado líquido do período		23 434,36 €	191 591,81 €
Interesses que não controlam			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		5 819 612,43 €	5 830 083,37 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	33	3 523 125,51 €	4 464 520,92 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dividas a pagar			
		3 523 125,51 €	4 464 520,92 €
Passivo corrente			
Fornecedores	32	685 689,47 €	837 677,96 €
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	30	40 988,24 €	70 803,06 €
Financiamentos obtidos	33	621 109,00 €	585 008,00 €
Outras dividas a pagar	31	312 524,17 €	196 217,97 €
Diferimentos	19	548 280,00 €	718 913,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		2 208 590,88 €	2 408 619,99 €
TOTAL DO PASSIVO		5 731 716,39 €	6 873 140,91 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		11 551 328,82 €	12 703 224,28 €

Conselho de Administração


Contabilista Certificado nº 67159



219737428

67159





Handwritten signature and the number 212.

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

3 – Demonstração de Resultados

GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

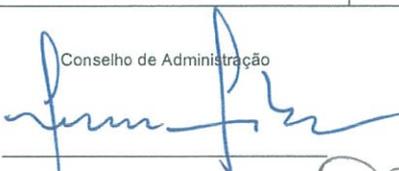
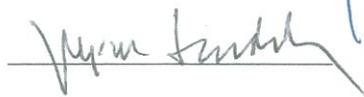
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e Serviços Prestados	6	5 662 876,23 €	5 563 861,30 €
Subsídios à exploração	12	499 556,66 €	101 792,24 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-426 586,34 €	-689 333,60 €
Fornecimento e serviços externos	8	-4 160 186,57 €	-3 248 162,50 €
Gastos com o pessoal	9	-1 128 658,89 €	-1 047 696,45 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	12 922,06 €	98 817,25 €
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	11	235 467,10 €	185 139,96 €
Outros gastos	13	-75 097,19 €	-43 745,68 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		620 293,06 €	920 672,52 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14	-525 671,66 €	-581 603,10 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		94 621,40 €	339 069,42 €
Juros e rendimentos similares obtidos	15	3,34 €	6,98 €
Juros e gastos similares suportados	16	-64 548,34 €	-108 145,68 €
Resultados antes de impostos		30 076,40 €	230 930,72 €
Imposto sobre o rendimento do período		-6 642,04 €	-39 338,91 €
Resultado líquido do período		23 434,36 €	191 591,81 €

Conselho de Administração


Contabilista Certificado nº 67159



219737428

67159



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Giatal-Actividades Ludicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

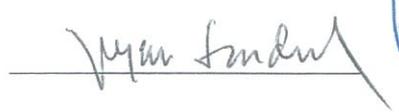
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:			
Recebimento de clientes	+	6 590 812,72 €	6 566 222,13 €
Pagamentos a fornecedores	-	-4 738 761,40 €	-4 521 167,55 €
Pagamentos ao pessoal	-	-1 148 804,74 €	-1 190 615,82 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	703 246,58 €	854 438,76 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+/-	-23 701,05 €	-84 002,17 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	262 097,62 €	194 906,89 €
Fluxos das actividades operacionais	[1]	+/- 941 643,15 €	965 343,48 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangiveis	-	-67 360,59 €	-229 575,87 €
Activos intangiveis	-	0,00 €	-130 296,84 €
Investimentos Financeiros	-	0,00 €	0,00 €
Outros activos	-	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangiveis	+	67 509,51 €	17 500,00 €
Activos intangiveis Investimentos financeiros	+	0,00 €	108 000,00 €
Outros activos	+	0,00 €	0,00 €
Subsidios ao investimento	+	0,00 €	101 792,24 €
Juros e rendimentos similares	+	0,00 €	6,98 €
Dividendos	+	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2]	+/- 148,92 €	-132 573,49 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	+	0,00 €	150 000,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos	+	0,00 €	0,00 €
Doações	+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	-	-905 294,41 €	-1 058 159,79 €
Juros e gastos similares	-	64 551,68 €	-100 472,02 €
Dividendos	-	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	-	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]	-840 742,73 €	-1 008 631,81 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]	101 049,34 €	-175 861,82 €
Efeitos das diferenças de câmbio	+/-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	85 336,42 €	261 198,24 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	181 448,83 €	85 336,42 €

Conselho de Administração


Contabilista Certificado nº 67159



219737428

67159



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

5 – Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A GIATUL, ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M.-S.A. é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda, mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

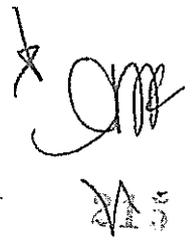
Em Março de 2008 a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em Agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

Em consequência desta fusão, o objecto social da sociedade incorporante passou a consistir no seguinte:



1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município.

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.



O capital social da empresa passou para € 900.000,00, representado por 180.000 acções nominativas de 5,00 euros cada, detidas a 100% pelo Município de Mafra.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados



condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.



3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.



3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2016, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, EM SA".

Associadas

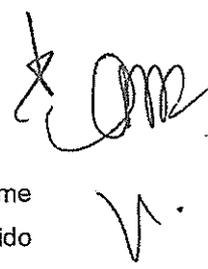
Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

PARTICIPADA	Participação	Valor Mensurado	Ano Aquisição	Total do Capital Social	Resultado 2016
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100.000,00	N/A

As Contas de 2016 ainda não foram disponibilizadas na presente data.



Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, SA, conforme deliberação inscrita na Acta da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, conforme se descrito no relatório de gestão do exercício anterior, não chegou a ficar concluído.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo.

A 31/12/2015 apresentava Capitais Próprios negativos em 17.730.415,01 €.

4. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Imparidade de activos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Reconhecimento de Vendas e Serviços Prestados

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidos a afectar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

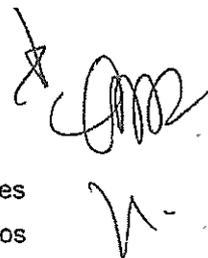
(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os activos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores actualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.



Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o activo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de activos.

Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afectar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Responsabilidades e Gastos com benefícios de reforma de trabalhadores

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.



Custos de empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Subsídios públicos

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Instituto do Turismo de Portugal, referentes a eventos ocorridos em 2016 assim como referentes a um contrato de estágio com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, tendo como objetivo promover a inserção de jovens no mercado de trabalho.

Impostos sobre os resultados

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de activos por impostos diferidos.

Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

213
OM
V

Activos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o activo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de linha recta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objecto de estimativa actualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

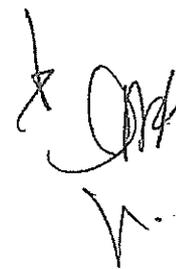
Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Para a generalidade dos activos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no



parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afectar o valor do respectivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Justo Valor nas Propriedades de Investimento e Imparidades de activos

Aplicaram-se para o efeito, as disposições contidas na NCRF 11 - Propriedades de investimento.



Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

↓
-
219
V.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos.

↓

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Investimentos financeiros activos

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respectivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Outras contas a pagar

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor actual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

Instrumentos financeiros

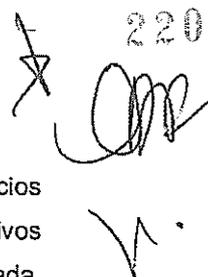
No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobabilidade.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo, sendo a taxa de juro efectiva a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros:

São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os

220


activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos accionistas.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.



Passivos contingentes e activos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objecto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização directa; e (iv) fluxos de caixa descontados.

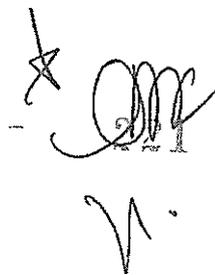
b) As Vidas úteis dos activos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICO

A Demonstração dos Resultados por Funções não é objecto de preparação em SNC porque a empresa optou por não a elaborar.



NOTAS DISCRIMINATIVAS E EXPLICATIVAS

6. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Detalhe das Vendas e Prestação de Serviços dos exercícios:

	2016	2015
Vendas de produtos acabados	20.559,32€	173.966,16€
Prestação de Serviços:		
Infraestruturas	4.563.709,89€	4.380.812,68€
Parque de Campismo	1.078.607,02€	1.009.082,46€
Vendas e serviços prestados na DRN SNC	5.662.876,23€	5.563.861,30€

As Prestações de Serviços ocorrem apenas no mercado interno.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2016	2015
Existências iniciais	26.247,55€	29.878,50€
Compras de matérias, subsidiárias e de consumo no período	435.472,09€	685.702,65€
Existências finais	35.133,30€	26.247,55€
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas na DRN SNC	426.586,34€	689.333,60€



8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos dos exercícios, foram os seguintes:

	2016	2015
Subcontratos	3.393.646,56€	2.448.504,94€
Trabalhos especializados	77.196,29€	97.942,72€
Publicidade e propaganda	18.799,45€	23.539,64€
Vigilância e segurança	91.093,45€	95.753,20€
Honorários	0,00€	0,00€
Comissões	0,00€	837,79€
Conservação e reparação	132.663,66€	129.140,91€
Serviços Bancários	29.018,65€	29.194,54€
Outros Serviços	0,00€	0,00€
Ferramentas e Utensílios	32.764,58€	37.630,28€
Livros e documentação técnica	216,00€	25,77€
Material de escritório	8.302,67€	8.276,09€
Artigos para oferta	144,34€	246,60€
Eletricidade	72.870,43€	85.730,10€
Combustíveis	97.653,39€	141.992,15€
Água	86.309,03€	28.552,55€
Lubrificantes	4.307,20€	4.322,89€
Deslocações e estadas	588,77€	1.708,14€
Rendas a alugueres	37.071,30€	34.713,03€
Comunicação	11.641,50€	13.953,64€
Seguros	31.186,01€	34.166,12€
Contencioso e notariado	778,40€	586,69€
Despesas de representação	0,00€	341,15€
Limpeza, higiene e conforto	34.204,89€	31.003,56€
Fornecimentos e serviços externos na DRN SNC	4.160.186,57€	3.248.162,50€

9. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe dos Gastos com o Pessoal nos exercícios:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	0,00€	0,00€
Remunerações do pessoal	891.572,22€	814.517,92€
Encargos sobre remunerações	192.310,70€	186.992,84€
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	11.293,94€	11.406,81€
Indemnizações e acordos de rescisão	0,00€	0,00€
Outros gastos com o pessoal	33.482,03€	34.778,88€
Gastos com pessoal na DRN SNC	1.128.658,89€	1.047.696,45€

O número médio de funcionários em 2016 foi de 72, sendo 12 do Parque de Campismo.

10. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Desdobramento dos ajustamentos e imparidades ocorridas nos exercícios:

	2016	2015
Aumentos de ajustamentos de valor em clientes	0,00€	-30.376,96€
Recuperação de dívidas	12.922,06€	129.194,21€
Imparidade de dívidas a receber na DRN SNC	12.922,06€	98.817,25€

Os ajustamentos para Clientes foram feitos tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe dos Outros Rendimentos dos exercícios:

	2016	2015
Correções imputáveis a períodos anteriores	4.001,64€	4.635,29€
Outros rendimentos e ganhos	231.465,46€	180.504,67€
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	235.467,10€	185.196,96€

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a "Tarawa-kiribati", que gerou um rendimento no montante de 108.000,00 euros, no exercício de 2016.

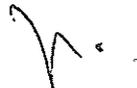
12. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2016	2015
Subsídios à exploração	499.556,66€	101.792,24€
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	499.556,66€	101.792,24€

Na rubrica de Subsídios à Exploração foram reconhecidos rendimentos referentes ao contrato celebrado em 2016 entre a Giatul e o Turismo de Portugal, I.P.. Esta última, concedeu um incentivo financeiro não reembolsável no montante de 496.445,00€ para implementação do plano de "Atividades de Promoção Turística do Município de Mafra", conforme se discrimina:

Eventos 2016	2016	2015
1. Participação em feiras e festivais	49.623,41€	80.000,00€
2. Material de informação e promoção turística	19.445,00€	10.000,00€
3. Ericeira - Reserva Mundial de Surf	0,00€	6.445,00€
4. Sumof Summer Fest	50.000,00€	0,00€
5. World pro Junior Championship 2016	200.000,00€	0,00€
6. Grandes Eventos Internacionais: Surf Summit	177.376,59€	
Soma	496.445,00€	96.445,00€





Ficou por liquidar do Turismo de Portugal, I.P., o valor de 60.000,00€, o qual foi regularizado no dia 02/01/2017.

Nesta rubrica de Subsídios à Exploração também foram reconhecidos rendimentos no valor de 3.111,66€, referentes a um contrato de estágio estabelecido com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, tendo como objectivo promover a inserção de jovens no mercado de trabalho.

13. OUTROS GASTOS

Detalhe de Outros Ganhos dos exercícios:

	2016	2015
Impostos indiretos	10.754,87€	13.580,05€
Impostos diretos	1.072,95€	1.072,95€
Correções de Exercícios Anteriores	25.107,80€	17.479,87€
Taxas	32.118,02€	10.077,84€
Donativos	2.300,00€	450,00€
Multas e penalidades	99,76€	1.082,67€
Outros gastos e perdas	3.643,79€	2,30€
Outros gastos e perdas na DRN SNC	75.097,19€	43.745,68€



14. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das Amortizações dos Activos Tangíveis e Intangíveis, dos exercícios:

	2016	2015
Amortizações de ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	23.518,37€	20.032,39€
Equipamento básico	249.541,89€	311.514,05€
Equipamento de transporte	13.909,67€	11.134,14€
Equipamento administrativo	2.941,50€	3.162,30€
Outros activos fixos tangíveis	366,26€	366,25€
Propriedade Industrial	200.000,00€	200.000,00€
Projectos de Desenvolvimento	35.393,97€	35.393,97€
Gastos de depreciação e de amortização na DRN SNC	525.671,66€	581.603,10€

15. JUROS OBTIDOS E OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos juros bancários obtidos.

	2016	2015
Juros obtidos de depósitos	3,34€	6,98€
Juros obtidos de aplicações de tesouraria		
Juros obtidos de clientes		
Juros obtidos de outras entidades		
Rendimentos de participadas valorizadas ao custo		
Diferenças cambiais favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos		
Juros e rendimentos similares obtidos na DRN SNC	3,34€	6,98€

16. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2016	2015
Juros contraídos com empréstimos bancários	59.398,52€	100.282,38€
Juros contraídos em locações financeiras	0,00€	189,64€
Outros gastos e perdas de financiamento	4.573,61€	7.673,66€
Juros e gastos similares suportados na DRN SNC	64.548,34€	108.145,68€

17. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Fixos tangíveis:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Terranos e recursos naturais	420.691,21€				420.691,21€
Edifícios e outras construções	485.780,74€				485.780,74€
Equipamento básico	6.225.856,89€	25.126,06€	111.920,84€		6.139.062,11€
Equipamento de transporte	402.871,60€	29.638,65€	229.573,05€		202.937,20€
Ferramentas e utensílios					
Equipamento administrativo	100.530,03€				100.530,03€
Outros activos fixos tangíveis	73.068,99€		8.181,75€		64.887,24€
Depreciações acumuladas	-5.313.985,83€	-290.277,69€	-322.753,07€		-5.281.510,45€
Perdas por imparidade acumuladas	0,00€				0,00€
Total	2.394.813,63€	-235.512,98€	-26.922,57€		2.132.378,08€

Totais das variações do ano sem depreciações

Aquisições	Alienações
54.764,71€	349.675,64€

No que respeita ao valor reconhecido em "Terrenos e recursos naturais" corresponde ao terreno denominado "Vale da Póvoa de Cima", localizado no concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos exercícios seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates (a)	Saldo Final
Ativos intangíveis					
Goodwill					
Projectos de desenvolvimento					
Programas de computador					
Propriedade industrial	10.912.307,80€				10.912.307,80€
Outros activos intangíveis	106.192,53€				106.192,53€
Amortizações acumuladas	-2.335.394,14€	-235.393,97€			-2.570.788,11€
Perdas por imparidade acumuladas					
Total	8.683.106,19€	-325.393,97€			8.447.712,22€

Discrimina-se o valor da rubrica por item.

Descrição	Ano Aquisição	Valor Reconhecido	Tipo de Direito
Avenida - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2.422.372,88€	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421.956,08€	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565.619,09€	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azeira	30/04/2007	320.462,17€	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288.732,28€	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212.801,30€	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272.283,08€	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305.108,52€	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313.317,44€	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651.381,20€	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138.273,76€	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	2.499.999,83€	Cessão Exploração
Base dados de Imagens Concelho de Mafra Marca M	29/06/2015	35.404,59€	Propriedade Plena
	Soma	8.447.712,22€	

O Parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em Fevereiro de 2017.

19. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no Activo Corrente é o seguinte:

(Activo corrente)	2016	2015
Diferimentos:		
Juros a reconhecer	24.178,77€	29.014,53€
Gastos a reconhecer	0,00€	0,00€
Diferimentos no balanço SNC	24.178,77€	29.014,53€

O desdobramento dos diferimentos registados no Passivo Corrente, é o seguinte:

(Passivo Corrente)	2016	2015
Rendimentos a reconhecer (Proveitos Diferidos)	548.280,00€	718.913,00€
Diferimentos no balanço SNC	548.280,00€	718.913,00€

20. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Detalhe das Outras Contas a Receber:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2016	2015
(Activo corrente)		
Devedores por acréscimo de Rendimentos	257.580,71€	545.546,97€
Outros devedores	0,00€	0,00€
Outras contas a receber no balanço SNC	257.580,71€	545.546,97€

Na rubrica de Devedores por acréscimo de rendimentos encontram-se reconhecidos 28.570,00€ Euros de valores facturados em 2017 correspondente a serviços de alojamento no Parque de Campismo ocorridos em 2016.

21. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2016	2015
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	35.133,30€	26.247,55€
Inventários reclassificados de acordo com a NCRF 3	35.133,30€	26.247,55€

22. CLIENTES

Saldos da Conta Clientes nos exercícios:

	2016	2015
Clientes C/C - Mercado Nacional	121.953,38€	242.833,21€
Clientes C/C – Títulos a Receber	0,00€	0,00€
Clientes - Factoring	179.375,00€	486.875,00€
Clientes no balanço SNC	301.328,38€	729.708,21€

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVO)

Detalhe dos saldos devedores da conta Estado, nos exercícios:

	2016	2015
IRC Capitais	0,00€	0,00€
IRC Prediais	29.840,68€	29.592,43€
IRC Juros Bancários	95,92€	95,00€
Pagamento Especial por Conta	15.897,95€	2.608,00€
Pagamento por Conta	15.750,30€	0,00€
IVA a Recuperar	109.983,68€	175.031,42€
Estado e outros entes públicos no balanço SNC	171.568,53€	216.474,57€

24. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Detalhe da conta caixa e seus equivalentes:

	2016	2015
Caixa	3.450,00€	3.379,5€
Depósitos imediatamente mobilizáveis	175.498,83€	79.456,8€
Depósitos a Prazo	2.500,00€	2.500,00€
Caixa e depósitos bancários no balanço SNC	181.448,83€	85.336,42€

25. CAPITAL REALIZADO

Composição do Capital:

	2016	2015
Capital realizado no balanço SNC	900.000,00€	900.000,00€

O "Município de Mafra" detém 100% do capital social da Giatul, EM. SA.

225
↓
eme
v.**26. RESERVAS LEGAIS**

Composição da Reserva legal:

	2016	2015
Reservas legais	356.800,25€	356.800,25€
Reservas legais no balanço SNC	356.800,25€	356.800,25€

27. OUTRAS RESERVAS

Composição das Outras Reservas:

	2016	2015
Reservas livres	425.027,06€	425.027,06€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos - 2014	50.028,30€	50.028,30€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2015	129.676,67€	0,00€
Outras reservas no balanço SNC	604.732,03€	475.055,36€

28. AJUSTAMENTOS DE ACTIVOS FINANCEIROS

	2016	2015
Ajustamentos de aplicação do MEP	-6.925,00	-6.925,00
Ajustamentos em activos financeiros no balanço SNC	-6.925,00	-6.925,00

29. RESULTADOS TRANSITADOS

Detalhe da evolução dos Resultados Transitados nos exercícios:

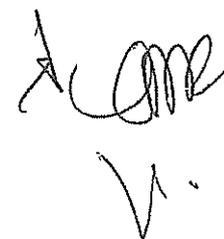
	2016	2015
Resultados Transitados	3.883.977,07€	3.822.061,93€
Resultados transitados no balanço SNC	3.883.977,07€	3.822.061,93€

30. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (Passivo)

Desdobramento das Contas com o Estado:

	2016	2015
(Passivo corrente)		
Iva a Pagar	0,00€	0,00€
CGA e ADSE a pagar	3.617,20€	3.577,97€
Segurança social a pagar	19.864,12€	17.181,38€
IRS a pagar	5.832,87€	5.767,87€
IRC a Pagar	11.588,97€	44.275,84€
Estado e Outros Entes Públicos no balanço SNC	40.988,24€	70.803,06€

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.


31. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Detalhe das Outras Contas a Pagar:

	2016	2015
(Passivo corrente)		
Credores Diversos	301.666,21€	180.423,08€
Retenções para ATAM e Cofre Previdência F.A. Estado	0,00€	0,00€
Impostos diferidos	10.857,96€	15.794,89€
Outras contas a pagar no balanço SNC	312.524,17€	196.217,97€

32. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de Fornecedores:

	2016	2015
Fornecedores C/C	334.789,23€	571.458,49€
Fornecedores C/ garantias	352.823,81€	268.290,95€
Adiantamentos a Fornecedores	-1.923,57€	0,00€
Fornecedores no balanço SNC	685.689,47€	839.749,44€


33. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos Financiamentos obtidos nos exercícios:

	2016	2015
(Passivo não corrente)		
Dívidas a mais de um ano a instituições de crédito nacionais	3.523.125,51€	4.464.520,92€
Financiamentos obtidos no balanço SNC	3.523.125,51€	4.460.528,92€
(Passivo corrente)		
Dívidas a menos de um ano a instituições de crédito nacionais	621.109,00€	585.008,00€
Financiamentos obtidos no balanço SNC	621.109,00€	589.000,00€

- a) Neste valor estão incluídos os financiamentos através de Conta Corrente Caucionada, Locação financeira e Desconto de Letras.

34. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às participações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artºs 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS E.M. S.A.

35. SALDOS ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2016	2015
Saldos em outras contas a receber		
Câmara Municipal de Mafra	0,00€	0,00€
Saldos em contas a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	30.555,56€	0,00€

36. TRANSACÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

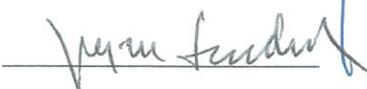
Detalhe das transações ocorridas com associadas:

	2016	2015
Réditos		
Câmara Municipal de Mafra	5.642.316,91€	4.376.512,67€
Fornecimentos e serviços externos		
Câmara Municipal de Mafra	216.568,83€	89.864,85€

Mafra, 07 de Março de 2017

Conselho de Administração



Contabilista Certificado n.º 67159





[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

6 – Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Giatal-Actividades Ludicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

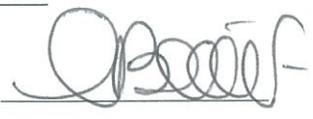
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quótas) próprias	Prémios de subscrição e outros prémios de subscrição	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em relação à avaliação	Efeitos da reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	900 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356 800,25 €	475 055,36 €	3 822 061,93 €	-6 925,00 €	0,00 €	91 499,02 €	191 591,81 €	5 830 083,37 €	0,00 €	5 830 083,37 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00 €	129 676,67 €	61 915,14 €	0,00 €		-33 905,30 €	-191 591,81 €	-33 905,30 €		-33 905,30 €
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	129 676,67 €	61 915,14 €	0,00 €	0,00 €	-33 905,30 €	-191 591,81 €	-33 905,30 €	0,00 €	-33 905,30 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											23 434,36 €	23 434,36 €		23 434,36 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											-168 157,45 €	-10 470,94 €		-10 470,94 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0,00 €
Realizações de prémios de emissão															0,00 €
Distribuições															0,00 €
Entradas para cobertura de perdas															0,00 €
Outras operações															0,00 €
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	11=6+7+8+10	900 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356 800,25 €	604 732,03 €	3 883 977,07 €	-6 925,00 €	0,00 €	57 593,72 €	23 434,36 €	5 819 612,43 €	0,00 €	5 819 612,43 €

Contabilista Certificado nº 67159


 Nº 219737428
 67159

Conselho de Administração





2



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

7 – Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. que compreendem o balanço em 31/12/2016 que evidencia um total de 11.551.329 euros e um total de capital próprio de 5.819.612 euros, incluindo um resultado líquido de 23.434 euros, a Demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. em 31/12/2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2015 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 17.730.415 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016. A GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida



Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar

uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 07 de Março de 2017

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Registada na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,

Revisor Oficial de Contas, n.º 1167

Registado na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER

Concordo. Propomos que o assunto seja tratado a reunião de Câmara.

2017/03/11. Adenilde Rodrigues

O(A) Vereador(a),

concordo. Proponho que o assunto seja objeto de deliberação pelo órgão executivo.

13/03/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Maapabel

10/3/2017

O(A) Chefe de Divisão

Paula Ribeiro

DESPACHO

A reunião

14/03/17

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva

INFORMAÇÃO Interno/2017/3883

ASSUNTO: Associação SOS Voz Amiga – apoio financeiro

A Associação SOS Voz Amiga, fundada em 1978, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, que tem como objetivo prestar apoio emocional especializado por telefone a pessoas em situação aguda de sofrimento causado pela solidão, ansiedade, depressão ou ideação suicida.

O atendimento telefónico é realizado por voluntários não remunerados a quem é ministrada formação adequada e o apoio prestado é inteiramente confidencial.

A Associação é membro da IFOTES (*International Federation of Telephone Emergency Services*), e parceira do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio.

O seu trabalho é transversal a todo o território nacional incluindo as Ilhas e recebem também contactos de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro. No ano



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

transato receberam 3701 pedidos de ajuda, na sua maioria de pessoas com problemas depressivos, económicos, de solidão e com ideação suicida.

Para fazer face às despesas, nomeadamente de aluguer das instalações e do vencimento do técnico de saúde mental que dá apoio e formação aos voluntários, recorrem à angariação de fundos junto de diferentes entidades, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal.

Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Propõe-se, na sequência do pedido de apoio formalizado pela Associação SOS Voz Amiga, a atribuição de uma verba no valor 1.000€ (mil euros) a esta entidade, para despesas de gestão e manutenção.

Mafra, 10 de março de 2017

A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional

(Paula Santos)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica 0102		CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica 040701		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Transferências Correntes				
Classificação Funcional						
N.º Rubrica do Plano						
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	656.210,00				
2	Reforços / Anulações	15.000,00				
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	671.210,00				
5	Encargos Assumidos (a)	552.047,50				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	119.162,50				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	1.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	118.162,50				

Data: 2017/03/14 Numero de lançamento no diário do orçamento: 3488

Proposta de Cabimento n.º 2017/969

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "APOIO FINANCEIRO AO IPSS PARA FAZER FACE A DESPESAS CORRENTES DE GESTÃO - SOS VOZ AMIGA".

DULCE MARIA DUARTE
LOURENÇO
2017.03.14 11:51:16 Z



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

232

PARECER

Concordo. Propoulo que o anexo seja presente a reunião de comere.

14/03/2017

O(A) Vereador(a),

Aldemiro Edm.

concordo. Proponho que o assento seja objecto de deliberaçoes pelo órgao executivo.

14/03/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Alcázarabel

Concordo com o proposto.

13/03/2017

O(A) Chefe de Divisão

Paulo Ribeiro

DESPACHO

A reunião.

14/03/17

O Presidente da Câmara,

Helder Sousa Silva

INFORMAÇÃO Interno/2017/4114

ASSUNTO: FEAC - Fundo Europeu de Apoio a Carenciados - Protocolo de Parceria

O FEAC - Fundo Europeu de Apoio a Carenciados 2014-2020, surge em 2014 para substituir o PCAAC - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados. Este programa tem como objetivo a distribuição de géneros alimentares junto das pessoas mais carenciadas e concretiza-se num Programa Operacional, designado Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas - POAPMC.

Em fevereiro de 2017, através do Aviso N.º POAPMC-F2-2017-01, a Comissão Diretiva do POAPMC, publicitou a abertura das candidaturas para as Entidades interessadas em distribuir e/ou coordenar ações territoriais de entrega de alimentos, no âmbito do referido FEAC, definindo os procedimentos e requisitos para o efeito.

anexo XV



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Cumprindo com o disposto na alínea b) do n.º 3, do artigo 64.º, do Regulamento Específico do POAPMC, publicado pela Portaria n.º 51/2017, de 2 de fevereiro, que republicou igualmente o Regulamento Geral do FEAC, constitui imperativo legal a criação de uma parceria institucional para a operacionalização da entrega dos géneros alimentares.

Por sua vez, nos termos previstos no artigo 63.º do citado Regulamento Específico do Programa, as Entidades elegíveis para integrar a Parceria, devem cumprir com um conjunto de requisitos, nomeadamente, desenvolver no âmbito da sua atividade regular, ações de atendimento e acompanhamento social às pessoas mais carenciadas no território de intervenção da candidatura.

Nessa sequência e reunidas as condições no Concelho de Mafra para a apresentação de uma candidatura ao POAPMC, para benefício dos munícipes em situação de maior vulnerabilidade social, importa formalizar a constituição dessa Parceria, através da subscrição de um Protocolo de Parceria entre as Entidades Beneficiárias que integram o consórcio.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e da alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, celebrar o Protocolo de Parceria, cuja minuta se anexa.

Mafra, 13 de março de 2017

A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional

(Paula Santos)

PROTOCOLO DE PARCERIA

Medida: 1. Aquisição e distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade
Tipologia de Operação 1.2.1. Distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade

A entidade (indicar a designação da entidade coordenadora) é (preencher com uma breve caracterização da entidade).

A entidade (indicar a designação da entidade mediadora) é (preencher com uma breve caracterização da entidade).

A entidade (indicar a designação da entidade mediadora) é (preencher com uma breve caracterização da entidade).

Neste âmbito, e considerando as potencialidades das entidades supramencionadas, cujo algumas das atividades possuem pontos de contacto, aspetos complementares e sinergias, e no sentido de desenvolver os objetivos comuns destas entidades, é celebrado o presente Protocolo de Parceria, que tem como objetivo o envolvimento concertado e a consolidação de sinergias destas entidades na concretização da operação apresentada em parceria à Tipologia de Operações 1.2.1. - Distribuição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC).

Assim, os parceiros da operação acordam:

1. Desenvolver, em conjunto, a operação acima referenciada, no âmbito do PO APMC, que tem como objetivo distribuir às pessoas mais carenciadas do território géneros alimentares, *bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas, de acordo com o descrito no formulário de candidatura.

** Caso não sejam desenvolvidas medidas de acompanhamento, eliminar.*

2. Assumir as seguintes responsabilidades no desenvolvimento da operação:

2.1. A entidade coordenadora é(indicar a designação da entidade coordenadora), que nesta qualidade:

2.1.1. Assume também a função de polo de receção cumprindo os requisitos dispostos no Artigo 62.º do Regulamento Específico do PO APMC;

2.1.2. Cumpre as obrigações previstas no Artigo 68.º do Regulamento Específico do PO APMC, entre as quais coordenar a parceria e proceder à articulação, quer com a Autoridade de Gestão/Organismo Intermédio, quer entre as várias entidades parceiras da operação e receber o financiamento atribuído, geri-lo e transferi-lo para as organizações parceiras;

2.1.3. Responsabiliza-se por atingir um número de destinatários finais de:
.....

2.1.4. Em caso de incumprimento do número de destinatários finais a abranger por uma ou mais entidades mediadoras que compõe a parceria, aprovado, pode, em sede de execução física da operação, gerir os destinatários finais a abranger por cada uma das entidades, desde que comprovadas as condições exigidas na legislação e, preferencialmente, com o consentimento de todas as entidades;

2.1.5. Ultrapassados 3 meses da verificação do incumprimento referido no ponto anterior e sob pena de deterioração dos produtos por ausência de entregas, na impossibilidade de obter o consentimento de todos os parceiros, pode fazer prevalecer e fazer entrar em vigor a redistribuição do número de destinatários por entidade parceira por si proposta;

2.1.6. Sempre que ocorrer uma redistribuição do número de destinatários finais a abranger por cada entidade mediadora que compõe a parceria, elabora uma Adenda ao Presente Protocolo, que evidencie a nova redistribuição em vigor.

2.2. A(s) entidade(s) mediadora(s)¹ é(são) a(s) seguinte(s):

2.2.1.(indicar a designação da entidade mediadora), que abrange um número de destinatários finais de :

2.2.2. (indicar a designação da entidade mediadora), que abrange um número de destinatários finais de :

2.2.3.(indicar a designação da entidade mediadora), que abrange um número de destinatários finais de :

e que nesta qualidade:

✓ Cumpre(m) os requisitos dispostos no Artigo 63.º do Regulamento Específico do PO APMC;

¹ Sempre que a entidade coordenadora é também mediadora deve ser identificada neste ponto.



- ✓ Cumpre(m) as obrigações previstas no Artigo 69.º do Regulamento Específico do PO APMC, entre as quais elaborar e atualizar as listas de destinatários finais no SI FEAC e distribuir os produtos aos destinatários finais de acordo com as respetivas credenciais.
3. Que a repartição da percentagem do apoio que cabe a cada uma das entidades parceiras, de acordo com as normas de aplicação da taxa fixa definidas no aviso de abertura de candidaturas é a seguinte:
- 3.1. Das despesas administrativas, de transporte e de armazenamento financiadas a uma taxa fixa de 5% do valor de aquisição dos géneros alimentares atribuídos a cada operação:
- ✓ 4% é atribuído à entidade coordenadora da parceria;
 - ✓ 1% é atribuído às entidades mediadoras da parceria, sendo o montante a receber por cada entidade mediadora proporcional à quantidade de produtos que lhe são atribuídos.
- 3.2. As despesas com medidas de acompanhamento financiadas a uma taxa fixa de 5% do valor de aquisição dos géneros alimentares atribuídos a cada operação são atribuídas às entidades mediadoras da parceria, proporcionalmente à quantidade de produtos que lhe são atribuídos, desde que comprovem, através de evidências, a realização destas medidas junto dos respetivos destinatários finais.

ASSINATURAS

Data: _____, ____ de _____ de _____

Entidade Parceira: Responsável:..... Cargo:	Assinatura
Entidade Parceira: Responsável:..... Cargo:	Assinatura
Entidade Parceira: Responsável:..... Cargo:	Assinatura

Entidade Parceira:	Assinatura
Responsável:	
Cargo:	



PROPOSTA

ASSUNTO: Plano estratégico para a criação e desenvolvimento do *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra

No contexto da I Conferência Internacional do Turismo *Outdoor*, promovida por ocasião da *Surf Summit* (a primeira das conferências integradas na prestigiada *Web Summit*), esta Autarquia fez público anúncio de que o turismo *outdoor* constitui a aposta municipal para as próximas décadas.

Esta opção estratégica reside, por um lado, no reconhecimento das condições endógenas do Concelho de Mafra (alia a diversidade dos recursos naturais associados à terra e ao mar, complementados pela riqueza do património histórico-cultural, ao clima ameno e à qualidade das acessibilidades) e, por outro lado, no facto desta tendência de turismo motivar a (re)descoberta dos territórios, gerando atratividade no destino durante todo o ano e promovendo a sustentabilidade ambiental.

Neste sentido, tem vindo a Câmara Municipal a implementar uma intervenção alargada, quer proporcionando condições em meio natural para a prática do desporto de aventura, quer ainda desenvolvendo uma relação de permanente proximidade e cooperação com os agentes económicos locais, materializada no projeto "Mafra & Ericeira Experience".

Para consolidação desta dinâmica, pretende-se constituir um *cluster*, congregando os diversificados atores associados aos desportos *outdoor*, de forma a gerar complementaridades, mas sobretudo a promover ganhos de escala, oferecendo aos turistas uma oferta estruturada, diferenciadora e de inequívoca qualidade.

Neste sentido, procedeu-se à elaboração do "Plano estratégico para a criação e desenvolvimento do *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra", o qual contempla, para além de uma definição dos principais pressupostos associados a este *cluster*, a formulação de objetivos, a identificação dos principais eixos estratégicos e ainda um plano de ação, organizado por cinco fases. Posteriormente, dependerá dos

anexo XVI



atores que integram o *cluster* a elaboração do calendário das atividades, bem como a aprovação do respetivo orçamento.

Na elaboração deste documento foram incorporados os contributos dos vários serviços municipais, mas também do Conselho Municipal de Turismo, cujos membros foram chamados a formular sugestões.

Nesse sentido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Plano estratégico para a criação e desenvolvimento do *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e das alíneas f) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea h), do n.º 1 do artigo 25.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Mafra, 14 de março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Hélder Sousa Silva)



**Plano estratégico para a criação
e desenvolvimento do cluster
do turismo outdoor do Concelho de Mafra**



FICHA TÉCNICA

Título

Plano estratégico para a criação e desenvolvimento do cluster do turismo outdoor do Concelho de Mafra

Textos

Câmara Municipal de Mafra

Fotografias

Câmara Municipal de Mafra

Nelson Jacinto

Afonso Costa Lopes

Data de publicação

Março de 2017

Edição

1.ª edição

Cluster	6
■ Conceito	6
■ Redes de clusters	6
■ Atores	7
■ Diagnóstico	8
■ Objetivos	10
Estratégia	11
■ Eixo "Património"	11
■ Eixo "Indústria e comércio"	20
■ Eixo "Turismo"	22
■ Eixo "Desportos outdoor"	33
■ Eixo "Qualificação"	37
■ Eixo "Certificação"	38
■ Eixo "Comunicação"	39
■ Eixo "Internacionalização"	40
Plano de Ação	41
■ 1.ª fase - Diagnóstico e calendarização	42
■ 2.ª fase - Estruturação do cluster	43
■ 3.ª fase - Afirmação do destino e consolidação da marca	46
■ 4.ª fase - Internacionalização	53
■ 5.ª fase - Avaliação	55
Anexos	56
■ Anexo I - Identificação de potenciais membros do cluster	57
■ Anexo II - <i>The adventure traveler. Changing priorities</i>	60



PREÂMBULO



O turismo *outdoor* constitui, hoje, uma verdadeira **oportunidade estratégica** para o Concelho de Mafra:

- 1** Pela **diversidade dos recursos naturais**, que permitem a realização de programas em ambientes distintos – a terra e o mar;
- 2** Pelo **clima ameno**, que proporciona a prática de atividades desportivas ao longo de todo o ano, contrariando a típica sazonalidade turística;
- 3** Pela **riqueza do singular património arquitetónico e histórico-cultural**, que distingue a paisagem e qualifica a oferta disponibilizada aos visitantes;
- 4** Pela **segurança do destino**, que é um fator determinante na hospitalidade e consequente atratividade do território;
- 5** E pela **proximidade face aos principais mercados emissores**: dispendo de rodovias de qualidade, o Concelho de Mafra situa-se a escassa meia hora do aeroporto de Lisboa, autêntica placa giratória de acesso aos quatro cantos do mundo.

Definitivamente, o **outdoor é a aposta para as próximas décadas**: atividades como o *surf*, o *bodyboard*, o *stand up paddle*, o *kitesurf*, o parapente, a canoagem, a pesca desportiva, o BTT, o pedestrianismo, o *running*, a orientação, os passeios a cavalo, o *geocaching*, o *paintball*, a escalada ou o *birdwatching*, entre muitas e muitas outras.

Consciente deste potencial no sector do turismo, a Câmara Municipal tem vindo a implementar uma **intervenção alargada**, seja proporcionando condições em meio natural para a prática do desporto de aventura, a exemplo da limpeza das linhas de água ou da abertura de caminhos rurais, seja promovendo grandes eventos nacionais e internacionais, que contribuem para a visibilidade e notoriedade do destino, seja ainda desenvolvendo uma relação de permanente proximidade e cooperação com os agentes económicos locais, agora materializada no projeto **“Mafra & Ericeira Experience”**.

Assim, em 2017, Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁽¹⁾, o projeto “Mafra & Ericeira Experience” traduz o **novo posicionamento municipal em matéria de turismo outdoor**: pretende-se que a dinâmica já associada ao nicho do *surfing*, e

(1) “A declaração pela ONU de 2017 como o Ano Internacional de Turismo Sustentável para o Desenvolvimento é uma oportunidade única para aumentar a contribuição do sector do turismo para os três pilares da sustentabilidade – económica, social e ambiental, ao aumentar a consciência das verdadeiras dimensões de um sector que é muitas vezes subestimado”, disse o secretário-geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), Taleb Rifai, que “reconhece a importância do turismo para estimular a melhor compreensão entre os povos em todos os lugares, de diferentes culturas, contribuindo assim para o fortalecimento da paz no mundo”.



consolidada com a consagração da Ericeira como Reserva Mundial de Surf, seja alargada aos restantes desportos de natureza, contando com o envolvimento transversal dos parceiros locais, aditando ao tradicional sector do turismo (alojamento, restauração e animação) as componentes ambientais e do desenvolvimento económico, englobando a indústria, a inovação e a internacionalização da marca/ destino.

Este objetivo está plasmado no próprio **logótipo**: o símbolo do infinito evoca as infinitas potencialidades do Concelho de Mafra para a prática do turismo *outdoor*, cujo desenvolvimento e projeção às escalas nacional e internacional dependem de uma ação concertada dos vários agentes; as cores verde e azul, que se misturam, fazem a ligação à terra e ao mar e, conseqüentemente, à diversidade de recursos naturais do território; as iniciais do nome do programa "Mafra & Ericeira Experience" permitem a associação direta com as marcas "M" e "E", ou seja, com a ruralidade e a maritimidade que caracterizam o Concelho de Mafra.

O projeto "Mafra & Ericeira Experience" pretende, assim, desenvolver o turismo *outdoor* no Concelho de Mafra, através da criação e desenvolvimento de um *cluster* que sirva como plataforma para a definição, planeamento e realização das principais ações enquadradas nas diferentes áreas de intervenção do sector. Afinal, ainda que a Câmara Municipal seja um parceiro ativo na criação de um ambiente institucional que valorize as vantagens competitivas do Concelho de Mafra, o sucesso desta dinâmica depende – sempre – da **iniciativa privada!**

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra,
Hélder Sousa Silva

1 CONCEITO

O conceito de *cluster* foi popularizado por Michael Porter no seu livro "A Vantagem Competitiva das Nações" (1989). Dez anos volvidos, o mesmo autor dedicou a esta temática um capítulo do seu livro "Competição" (1999), definindo *cluster* como um "agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas [exemplos de entidades públicas, universidades ou associações empresariais] numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou estado para todo um país ou mesmo uma rede de países vizinhos"⁽²⁾.

Neste sentido, e não obstante a coabitação num mesmo espaço geográfico e a inerente concorrência, subjacente ao conceito está a lógica de colaboração: os *clusters*, enquanto sistema, estimulam a interação e as sinergias entre os seus elementos.

Da agricultura à pesca, do transporte à logística, da indústria audiovisual às tecnologias da informação, existem diversos *clusters* no mundo, os quais têm o potencial de incrementar a produtividade dos seus elementos, aportar inovação ou até incentivar a constituição de novas empresas. O turismo apresenta inequívocas potencialidades de *clustering*, na medida em que – e o Concelho de Mafra não é exceção – se verifica um elevado número de pequenas empresas que, em conjunto, poderão reduzir custos e gerar complementaridades, mas sobretudo ganhar escala.

Saliente-se que o turismo é um sector cada vez mais competitivo, quer pela sua abrangência e transversalidade, quer também pelo crescente uso de meios inovadores e sofisticados, especialmente associados à Internet. Tal induz o crescimento da competitividade, mas também a desigualdade entre os diversos intervenientes da cadeia de valor⁽³⁾.

2 REDES DE CLUSTERS

A criação do *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra visa agregar sinergias por parte dos diferentes atores, independentemente da sua possível integração em *clusters* sectoriais mais abrangentes (por exemplo, no âmbito da economia azul ou do ambiente) ou de turismo nacional (por exemplo, no âmbito do surf ou dos trails).

Não obstante, considera-se interessante a oportunidade deste *cluster* local poder integrar, *per si*, redes transnacionais de *clusters*.

REDE EUROPEIA DE CLUSTERS

A *European Cluster Collaboration Platform* (ECCP), lançada a 8 de março de 2016, é dirigida à comunidade europeia e internacional de organizações gestoras e parceiras de *clusters*. Os novos serviços disponíveis para promover a colaboração internacional de *clusters* incluem:

- Mapeamento de *clusters* com base em novos perfis relativos à internacionalização;
- Oportunidades para o estabelecimento de contactos e futuras colaborações através de eventos europeus e internacionais - eventos "matchmaking" para *clusters* e PME;
- Um fórum para as organizações gestoras de *clusters* trocarem e procurarem oportunidades para a cooperação entre *clusters*;
- Informação sobre prioridades de países terceiros para a internacionalização de *clusters*;
- Informação sobre a iniciativa "European Strategic Cluster Partnerships - Go International"⁽⁴⁾.

(2) Porter, Michael E. (1999), *Competição: Estratégias Competitivas Essenciais*. Rio de Janeiro: Campus

(3) Lorga, Sérgio (coord.) (2014), *Estudo de atratividade e potencialidade nos clusters – Agroalimentar, Economia do Mar, Cidades Inteligentes, Tecnologias de Produção e Turismo*, B'TEN – Business Talent Enterprise Network
http://www.inova-ria.pt/sites/default/files/projects/estudo_de_atratividade_clusters_final.pdf

(4) <http://www.clustercollaboration.eu/>

EUROPEAN CLUSTER EXCELLENCE INITIATIVE

A Fundação Europeia para a Excelência dos *Clusters* (*European Foundation for Cluster Excellence*), sediada em Barcelona, dá formação, avalia e melhora a competitividade mundial de *clusters* regionais, tendo como objetivo promover os *clusters* como uma importante ferramenta para o desenvolvimento económico regional.

Neste contexto, desenvolve material para formação, visando a Excelência da Gestão dos *Clusters* – “Cluster Management Excellence” e a organização de um sistema de acreditação para a certificação dos formadores.

O Secretariado Europeu para a Análise de *Clusters* (*European Secretariat for Cluster Analysis*) promove a excelência da gestão dos *clusters* através de exercícios de *benchmarking* e atribuição de rótulos de qualidade “quality labelling”, apoiando os decisores políticos na conceção e implementação de programas de apoio aos *clusters*⁽⁵⁾.

EUROPEAN CLUSTER OBSERVATORY

Trata-se de um ponto de acesso único onde se pode encontrar informação especialmente dirigida a decisores políticos, organizações gestoras de *clusters*, representantes das PME e intermediários, ao nível europeu, nacional e regional, sobre dados estatísticos, mapeamento e análise de *clusters* e informação sobre políticas de apoio aos *clusters* na Europa. Tem por objetivo promover o desenvolvimento de *clusters* de primeira mundial na Europa, facilitar o acesso das PME aos *clusters* e apoiar atividades de internacionalização de *clusters*.

Para o período 2014-2020, a principal aposta do Observatório Europeu dos Clusters são as ligações intersectoriais e a competitividade e as oportunidades de empreendedorismo das indústrias emergentes⁽⁶⁾.

EUROPEAN CLUSTER PANORAMA 2016

Com o objetivo de apoiar os decisores na formulação de políticas baseadas em evidência, bem como a formação de parcerias transnacionais, o Observatório Europeu dos Clusters publicou, no dia 1 de dezembro de 2016, o *European Cluster Panorama 2016*.

Trata-se de uma publicação bianual que fornece um mapeamento atualizado dos *clusters* e indústrias emergentes em toda a Europa. Nesta edição estão documentados o papel e os benefícios dos *clusters*, evidenciando-se a relevância económica de dez indústrias emergentes que incluem, entre outras, a biofarmacêutica, a economia azul, as indústrias criativas e digitais, o ambiente, a logística e a mobilidade. Um novo conjunto de dados agrega conhecimentos sobre *skills*, empreendedorismo e a evolução dos *clusters* ao longo do tempo⁽⁷⁾.

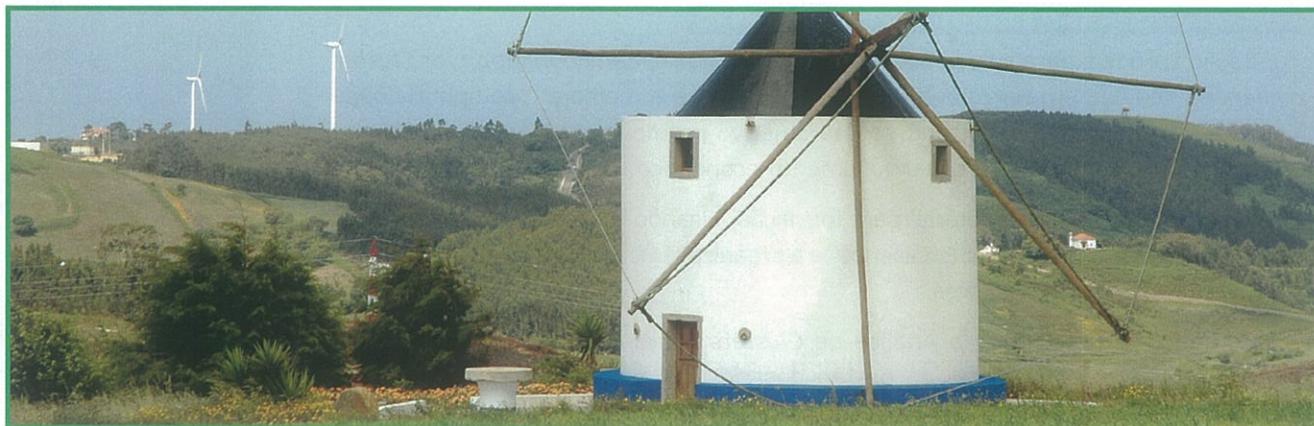
3 ATORES

O *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra, pela sua diversidade e transversalidade, deverá integrar os diferentes interlocutores que, direta ou indiretamente, atuam nesta área (Anexo I). Na lista constante em anexo estão mencionadas as entidades oficiais e os principais sectores de atividade empresarial associados ao *outdoor*, sem prejuízo da integração de outros.

(5) <http://www.cluster-analysis.org/>

(6) <http://ec.europa.eu/growth/smes/cluster/observatory/>

(7) <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/20381>



4 DIAGNÓSTICO

Considerando que ainda não existe, no Concelho de Mafra, uma prática de monitorização dos indicadores relativos ao turismo *outdoor* (situação que se pretende inverter com a implementação do presente plano), o diagnóstico estratégico é feito com recurso à análise SWOT, acrónimo de *strengths* (pontos fortes ou forças), *weaknesses* (pontos fracos ou fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças), ferramenta utilizada em gestão e planeamento estratégico que permite uma avaliação dos ambientes internos e externos e servirá de base à adequada formulação de uma estratégia de criação e desenvolvimento do *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra.

PONTOS FORTES

- Condições naturais do Concelho de Mafra para a prática dos desportos *outdoor*, aliadas à riqueza do património edificado que complementa a oferta turística;
- Clima temperado, que proporciona a prática de atividades *outdoor* durante todo o ano;
- Localização estratégica do território, na proximidade da capital e dos principais mercados emissores, valorizada por acessibilidades rodoviárias de qualidade;
- Segurança do destino, contribuindo para a sua atratividade;
- Dinâmica das empresas de animação turística, nas diferentes áreas de negócio;
- Realização de eventos nacionais e internacionais na área dos desportos *outdoor*, que contribuem para prestigiar e divulgar o destino;
- Consagração da Ericeira como Reserva Mundial de Surf;
- Existência de um forte compromisso da comunidade local na área do surf.
- Existência de uma Estratégia Municipal para a Adaptação às Alterações Climáticas.

PONTOS FRACOS

- Ausência de oferta estruturada no sector *outdoor* do Concelho de Mafra;
- Inexistência de uma comunidade organizada no âmbito do desporto *outdoor*;
- Desconhecimento do perfil do turista *outdoor* do Concelho de Mafra;
- Ausência de prática de monitorização dos indicadores do sector, que permita orientar a implementação de estratégias de ação;
- Escassa promoção e divulgação internacional de modalidades *outdoor* que não o surf;
- Pouco conhecimento, por parte do turista, da oferta para a prática de desportos *outdoor* na zona interior do Concelho de Mafra;
- Inexistência de uma estratégia de comunicação concertada, por parte dos diferentes atores, no âmbito do turismo *outdoor*;
- Escassa formação especializada dos atores locais nas diferentes áreas de negócio do turismo *outdoor*.

OPORTUNIDADES

- Crescimento económico das atividades relacionadas com o turismo *outdoor*, com principal destaque para o *surfing*;
- Instabilidade geopolítica à escala internacional, especialmente nos países do Médio Oriente e do Norte de África, induzindo turistas para Portugal;
- Conjuntura económica a nível internacional, que direciona o turista para destinos mais económicos, a exemplo de Portugal;
- Atribuição de galardões internacionais ao turismo em Portugal, contribuindo para a sua promoção, mas também para o posicionamento "Portugal está na moda";
- Possibilidade de participação em feiras e certames de promoção turística de âmbito nacional e internacional;
- Tendência para a adoção de estilos de vida saudáveis, incluindo a prática de atividade física em contacto com a natureza;
- Aumento da procura de experiências de turismo de natureza e aventura por parte da comunidade nacional e internacional;
- Aquisição precoce de hábitos de prática desportiva, atendendo à sua introdução na educação pré-escolar e no 1.º ciclo;
- Crescente preocupação, por parte das famílias, na realização de momentos lúdicos intergeracionais, com recurso à prática desportiva informal;
- Programa Municipal de Limpeza das Linhas de Águas (em curso)⁽⁸⁾, criando condições para a oferta de atividades *outdoor*.

AMEAÇAS

- Conjuntura económica desfavorável com decréscimo do poder de compra de algumas famílias, conduzindo à redução de gastos com a atividade física;
- Aumento da idade da reforma e conseqüente menor disponibilidade para a prática da atividade física;
- Pouco tempo livre, por parte da população jovem (principalmente ao nível do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário), para a prática de atividades extracurriculares em ambiente *outdoor*, devido à grande carga horária inerente aos programas curriculares;
- Massificação dos espaços naturais com o desenvolvimento de atividades de desporto *outdoor*, introduzindo uma carga excessiva que, em última instância, pode colocar em causa a sustentabilidade ambiental;
- Inexistência de uma oferta diferenciadora e suportada nas singularidades territoriais, contribuindo para a perda de competitividade do Concelho de Mafra face a outros destinos turísticos.

(8) Num investimento superior a 2 milhões e 200 mil euros, a Câmara Municipal está a proceder à limpeza e desobstrução dos leitos e das margens das 12 principais linhas de água do Concelho de Mafra, numa extensão total de cerca de 100 quilómetros, desenvolvidas ao longo de três anos. Em curso, está também o projeto "VALOR RIO" (Rio Trancão), iniciativa intermunicipal com o objetivo de valorizar e proteger o património natural e paisagístico das linhas de água comuns aos Concelhos de Mafra, Loures e Odivelas.

CLUSTER *Objetivos*

5 OBJETIVOS

CONHECIMENTO

- Monitorizar o funcionamento do sector do turismo *outdoor*, através da recolha de indicadores;
- Avaliar o comportamento dos consumidores, de modo a orientar a estratégia;
- Estudar novos modelos de negócio.

FORMAÇÃO

- Promover a formação especializada em diferentes áreas, de forma a qualificar a oferta;
- Formar massa crítica, à escala local, em matéria de turismo *outdoor*.

SUSTENTABILIDADE

- Aumentar o *cross-selling* dos diversos agentes deste mercado, numa lógica colaborativa;
- Incorporar boas práticas internacionais (*benchmarking*);
- Incrementar o número de dormidas, transformando visitantes em turistas;
- Elevar a qualidade das experiências turísticas e a sua adequação às singularidades territoriais;
- Promover a especialização em nichos de mercados e a abordagem de novos segmentos;
- Fomentar o desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo como fonte de inovação do sector;
- Potenciar a crescente interação entre a animação turística e o turismo *outdoor* na cadeia de valor.

COMUNICAÇÃO

- Promover campanhas de comunicação conjuntas e articuladas, de modo a criar escala e posicionar o destino na mente do consumidor;
- Investir em ferramentas de *marketing* digital, seguindo as tendências do mercado, mas introduzindo uma estratégia diferenciadora.



MAFRA ERICEIRA
experience
THE OUTDOOR TOURISM CLUSTER

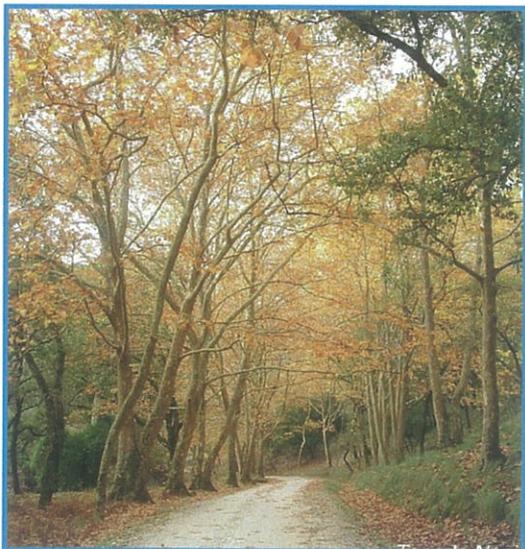
ESTRATÉGIA

1 PATRIMÓNIO NATURAL

2017 foi proclamado pela ONU, em colaboração com a Organização Mundial de Turismo (OMT), como o "Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento", sendo que, para além das questões social e económica, o ambiente constitui, em si mesmo, um dos pilares da sustentabilidade.

No âmbito do *cluster* do turismo *outdoor*, a vertente ambiental assume importância estratégica para distinguir Mafra dos demais municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Neste sentido, em complemento ao investimento municipal efetuado na limpeza das linhas de água e galerias ripícolas, no tratamento de águas residuais, na recolha de resíduos sólidos urbanos ou até na valorização dos espaços verdes, urge divulgar, junto de residentes, visitantes e turistas, boas práticas ambientais: a título de exemplo, é necessário assegurar que os eventos desportivos ou de lazer não se constituem como focos de poluição dos espaços naturais e que promovem a preservação da flora e da fauna.

O território do Concelho de Mafra é distribuído por 291,7 Km² (a altura máxima é de 431m e a mínima é de 0m). De acordo com Plano Diretor Municipal (PDM), cerca de 80% do Concelho corresponde a solo rural, relativo a espaço agrícola, natural e florestal.



PAISAGEM

"Ao nível concelhio, Mafra é marcada paisagisticamente por cinco elementos distintos: área litoral, em particular arribas e áreas agrícolas marginais; vales das ribeiras do Safarujo, Cuco e Lizandro; Relevos (encostas) e cones vulcânicos; Mosaico Rural; Convento e Tapada.

Este conjunto de ocorrências cria uma imagem própria de Mafra no contexto da AML Norte, onde se cruzam elementos de forte carácter patrimonial, áreas florestais de referência, litoral de forte atração residencial e recreativa, percursos panorâmicos, gastronomia associada à qualidade dos produtos locais e diversidade da paisagem.

(...) A zona norte do concelho, essencialmente as freguesias de Encarnação, Azueira, Enxara do Bispo e Vila Franca do Rosário, caracteriza-se por um relevo ondulado, forte influência do mar,

mosaicos e uma compartimentação das áreas agrícolas. A morfologia, em anfiteatro suave, desenvolve-se desde os relevos a nascente (serras de Candeeiros e Montejunto) até ao mar, num sistema de colinas sulcadas por vales mais profundos. Este fator associado a uma policultura diversificada onde domina a pequena propriedade e o povoamento disperso é muito característico desta zona.

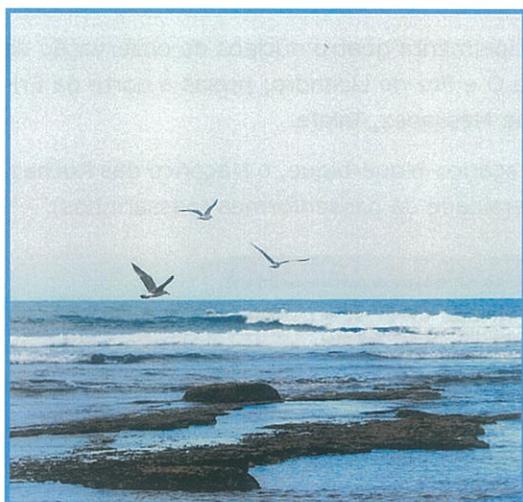
(...) O rio de Safarujo e a Ribeira de Pedrulhos fazem de barreiras de distinção natural entre esta subunidade de paisagem e a que lhe é adjacente.

A zona nascente do concelho (correspondente à quase totalidade da freguesia de Milharado e, de forma marginal, à freguesia de Enxara do Bispo) apresenta uma paisagem muito idêntica à descrita anteriormente, mas com menor influência do mar. A identidade desta paisagem é determinada, essencialmente, pelo relevo muito movimentado, de formas arredondadas, com encostas, por vezes, de declive muito acentuado, combinado com um mosaico cultural diversificado, incluindo a forte presença de vinha. No entanto, esta é uma zona de transição, pelo que as suas características não se fazem sentir de forma acentuada.

O tipo de paisagem predominante na maior parte do território do concelho de Mafra caracteriza-se por relevo ondulado, mas rasgado por vales encaixados, com um clima marcadamente atlântico (com nevoeiros frequentes,

invernos tépidos e verões frescos). A paisagem é dominada por campos agrícolas compartimentados, delimitados por muros de pedra, sebes de cana que protegem dos ventos marítimos, conferindo um aspeto singular à paisagem (...). É, ainda, marcada pela costa rochosa onde as escarpas alternam com manchas de areal, em pequenas enseadas encaixadas entre falésias ou associadas à foz de pequenos cursos de água.

A paisagem presente no extremo sul do concelho (quase totalidade da freguesia de Santo Estevão das Galés e pequena área das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros) tem relevo suave, mas trata-se de uma paisagem de transição, não tendo grande influência no global (...)”⁽⁹⁾



GEOLOGIA

A Geologia é uma ciência dinâmica que nos dá a conhecer os fenómenos que moldaram o nosso planeta desde a sua origem, fenómenos esses que são fundamentais para compreender a paisagem que nos rodeia e a forma como esta se originou. Apesar dos limites artificiais impostos pela divisão administrativa, é possível fazer uma descrição da geologia e geomorfologia presentes no Município de Mafra, que naturalmente ultrapassa as fronteiras concelhias.

O Concelho de Mafra faz parte da Estremadura Portuguesa, desenvolvendo-se sobre terre-

nos da orla ocidental portuguesa, enquadrando-se na bacia sedimentar do Tejo, formada na sequência da abertura do oceano Atlântico há cerca de 260 milhões de anos. A sul do Concelho, observamos a chamada *Plataforma de São João das Lampas* (com cerca de 100-150m de altitude) que ladeia a Serra de Sintra. Esta superfície aplanada foi erodida pelo mar há cerca de 90 milhões de anos, como demonstram as areias e seixos rolados que aí se podem encontrar, bem como os fósseis incrustados nas rochas do período Jurássico e Cretácico (de origem sedimentar), como os arenitos, calcários e as margas.

Toda a zona da Península de Lisboa possui diversos testemunhos de episódios de atividade vulcânica durante o período Meso-Cenozóico, estando atestada a existência de um Complexo Vulcânico de Lisboa. As manifestações de atividade vulcânica nesta região ter-se-ão iniciado há cerca de 100 milhões de anos e perduraram cerca de 30 milhões de anos. É em torno de Mafra que se encontram os melhores testemunhos, tendo alguns deles servindo como locais estratégicos de ocupação pré-histórica na região, como o Penedo do Lexim e a Serra do Socorro. Nestes locais é comum encontrarem-se basaltos e outras rochas vulcânicas.

Estas duas formas de relevo distintas – as plataformas de abrasão formadas por rochas sedimentares e as colinas correspondentes a antigos cones vulcânicos hoje praticamente desmanteladas – formam uma paisagem diversificada, alternando entre os planaltos e a profusão de colinas. Sobre estas rochas que constituem o substrato do território encontram-se, ainda, formações mais recentes como areias de duna e de praia, bem como aluviões de areias e seixos provenientes dos diversos cursos de

(9) Câmara Municipal de Mafra (2014), Relatório Ambiental in Plano Diretor Municipal.
http://www.cm-mafra.pt/sites/default/files/5_relatorioambiental.pdf

ESTRATÉGIA *Eixo “Património”*

água que sulcam o Concelho. No que concerne ao litoral, as inúmeras praias do município, por norma, têm integradas um sistema de arribas, como as observáveis em São Julião, São Lourenço ou na Calada.

O Concelho de Mafra possui dois geossítios referenciados como de interesse nacional pela Universidade do Minho⁽¹⁰⁾, designadamente Penedo do Lexim e Ribeira d’Ilhas. Já o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)⁽¹¹⁾ identifica, neste território, dois locais: Penedo do Lexim e dunas da praia de São Julião.

FAUNA E FLORA

Bosques, pastagens, matos, linhas de água ou praias. A diversidade de habitats existentes no Concelho de Mafra – evidenciando-se a Tapada Nacional de Mafra e a Reserva Mundial de Surf da Ericeira – possibilita a existência de algumas das espécies mais representativas da fauna nacional, mas também um grande número de espécies animais, com destaque para as aves.

“Fora do recinto murado da Tapada Nacional de Mafra, existem principalmente quatro núcleos de observação de aves: zonas ribeirinhas de Cheleiros e Carvalhal; vale da Senhora do Ó e Foz do Lizandro; praias a norte da Ericeira e até Ribeira d’Ilhas; Charneca, mais precisamente na ponta de Messapez, Talefe.

Em todos estes locais existe grande variedade de espécies, como o Maçarico-bique-bique, o Maçarico das Rochas, a Galinha d’ água ou a Garça-Branca, para além de uma enorme diversidade de passeriformes (passarinhos)”⁽¹²⁾.



TAPADA NACIONAL DE MAFRA ⁽¹³⁾

Criada no reinado de D. João V, em 1747, a Tapada Nacional de Mafra conserva um património natural de características únicas, criada com o objetivo de constituir um espaço de recreio venatório do Rei e da sua corte e ainda de fornecer lenha e outros produtos ao Convento.

Com uma área de 1200 hectares, está rodeada por um muro de alvenaria de pedra e cal, com uma extensão de 21 Km.

A Tapada foi dividida em três partes separadas por dois muros construídos em 1828, estando atualmente a primeira, com 360 hectares, sob administração militar.

Com cerca de 800 hectares, a Tapada Nacional de Mafra é uma área densamente florestada, atravessada por linhas de água, onde coexistem diversas espécies animais num cenário de flora bastante rica e diversificada.

Esta diversidade de habitats presentes na Tapada, bosques, pastagens, matos e linhas de água, permite a existência de um grande número de espécies animais.

As aves constituem um dos grupos faunísticos mais representativos da Tapada Nacional de Mafra, podendo ser frequentemente observada a águia-de-Bonelli, o açor e o bufo-real. A mais recente habitante da Tapada é a águia-cobreira, observada pela primeira vez em maio de 2007.

Entre as mais de 60 espécies de pequenas aves que aqui ocorrem, as mais comuns são os chapins, os rabirruivos, os tentilhões e as alvéolas.

(10) <http://geossitios.progeo.pt/>

(11) <http://geoportal.lneg.pt/>

(12) <http://www.cm-mafra.pt/pt/turismo/observacao-de-aves-birdwatching>

(13) Fonte: Tapada Nacional de Mafra. <http://tapadademafra.pt>

As margens das ribeiras são o habitat de numerosos invertebrados e de grupos faunísticos que deles se alimentam, como a avifauna e a herpetofauna. Nestes locais, são observados diversos tritões, salamandras, rãs, relas, sapos, cágados e diferentes espécies de cobras.

Os mamíferos, em particular o gamo, o veado o javali e a raposa, são as espécies mais conhecidas pelo público.

No entanto, outros mamíferos habitam na Tapada, como o coelho-bravo, o texugo, a geneta, o saca-rabos, a doninha e o ouriço-cacheiro, entre outras.

Algumas das espécies mais representativas da flora nacional existem na Tapada. Entre as árvores mais comuns, destacam-se o Eucalipto, o Sobreiro, o Pinheiro bravo e o Pinheiro-manso.

Hoje, são vários os percursos e visitas disponíveis para quem quer visitar e ficar a conhecer os encantos da Tapada Nacional. Com amigos ou família são várias as experiências que podem ser vividas. Um tranquilo passeio pedestre, de charrete, a cavalo, de carro elétrico ou de comboio, participar numa experiência apícola, treinar aves de rapina, são algumas atividades que a Tapada disponibiliza aos seus visitantes.

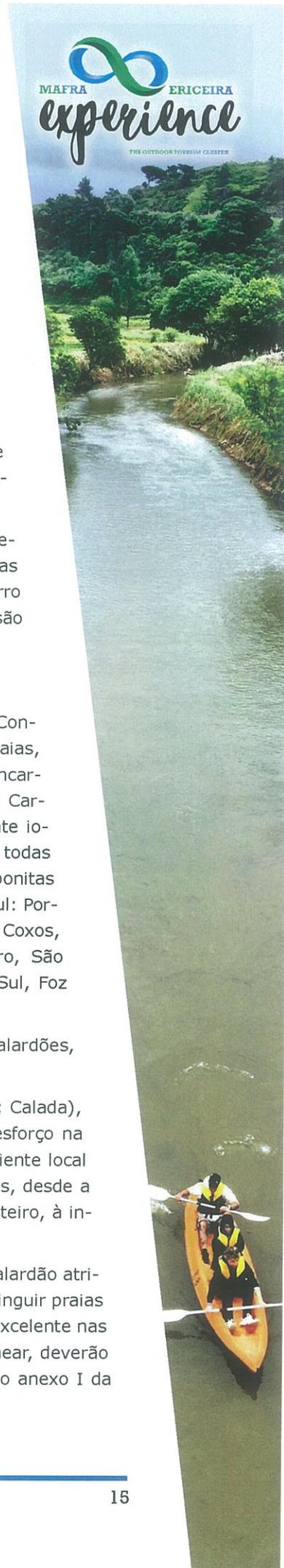


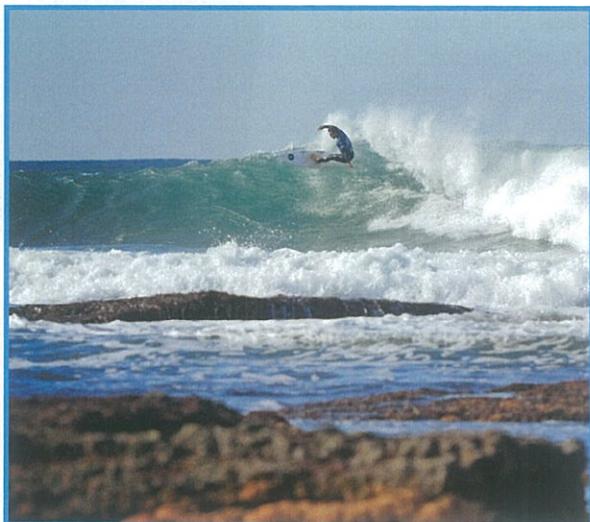
COSTA MARÍTIMA

Ao longo da costa marítima do Concelho de Mafra, contam-se 13 praias, distribuídas pelas freguesias da Encarnação, Santo Isidoro, Ericeira e Carvoeira. De mar batido, ar bastante iodado, areia grossa e clara, quase todas elas surgem enquadradas por bonitas arribas rochosas. De norte para sul: Porto Barril, Calada, São Lourenço, Coxos, Ribeira d'Ilhas, Empa, Matadouro, São Sebastião, Algodio, Pescadores, Sul, Foz do Lizandro e São Julião.

A qualidade das praias deste território tem vindo a ser distinguida com a atribuição de galardões, designadamente:

- **Bandeira Azul** (Foz do Lizandro; Sul ou Baleia; Algodio; Ribeira d'Ilhas; S. Lourenço; Calada), galardão ambiental, atribuído às comunidades/ concelhos que fazem um especial esforço na gestão dos seus ambientes costeiros, fluviais e zonas balneares, respeitando o ambiente local e a natureza. A comunidade e a sua praia têm que cumprir um conjunto de critérios, desde a informação e educação ambiental, à qualidade da água de banho e do ambiente costeiro, à informação, segurança, equipamentos e serviços;
- **Qualidade de Ouro** (Foz do Lizandro - mar; Ribeira d'Ilhas; São Lourenço; Calada), galardão atribuído pela Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, pretende distinguir praias cuja qualidade da água banear respeitem os seguintes critérios: qualidade da água excelente nas quatro últimas épocas balneares; todas as análises realizadas, na última época banear, deverão ter apresentado resultados melhores que os valores definidos para o percentil 95 do anexo I da Diretiva relativa às águas balneares.





RESERVA MUNDIAL DE SURF DA ERICEIRA

Pelas condições naturais da costa marítima, o Concelho de Mafra tem vindo a assumir-se, historicamente, como um local privilegiado para a prática do surf e de todas as outras modalidades de ondas.

A diversidade de ondas e de graus de dificuldade das mesmas permitem a prática desta modalidade por surfistas de todos os níveis, dos iniciantes aos profissionais.

Em outubro de 2011, estas condições excecionais foram objeto de reconhecimento internacional, com a atribuição, à Ericeira, do galardão da organização internacional *Save The Waves Coalition*, tornando-se uma *World Surfing Reserve*, constituindo a primeira Reserva Mundial de Surf na Europa e a segunda do mundo.

Os critérios que conduziram ao seu reconhecimento oficial foram a qualidade e a consistência das ondas, a importante história e cultura de surf local, a riqueza e sensibilidade ambiental da área e, ainda, a forte mobilização da comunidade.

A Reserva Mundial de Surf da Ericeira integra-se no Concelho de Mafra, estendendo-se entre as praias da Empa e de São Lourenço, numa faixa costeira que concentra sete ondas de classe mundial num espaço de quatro quilómetros: Pedra Branca, Reef, Ribeira d’Ilhas, Cave, Crazy Left, Coxos e São Lourenço.

Para dar a conhecer a Reserva e o papel que o surf tem vindo a representar na evolução da Ericeira, estabelecendo uma ponte importante entre as características geográficas desta região e um conhecimento que só pode ser transmitido através da sua história e dos seus habitantes, a Câmara Municipal procedeu à criação do Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, localizado no primeiro piso do posto de turismo da vila.

É um projeto inovador e interativo que aposta fortemente na tecnologia, proporcionando uma experiência verdadeiramente imersiva. Com uma forte componente pedagógica, fornece uma variedade de conteúdos apresentados em português e inglês e apropriados para todos os públicos, incluindo crianças, adultos, surfistas e turistas.

Dentro do Centro destaca-se uma mesa interativa, composta por uma maquete topográfica dos quatro quilómetros que englobam a Reserva, juntamente com uma representação do relevo batimétrico desta área. Utilizando tecnologias avançadas de projeção e *videomapping*, apela à participação do público através de métodos marcadamente dinâmicos e lúdicos. A mesa explora todas as particularidades da Reserva, divididas em quatro eixos centrais: biosfera, logístico, ondas e comunidade, sendo também complementada por sete *tablets*, um sobre cada uma das ondas icónicas.

Em 2017, foi criado o Conselho Municipal de Gestão da Reserva Mundial de Surf (CMGRMSE), órgão de consulta do Município de Mafra que pretende promover a salvaguarda da paisagem natural protegida da Reserva, acompanhando as orientações da *Save the Waves Coalition*, assim como a intervenção articulada dos diferentes agentes.

O CMGRMSE é composto por dois órgãos: o Conselho Restrito, que constitui o órgão de apoio ao planeamento e ao acompanhamento da situação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira (RMSE) e que integra o denominado “Grupo de Guardiões”, formado pelas principais associações ligadas ao surf na região, em representação da comunidade surfista, designadamente o Ericeira Surf Clube, a Associação dos Amigos da Baía dos Coxos e a Associação SOS — Salvem o Surf; e o Conselho Alargado, que constitui o órgão de natureza consultiva da RMSE, integrando representantes de diversas entidades, no âmbito autárquico, ambiental, desportivo, turístico, cultural, da saúde e da segurança.

2 PATRIMÓNIO EDIFICADO

Para além do património natural, a diversidade da oferta cultural na área do património edificado é outro dos atrativos do Concelho, que importa valorizar no âmbito da estratégia de turismo *outdoor*.

“A paisagem do Concelho de Mafra é marcada por inúmeros elementos e espaços construídos, uns mais monumentais do que outros, uns mais visíveis do que outros, dadas as suas características específicas e adaptação às condicionantes físicas locais.

Dentro do património monumental, e numa perspetiva cronológica, o património arquitetónico religioso é, sem dúvida, o mais representativo em todos os períodos, à exceção dos séculos XIX e XX, o que se compreende pelas conjunturas históricas.

A arquitetura civil subsistente e que pode ser considerada de valor patrimonial, salvo casos pontuais, marca a sua presença no panorama concelhio essencialmente nestes dois últimos séculos, sendo monumental ou não.

Fenómenos como o desenvolvimento dos núcleos urbanos e alterações ao nível da história socioeconómica do Concelho imprimiram à paisagem novas características e dimensões. Basicamente, é o caso das residências burguesas no meio urbano e das quintas no meio rural ou periurbano. Ao nível da arquitetura dita industrial, também neste período, realçam-se os moinhos que, dada a quantidade e localização obrigatória (sítios altos), acabaram por constituir imagens “típicas” da paisagem do Concelho.

Importa ainda realçar a persistência de muitos exemplares de arquitetura popular que, mais vulneráveis que os chamados monumentos por não apresentarem valor artístico relevante, se encontram em risco de desaparecer.

SÉCULOS XIII A XV

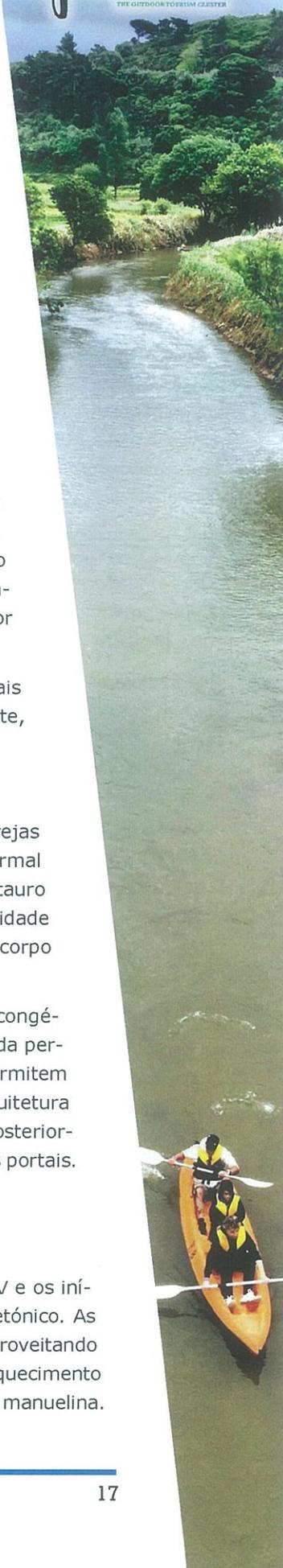
Após a reconquista cristã, procedeu-se à reorganização do território. A construção das igrejas paroquiais (...) ocorreu entre os séculos XIII e XV, pelo que assumem o vocabulário formal arquitetónico em voga na altura, de estilo gótico. A igreja de Santo André, após o restauro efetuado sobretudo no século XX, é o templo que mais perto se encontra da sua integridade planimétrica e espacial originais, composta por capela de fecho poligonal, abobadada, e corpo de três naves, divididas por arcadas em arco quebrado, coberto por teto de madeira.

É possível que este modelo, na sua generalidade, se tenha reproduzido em outras igrejas congêneres do Concelho, como é o caso da igreja de São Miguel de Alcainça (no século XIII ainda pertença do concelho de Sintra) ou São Miguel do Milharado: em ambas, alguns vestígios permitem colocar a hipótese de um plano inicial de três naves. De referir ainda, no âmbito da arquitetura religiosa do Concelho, a igreja de Cheleiros, que, apesar das transformações operadas posteriormente, ainda apresenta alguns elementos góticos de especial interesse, nomeadamente os portais.

Ao nível da arquitetura civil, regista-se a ponte de Cheleiros.

FINAIS DO SÉCULO XV A INÍCIOS DO SÉCULO XVI

Antes da construção do Palácio de Mafra, o período que compreende os finais do século XV e os inícios do século XVI é o mais importante e profícuo do ponto de vista do património arquitetónico. As igrejas sofrem alterações mais ou menos profundas, desde a reconstrução dos edifícios, aproveitando estruturas anteriores, à reformulação arquitetónica de espaços parcelares, ou ainda ao enriquecimento das construções pré-existentes com elementos arquitetónicos e escultóricos com decoração manuelina.



ESTRATÉGIA *Eixo “Património”*

A Ermida de Nossa Senhora do Socorro e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, na Enxara do Bispo, são casos exemplificativos de reconstrução de templos anteriores.

Muitos foram os edifícios religiosos que sofreram reformulações parciais. Foi frequente, à semelhança do que aconteceu no resto do país, a substituição da capela-mor de traço medieval por cabeceiras manuelinas, ricamente abobadadas, ao que acompanhou a aposição de igualmente trabalhados arcos-triunfais. É este o caso sintomático da Igreja matriz de Cheleiros. Estas reformulações estenderam-se às molduras dos vãos de porta (interiores e exteriores) e a equipamentos, como pias batismais e de água benta, ainda hoje espalhadas e em grande quantidade pelas igrejas do Concelho.

Ao nível da arquitetura civil é de referir o famoso Paço de Ilhas, hoje em ruínas. A reforma dos forais levou também à edificação de vários pelourinhos nas antigas sedes de Concelho, caso de Enxara dos Cavaleiros ou da Ericeira (...).

SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI A INÍCIOS DO SÉCULO XVII

Seguindo a tendência nacional, o classicismo, ao nível da arquitetura, fez-se sentir muito pouco no Concelho. O Maneirismo é marcante sobretudo na existência de inúmeros exemplares artísticos de pintura e escultura, fruto da atividade encomendadora de doadores e mecenas junto dos principais centros de produção artística do país e mesmo internacionais.

SÉCULOS XVII A XVIII

Obra-prima do barroco português, o Palácio e Convento de Mafra constitui-se como o monumento mais emblemático do Concelho. Construído por desejo de D. João V, sobre o projeto de João Frederico Ludwig, surpreende o olhar do visitante pela projeção que alcança na paisagem.

Mandado erguer em 1711, desconhece-se, no entanto, se a origem da sua construção está ligada ao cumprimento de um voto que o Rei teria feito para obter sucessão, ou se para curar uma grave enfermidade de que padecia. Das suas 1200 divisões e para além dos aposentos reais, realce para a Biblioteca, uma das mais importantes e magníficas do séc. XVIII, com um acervo de cerca de 35 mil volumes; para o Convento, que constitui um património religioso ímpar no nosso país; para a Basílica, obra-prima da arquitetura setecentista, distinguindo-se pela sua coleção de estátuas italianas do segundo quartel do séc. XVIII e pelo seu conjunto sonoro de seis órgãos, para os quais possui partituras que só aqui podem ser executadas; e para os famosos Carrilhões, conjunto único no mundo pelas suas dimensões (...).

Esta obra monumental veio a exercer as maiores influências formais junto dos meios artísticos nacionais durante mais de um século. Destaque para a famosa “Escola de Escultura de Mafra”, criada para o enriquecimento do monumento ao nível da execução dos altares para as capelas da basílica, escultura de vulto e de uma série numerosa de baixos-relevos para o monumento.

Durante a permanência da Corte de D. João VI no Palácio de Mafra, o monumento ficou marcado por uma nova campanha de obras. Destaca-se a figura incontornável de Cirilo Volkmar Machado, a quem foi atribuída pelo monarca a responsabilidade de dirigir a campanha decorativa do palácio, na qual também participou como pintor.

Outra realidade que marcou profundamente o património do Concelho foi o terramoto de 1755, cujos estragos são, de modo geral, conhecidos pela documentação disponível. Ao nível da arquitetura religiosa, as necessidades do culto obrigaram à recuperação imediata dos espaços, procedendo-se, conforme os casos, à reconstrução total ou parcial dos edifícios ou a restauros pontuais. É o caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Vila Franca do Rosário e das igrejas da Azeira, São Pedro de Grilhões e Nossa Senhora do Livramento.

SÉCULOS XIX E XX

No século XIX, o património religioso é marcado por campanhas decorativas. Ao nível mais estrutural, se em alguns casos se tratam de obras necessárias ao tempo ou por questões de modernização dos espaços, noutros é o fruto do arrastamento de obras de reconstrução ou restauro dos templos em virtude do terramoto de 1755.

Ao nível da arquitetura civil, há a destacar o movimento burguês de construção de edifícios residenciais nos meios urbanos mais desenvolvidos (Mafra e, sobretudo, Ericeira), bem como a construção ou reformulação de quintas, com residência e todos os seus edifícios utilitários, de grande porte e qualidade construtiva, que servem as atividades económicas das mesmas.

Menos monumental, a arquitetura popular preenche ainda a paisagem do Concelho, desde a mais "rica" (casas chamadas "saloiás", de dois pisos, ritmadas por sequência de janelas de vão em ângulo reto, revestido ou não a cantaria, e telhado de quatro águas) à mais "pobre" (casas térreas, com porta e uma ou duas janelas, cobertas singelamente por telhado de uma água longuíssima ou duas). Neste campo destaca-se o Bairro dos Ilhéus da Picanceira, freguesia de Santo Isidoro (...).

Durante o Estado Novo, procedeu-se à construção de vários edifícios públicos, dos quais subsistem, em grande quantidade e, como exemplo, as escolas primárias⁽¹⁴⁾.

3 GASTRONOMIA

A par da riqueza do seu património natural e da monumentalidade da sua história, o Concelho de Mafra distingue-se, ainda, pelos usos e costumes das suas gentes: das artes e ofícios aos sabores da cozinha tradicional, que se assumem como uma oferta complementar à prática do desporto *outdoor*.

A gastronomia está intimamente relacionada com o modo de vida das populações. Em tempos passados, este foi um vasto território predominantemente agrícola, vocacionado para o abastecimento alimentar da cidade de Lisboa, a par de uma economia doméstica de autossustentação e de hábitos alimentares simples. Neste âmbito, também as feiras e mercados desempenhavam um importante papel, onde se praticavam as trocas de produtos alimentares entre os seus produtores, fator favorável ao surgimento de regionalismos alimentares.

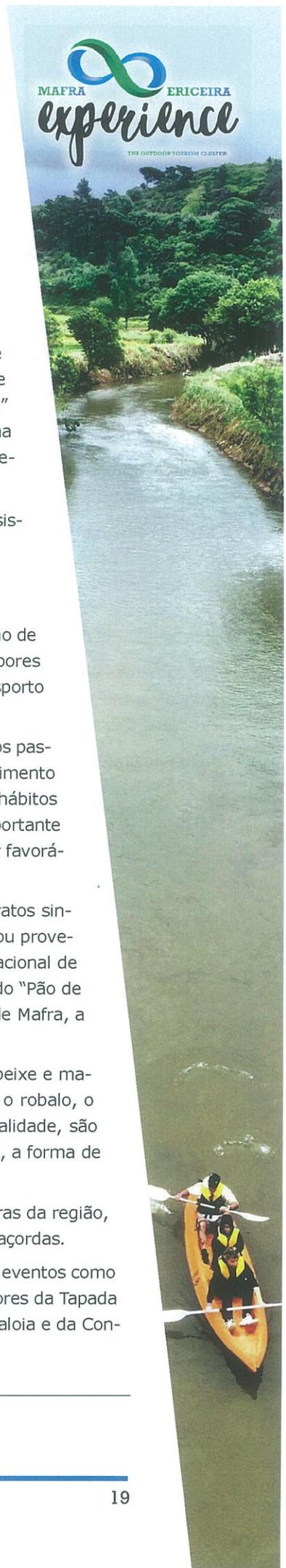
Assim, fruto da vocação para a pecuária, a caça e a pesca, o Concelho de Mafra oferece pratos singulares, tendo como ingredientes principais as carnes comercializadas na feira da Malveira ou provenientes da atividade cinegética (fundamental para o equilíbrio do ecossistema da Tapada Nacional de Mafra), mas também o marisco e o peixe fresco da costa marítima. A acompanhar, o afamado "Pão de Mafra", os queijos saloios frescos e curados, os morangos do Sobral da Abelheira, o limão de Mafra, a pera rocha do Oeste ou o vinho da região.

O litoral do concelho, em especial Ericeira e Ribamar, é muito visitado devido à riqueza de peixe e marisco. Rica em pescado, a costa tem imensas variedades, de salientar a solha, a dourada, o robalo, o linguado, a raia, o tamboril, o cherne, o safio e o pargo. Nos diversos restaurantes de qualidade, são ainda utilizadas as receitas de antigamente, tendo sido transmitidos, de geração em geração, a forma de confeção e os temperos, que conferem a fama a esta gastronomia.

O marisco mais fresco e de qualidade excepcional pode ser apreciado nas diversas marisqueiras da região, em pratos saborosos como a massada, a feijoada e o arroz de marisco, as mariscadas e as açordas.

No âmbito da atividade de promoção dos produtos endógenos, destaca-se a organização de eventos como o Festival do Pão, o Festival do Ouriço-do-mar da Ericeira e a Mostra Gastronómica "Os Sabores da Tapada Real", assim como iniciativas como a constituição da Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia e da Confraria da Caneja de Infundice - Ericeira.

(14) Câmara Municipal de Mafra (2005), Carta Educativa do Concelho de Mafra
<https://www.cm-mafra.pt/sites/default/files/caracterizacao.pdf>



INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ao preconizar a criação de um *cluster* para o turismo *outdoor* pretende-se assegurar o devido planeamento estratégico de todas as suas dimensões, contribuindo para o desenvolvimento económico da região.

Neste contexto, a indústria e o comércio merecem uma particular atenção, sendo que, pela expressão e relevância concelhias, a denominada “indústria do turismo” será abordada num eixo específico deste plano.

No Concelho de Mafra, a indústria e o comércio na área do *outdoor* estão, sobretudo, associados ao *surfing*. Fabricantes como a “Semente” (Jamanta) ou lojas como a “Ericeira Surf Shop – Ericeira Surf & Skate” (Despomar) e a Quiksilver Boardriders Ericeira constituem-se como marcas icónicas da região, com dimensão nacional e internacional. Ao nível da indústria, destaca-se também a produção de pranchas de surf, com 11 *shappers* reconhecidos.

No comércio e distribuição, as chamadas *major marks* do *surfing* também marcam presença na zona litoral do Concelho, mais concretamente na Ericeira. Contam-se 22 estabelecimentos comerciais, onde se podem encontrar produtos das marcas e submarcas que agradam aos adeptos destas práticas.

Ainda no âmbito do comércio, a oferta de equipamentos para atividades *outdoor* vai um pouco mais além do *surfing*, com lojas especializadas em ciclismo (com predominância para as modalidades do BTT). Merece uma referência o facto do parque de aventura “Megacampo” possuir uma loja com artigos de *paintball*.

Com a criação e desenvolvimento do *cluster*, pretende-se também estimular a economia nestes sectores, dinamizando e ampliando a oferta existente com atuação nas vertentes a seguir identificadas.

1 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Pela sua localização estratégica, pretende-se criar no Concelho um *hub* para o desenvolvimento e experimentação (testes de produtos e serviços) de materiais, equipamentos e acessórios ligados às atividades de *outdoor*.

Alicerçado na Mafra & Ericeira Business Factory (incubadoras de negócios do Município de Mafra), no Parque de Campismo, nos Parques Aventura, na Tapada Nacional de Mafra e na Reserva Mundial de Surf da Ericeira, este polo de I&D poderá oferecer as condições ideais para captar novas ideias, novos projetos e novos investidores nacionais e estrangeiros.

Para atestar esta perspetiva, é de referir o facto de a QuikSilver Europe ter convidado o Concelho de Mafra para integrar um projeto a fundos comunitários, intitulado *Tech 4 Blue Sports*, onde a aplicação prática das iniciativas do projeto ocorreriam em território concelhio.

O conceito de *Living Labs*⁽¹⁵⁾, difundido pela Europa, apresenta-se como uma oportunidade para captar inovação e investimento, através de parcerias estratégicas nacionais e internacionais. A sua implementação poderá ocorrer através da criação de um *living lab* para o turismo *outdoor* ou do pedido de adesão a projetos já existentes:

- Integração de projetos existentes – candidatura *Tech 4 Blue Sports*, onde o Município participou por indicação da Quiksilver Europe; presença em projetos como o Moebius (eficiência energética) e outros do Horizonte 2020, que podem constituir-se como a “alavanca” para outras parcerias, nomeadamente nos *clusters* associa-



(15) <http://openlivinglabs.eu/>

dos aos desportos de ondas e atividades de *outdoor* (por exemplo, o *Ocean Living Lab*⁽¹⁶⁾).

- Criação de um *Living Lab* – o *cluster* do *outdoor* do Concelho poderá, através dos seus parceiros na vertente do turismo e do surf (Surf Cities, Reservas Mundiais ou Surf Summit), procurar encontrar um caminho para a criação de um *Living Lab* que venha a integrar a rede europeia.

Para além desta componente, o *cluster* poderá, objetivamente, procurar marcar a diferença pela promoção e apoio a novos projetos de componente tecnológica, de materiais e de boas práticas.

A componente tecnológica poder-se-á traduzir na criação de aplicações informáticas (APP) para o turismo *outdoor* ou no desenvolvimento de produtos com incorporação tecnológica.

Na componente de desenvolvimento de materiais, poderão surgir projetos com incorporação de “novas” matérias na fabricação de equipamentos e acessórios para a prática dos desportos *outdoor*, como o exemplo da utilização da cortiça ou de materiais recicláveis na fabricação de pranchas.

Por último, a inovação poderá também refletir-se na adoção de novas técnicas e de boas práticas que promovam uma qualificação das atividades.

2 EMPREENDEDORISMO LIGADO AO OUTDOOR

O empreendedorismo associado ao *outdoor* tem registado um crescimento, com incidência nos serviços de animação turística e nos equipamentos hoteleiros (análise a aprofundar no eixo dedicado ao turismo).

No *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra, pretende-se abrir caminho a empreendedores em áreas complementares (indústria, comércio e serviços). Preconiza-se um envolvimento direto das escolas concelhias e das universidades da região, como forma de atração de novos projetos. Esta interação também poderá potenciar a ligação dos empreendedores aos agentes económicos concelhios para integração destes novos projetos nos já existentes.

Para um novo empreendedor, a componente financeira é um fator crucial, constituindo uma mais-valia complementar os incentivos dados pelo Município à fixação de empresas.

No domínio dos apoios diretos ao *outdoor*, para além de toda a dinâmica do próprio *cluster*, preconiza-se a criação e promoção de um canal específico de *crowdfunding*, como forma de alavancar os pequenos projetos que não consigam outras formas de financiamento.

A experiência do Gabinete de Apoio ao Empresário Turístico da Câmara Municipal de Mafra constitui, igualmente, uma mais-valia para o apoio e encaminhamento dos empreendedores, facilitando a sua implementação no Concelho.

As incubadoras de negócios do Município de Mafra – Mafra & Ericeira Business Factory – figuram, por sua vez, como o ecossistema privilegiado para o desenvolvimento e crescimento de novos projetos empreendedores.

O polo da Ericeira, a funcionar desde abril de 2015, está relacionado com o desenvolvimento de atividades do mar e turismo, enquanto que o segundo, a funcionar desde setembro de 2016, é dedicado ao desenvolvimento das atividades da “terra” e das novas tecnologias.

(16) <http://www.ocean-livinglab.eu/>



TURISMO

O Turismo assume-se como um dos principais motores do desenvolvimento económico do Concelho de Mafra. A criação do *cluster* procurará, em matéria de turismo *outdoor*, agregar sinergias e ganhar escala para a construção de um destino turístico sustentável.

Neste eixo de atuação merecerão destaque as seguintes áreas:

- Perfil do turista;
- Atividade da animação turística e turismo natureza;
- Parque de campismo;
- Alojamento local e hotelaria;
- Restauração e similares;
- Equipamentos complementares.

Preconiza-se que a estratégia para o turismo *outdoor* esteja, em primeiro lugar, centrada nos interesses e motivações do turista, procurando-se depois criar uma oferta qualificada de serviços, com equipamentos que consigam dar resposta à procura, mas evitando uma massificação do destino.

A diversidade e a qualidade da oferta poderão ser a chave do sucesso que permitirá a afirmação do destino – Concelho de Mafra – no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

1 PERFIL DO TURISTA

A definição de um perfil do turista é importante para a conceção de uma estratégia *consumer centric*, onde se procura estruturar a oferta em função do consumidor que se almeja. Podemos sempre potenciar os nossos ativos, mas se estes não estão alinhados com o consumidor final acabamos por ter sempre um défice de oportunidade.

Não dispondo de dados para uma análise mais aprofundada (situação esta que se pretende suprir, tendo sido identificada como objetivo deste plano), a caracterização do turista de *outdoor* é feita a partir da identificação das tendências globais do sector (dados da ATTA – *Adventure Travel Trade Association*⁽¹⁷⁾), enquanto que a caracterização de quem visita o Concelho de Mafra é efetuada com base nos dados disponíveis nos serviços de turismo da Câmara Municipal e no Observatório de Turismo da Associação de Turismo de Lisboa (ATL).

TURISTA DO *OUTDOOR* OU DE AVENTURA

Para o traçar de um perfil do turista do *outdoor* (de aventura), utiliza-se o resumo esquemático disponibilizado pela ATTA – *Adventure Travel Trade Association* (Anexo II).

Destacam-se os seguintes aspetos:



(17) <http://www.adventuretravelnews.com/research-reveals-adventure-travelers-primarily-motivated-by-transformation>

■ CONCEITO PERCECIONADO DE TURISMO AVENTURA:

- Em 2005, o conceito de turismo aventura decorria da seguinte fórmula:
 - Natureza + Atividade Física + Cultura = Turismo Aventura
- Em 2017, a fórmula sofreu uma evolução, com maior atenção para o detalhe das suas variáveis:
 - Superação – Atingir de objetivos; vencer desafios; autossatisfação.
 - Universalismo – Expansão de horizontes; interculturalidade.
 - Aprendizagem – Novas competências; novos conhecimentos; experiências enriquecedoras.
 - Natureza e descoberta – Perspetiva ambiental; belezas naturais.
 - Saúde mental – Escape e renovação; limpar a mente; paz e relax.
 - Diversão e emoções – Adrenalina; excitação; estar vivo.
 - Ligações – Conhecer outras pessoas; contactos.
 - Histórias significativas – Recordar experiências e momentos; fotos.
 - Saúde física – Estar em forma; exercício; força.
 - Experiências únicas – Experiências inesperadas; chegar onde outros não chegam.

■ IDEIAS ASSOCIADAS AO TURISMO AVENTURA:

- Em 2005: Risco; extremo; físico; perigo; poder;
- Em 2017: Estar num ambiente natural; aprendizagem; experiências enriquecedoras.

■ ATIVIDADES QUE OS TURISTAS DE AVENTURA MAIS ASSOCIAM A "AVENTURA":

- Em 2017: *Hiking; kayaking; rafting; backpacking; trekking.*

Quanto à realidade nacional, e de acordo com o Estudo realizado por THR (Asesores en Turismo Hotelaría y Recreación, S.A.) para o Turismo de Portugal, I.P.⁽¹⁸⁾, o sector de Turismo de Natureza integra dois mercados: um de natureza *soft*, onde as experiências se baseiam na prática de atividades ao ar livre de baixa intensidade (passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna, etc.) e que representa cerca de 80% do total de viagens de Natureza; e outro de natureza *hard*, onde as experiências se relacionam com a prática de desportos na natureza (*rafting, kayaking, hiking, climbing, etc.*) e/ou de atividades que requerem um elevado grau de concentração ou de conhecimento (*birdwatching, etc.*), que representa cerca de 20% do total das viagens de natureza.

No que diz respeito aos gastos médios, e segundo o *Hypercluster da Economia do Mar*⁽¹⁹⁾, em Portugal o turista praticante de atividades náuticas gasta, em média, entre 80 €/dia, no caso do praticante de desportos tais como *surf, windsurf e snorkeling*, 200 €/dia por noite e embarcação, no caso da navegação de recreio com embarcação própria, e 500 €/dia, quando já envolve o aluguer de barcos privados com tripulação ou quando realizam cursos de navegação.

Segundo o mesmo documento, a taxa de crescimento da Náutica de Recreio e do Turismo Náutico a nível internacional é de 8 a 10% ao ano, mas estima-se que, para Portugal, nos próximos dez anos, a velocidade

(18) Associação Empresarial de Portugal (2008). *Turismo de Natureza*. AEP/ Gabinete de Estudos.

(19) SeaR/ACL (2009). *O Hypercluster da Economia do Mar*, 478.

ESTRATÉGIA *Eixo "Turismo"*

de de crescimento se pode estabelecer num nível superior: uma taxa de crescimento anual acumulado de 11%, com um incremento linear de 175%. Isto deve-se a uma maior margem de crescimento, consequência do reduzido volume de atividade atual e do grande potencial de que Portugal dispõe.

TURISTA DO DESTINO: CONCELHO DE MAFRA

A futura caracterização do turista do Concelho, através da identificação dos diversos perfis de turistas que o visitam, é um dos objetivos do *cluster*. Com estes perfis de consumo, conseguir-se-á adequar a oferta para que as experiências vividas e partilhadas sejam amplificadoras da notoriedade do destino.

Devido à inexistência de um sistema local de monitorização da atividade turística, os dados agora apresentados resultam de interações com os serviços de turismo do Município de Mafra. Os dados da entidade regional de turismo dizem respeito à região, não podendo ser diretamente extrapolados para o Concelho de Mafra.

Caracterização dos visitantes nos postos de turismo de Mafra e Ericeira

VISITANTES POR NACIONALIDADE				
Nacionalidade	2015	2016	TOTAL	%
Portugal	21 852	40 303	62 155	44,37%
Reino Unido	5 509	4 938	10 447	7,46%
França	10 375	10 018	20 393	14,56%
Espanha	7 118	7 624	14 742	10,52%
Alemanha	4 226	3 778	8 004	5,71%
Itália	736	867	1 603	1,14%
E.U.A.	893	905	1 798	1,28%
Brasil	1 152	1 551	2 703	1,93%
Outros	8 280	9 968	18 248	13,03%
TOTAL	60 141	79 952	140 093	100%

Tabela 1 - Visitantes por nacionalidade. Fonte: Postos de turismo de Mafra e Ericeira

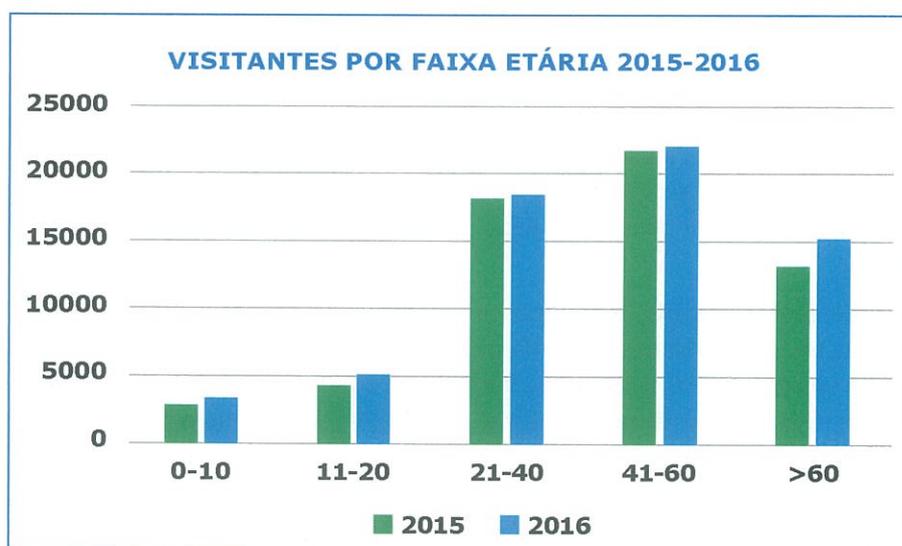


Gráfico 1 – Visitantes nos postos de turismo de Mafra e Ericeira, por faixa etária, por ano

No âmbito do Observatório do Turismo de Lisboa⁽²⁰⁾, e de acordo com o Inquérito Motivacional realizado em 2015, a maioria dos estrangeiros entrevistados viajou até à Região de Lisboa em férias, lazer ou recreio (87,5%), sendo que apenas 10,4% o fez no exercício de uma atividade profissional. Quanto aos turistas nacionais, as percentagens são, respetivamente, de 60,9% e 27,2%.

2 ATIVIDADE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA E TURISMO NATUREZA

A regulação da atividade de animação turística veio credibilizar o sector e permite transmitir ao cliente uma segurança jurídica de que não dispunha.

Hoje em dia, a legislação obriga a que as empresas prestadoras de serviços no âmbito dos desportos de aventura estejam de acordo com o Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15/05, devendo estas possuir o Alvará de Animação Turística, emitido pelo Turismo de Portugal, I.P., cabendo à Autoridade de Segurança Alimentar e Economia (ASAE) a fiscalização de qualquer tipo de incumprimento neste sector.

Legislação em vigor para estas empresas:

- Portaria n.º 108/2010, de 22/10, que **Regulamenta o Registo Nacional de Turismo (RNT) e define o âmbito e as suas condições de utilização;**
- Portaria n.º 651/2009, de 12/06, que **Define o Código de Conduta a adotar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam atividades reconhecidas como turismo de natureza e o logótipo que os identifica;**
- Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15/05, que **Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos;**
- Decreto-Lei n.º 47/99, de 16/02, que **Regula o Turismo de Natureza;**
- Decreto-Lei n.º 21/2002, de 11/03, que **Altera o Decreto-Lei n.º 47/99, de 16/02, que regula o Turismo de Natureza;**
- Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31/01, que **Regula a atividade marítimo-turística, revogando os Decretos-Leis nºs 564/80, de 6 de dezembro, e 200/88, de 31 de maio, e a Portaria n.º 59/88, de 28 de janeiro;**
- Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28/10, que **Altera o Regulamento da Atividade Marítimo-Turística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de janeiro.**

Com este quadro legal, as empresas de animação turística têm de possuir recursos humanos com a formação e credenciação adequada nas atividades em que prestam serviço, bem como reunir um conjunto de autorizações de diversas entidades, para desenvolverem a sua atividade profissional.

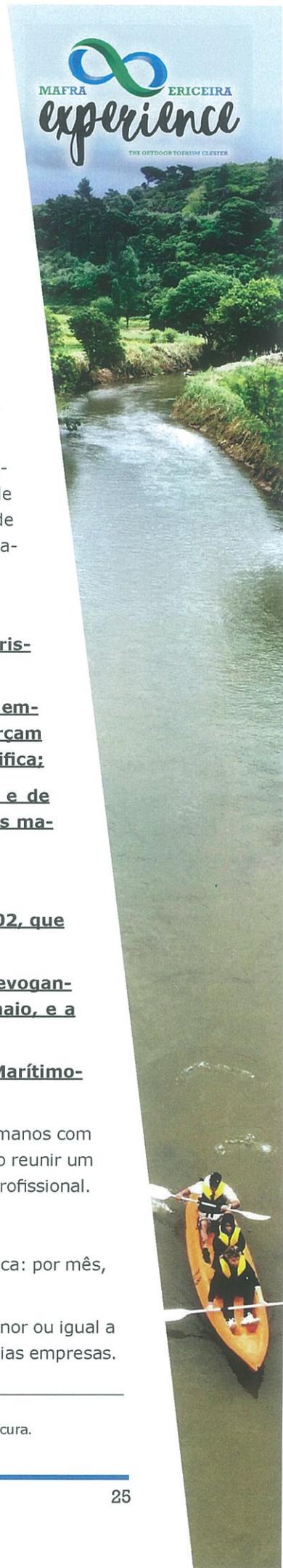
SECTOR ECONÓMICO

Portugal regista um crescimento acentuado do número de empresas de animação turística: por mês, cerca de 50 novas empresas são criadas no nosso país.

Do total das empresas registadas em 2014⁽²¹⁾, 38% tiveram um volume de negócios menor ou igual a 10.000€ e 28% entre 10.000€ e 50.000€, o que significa que 66% são pequenas e médias empresas.

(20) <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/sobre-o-turismo-de-lisboa/observatorio>

(21) Turismo de Portugal (2015), Animação Turística em Portugal 2014 – Caracterização das Empresas e da Procura.



ESTRATÉGIA *Eixo "Turismo"*

Ainda em termos do volume de negócios, é de destacar que 49% dos operadores marítimo-turísticos e 35% das empresas de animação turística registaram um volume de negócios menor ou igual a 10.000€.

De referir igualmente que, em 2014, 14% dos operadores marítimo-turísticos e 26% das empresas de animação turística registaram um volume de negócios superior a 100.000€

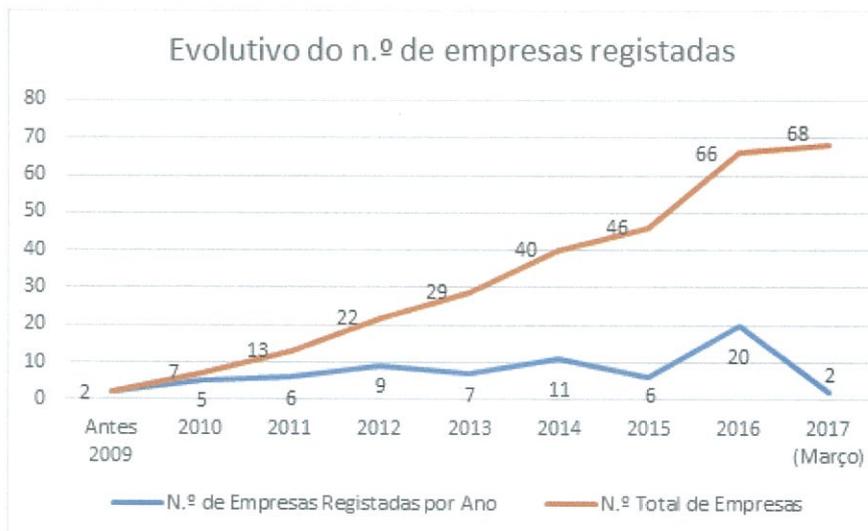


Gráfico 2 - Empresas com Alvará

Estão registadas na Base de Registos – Agentes de Animação Turística, do Turismo de Portugal, I.P., 68 entidades com sede no Concelho de Maфра.

Estas entidades estão no Registo Nacional do Turismo com as seguintes tipologias: Empresas de Ar Livre/ Natureza e Aventura (21); Atividades Marítimo Turísticas (39); Atividades Culturais/ Turismo Paisagem e Cultura (31); e Atividades reconhecidas como Turismo de Natureza (8).

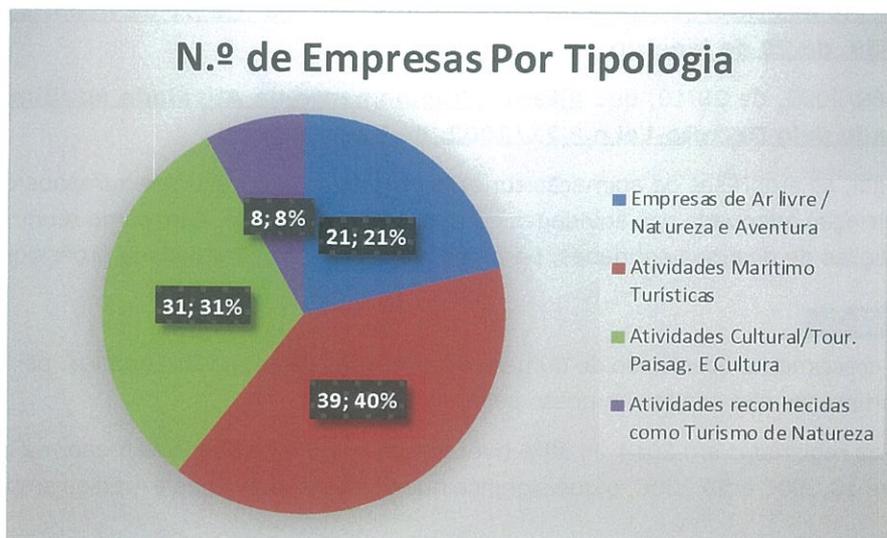


Gráfico 3 - Número de empresas por tipologia

Ao analisar o ano de registo das empresas para a obtenção do Alvará de Animação Turística, emitido pelo Turismo de Portugal, I.P., observa-se um crescimento significativo nos anos de 2012, 2014 e 2016.



Gráfico 4 - Número de empresas registadas por ano no Concelho de Mafra

É na Freguesia da Ericeira que está sediada a maioria das empresas com Alvará de Animação Turística.

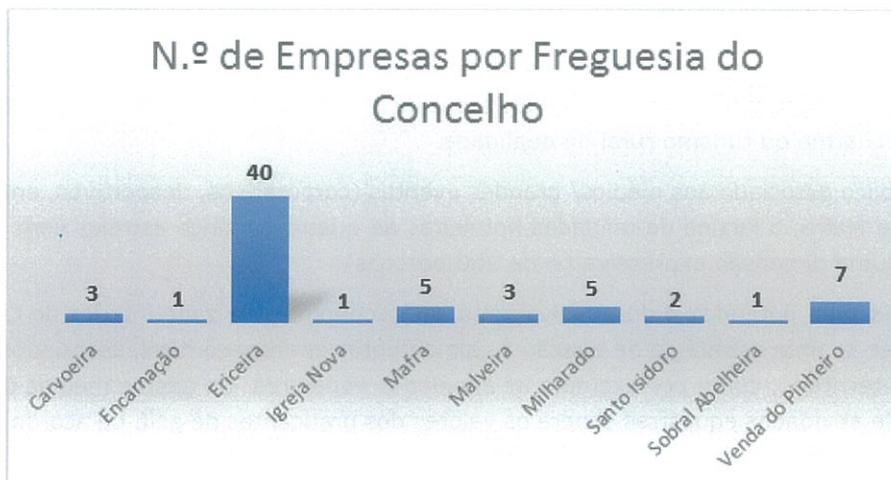


Gráfico 5 - Número de empresas por Freguesias do Concelho de Mafra

3 PARQUE DE CAMPISMO

Numa estratégia de turismo *outdoor*, o *camping* constitui uma oferta estratégica, na medida em que partilha do conceito de contacto com a natureza. Quando a este fator se associa uma localização privilegiada e um espaço de grande dimensão, com condições ímpares, estamos perante um ativo que por si só merece um destaque na oferta de alojamento (dormidas).

O Ericeira Camping - Parque de Campismo de Mil Regos possui uma oferta diversificada que lhe permite combater a sazonalidade do *camping*, nomeadamente através dos *bungalows* e das *mobile homes*, mas também através da oferta pensada para o surf (*teepees*).

Na presente estratégia, o Parque de Campismo assume destaque pela possibilidade de diversificação das suas valências, com a instalação de novos equipamentos coletivos, designadamente um espaço multiuso e equipamentos complementares aos desportos *outdoor*.

Com tais equipamentos, o referido Parque poderá assumir-se como o principal ponto logístico da atividade do *outdoor* no Concelho de Mafra, acolhendo a realização de iniciativas tão diversificadas quanto ações de formação, lançamento de produtos e até mesmo grandes eventos, de que são exemplos o Sumol Summer Fest ou a concentração internacional de Citroën “2Cv” que ocorrerá em 2017, integrando diversificadas atividades complementares.

Enquanto entidade gestora deste Parque, a empresa Giatul – EM, SA terá, neste âmbito, uma janela de oportunidades para integrar redes nacionais e internacionais de turismo *outdoor*, associações sectoriais e, ainda, o recurso a fundos comunitários.

4 ALOJAMENTO LOCAL E HOTELARIA

A oferta de alojamento é um fator condicionante da atratividade num destino turístico, sendo que dela muito depende a capacidade de transformar visitantes em turistas. Fatores como a dimensão da unidade, a sua localização, mas também os seus equipamentos constituem algumas das variáveis a ter em consideração na estruturação da oferta.

O crescimento do fenómeno do *surfing* no Concelho de Mafra está muito associado a um turista da classe etária sub-30, tendo sido exponencial a oferta de alojamento local para este sector etário, com incidência no litoral.

Em termos de planeamento estratégico do destino, importa diversificar a tipologia das unidades e a sua localização.

O próprio *surfing* possui um nicho de mercado com grande poder aquisitivo (executivos e quadros intermédios) que procura um estilo de vida menos “agitado” fora de água, complementando a prática desportiva com visitas culturais ou experiências gastronómicas. Assim, procura unidades de média dimensão, mas distintas, tais como boutique hotéis, hotéis de charme ou turismo rural de qualidade.

Para a captação de um público associado aos médios/ grandes eventos (corporativos, desportivos, entre outros), verifica-se, no Concelho de Mafra, a lacuna de unidades hoteleiras de quatro ou cinco estrelas com capacidade para albergar grupos com uma dimensão expressiva (+ de 200 pessoas).

O *outdoor* poderá contribuir para potenciar o desenvolvimento socioeconómico da zona interior do Concelho de Mafra, devendo desenvolver-se uma estratégia de criação de alojamentos em espaço rural, associados a práticas desportivas enraizadas no território, como por exemplo as atividades equestres. Os gastos médios diários num destino de um praticante de atividades equestres supera os valores dos praticantes de golf, de acordo com dados fornecidos pelo Turismo de Portugal. Nesta matéria, merece destaque a Rede Europeia de Pousadas Equestres, sendo que esta tipologia de alojamento poderia servir de complemento à oferta de centros de equitação existentes no Concelho.

Ainda em espaço rural, entende-se que existe procura por unidades de alojamento que prestem serviços complementares associados aos desportos *outdoor*, como sejam as unidades *Bike Friendly*.

Seguem-se alguns indicadores estatísticos do alojamento no Concelho de Mafra:

- N.º total de estabelecimentos hoteleiros: 6 (1 Hotel de ★★★★★; 4 Hotéis de ★★; 1 Hotel ★);
- N.º total de estabelecimentos de alojamento local: 539 (dados de 31 de janeiro de 2017);
- N.º total de camas de hotelaria: 575 (utentes);
- N.º total de camas de alojamento local: 2816 (camas), 3838 (utentes).

Dos 539 estabelecimentos de alojamento local registados, 291 estão situados na freguesia da Ericeira, correspondendo a 54% do total, sendo que mais de metade são dedicados ao surf. 76% do total global estão localizados nas freguesias costeiras (Carvoeira, Ericeira, Sto. Isidoro e Encarnação), correspondendo a 409 estabelecimentos.

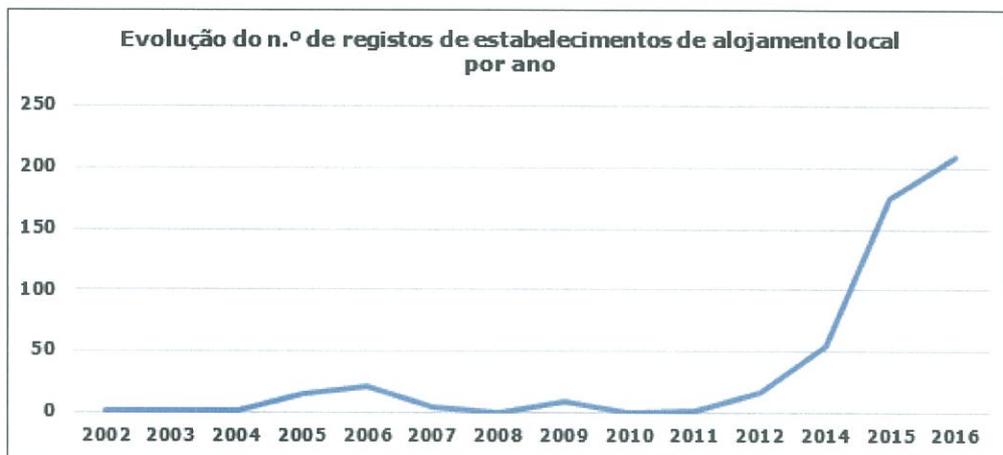


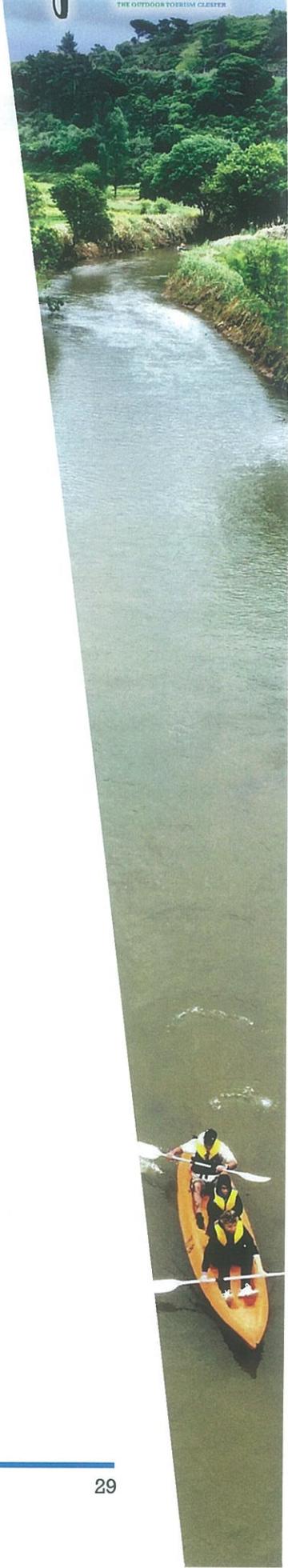
Gráfico 6 – Evolução do n.º de registos de estabelecimentos de alojamento local, por ano



Gráfico 7 – Evolução do n.º de camas no alojamento local, por ano



Gráfico 8 – Distribuição do alojamento local, por localização



EVOLUÇÃO DAS DORMIDAS 2010-2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PORTUGAL	37.391.291	39.440.315	39.681.040	41.569.716	48.711.366	53.074.176
LISBOA	8.620.423	9.027.432	9.439.853	10.040.808	12.279.422	13.468.659
Amadora	66.435	58.007	--	58.965	95.423	103.061
Cascais	1.079.462	1.190.605	1.202.055	1.206.730	1.310.461	1.347.352
Lisboa	6.190.588	6.419.256	6.789.166	7.237.915	9.008.523	9.999.851
Loures	-	-	95.183	105.103	105.499	110.382
Mafra	88.184	86.636	90.059	109.033	129.081	144.164
Odivelas	0	0	0	0	-	-
Oeiras	219.726	215.644	228.822	280.291	331.645	340.419
Sintra	220.992	241.747	250.677	280.326	361.283	405.710
Vila Franca de Xira	-	-	-	-	-	49.624

Tabela 2 – Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros na Região de Lisboa (2010-2015)

5 RESTAURAÇÃO E SIMILARES

A par do alojamento local, a restauração e similares tem vivido um período de franco crescimento nos últimos anos, especialmente na zona costeira do Concelho de Mafra, também ele assente na dinâmica do *surfing*.

De acordo com dados da Guarda Nacional Republicana, em 2015 estavam licenciados 230 estabelecimentos de restauração e bebidas no Concelho de Mafra.

A diversidade da oferta gastronómica disponibilizada pela restauração permite almejar diversos segmentos de turistas.

Na área da Restauração e Bebidas, verifica-se a existência de diversos estabelecimentos, com características e ementas diferentes, sendo de salientar a qualidade e riqueza da gastronomia local, quer nos pratos de peixe e marisco, quer nos pratos de caça, sendo possível encontrar esta oferta diferenciada. Alguns dos eventos gastronómicos realizados têm atraído fluxos de visitantes bastante significativos, porém, na maior parte dos casos, estes visitantes não pernoitam no Concelho, pelo que esta dinâmica não se tem traduzido num aumento significativo da permanência dos turistas e dos inerentes benefícios económicos. Considera-se que uma maior integração da oferta turística e a formatação de produtos turísticos mais diferenciados e apelativos venham a contribuir para uma inversão desta tendência e para o aumento das estadas médias e do retorno financeiro para a economia local.

A animação noturna é diversificada, com particular incidência no litoral. No que diz respeito aos espaços de discoteca, considerados como "locais de fim de noite", a oferta regular cinge-se ao emblemático "Ouriço", existindo outro espaço localizado no Pinhal dos Frades com utilização pontual.

6 EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES

No âmbito dos equipamentos complementares consideram-se, para efeitos desta estratégia, os parques aventura, os espaços para a prática de outros desportos, auditórios e salas de exposição, que poderão ser utilizados em atividades paralelas ao *outdoor*. Consideram-se, também, as infraestruturas museológicas e Centros de Interpretação, na perspetiva de apoio a passeios/ percursos de cariz cultural.

Apesar da carência de um grande espaço multiusos, com capacidade para a realização de eventos de média dimensão (de 200 a 1.000 pessoas – considerando o valor mais elevado em função da oferta de alojamento), o Concelho de Mafra tem sido palco deste tipo de eventos com recurso a estruturas amovíveis, como foi o caso da "Surf Summit".

No Concelho de Mafra existem dois Parques Aventura (ambos com o respetivo Alvará de Animação Turística), os quais se caracterizam por disponibilizar, no mesmo espaço físico, um conjunto de modalidades de aventura, tais como a escalada, o *paintball*, o tiro com arco, as manobras de cordas, o arborismo, entre outras, que têm como objetivo proporcionar experiências desportivas diferentes do quotidiano a todos aqueles que as procuram.

O Parque Aventura da Cova da Baleia situa-se na freguesia de Mafra, ocupando uma área total de 55.000m² e disponibiliza as atividades de *paintball*, arborismo, *slide*, escalada, *rappel*, tiro com arco, zarabatana e besta. Neste ano de 2017, estão em planeamento as seguintes experiências e serviços: alojamento – *glamping* e uma *treehouse*; *skyride* (baloço grande para cinco pessoas); *jumptower* (torre até 31m de altura que permite salto em queda livre com apoio da tecnologia *powerfun* e *quickjump free fall*); *treetopnets* (redes de trampolim nas árvores).

O Megacampo – Parque Aventura situa-se na União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira, ocupando uma área de 40 hectares e disponibiliza as atividades de *paintball*, circuito aéreo de obstáculos, escalada, *rappel* e *slide*.

Ainda no que se refere a equipamentos para a prática de atividades *outdoor*, é de referir o *skate park* **Quiksilver Boardriders Ericeira, localizado junto ao Parque de Campismo de Mil Regos.**

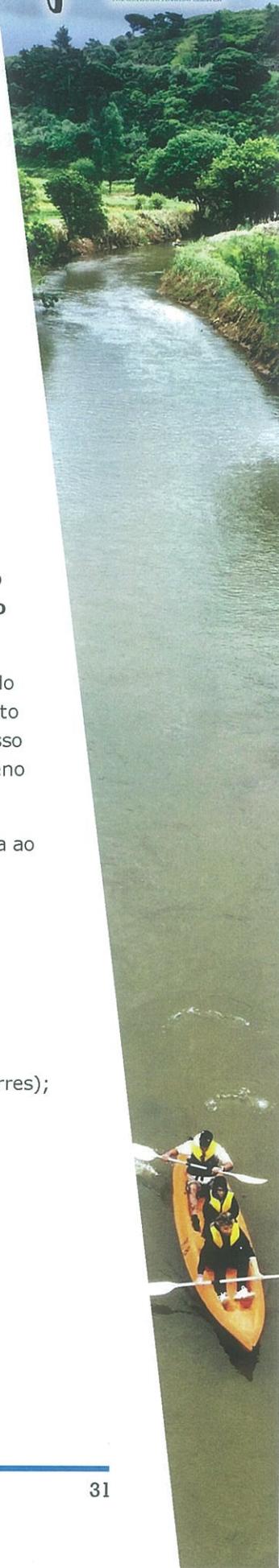
Ao longo dos últimos anos, tem-se assistido, também, ao aparecimento de coletividades do Concelho que dinamizam, como atividade regular, os passeios de BTT e as caminhadas junto dos seus associados. Existe, ainda, a forte tradição de várias entidades procurarem o nosso Concelho para a organização de passeios/ maratonas de BTT e de veículos Todo-o-Terreno (passeios e *trial*).

Quanto a equipamentos complementares, a oferta concelhia está essencialmente associada ao Município de Mafra, conforme atestam os dados seguintes:

MUSEUS E CENTROS DE INTERPRETAÇÃO

Tutela municipal:

- Museu Municipal Professor Raúl de Almeida, Mafra;
 - Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra;
 - Centro Interpretativo da Serra do Socorro (integrado na Rota Histórica das Linhas de Torres);
 - Centro Interpretativo de Mafra (integrado na Rota Histórica das Linhas de Torres);
 - Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira;
 - Museu Popular Beatriz Costa.
- ##### **Tutela não municipal:**
- Palácio Nacional de Mafra;
 - Aldeia Museu José Franco, Sobreiro;
 - Arquivo Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira;
 - Museu da Escola das Armas, Mafra.



ESTRATÉGIA *Eixo "Turismo"*

INST. CULTURAIS MUNICIPAIS

Auditórios:

- Auditório Municipal Beatriz Costa, Mafra;
- Casa da Música Francisco Alves Gato, Mafra;
- Casa de Cultura D. Pedro V, Mafra;
- Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira;
- Casa de Cultura da Malveira.

Galerias Municipais:

- Galeria da Casa de Cultura D. Pedro V, Mafra;
- Galeria da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira;
- Sala Atlântico, Parque de Santa Marta, Ericeira;
- Galeria da Casa de Cultura da Malveira.

INST. DESPORTIVAS MUNICIPAIS

- Parque Desportivo Municipal de Mafra;
- Parque de Santa Marta - Ericeira;
- Pavilhão Desportivo Municipal da Malveira;
- Pavilhão Desportivo Municipal da Venda do Pinheiro;
- Pavilhão Desportivo Municipal da Ericeira;
- Piscinas Municipais da Venda do Pinheiro;
- Piscinas Municipais da Ericeira;
- Piscinas Municipais da Azueira;
- Piscinas Municipais da Encarnação.

DESPORTO OUTDOOR

Atendendo à diversidade do seu território, o Concelho de Mafra acolhe a prática de diferentes modalidades desportivas *outdoor*, as quais se dividem em três áreas: aquáticas, terrestres e aéreas.

ATIVIDADES AQUÁTICAS

É pelas condições naturais da costa marítima que este território se tem vindo a assumir, desde sempre, como um local de excelência para a prática desportiva, associada à sua forte tradição piscatória (tanto em embarcações, como nas arribas e através da caça submarina) e, mais recentemente, aos desportos de ondas, tendo inclusivamente acolhido o primeiro campeonato de surf em Portugal. Exemplos: *Surf* ■ *Bodyboard* ■ *Kitesurf* ■ *Kyaksurf* ■ *Waveski* ■ *Mergulho* ■ *Vela* ■ *Canoagem* ■ *Pesca desportiva/Caça submarina*

ATIVIDADES TERRESTRES

Se inicialmente as atividades desportivas terrestres estavam sobretudo associadas ao pedestrianismo e ao BTT, em grande medida devido à iniciativa municipal e à dinâmica dos clubes e coletividades, em tempos mais recentes assiste-se à realização de outras experiências *outdoor*, seguindo as novas tendências de mercado. Exemplos: *Caminhada Pedestrianismo* ■ *BTT* ■ *TT* ■ *Orientação* ■ *Paintball* ■ *Birdwatching*

ATIVIDADES AÉREAS

Mafra possui dois locais excelentes para a prática de modalidades como parapente e a asa delta, nomeadamente: Foz do Lizandro (falésia junto à praia) e Serra do Socorro (ponto mais alto do Concelho). Exemplos: *Parapente* ■ *Asa Delta*



1 SURFING E DESPORTOS AQUÁTICOS

O surf é uma das atividades que mais se tem vindo a desenvolver e a ganhar apreciável notoriedade, em especial pela mediatização de alguns *spots* privilegiados para a sua prática em Portugal, mas também pelo dinamismo dos clubes e pelo aparecimento de atletas nacionais que disputam lugares cimeiros a nível da alta competição mundial.

Pelas condições naturais da costa marítima, o Concelho de Mafra tem vindo a assumir-se como um local privilegiado para a prática do surf e de todas as outras modalidades de ondas.

Outras atividades aquáticas com uma crescente implementação na área da experimentação desportiva são o *Stand-Up-Paddle* (SUP) e a canoagem. Para a prática, destacam-se dois locais: praia dos Pescadores (devido às suas condições de abrigo da ondulação, permite uma prática segura); e a Foz do Rio Lizando (local de excelência para uma prática tranquila, destacando-se pela paisagem envolvente).

2 PESCA DESPORTIVA

A costa marítima do Concelho atrai, anualmente, inúmeros pescadores de recreação e de competição.

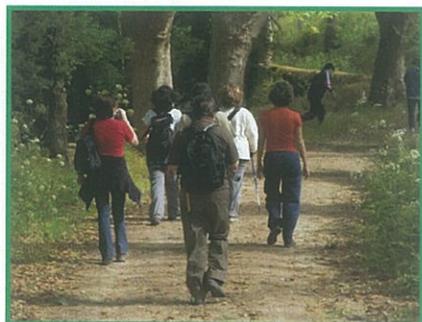
Verifica-se, ao longo da costa, a existência de diversas estruturas que servem como zona de proteção para os pescadores desportivos à cana, embora muitas vezes apenas sejam conhecidas pelos locais.

Tal pode ser mais rentabilizado, oferecendo a estes turistas, por exemplo, um mapa dos pesqueiros existentes na nossa costa, que pode também desempenhar uma função de sensibilização para o impacto ambiental provocado aquando da deposição indevida de lixos nesses locais.

3 MERGULHO

Esta modalidade tem vindo a despertar interesse, sobretudo junto dos munícipes, em grande medida devido aos batismos de mergulho promovidos por iniciativa municipal.

Face à inatividade da associação até agora existente no Concelho, verifica-se a oportunidade de voltar a promover cursos certificados nesta área.



4 PERCURSOS PEDESTRES

Modalidades como a Caminhada e o BTT têm forte tradição no Concelho de Mafra, destacando-se o projeto "Roteiros de Aventura", criado em 1996 pela Câmara Municipal.

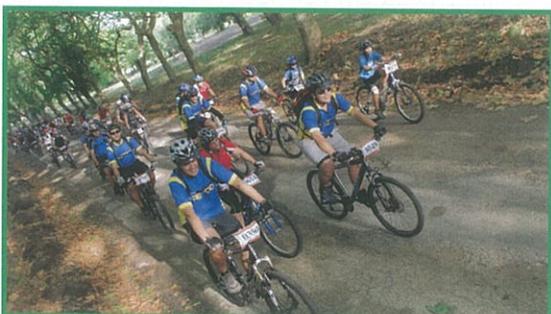
Acresce que, aliando a prática do desporto de aventura com a divulgação cultural e turística do Concelho, foi lançado em 2007 o guia "Trilhos de Mafra", que se assume como um manual para realização autónoma de um total de 13 percursos, disponibilizando informações úteis sobre o pedestrianismo e o ciclismo (BTT), dados técnicos sobre cada passeio através de ortofotomapas,

e coordenadas GPS, propostas de locais de interesse turístico, com todas as indicações necessárias.

Neste momento, inserida da Rota Histórica das Linhas de Torres, está traçada (DCT) a GR 30 - Grande Rota das Linhas de Torres em comemoração dos 200 anos destas linhas. Esta rota é elaborada em parceria com os restantes municípios, dando origem a pequenas rotas e à grande rota. Pretende-se que este produto turístico venha a ter projeção nacional e internacional junto de todos os praticantes de caminhadas.

A Rota Histórica das Linhas de Torres proporciona ao turista uma "viagem" pela época das Invasões Napoleónicas, através de percursos temáticos que atravessam paisagens de contrastes, onde é possível experimentar tradições e sabores locais.

Ainda na área das caminhadas estão marcados no terreno, em colaboração com o Centro Nacional de Cultura, os Caminhos do Mar (Caminhos de Fátima), cujos principais destinatários são os peregrinos (ou turistas religiosos), que realizam frequentemente o percurso a pé para o Santuário de Fátima.



5 PERCURSOS BTT

A rede de percursos pedestres é, na sua esmagadora maioria, ciclável, pelo que promove a oferta de "trilhos" para prática da modalidade de BTT, de forma estruturada.

Uma vez que existem clubes organizados que se dedicam a prática do BTT, considera-se que os mesmos podem, paralelamente, assumir-se como agentes ativos na supervisão e manutenção dos trilhos/ percursos.

6 GEOCACHING

O *Geocaching* está fortemente implementado no Concelho de Mafra, com a colocação de 1.457 *caches*, que deverão ser bem comunicadas junto do turista.

Considera-se que é possível promover a marcação de novas *caches*, bem como verificar com alguma regularidade o seu estado de conservação e a procura das *caches* existentes no terreno.

7 BIRDWATCHING

A observação de aves é uma atividade em comunhão com a natureza com muitos adeptos a nível mundial, constituindo-se como um nicho de mercado a explorar.

No âmbito das ações de sensibilização ambiental, a observação das aves deverá ser articulada com as escolas concelhias, potenciando um aumento da prática concelhia.

Atualmente, apenas são promovidos estes locais através do mapa turístico do Concelho.

8 CAMPOS/ PARQUES AVENTURA

No Concelho de Mafra, verifica-se a existência de dois parques aventura, que são devidamente identificados neste Plano, respetivamente com 55.000m² e 40 hectares.

Estas empresas deverão ser considerados parceiros estratégicos para o desenvolvimento do projeto "Mafra & Ericeira Experience[®]".

Para além desta oferta existente, sugere-se a instalação de estruturas artificiais de *outdoor* no Parque Desportivo Municipal em Mafra, promovendo a sua adaptação para prática destas modalidades.



9 ATIVIDADES EQUESTRES

As atividades relacionadas com o cavalo estão associadas a desportos de grande prestígio que em Mafra adquirem uma aura muito especial pela história que os reveste, pois representam um património cultural que, estando associado à "Reprise da Escola de Mafra" (manifestação de disciplina militar), fez deste Concelho uma referência no panorama nacional e internacional.

Neste sentido, pode afirmar-se que as apresentações da "Reprise da Escola de Mafra", quer em Portugal, quer no estrangeiro, são, ainda hoje, a expressão máxima de uma doutrina ímpar no nosso País, a par da Escola Espanhola de Viena de Áustria, Cadre Noir e Real Escola Andaluza de Arte Equestre.

No presente, este território concentra já um conjunto assinalável de infraestruturas e equipamentos (centros de equitação e picadeiros) que constituem um importante fator de atratividade para os praticantes e aprendizes de equitação. Nestes locais, são realizados diversos eventos (ensino e provas equestres) e são organizados passeios equestres que percorrem o território.

Sendo reconhecidamente um dos nichos de mercado que maior riqueza gera, a estratégia do turismo *outdoor* contempla as atividades equestres como uma área a desenvolver em estreita articulação com os agentes locais e com a Escola das Armas (instituição militar que tutela a "Reprise da Escola de Mafra" e as antigas instalações do CMEFED).





10 EVENTOS DESPORTIVOS

O apoio às atividades de *surfing* continua a ser uma importante aposta municipal, tanto às iniciativas e campeonatos do Ericeira Surf Clube, como às competições regionais, nacionais e internacionais, visando a promoção das modalidades e do próprio destino turístico.

A diversificação da oferta leva o Município a apoiar logística e financeiramente outros eventos em modalidades como o Pentatlo Moderno, os *trails*, ou o BTT, numa lógica de interação com os clubes/ promotores locais ou as próprias federações.

A captação de eventos competitivos das diversas modalidades será uma das preocupações do *cluster*, uma vez que associada aos grandes eventos está a excelência dos “palcos” onde os mesmos ocorrem.

Paralelamente, os eventos complementares à competição desportiva, nomeadamente na área da formação e dos congressos, são uma janela de oportunidade. Insere-se, também nesta ideia, a realização de atividades lúdicas como o Festival de Cinema de Surf ou o Sumol Summer Fest, ambos associados ao *surfing*.

Eixo “Qualificação”

QUALIFICAÇÃO

A aposta na formação dos recursos humanos dos diferentes agentes do *cluster* é fundamental para a qualidade dos serviços prestados e também a obtenção do reconhecimento da excelência desses serviços.

Nesta medida, importa dotar os recursos humanos de conhecimentos em áreas transversais do turismo, mas também de formação técnica específica relativa às diversas modalidades *outdoor*, crucial para o sucesso das experiências que se pretendem promover.

A formação e credenciação dos técnicos de atividades de aventura não é exclusivamente um problema de Portugal. Todos os países da Europa têm sentido grandes dificuldades em adequar a formação dos seus recursos humanos às novas tendências do mercado das experiências nas atividades de aventura.

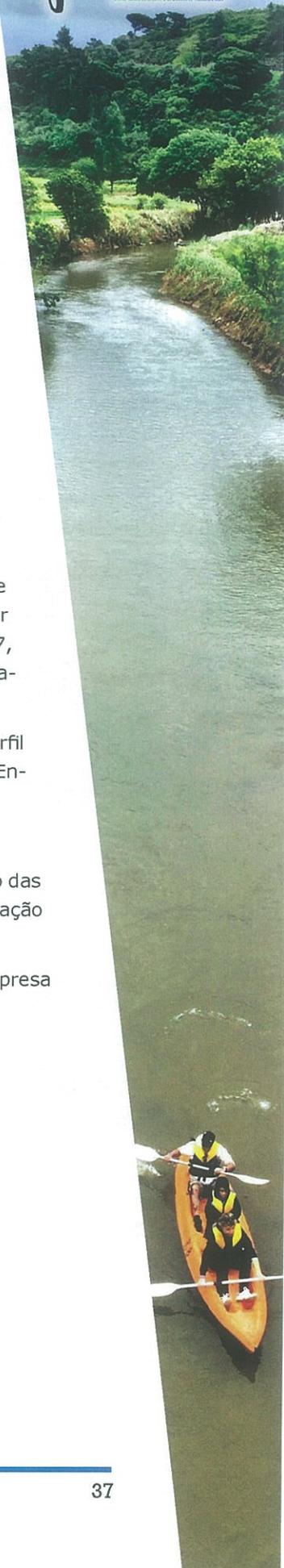
Devido a esta necessidade, Bélgica, França, Holanda, Irlanda e Portugal formaram, no ano de 2008, a EC-OE - *European Confederation of Outdoor Employers*, com o intuito de criar um modelo de formação para os técnicos de atividades de aventura, que fosse reconhecido em toda a Europa.

Em Portugal, a Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos (APECATE) é a entidade que tem tido a responsabilidade de representar o sector junto do Governo, bem como de elaborar modelos de formação dos técnicos. Desde 2007, está em curso em Portugal um programa de formação e certificação dos técnicos de atividades de aventura (ou animadores *outdoor*).

Em janeiro de 2013, foi aprovada a Qualificação do Técnico(a) de Turismo de Ar Livre - Perfil Profissional e Referencial de Formação, através da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, IP, correspondendo ao nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações:

Esse plano de formação tem os seguintes objetivos:

- Qualificar e certificar os profissionais das empresas de animação turística para o exercício das suas funções, nomeadamente no campo da monitorização de atividades de ar livre/ animação *outdoor*;
- Constituir-se como um dos vetores fundamentais do projeto de criação da marca “Empresa Segura”, destinada a empresas de animação turística.



CERTIFICAÇÃO

Para além das certificações inerentes a cada uma das atividades integradas no *cluster*, a obtenção de galardões e selos distintivos reforça a perceção da qualidade da oferta, podendo constituir um fator decisivo no momento de escolha do destino, do serviço ou do produto.

Importa, pois, acolher no *cluster* as empresas e entidades que acrescentem a mais-valia de uma certificação ao seu serviço ou produto: desde as normas de qualidade do Município (APCER) à certificação de PME Líder, passando pelo programa "Quality" para o alojamento local ou o "GreenKey" do Ericeira Camping – Parque de Campismo de Mil Regos.

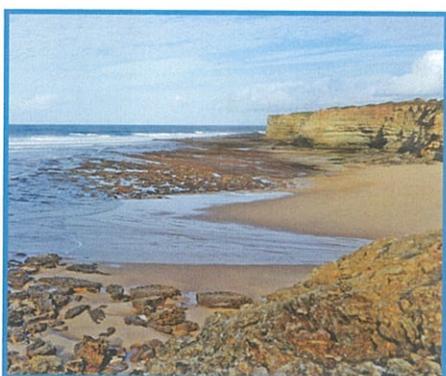
Num mix entre o sector do alojamento e dos desportos *outdoor*, é oportuno incentivar o aparecimento de mais unidades de alojamento com a certificação de *Bike friendly*⁽²²⁾, permitindo explorar este nicho de mercado dos amantes das duas rodas, que possui elevado poder aquisitivo.

Enquanto destino turístico, poderá o cluster procurar obter as certificações do GSTC - Global Sustainable Tourism Council⁽²³⁾, beneficiando de diversas certificações de qualidade já atribuídas ao Concelho de Mafra, nomeadamente da bandeira azul e do galardão "Qualidade de Ouro".

Ainda no que diz respeito às praias do Concelho de Mafra, mas desta vez no âmbito do pilar social da sustentabilidade, poderão ser promovidos os bons exemplos das áreas da inclusão e da segurança, respetivamente:



■ **Praia Acessível** – Praia para Todos (Foz do Lizandro; Algodio; Ribeira d'Ilhas; S. Lourenço; Porto da Calada) – este programa desenvolve-se no terreno desde 2005, no âmbito de uma parceria institucional, ao nível da Administração Central do Estado, que reúne o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (então Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência), a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (que integrou o então Instituto da Água, I.P.) e o Turismo de Portugal, I.P., e que, até 2007, contava, também, com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.;



■ **Programa Praia Saudável** – Vodafone (Foz do Lizandro; Sul ou Baleia; Ribeira de Ilhas; S. Lourenço; Porto da Calada) – este programa foi iniciado em 2005, abrangendo 150 zonas balneares de Portugal Continental e das Regiões Autónomas, envolvendo a Marinha Portuguesa, o Instituto da Água, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Instituto Nacional para a Reabilitação e a Associação Bandeira Azul da Europa, através de protocolo de cooperação com a Fundação Vodafone Portugal. O objetivo é contribuir para o aumento da segurança e qualidade do ambiente nas praias, assim como a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada e a sensibilização de todos os frequentadores das zonas balneares para estas questões.

Por último, destaque para a atribuição, a Mafra, do galardão de Município "ECO XXI" (em 2015 e 2016), que visa a identificação e o reconhecimento de boas práticas de sustentabilidade, valorizando, entre outros aspetos, a educação no sentido da sustentabilidade e a qualidade ambiental.

(22) <http://www.biketels.com/>

(23) <http://www.gstcouncil.org/>

COMUNICAÇÃO

Se o património, nas suas vertentes natural, edificado e imaterial, constitui o fator diferenciador do território concelhio, aumentando a sua atratividade para a prática de atividades *outdoor*, a comunicação é o instrumento que permite assegurar a sua devida visibilidade.

A comunicação do *cluster* do turismo *outdoor* terá como eixo principal a marca “Mafra & Ericeira Experience*”, cujo conceito foi devidamente explicitado no preâmbulo deste documento, ganhando a componente digital uma preponderância nesta estratégia, devido não só ao seu baixo custo, como também à grande capacidade de difusão da mensagem, incluindo públicos especializados.

Para o efeito, entende-se como oportuno o desenvolvimento de uma estrutura agregadora da comunicação dos diferentes atores deste *cluster*, nomeadamente um portal eletrónico (*website*).

De acordo com um estudo do Turismo de Portugal, atualmente 80% das empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos referem já ter um *website* para divulgação dos seus serviços. Cerca de 39% tem esse *website* disponível em dois idiomas e 27% refere que está disponível em apenas um idioma. O número de empresas com *websites* disponíveis em três idiomas tem vindo a registar um aumento ligeiro ao longo dos últimos anos, 17% em 2014 e 15% em 2013.

No digital, as redes sociais serão fundamentais para a geração de tráfego para o portal, procurando-se criar uma comunidade de influenciadores do destino e do que este tem para oferecer, nas suas múltiplas variáveis.

Assim, a geração de conteúdos e de “alimentação” do *feed* de notícias passa por uma forte presença na rede social *Facebook*, recorrendo-se, se necessário, a campanhas promocionais neste canal. Também os conteúdos visuais, fotografia e vídeo, serão predominantes, implicando o recurso a plataformas como o *Youtube*, *Vimeo*, *Instagram* ou *Pinterest*.

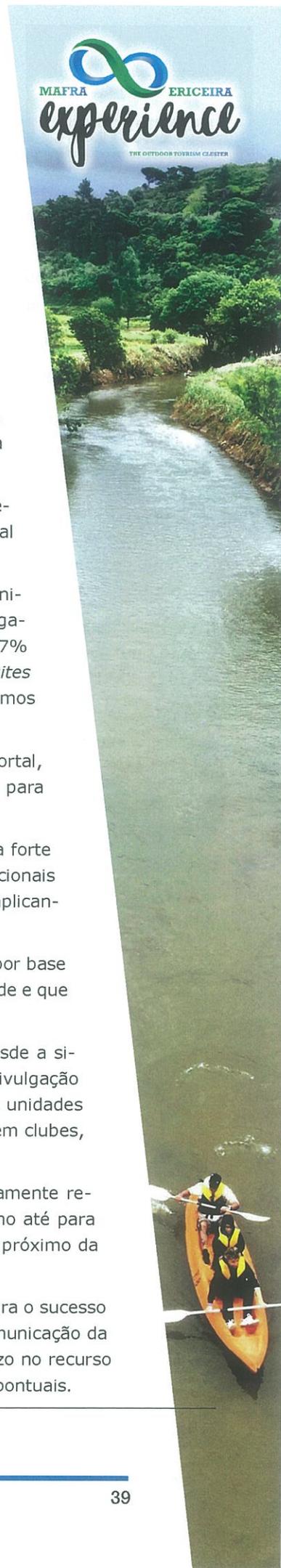
O recurso ao *Twitter* para alcançar um público mais jovem pode ser ponderado tendo por base um evento, ou diversos eventos, já que exige uma atualização de conteúdos muito grande e que poderá não ser conseguida com desejada qualidade ao longo do ano.

Se o digital é global, os meios tradicionais assumem relevo na comunicação local, desde a sinalética de percursos à afixação de cartazes e painéis em estruturas *outdoor* para divulgação dos grandes eventos, passando pela disponibilização de guias e folhetos temáticos nas unidades hoteleiras e nos estabelecimentos de alojamento local e até pela afixação de cartazes em clubes, associações ou demais coletividades.

Perante a existência de *media* especializados no sector do turismo *outdoor*, nomeadamente revistas, considera-se oportuna a realização de contactos não só para gerar notícia como até para desafiar estes órgãos de comunicação social a fixar a sua sede no Concelho de Mafra, próximo da capital e no epicentro das atividades de aventura e natureza.

Em suma, a comunicação integrada terá de ser assumida como um ativo estratégico para o sucesso da atividade do *cluster*, devendo a sua coordenação ser acometida ao Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Mafra, face ao seu capital de experiência acumulado, sem prejuízo no recurso ao *outsourcing* para a impressão de materiais e para a prestação de serviços técnicos pontuais.

(24) <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Pages/Homepage.aspx>



INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização do *cluster* constitui uma forma privilegiada para dar escala aos seus diferentes atores, assim como para promover a sustentabilidade deste negócio, garantindo que o mesmo não está circunscrito à captação de turistas nacionais. Esta pode ser almejada por três vias:

- Realização de atividades internacionais no território do Concelho de Mafra;
- Participação em atividades/ certames no estrangeiro;
- Integração em redes e associações internacionais.

Nestas três vertentes, a Câmara Municipal de Mafra já possui reconhecida experiência.

Nos últimos anos, a realização de provas internacionais de surf, duatlo ou corridas de aventura (de âmbito ibérico, europeu ou mundial) dão testemunho recente do potencial do território para acolher grandes competições desportivas. Destaque, também, para as concentrações no âmbito do caravanismo ou dos automóveis clássicos (exemplo do Citroën 2CV), de caráter não competitivo, que evidenciam o reconhecimento de atributos territoriais como a beleza da paisagem, a diversidade da gastronomia ou a hospitalidade das gentes.

O exemplo maior deste reconhecimento é, sem dúvida, a escolha da Ericeira para acolher a “Surf Summit”, o evento outdoor da “Web Summit” (a maior cimeira tecnológica à escala global), fazendo deste território notícia em todo o mundo.

O anúncio de que as futuras edições da “Surf Summit” ocorrerão na Ericeira atesta o sucesso do evento de 2016, desde a capacidade organizativa municipal ao envolvimento da comunidade no projeto.

Já no que respeito à divulgação do Concelho de Mafra em certames no estrangeiro, destaca-se a participação em feiras de turismo, nomeadamente através da integração em representações do Turismo de Portugal, considerando-se ser oportuno estender esta prática a grandes eventos do sector *outdoor*.

Por último, a participação em projetos transnacionais para atribuição de fundos comunitários – a exemplo do projeto Interreg – ou a integração em redes e associações – a exemplo da *World Surfing Reserves* ou da Rede Internacional de Surf Cities – atestam a visão além-fronteiras da gestão camarária.

236



PLANO DE AÇÃO



PLANO DE AÇÃO *1.ª fase – Diagnóstico e calendarização*

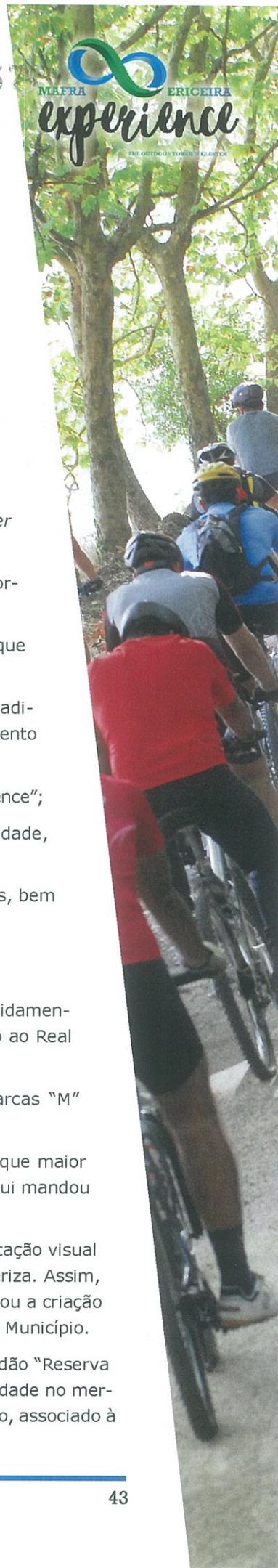
1 DIAGNÓSTICO

No âmbito do *cluster*, considera-se que o diagnóstico inicial, subjacente à “Estratégia” atrás identificada, é um documento dinâmico, aberto à participação ativa dos seus atores, mas também de outras entidades que se considere oportuno consultar.

A realização de diversos eventos, como seminários/ congressos, ou a criação de redes permitirão gerar *inputs* que importarão analisar e integrar em futuras atualizações do diagnóstico.

2 CALENDARIZAÇÃO

- **26 de outubro de 2016** – 1.ª reunião de trabalho sectorial para apresentação da intenção de criação do *cluster* do turismo *outdoor* no Concelho de Mafra, ouvindo em primeira mão aqueles que mais podem contribuir e beneficiar desta iniciativa;
- **04 de novembro de 2016** – Apresentação do projeto “Mafra & Ericeira Experience®” na I Conferência Internacional do Turismo Outdoor, em Ribeira d’Ilhas;
- **25 de março de 2017** – Apresentação pública do “Plano estratégico para a criação e desenvolvimento do *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra”, em Ribeira D’Ilhas;
- **1.ª quinzena de abril de 2017** – Início da adesão dos membros ao *cluster*;
- **2.ª quinzena de abril de 2017** – Apresentação do *cluster*, com os seus intervenientes, calendário de atividades e orçamento para 2017.



2.ª Fase – Estruturação do Cluster

1 ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO

O *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra é uma estrutura informal liderada pela Câmara Municipal de Mafra (CMM), à qual podem aderir, gratuitamente, os agentes públicos e privados (devidamente certificados) que sejam identificados como estratégicos para a sua dinamização.

A adesão ao *cluster* implica o compromisso formal das diversas entidades quanto aos seus objetivos, meios de participação e premissas de funcionamento, incluindo o fornecimento de dados estatísticos para a caracterização da atividade *outdoor* no Concelho de Mafra.

Compete à CMM:

- Apresentar o presente “Plano estratégico para a criação e desenvolvimento do *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra”;
- Elaborar o documento-base orientador do funcionamento do *cluster*, bem como as normas de adesão;
- Aceitar a adesão de agentes locais, públicos e privados, nas diferentes valências que foram identificadas na “Estratégia” do presente Plano;
- Propor o estabelecimento de parcerias institucionais, nacionais e internacionais, que aditem valor, e que cujo enquadramento próprio será definido nas normas de funcionamento do *cluster*;
- Gerir a estratégia de comunicação do *cluster*, incluindo a marca “Mafra & Ericeira Experience”;
- Disponibilizar o apoio logístico (financeiro e material), de acordo com a sua disponibilidade, para suporte ao funcionamento do *cluster*.

Dependerá dos atores que integram o *cluster* a elaboração do calendário das atividades, bem como a aprovação do respetivo orçamento.

2 GESTÃO DA MARCA

O Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, nacional e internacional, tem reconhecidamente, às escalas nacional e internacional, dois polos distintos da oferta: Mafra, associado ao Real Edifício/ Cultura; Ericeira, associado ao Mar/ Surf.

Com base nestas duas realidades, o Município avançou com a criação das logomarcas “M” (Mafra) e “E” (Ericeira).

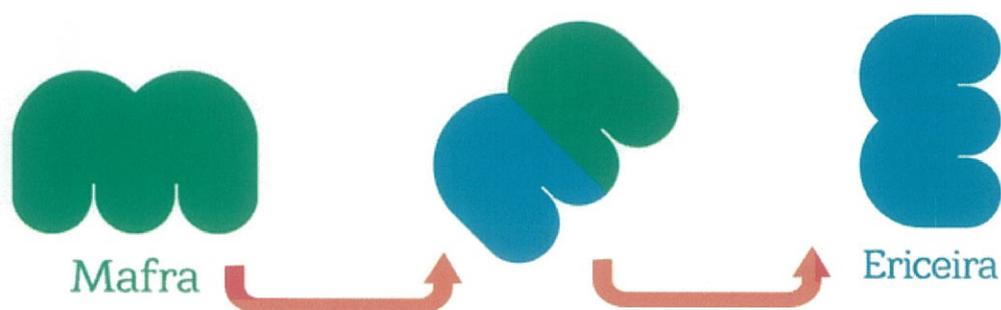
M é a primeira letra de Mafra. M é também a primeira letra do cognome do monarca que maior impacto causou no desenvolvimento deste Concelho, D. João V – O Magnânimo, que aqui mandou erguer o mais espetacular palácio português e o único comparável a Versalhes.

Contudo, para satisfazer as várias valências e os objetivos a que se propõe, a representação visual da marca pode multiplicar-se e desmultiplicar-se, sem perder a entidade que a caracteriza. Assim, no seguimento de uma narrativa que se apega ao orgulho histórico e cultural que originou a criação do M da marca, é importante realçar também o orgulho do M nas valências naturais do Município.

A costa marítima concelhia alcançou a projeção internacional com a atribuição do galardão “Reserva Mundial de Surf”. Além destas características naturais, fundamentais para a competitividade no mercado do surf, somam-se as condições socioeconómicas próprias deste território específico, associado à

PLANO DE AÇÃO *2.ª Fase – Estruturação do Cluster*

Ericeira: a identidade cultural e a composição urbanística tradicional, que lhe oferecem uma singularidade pitoresca. Tais características fazem com que a costa marítima do Concelho tenha já presença internacional, pelo que, do ponto de vista estratégico, importa consolidá-la e expandi-la articuladamente, numa perspetiva unificadora. Assim, sendo parte da mesma marca M e a partir da mesma representação visual polivalente, foi concebido o E.



Perante a dualidade que caracteriza a identidade do Concelho, para o cluster do turismo outdoor foi desenvolvida uma logomarca própria - "Mafra & Ericeira Experience®" - cujo conceito foi devidamente explicitado no preâmbulo deste Plano: em ambiente rural ou costeiro, o destino afirma-se pela oferta de experiências diferenciadoras.



Atendendo ao referido carácter diferenciador, mantém-se a utilização da logomarca "Ericeira WSR" para a Reserva Mundial de Surf da Ericeira e, mais concretamente, para as atividades associadas ao *surfing*, na medida em que a mesma já goza de notoriedade junto dos turistas.



A estratégia de *marketing* e de comunicação associada à logomarca "Mafra & Ericeira Experience®", em articulação com as outras marcas já existentes, é sem dúvida a principal ferramenta para o sucesso deste projeto.

Saber comunicar a marca, mas sobretudo as vivências e as experiências únicas, dos desportos à gastronomia, incluindo o que ver (património natural e edificado) e onde ficar é o grande desafio do projeto.

3 FINANCIAMENTO

Considerando que o *cluster* assenta numa lógica colaborativa, agregando sinergias, existem duas formas de financiamento previstas:

■ Público

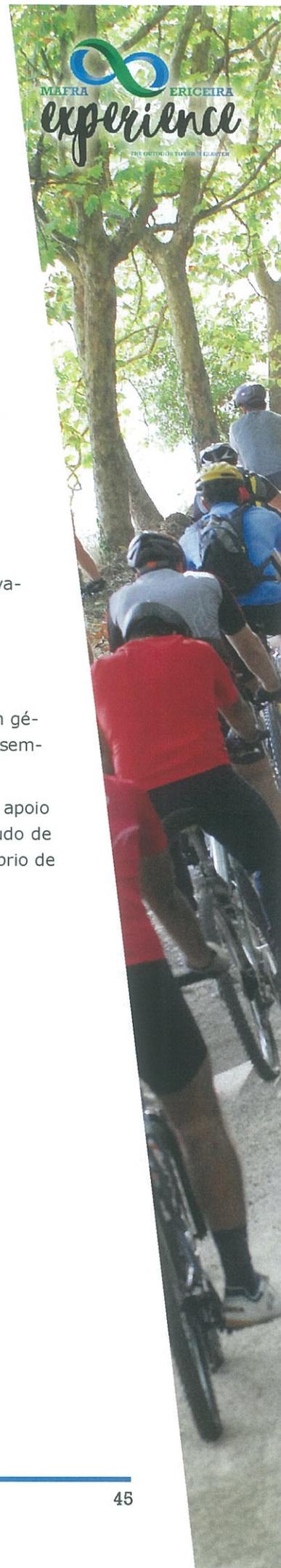
- Verbas diretas dos orçamentos das autarquias aderentes (Câmara e Juntas/ Uniões de Freguesia);
- Candidaturas a fundos nacionais/ internacionais disponibilizados a entidades públicas;
- Apoios e patrocínios de entidades públicas.

■ Privado

- Verbas das entidades privadas que adiram ao *cluster*;
- Candidaturas a fundos nacionais/ internacionais disponibilizados a entidades privadas;
- Patrocínios regulares ou pontuais (patrocínio por evento);
- Receitas de atividades do *cluster*.

Ao nível do financiamento, e de acordo com o princípio da transparência, os apoios em géneros (bens materiais ou serviços) deverão ser contabilizados para apuramento do desempenho financeiro do *cluster*, para além dos apoios em numerário.

Outra vertente a explorar é a captação de investimento por via do *crowdfunding* para apoio direto a projetos inovadores na área do *outdoor*. Para o efeito, proceder-se-á ao estudo de uma eventual parceria com a PPL ou outra semelhante, de modo a criar um canal próprio de *crowdfunding*.



AFIRMAÇÃO DO DESTINO E CONSOLIDAÇÃO DA MARCA

A afirmação do Concelho de Mafra como destino para o turismo *outdoor* muito depende da capacidade de capitalizar a notoriedade do litoral, aditando-lhe as singularidades do interior, de forma a reduzir as assimetrias do desenvolvimento turístico do território resultantes da dicotomia costeiro/ rural.

Assim, para além da adoção de uma política de sustentabilidade ambiental, que é o suporte de qualquer estratégia de turismo *outdoor*, preconiza-se a realização de investimentos em infraestruturas (novas, em curso ou já anunciadas), de modo a que a atratividade do território seja exponenciada não apenas para o turista, como consumidor final, mas também para o operador turístico e para o investidor. Neste domínio, também a captação de investimento em infraestruturas privadas (por exemplo, ao nível do alojamento, da restauração, dos parques de aventura ou diversão) assume relevância para a afirmação do destino.

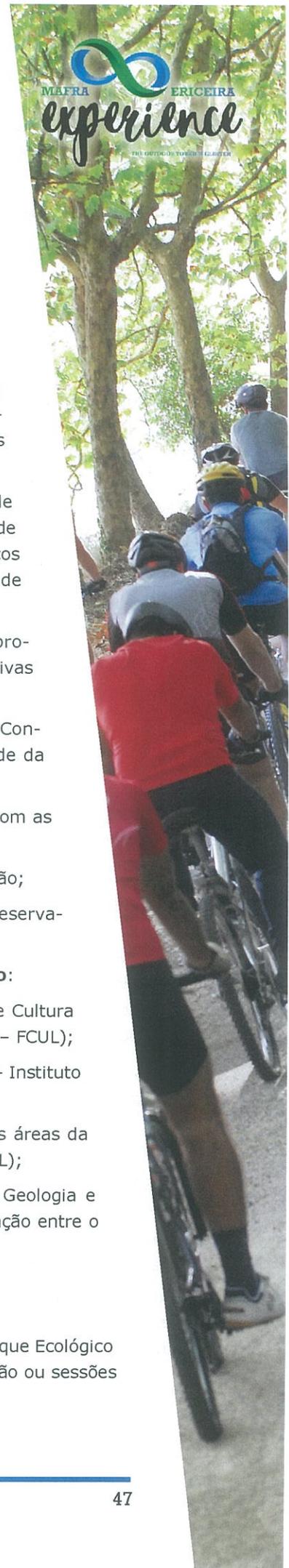
A par destas componentes, a qualificação e a certificação da oferta são condicionantes estratégicos quer para a qualidade dos serviços prestados, quer para a sua notoriedade junto do consumidor.

Complementando estas dimensões, emerge como oportuna a apresentação do destino, de forma estruturada e com capacidade promocional, junto dos mercados, seja por via da organização de eventos, seja através de uma adequada estratégia de comunicação.

Ao nível da marca, o percurso dos últimos anos, efetuado na área do *surfing* e tendo a Ericeira e a Reserva Mundial de Surf como marca privilegiada, permite-nos afirmar que, nesta componente do *outdoor*, se atingiu o reconhecimento internacional, pelo que tal dinâmica poderá funcionar como âncora para o restante território municipal, com a nova insígnia - "Mafra & Ericeira Experience®", ativada através de um conjunto de eventos.

1 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- **Concluir o programa municipal de limpeza das linhas de águas**, que está a decorrer por fases: 1.ª fase - Rio Lizandro, Ribeira do Falcão; 2.ª fase - Rio Safarujo, Ribeira de Cheleiros; Ribeira de Pedrulhos; Rio Trancão; Ribeira da Vidigueira; Rio Pequeno; 3.ª fase - Ribeira do Casal Novo; Rio do Cuco; Rio do Sobral; Ribeira do Muchalforro;
- **Concluir o projeto "VALOR RIO" (Rio Trancão)**, que está em fase de desenvolvimento, com os seguintes eixos de ação: 1 - Preservar o património ambiental e paisagístico (recuperação e potenciação de habitats e ecossistemas degradados; renaturalização e consolidação de galerias ripícolas com vegetação autóctone; regularização da linha de água e minimização da erosão das margens através de técnicas de Engenharia Natural); 2 - Qualificar a interface ribeirinha (requalificação de espaços ribeirinhos, parques públicos de lazer com fins educacionais; dinamização da mobilidade sustentável com a execução de percursos pedo-cicláveis ao longo da margem do rio Trancão; conceção de um corredor fluvial; criação de zonas de descanso e contemplação; reconexão entre ambas as margens do rio); 3 - Valorizar os recursos como fator de competitividade (definição de trilhos e percursos lúdico-temáticos de descoberta dos valores ambientais, culturais e patrimoniais da região; compatibilização da atividade turística com a sensibilidade ambiental deste território e com as restantes atividades nele desenvolvidas);
- **Assegurar a manutenção ou a ampliação do número de galardões atribuídos ao Concelho de Mafra**, atestando a sua qualidade ambiental, nomeadamente através da "Bandeira Azul", da "Qualidade de Ouro" e do galardão "ECO XXI";
- **Desenvolver a candidatura da Reserva Mundial de Surf da Ericeira a área de paisagem protegida;**
- **Construir o Parque Ecológico da Reserva Mundial de Surf da Ericeira**, num terreno com cerca de 150 mil m², que se estende desde a praia da Empa (em frente ao Ericeira Camping) até ao Forte de Mil Regos;



- **Dinamizar a atividade do Conselho Municipal de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira**, nomeadamente na área ambiental;
- **Desenvolver ações para promoção do Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira**, especialmente no âmbito da divulgação do ecossistema da Reserva e orientadas para o público escolar;
- **Promover ações de educação ambiental nas praias**: fomentar a separação de resíduos através de sistemas de deposição e recolha de resíduos; continuar a promover, numa parceria entre a Câmara Municipal, as Freguesias e outras entidades locais, ações de limpeza das praias, destacando-se as atividades no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente e do Dia Mundial dos Oceanos;
- **Construir o Parque Ecológico da Venda do Pinheiro**, valorizando a proximidade à nascente do mais importante rio do Concelho (o Lizandro) através da criação de um Centro Interpretativo e de um lago (com recirculação da água através dos poços existentes na antiga Quinta de Santo António), complementados por equipamentos de lazer e espaços verdes;
- **Criar o projeto “Conhecer para Preservar”**, em cooperação com as escolas, promovendo a observação da paisagem (geologia, fauna e flora) e a criação das respetivas rotas temáticas;
- **Criar o “Observatório da Paisagem”**, preconizado na Visão Estratégica para o Concelho de Mafra, elaborada no âmbito do processo do PDM, atendendo à diversidade da oferta existente;
- **Reforçar as intervenções de limpeza de caminhos e trilhos**, em articulação com as Juntas/ Uniões de Freguesia;
- **Instalar estruturas para a promoção *birdwatching***, disponibilizando informação;
- **Desenvolver candidaturas para financiamento comunitário** no âmbito da preservação da natureza (exemplo: programa LIFE);
- **Dar continuidade às parcerias no âmbito da investigação & desenvolvimento**:
 - Estudo sobre as sete ondas da Reserva Mundial de Surf da Ericeira (Instituto de Cultura Europeia e Atlântica – ICEA – e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa – FCUL);
 - Arqueologia subaquática (Nau Conceição, 1622) – Novas tecnologias (ICEA e IST – Instituto de Sistemas e Robótica);
 - Estudos e pesquisas sobre os patrimónios natural e cultural, nomeadamente nas áreas da Oceanografia, Geologia e Biologia (Protocolo de cooperação entre o ICEA e a FCUL);
 - Estudos e pesquisas nas áreas da Oceanografia, Sedimentologia, Aquacultura, Geologia e Biologia Marinha, Paisagem Marítima e Arqueologia Marítima (Acordo de colaboração entre o ICEA e o Município de Mafra).

2 INFRAESTRUTURAS

- **Criar um espaço multiusos coberto** no Parque de Campismo da Ericeira (ou no Parque Ecológico da Reserva Mundial de Surf da Ericeira) com capacidade de acolher ações de formação ou sessões de apresentação no âmbito do turismo *outdoor*;

PLANO DE AÇÃO 3.ª Fase – Afirmação do Destino e Consolidação da Marca

- **Criar infraestruturas no Parque de Campismo de Mil Regos para a obtenção da certificação de *Bike Friendly***;
- **Disponibilizar uma rede de percursos pedestres devidamente marcada**, bem como a definição de uma imagem única no âmbito do "Mafra & Ericeira Experience", incluindo a Grande Rota do Atlântico (GR-11) e outras pequenas rotas (PR) temáticas;
- **Criar circuitos pedonais urbanos temáticos**;
- **Criar novos equipamentos no Parque Desportivo Municipal de Mafra**, complementando a oferta desta infraestrutura, nomeadamente uma parede de escala artificial (para o efeito, utilizando a estrutura de ferro das torres de filmagem do estádio), uma zona de *Boulder* (para treino de escalada sem a necessidade de utilização de cordas, a ser criada na parede junto à zona de lançamento do peso); um mini circuito aéreo de obstáculos para crianças (junto ao Espaço de Jogo e Recreio); e a construção de um *skate park*.
 - **Instalar sinalética informativa nos principais locais de observação de aves (*birdwatching*)**, nomeadamente sobre as espécies, rotas migratórias e outras informações úteis;
 - **Diligenciar junto de operadores turísticos e investidores do sector**, com vista a captar investimento privado para o Concelho em áreas já identificadas como deficitárias na "Estratégia";
 - **Lançar o desafio aos Parques de Aventura existentes** para criar, nas respetivas unidades, uma experiência única e diferenciadora, que contribua para o aumento do número de utentes.

3 QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA OFERTA

- **Procurar realizar iniciativas de formação em parceria com a Fundação Europeia para a Excelência dos Clusters (*European Foundation for Cluster Excellence*⁽²⁵⁾)**, visando a excelência da gestão – "Cluster Management Excellence" – e a organização de um sistema de acreditação para a certificação dos formadores;
- **Estabelecer parcerias com vista à realização de ações de formação** (ações transversais na área turística e formação específica por modalidade), facilitando a formação dos técnicos das empresas aqui sediadas e dando conhecer as excelentes condições naturais que o Concelho oferece aos novos profissionais desta área. No conjunto das entidades com as quais poderão ser desenvolvidas estas parcerias, destacam-se: Universidades; APECATE - Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos; Federação Portuguesa de Surf; Federação Portuguesa de Orientação; Federação Portuguesa de Ciclismo; Federação Portuguesa de Canoagem; Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal; Federação Portuguesa de Equitação, entre outras;
- **Promover congressos e seminários no âmbito do turismo outdoor**, que permitem trazer ao Concelho de Mafra especialistas que divulguem boas práticas, esclareçam dúvidas e identifiquem oportunidades. Neste contexto, em 2017 destaca-se o **II Congresso Internacional do Turismo Outdoor**, promovido pelo Município de Mafra, que se pretende que tenha uma periodicidade anual;
- **Dar continuidade às iniciativas em curso no âmbito da certificação**: Programa "Quality" – Qualidade do Alojamento Local, dinamizado pela AHRESP; Programa "Green Key" – Certificação de boas práticas ambientais do Parque de Campismo de Mil Regos; "PME Excelência" e "PME Líder" em áreas associadas ao *cluster*; candidatura do Real Edifício de Mafra a Património Mundial da UNESCO;
- **Promover novas iniciativas de certificação**: Certificação de Destino Sustentável - GSTC - *Global Sustainable Tourism Council*⁽²⁶⁾; o Secretariado Europeu para a Análise de Clusters (*European Secretariat for Cluster Analysis*⁽²⁷⁾) promove a excelência da gestão dos *clusters* através de exercícios de *benchmarking* e

(25) <http://www.cluster-analysis.org/>

(26) <http://www.gstcouncil.org/en/gstc-criteria-hotels-tour-operators-destinations/criteria-for-destinations.html>

(27) <http://www.cluster-analysis.org/>

atribuição de rótulos de qualidade “quality labelling”, apoiando os decisores políticos na conceção e implementação de programas de apoio aos clusters; estabelecimentos de alojamento Bike Friendly; realização de ações de sensibilização entre entidades certificadoras e os agentes locais.

4 EVENTOS DE ÂMBITO REGIONAL E NACIONAL NO TERRITÓRIO

A realização de eventos associados ao *cluster* merece particular destaque no Plano de Ação pelo contributo que estes têm para a notoriedade do destino e para o envolvimento da comunidade local. Por outro lado, permitem alcançar públicos-alvo de dimensão nacional e internacional.

A natureza destes eventos é diversa, podendo tratar-se de competições desportivas, congressos/ seminários, ações de ativação de marcas ou iniciativas que contribuam para estruturar o próprio *cluster*.

Os eventos podem ainda ser classificados como locais, regionais, nacionais e internacionais (estes últimos merecem uma particular atenção na 4.ª fase - internacionalização), em função dos públicos a que se destinam ou pelas características dos seus participantes.

Também quanto à sua origem/ organização existem diferenças, que se podem elencar da seguinte forma:

- Eventos do *cluster* e da marca “Mafra & Ericeira Experience®”;
- Eventos dos membros aderentes ao *cluster*;
- Eventos promovidos por entidades externas no território.

EVENTOS DO CLUSTER E DA MARCA “MAFRA & ERICEIRA EXPERIENCE®”

Como iniciativas e eventos próprios a promover para ativação da Marca “Mafra & Ericeira Experience®”, destacam-se as seguintes propostas:

1.ª FEIRA DE HI-TECH & GADGETS PARA OS DESPORTOS AVENTURA

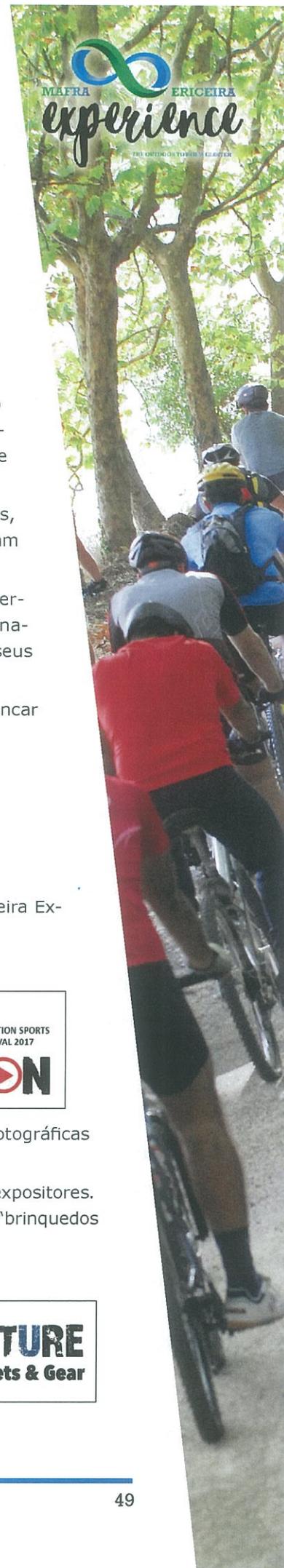
- Expositores e demonstrações.
- Experiências para todas as idades. Feira/ mostra de tecnologias (*software* e *hardware*) e *Gadgets & Gear* associados ao *outdoor*. São muitas as áreas onde surgem estes tipos de soluções e equipamentos, como por exemplo *drones*, relógios com programas de treino físico, máquinas de filmar e fotográficas de ação, etc.
- A *media* especializada será também o foco do evento, para além dos fabricantes/ expositores. Pelas suas características, estes serão o complemento perfeito ao evento dos “brinquedos para os miúdos”, já que estes são os “brinquedos” para os graúdos.



“ME” IN ACTION – OUTDOOR & ACTION SPORTS – VIDEO FESTIVAL

Concurso de vídeos (*Youtube* ou *Vimeo*) de *outdoor* e desportos aventura/ ação, com diversas categorias alusivas aos elementos (Água, Ar e Terra), aos equipamentos (câmaras ou *drones*), aos locais (concelho ou nacionais) e ao trabalho de pós-produção (trabalhados ou “crus”).

ADVENTURE
Hi-tech, Gadgets & Gear



PLANO DE AÇÃO 3.ª Fase – Afirmação do Destino e Consolidação da Marca

■ PHOTO ME – CONCURSO DE FOTOGRAFIA

Na mesma lógica do vídeo, é uma forma de potenciar a recolha de imagens para a criação do “Banco de Imagens do Outdoor”.

■ B.I.O. – BANCO DE IMAGENS DO OUTDOOR

O Banco de Imagens para o *Outdoor* do Concelho de Mafra é uma importante ferramenta para potenciar a imagem do Concelho. Através dos concursos de fotografia e vídeo, é possível reunir imagens para utilização em ações promocionais.

Pode-se, também, desenvolver uma comunidade de amantes da imagem, através das redes sociais, sendo que as melhores serão selecionadas para estarem presentes na BIO *online* (integrado no *site* do *cluster*). Este será o nosso **BI** do **Outdoor**.

■ PROJETO: “SURF – UM ESTILO DE VIDA, PARA TODA A VIDA...”

Com o objetivo de criar sinergias e economia de escala, pretende-se associar e agregar, num único projeto, todas as atividades de promoção e divulgação do surf no Concelho, de caráter não competitivo, incluindo o surf nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, o desporto escolar, o surf para idosos, surf adaptado, entre outros.

Atualmente, estas atividades são organizadas em parceria com os Agrupamentos de Escolas, Centros de Formação Desportiva do Desporto Escolar, APERCIM, entre outras entidades.

Além disso, no âmbito do programa municipal *Mafrativa*, proporciona-se a todos os utentes dos núcleos desportivos municipais a possibilidade de realizar treinos de natação adaptados às modalidades aquáticas, nomeadamente ao surf e *bodyboard*.

■ ORGANIZAÇÃO DE **FAM TRIPS** com operadores turísticos nacionais e internacionais, no sentido de apresentar a oferta estruturada do destino.

EVENTOS DESPORTIVOS COMPETITIVOS DE MEMBROS DO CLUSTER OU EXTERNOS

Para 2017, e até ao momento, estão agendadas as seguintes competições, no âmbito do *surfing*:

- **16 e 17 de abril** – 2.ª Etapa do Circuito Regional do Centro, Ericeira;
- **13 e 14 de maio** – 2.ª Etapa do Campeonato Nacional de Bodysurf, Ericeira;
- **28 de maio** – 3.ª Etapa do Circuito Nacional de Longboard, Ericeira;
- **29 de maio** – 2.ª Etapa do Circuito Nacional de SUP Wave, Ericeira;
- **4 e 5 de junho** – 2.ª Etapa do Circuito Nacional Bodyboard Esperanças, Ericeira;
- **27 e 28 de agosto** – 3.ª Etapa do Circuito Nacional de Bodyboard Dropknee, Ericeira;
- **27 e 28 de agosto** – 3.ª Etapa do Circuito Nacional de Bodyboard Masculino, Ericeira;
- **3 e 4 de setembro** – 2.ª Etapa do Campeonato Nacional de Surf Esperanças, Ericeira;
- **29 de outubro** – 4.ª Etapa do Circuito Nacional de Skimboard, Ericeira.

RED BULL RIVALS

No ano de 2017, a aposta internacional foi o evento evento “Red Bull Rivals”, que pela primeira vez foi disputado entre Portugal e Espanha.

Tratou-se de uma competição inovadora de surf que animou a comunidade dos dois lados da fronteira. As equipas foram constituídas com o apoio do público, que votou via *online*, e a ação decorreu em duas praias emblemáticas: Ribeira d’Ilhas (Ericeira) e Mundaka (País Basco).



O ericeirense Tiago Pires, reconhecido como o mais bem-sucedido atleta do surf nacional de todos os tempos, tendo participado no circuito mundial (WCT), foi o capitão da equipa lusa. Do lado espanhol foi Aritz Aranburu, surfista profissional basco que se destacou ao ser o primeiro espanhol a conseguir chegar ao referido circuito mundial.



CAMPEONATO UNIVERSITÁRIO DE SURF:

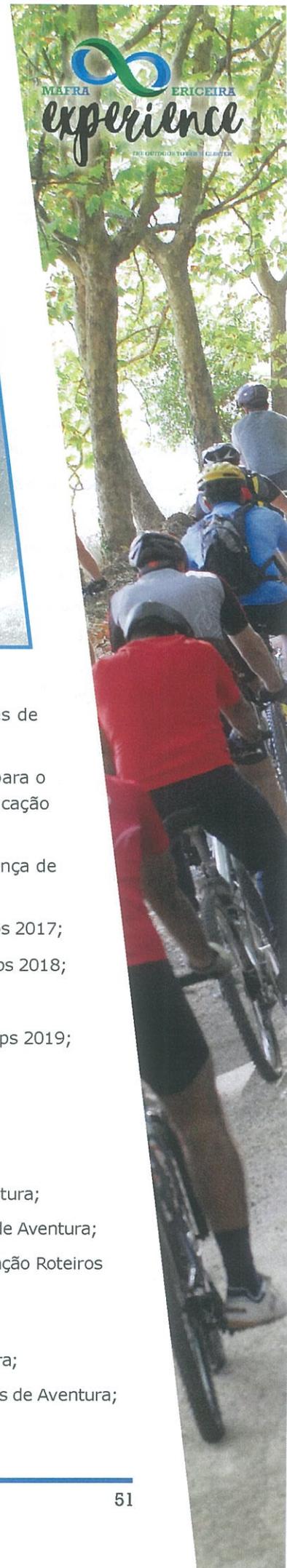
Em 2017, tem continuidade do Campeonato Universitário de Surf na Ericeira, no mês de maio, na praia de Ribeira d'Ilhas.

Para além do mencionado, são várias as atividades desportivas de interesse turístico para o Concelho. Tendo como base o número de praticantes e o impacto nos meios de comunicação social, enumeram-se as seguintes atividades:

- **2 de abril** – Corrida dos Sinos e Sininhos – realização anual, contando com a presença de 5.000 praticantes (atletismo);
- **09 e 10 abril** – Pentatlo Moderno – Lusitânia Trophy International Open Championships 2017;
- **Abril de 2018** – Pentatlo Moderno – Lusitânia Trophy International Open Championships 2018;
- **Mai de 2018** – Pentatlo Moderno – Campeonato da Europa de Júniores 2018;
- **Abril de 2019** – Pentatlo Moderno – Lusitânia Trophy International Open Championships 2019;
- **Mai de 2019** – Pentatlo Moderno – Final da Taça do Mundo de Seniores 2019.

PARA 2017, ESTÃO AGENDADOS OS SEGUINTE TRAILS E CAMINHADAS:

- **26 de março** – Trail dos Palácios – Mafra/ Sintra, organização Roteiros de Aventura;
- **21 de maio** – Trail da Ericeira – Reserva Mundial de Surf, organização Roteiros de Aventura;
- **1 de julho** – Trail Noturno do Palácio – Palácio Nacional de Mafra, organização Roteiros de Aventura;
- **23 de setembro** – Caminhada Noturna da Ericeira – Reserva Mundial de Surf, organização Roteiros de Aventura;
- **14 de outubro** – Caminhada dos Fortes, Organização CAAL;
- **12 de novembro** – Trail d'El Rei – Real Edifício de Mafra, organização Roteiros de Aventura;
- **3 de dezembro** – Trail da Real Tapada – Tapada Nacional de Mafra, organização Roteiros de Aventura;
- **Dezembro** – Ericeira Trail Run, organização Horizontes.



PLANO DE AÇÃO 3.ª Fase – Afirmação do Destino e Consolidação da Marca

OUTRAS ATIVIDADES A DESENVOLVER PELOS PARCEIROS DO CLUSTER

As associações/ clubes existentes no Concelho serão desafiados a apresentar eventos regulares que cubram todo o território, bem como a desenvolver iniciativas que promovam o desporto federado das diversas modalidades.

5 COMUNICAÇÃO INTEGRADA

- **Criar o portal “Mafra & Ericeira Experience®” (website) e App**, com conteúdos no âmbito do turismo *outdoor* disponibilizados, pelo menos, em português e em inglês;
- **Marcar presença nas redes sociais**, com conteúdos, fotografias e vídeos, de acordo com os pressupostos identificados na “Estratégia”;
- **Utilizar a rede de estruturas *outdoors* municipais** para a apresentação do *cluster* (lançamento do portal) e para a promoção de eventos;
- **Editar folhetos com informação sobre percursos** para disponibilização nos postos de turismo, unidades hoteleiras e estabelecimentos de alojamento local;
- **Afixar cartazes em locais dotados de visibilidade** para a apresentação do *cluster* (lançamento do portal) e para a promoção de eventos;
- **Editar o “Guia do Desporto *Outdoor*”**, brochura com informação genérica sobre a oferta do desporto de aventura no Concelho de Mafra, através de um mapa que apresente as curvas de nível do terreno, o nível de vegetação e outras informações pertinentes, como a identificação dos principais locais de prática das diferentes modalidades, tanto espaços naturais, como infraestruturas (a exemplo dos centros hípicas, parques temáticos, *skate parks*, etc.);
- **Elaborar o “Guia de Pesca”**, com a identificação dos principais pesqueiros da costa;
- **Produzir o “Guia de Licenciamento e Boas Práticas Ambientais”** para os desportos *outdoor* no Concelho de Mafra, especialmente vocacionado para a sensibilização e consciencialização das entidades que promovem estes eventos.



1 GEMINAÇÕES

- **Aprofundar as geminações do Município de Mafra existentes (Leimen/ Alemanha e Frehel/ França) e novas a estabelecer** em matéria de turismo *outdoor*, na perspetiva mais abrangente do *cluster*;
- No âmbito do “Programa Europa para os cidadãos” (*Europe for Citizens - Democratic engagement and civic participation*⁽²⁸⁾), equacionar a geminação da Ericeira com Sligo District (Geminação de Cidades/ *Town Twinning*), o desenvolvimento de um projeto de intercâmbio do Município de Mafra com Sligo County no âmbito do *cluster* do *outdoor* (Redes de Cidades/ *Networks of Towns*) e a possibilidade de inclusão de projetos do movimento associativo local (Sociedade Civil/ *Society Projects*).

2 CANDIDATURAS A PROJETOS E FUNDOS COMUNITÁRIOS

- **Equacionar a possibilidade de candidatura da Giatul**, enquanto operador turístico (gestora do Ericeira Camping), **a fundos do atual quadro comunitário**, considerando que uma parte substancial dos mesmos é dirigido às empresas⁽²⁹⁾, podendo estas concorrer em colaboração com as entidades públicas (gestoras);
- **Dar continuidade à participação do Município de Mafra na candidatura “Sustainable Outdoor Tourism for the Atlantic Area” (SOTAA)**, inserido no *Atlantic Area Trans-nacional Programme*⁽³⁰⁾, que conta como parceiros: Conwy County Borough Council; Gwynedd Council; Kildare County Council; Urola Kostako Udal Elkarte; École Supérieure des Technologies Industrielles Avancées – CCI Bayonne Pays Basque;
- **Aderir à Rede Europeia de Clusters**⁽³¹⁾;
- **Acompanhar e integrar o European Cluster Observatory**⁽³²⁾;
- **Avaliar a possibilidade de apresentação de candidatura para a constituição de um “Living Lab”**⁽³³⁾ do turismo *outdoor* no Concelho de Mafra, tendo este território como local privilegiado para o teste e lançamento de novos produtos ou serviços;
- **Desenvolvimento de novas candidaturas à terceira call dos programas INTERREG IV;**
- **Potenciar os programas ERASMUS** como forma de atração de jovens e formadores internacionais ao Concelho de Mafra.



3 INTEGRAÇÃO EM REDES E ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

- **Aprofundar a dinâmica de parceria no âmbito das redes e associações internacionais onde o Município de Mafra já se integra**, nomeadamente a *World Surfing Reserves* e a Rede Internacional de *Surf Cities*;

(28) https://eacea.ec.europa.eu/europe-for-citizens/strands/democratic-engagement-and-civic-participation_en

(29) <https://www.een-portugal.pt/Paginas/default.aspx>

(30) <https://www.een-portugal.pt/Paginas/default.aspx>

(31) <http://www.clustercollaboration.eu/>

(32) <http://ec.europa.eu/growth/smes/cluster/observatory/>

(33) <http://openlivinglabs.eu/>

PLANO DE AÇÃO 4.ª fase – Internacionalização

- **Equacionar a possibilidade de desenvolver trabalho de parceria com os municípios que já acolheram a Surf Summit;**
- **Avaliar a oportunidade de estabelecer parcerias internacionais** com Conwy County Borough Council, podendo ter como base o surf (ex. Reserva Mundial de Surf e a primeira piscina de ondas artificiais Surf Snowdonia) e os desportos *outdoor*, bem como com Sligo County Council;
- **Equacionar a participação da Giatul, enquanto entidade gestora do Ericeira Camping, em fóruns e associações do sector empresarial turístico**, nomeadamente uma candidatura à *Adventure Travel Trade Association* (ATTA), de modo a promover o “Maфра & Ericeira Experience®” nas feiras e congressos desta associação, bem como poder vir a acolher um congresso da ATTA no Concelho de Maфра.

4 EVENTOS INTERNACIONAIS



- **Apoiar a organização da Surf Summit** na Ericeira, incluindo a conferência e programa de atividades de *outdoor* no âmbito da Web Summit;
- **Organizar o 1.º Encontro Anual das Reservas Mundiais de Surf, na Ericeira**, que visará a troca de experiências e conhecimento sobre outras realidades com um interesse comum: proteger e preservar ondas notáveis, zonas de surf e áreas envolventes, ambientalmente ricas e culturalmente significativas, reconhecendo os benefícios ambientais, sociais, culturais e económicos positivos das ondas;
- **Participar na ISPO ou outras feiras internacionais de outdoor**, de modo a assegurar a visibilidade alargada;
- **Apoiar a realização do Red Bull Rivals**, que se assume como o grande evento desportivo de 2017 na área do surf;
- **Organizar o “Ribeira Revival”**, evento de surf internacional que procura visitar os grandes eventos da década de 80/90, trazendo os atletas dessa geração, com particular enfoque nos ex-campeões de Ribeira d’ Ilhas, juntando-os, por convite, a nomes nacionais e internacionais que inspiraram as atuais gerações de surfistas. Pretende-se, ainda, associar ao evento a atividades paralelas para que este se transforme numa grande festa para as famílias de “surfistas e adeptos”: dos netos aos avós.
- **Apoiar a organização de eventos internacionais associados ao outdoor**, na orla costeira e interior do Concelho.

AVALIAÇÃO

Uma vez implementado o *cluster* do turismo *outdoor* do Concelho de Mafra, é necessário proceder à avaliação regular tanto da sua estratégia, suportada na definição prévia de objetivos e de métricas de desempenho, como do seu plano de atividades.

Tal avaliação deve assumir uma periodicidade anual ou bienal, sendo oportunamente divulgada, numa ótica de transparência, atendendo à aplicação de dinheiros públicos e privados.

Com esta avaliação, o *cluster* possuirá as ferramentas para corrigir desvios, adotar novas táticas, aprimorar ou até mesmo rever a estratégia e o plano de ação agora propostos (os quais se constituem, tão somente, como um ponto de partida, a todo o tempo aberto a contributos). Ao mesmo tempo, fortalece-se o espírito coletivo que é gerador de sinergias ganhadoras, a bem deste projeto.





ANEXOS



ANEXOS *Anexo I – Identificação de potenciais membros do cluster*

O cluster do turismo outdoor do Concelho de Mafra, pela sua diversidade e transversalidade, deverá integrar os diferentes interlocutores que, direta ou indiretamente, atuam nesta área:

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

- Câmara Municipal de Mafra
 - Conselhos Municipais (de Turismo e de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira)
 - GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA
 - Mafra & Ericeira Business Factory
- Tapada Nacional de Mafra
- Ministério da Defesa
 - Exército - Escola das Armas
 - Marinha – Capitania do Porto de Cascais
- Escola Secundária de Mafra e Agrupamentos de Escolas do Concelho de Mafra
- Ministério da Educação – Desporto Escolar
- Guarda Nacional Republicana (GNR) – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA)
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)
- Turismo de Portugal (TP)
- Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (ERT-LVT)
- Associação de Turismo de Lisboa (ATL)

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

■ DESPORTO

■ Atividades Aquáticas

- Ericeira Surf Clube
- Clube Naval da Ericeira
- Associação Nacional de Surfistas

■ Atividades Terrestres

- Mafra BTT
- Lobagueira BTT
- Associação Cultural e Desportiva do Milharado – Escola de Ciclismo
- Associação Desportiva e Recreativa da Achada - Geocaching
- Amigos do Atletismo de Mafra
- Casa do Povo de Mafra – Pentatlo Moderno

ANEXOS *Anexo I – Identificação de potenciais membros do cluster*

■ AMBIENTE

■ Associações ambientais nacionais (proposta ICEA)

- Quercus
- GEOTA
- Associação Zero
- Liga de Proteção da Natureza
- Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves
- Associações ambientais regionais
- Hidrosfera Portugal

■ Com preocupações de proteção da natureza

- Agrupamentos de Escuteiros e Escoteiros
- Associação dos Amigos da Baía dos Coxos
- SurfRider Foundation – Ericeira

■ PROTEÇÃO E SEGURANÇA

■ Corporações de Bombeiros

- BVMaфра; BVericeira; BVMalveira

■ Outras

- Vertigem Azul – Associação de Nadadores Salvadores

■ DE NATUREZA EMPRESARIAL

■ Nacionais

- Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos (APECATE)
- Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP)

■ Locais e Regionais

- Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Maфра (ACISM)
- Associação dos Agricultores do Concelho de Maфра (AACM)
- Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S)

■ CULTURA/ INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

- Instituto de Cultura Europeia e Atlântica (ICEA)

SECTOR EMPRESARIAL

- Animação turística
- Operadores turísticos
- Alojamento
- Indústria, comércio e serviços
- Marketing e comunicação

SECTOR ENSINO E FORMAÇÃO

- Universidades
- Centros de Investigação e Desenvolvimento
- Escola Técnica e Profissional de Mafra
- Colégio Miramar
- Colégio Santo André

Nesta lista estão mencionadas as entidades que, mais regularmente, são referenciadas no âmbito do sector outdoor, sem prejuízo da integração de outras que manifestem intenção de adesão.





The Adventure Traveler

CHANGING PRIORITIES

In 2005, working with researchers from Michigan State University, the Adventure Travel Trade Association (ATTA) derived what has become the industry definition of adventure travel: a mix of nature, physical activity, and culture. **The importance adventure travelers place on culture was a significant finding.**

Definition of Adventure Travel



Ten years later, the ATTA teamed up with the same research team to take the pulse of the adventure traveler in 2017. The results tell the story of an **evolving adventure traveler** for whom the motivations for adventure travel are first and foremost:



- Transformation**
 "Personal Growth and Challenge"
 "Accomplishment, Achievement"
 "Gratitude and Mindfulness"
- Expanded Worldview**
 "Broadened Perspective"
 "Expanded Horizons"
 "Cultural Understanding"
- Learning**
 "New Skills, Knowledge & Insight"
 "New Experiences"
 "Enriching Overall Experience"
- Nature & Discovery**
 "Environment"
 "Beauty of Nature"
 "Beautiful Scenery"
- Mental Health**
 "Escape & Renewal"
 "Clear Mind"
 "Peace & Relaxation"
- Fun & Thrills**
 "Adrenaline Rush"
 "Excitement"
 "Feel Alive"
- Connection**
 "Bonding"
 "Learn About Others"
 "Meeting New People"
- Meaningful Stories**
 "Reminiscing"
 "Experiences To Remember"
 "Photos"
- Physical Health**
 "Exercise"
 "Fitness"
 "Strength"
- Unique Experience**
 "Unexpected Experiences"
 "Going Somewhere Others Don't"
 "Feeling of Accomplishment"

Researchers analyzed more than 1000 write-in responses, identifying common terms and the frequency with which they appeared. The phrases above are the words used by adventure travelers when describing why they seek out adventure experiences.

LESS FOCUS ON RISK

In 2005 survey, travelers mentioned the terms 'risk', 'hard core', 'extreme', 'physical', 'exertion', 'danger', 'power'.

Now in 2017, risk is barely a mention.

Travelers are now focused on

BEING IN A NATURAL ENVIRONMENT

LEARNING

MEANINGFUL EXPERIENCES

ADVENTURE TRAVELER ACTIVITIES

Activities adventure travelers most associate with 'adventure'!

HIKING



KAYAKING



(sea & whitewater)

RAFTING



BACKPACKING



TREKKING



RESEARCH INFORMATION

This research was conducted by Drs. Paige P. Viren and Alison K. Murray of East Carolina University, Dr. Christine A. Vogt, Arizona State University, in partnership with the Adventure Travel Trade Association and the support of *Outside Magazine*. Using *Outside Magazine* subscribers as a sampling frame, a random sample of subscribers were surveyed. Responses were then weighted to represent an even male/female split. A total of 1,017 usable surveys were received.

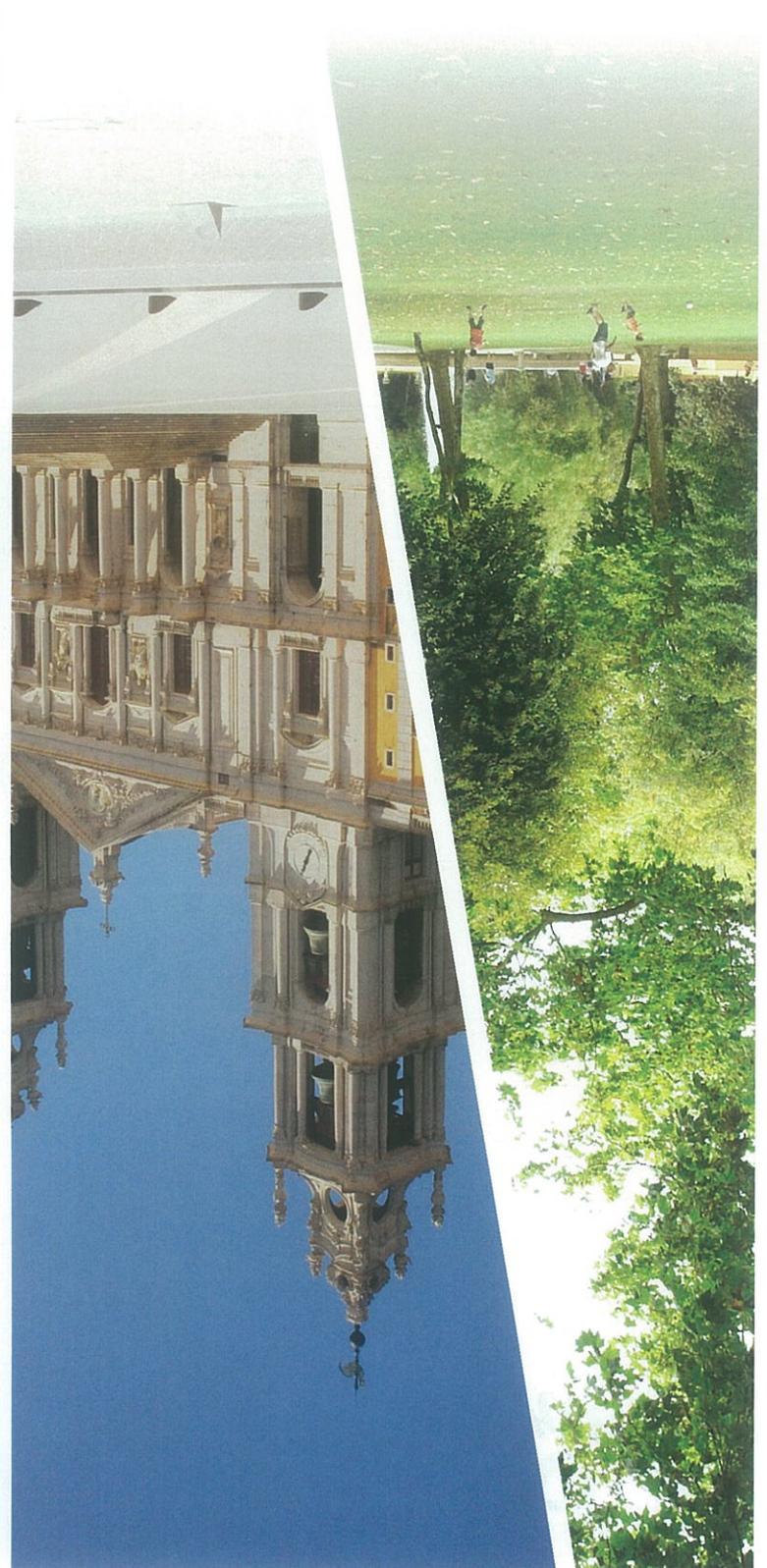


ADVENTURE TRAVEL
TRADE ASSOCIATION
www.adventuretravel.biz

East Carolina
UNIVERSITY

LIVE BRAVELY
Outside

Notas:






TURISMO OUTDOOR EM NÚMEROS



80% do Concelho com paisagem natural

13 praias/ 22 ondas (Reserva com 7 ondas)

102 km de percursos pedestres

136 km de trilhos de BTT

1.457 caches (geocaching)

68 empresas (animação turística e marítimo-turísticas)





COMO DINAMIZAR O TURISMO OUTDOOR?





PORQUÊ O TURISMO OUTDOOR?

-  Diversidade dos recursos naturais: da terra ao mar
-  Clima ameno
-  Riqueza do património arquitetónico
-  Segurança do destino
-  Proximidade aos principais mercados



OBJETIVOS

Conhecimento

- Monitorizar funcionamento do setor (indicadores)
- Estudar novos modelos de negócio

Formação

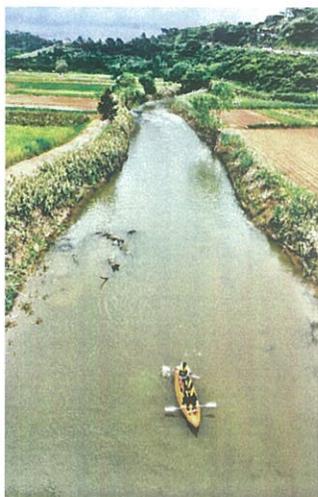
- Promover formação especializada
- Formar massa crítica à escala local

Sustentabilidade

- Aumentar o *cross-selling*
- Incorporar boas práticas internacionais (*benchmarking*)
- Incrementar número de dormidas
- Elevar a qualidade das experiências turísticas
- Promover a especialização em nichos de mercado
- Fomentar o desenvolvimento tecnológico
- Potenciar interação entre animação turística e turismo outdoor

Comunicação

- Promover campanhas de comunicação conjuntas e articuladas
- Investir em ferramentas de *marketing* digital



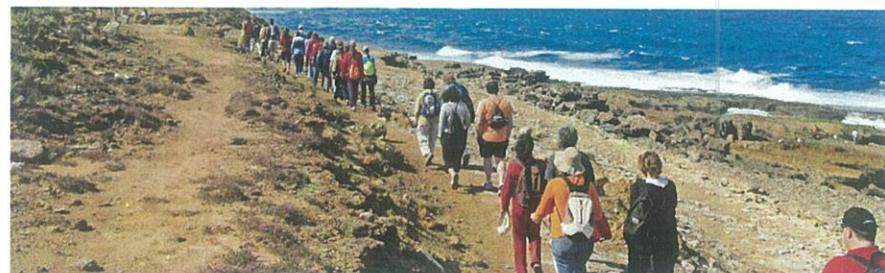
ESTRATÉGIA



CONCEITO

Cluster é um instrumento:

- Discriminação positiva: promover apenas oferta qualificada;
- Efeito contágio: motivar a legalização;
- Ganhos de escala: dar visibilidade nacional e internacional;
- Diferenciação: afirmar a singularidade.





PLANO DE AÇÃO - PRESSUPOSTOS

Liderança do cluster pela CMM (estrutura informal)

Adesão gratuita de agentes públicos e privados

Compromisso de fornecimento de dados estatísticos

Calendário de atividades a elaborar pelo cluster

Orcamento a elaborar e aprovar pelo cluster

Plano estratégico: documento aberto e dinâmico



PLANO DE AÇÃO - FASES

Fase 1 – Diagnóstico e calendarização

Fase 2 – Estruturação do cluster

Fase 3 – Afirmação do destino e consolidação da marca:

Sustentabilidade ambiental (15); Infraestruturas (8); Qualificação da oferta (5);
Eventos (31); Comunicação integrada (8)

Fase 4 – Internacionalização

Geminações (2); Candidaturas (7); Integração em redes internacionais (4);
Eventos internacionais (6)

Fase 5 - Avaliação

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****DESPACHO N.º 10/2017 - PCM**

Assunto: Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – indicação dos representantes do Município de Mafra.

Considerando que:

- A Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHTL), é uma associação sem fins lucrativos constituída por Municípios e outras entidades públicas e privadas que desejem associar-se, sendo os associados fundadores os Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira;
- Entre outros fins, a RHTL pretende promover a defesa e valorização do património cultural, ambiental, histórico e urbanístico, relacionado com as Linhas de Torres Vedras, o intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente ao nível da conservação do património, a planificação e desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística, que corresponda aos interesses dos membros da RHTL, a planificação estratégica de uma política cultural de acordo com os objetivos da RHTL, a promoção da consciencialização de proprietários e população da importância histórica e patrimonial deste Monumento e a potenciação do retorno económico para a população e promover o seu envolvimento interativo;
- Dos representantes legais, de cada Município associado fundador, nos órgãos Sociais da RHTL, cabe ao Município de Mafra os lugares de Secretário da Direção e de Vogal do Conselho Fiscal;
- Nos termos da alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal designar os representantes para os lugares supramencionados.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DETERMINO, a título excecional e por motivo de urgência imperativa, que o Município de Mafra se faça representar, nos órgãos da Rota Histórica das Linhas de Torres Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, pela Senhora Vereadora Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, como Secretário da Direção, e pela Arqueóloga Marta Alexandra Vasconcelos Tomaz Miranda, como Vogal do Conselho Fiscal.

DETERMINO, AINDA, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que o presente despacho seja sujeito a ratificação na próxima reunião de Câmara.**

Paços do Município de Mafra, 14 de março de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)